



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Alexandre Belmonte

**De *carcamanos* a italianos: a construção de uma identidade cultural
comum entre os itálicos residentes no Rio de Janeiro (1840-1860)**

Rio de Janeiro

2011

Alexandre Belmonte

**De *carcamanos* a italianos: a construção de uma identidade cultural comum
entre os itálicos residentes no Rio de Janeiro (1840-1860)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

B451 Belmonte, Alexandre.

De carcamanos a italianos: a construção de uma identidade cultural comum entre os itálicos residentes no Rio de Janeiro (1840-1860) /Alexandre Belmonte. – 2011. 292 f.

Orientador: Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Italianos – Rio de Janeiro (Cidade) – 1840-1860 – Teses. I. Lemos, Maria Teresa Toribio Brittes, 1943-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 981.53"1840/1860"

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Alexandre Belmonte

**De *carcamanos* a italianos: a construção de uma identidade cultural comum
entre os itálicos residentes no Rio de Janeiro (1840-1860)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração; História Política.

Aprovada em: 04/07/2011

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos(Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr.^a Edna Maria dos Santos
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Paulo Roberto Gomes Seda
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Raimundo Matos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória de minhas avós Emilia Dalzini Boldrini e Rosaria Grosso Belmonte, italianas no Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

O tema que constitui o objeto central de reflexão desta tese, a identidade dos italianos, me é particularmente caro. Nascido em uma família de imigrantes italianos, primeira geração de brasileiros na família, também a minha identidade pessoal comporta a trajetória dos italianos nesse movimento para fora do seu lugar de origem – um movimento de tamanha magnitude que não seria forçoso chamar-lhe diáspora, recuperando o sentido original da palavra em grego, dispersão. Há mais ou menos 150 anos os italianos dispersaram-se pelo mundo, movidos por diferentes razões, num movimento que não deixa ainda de cessar, parte essencial e peculiar do povo italiano. Portanto, parte deste livro traz consigo o meu próprio percurso como ítalo-brasileiro.

A tese é o resultado da minha trajetória no curso de Doutorado em História no Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Durante meu percurso, contei com a ajuda constante e apaziguadora de minha querida companheira Cintia Martins Dias, com seu apoio emocional e intelectual, com suas leituras de meus escritos, na tentativa de aclarar-lhes as confusões, de amainar suas imprecisões e de aprofundar os temas que sempre me interessaram. A ela dedico um agradecimento especial. Sou grato especialmente ao meu querido filho Luca Dias Belmonte. Luca foi muito mais que um filho: foi meu amigo incondicional, e seu carinho e amor são as melhores lembranças do período difícil de enfermidade e convalescença, junto às atribulações extenuantes implicadas no processo de doutoramento.

Agradeço a meus pais, Edima Maria Boldrini e Carmelo Belmonte, que com suas experiências pessoais de trânsito e diáspora, transmitiram-me, de inúmeras e diferentes formas, atenção e afeto pelas questões da identidade dos italianos,

sentimento que não está exclusivamente limitado aos italianos que vivem na Itália. E a meus irmãos Dani e Dô, por terem partilhado comigo desta experiência familiar. Também meus primos mais próximos, Tânia, Beth, Mario e Dodô, dentre tantos queridos primos nesta enorme família.

No âmbito da UERJ, agradeço às orientadoras das duas fases do doutorado, entremeado por uma convalescência de uma grave enfermidade: Lená Medeiros de Menezes (1ª fase) e Maria Teresa Toribio B. Lemos (2ª fase). Seu apoio e amizade foram importantes, num momento de fragilidade física e emocional. Agradeço também à banca examinadora, composta pelos professores Paulo R. G. Seda, Raimundo Matos, Sebastião P. Franco, Edna M. dos Santos, e Ricardo S. Mendes. Gostaria ainda de agradecer às contribuições dos professores Maurício Motta, Nilson Moraes e Oswaldo Munteal Fº, que enriqueceram o trabalho com sugestões e comentários quando do exame de qualificação.

Vários professores acompanharam os caminhos da pesquisa e da escritura da tese, e alguns tiveram importância fundamental nesse processo. Uma importância que transcende o período em que estudei na pós-graduação em História Política da UERJ, onde me tornei mestre e doutor: trata-se de pessoas que acompanharam a maior parte do meu desenvolvimento intelectual, desde a graduação em História, e, alguns, desde os tempos do Colégio Pedro II. É com carinho que me lembro das tardes de reflexões com Lúcia Bastos, Edgard Leite, Marilene Guimarães Rosa e Dejan Mihailović, nas disciplinas que cursei no Programa de Pós-graduação. A eles dedico um agradecimento especial. A todos os outros professores do Programa, que me auxiliaram com dicas valiosas de método e informações de fontes documentais, fica aqui expresso o meu reconhecimento, em particular a Maria Emília Prado, Tânia Bessone e Lucia M. P. Guimarães.

Outros amigos foram fundamentais na construção deste livro, e agradeço especialmente a Alexis Toribio Dantas e Philippe Ariagno, pelo afeto e amizade. Marcos Miceli, Márcio Coutinho, Renato Ferreira, Leonardo Dias e Ribamar Lopes me deram apoio e incentivo nos momentos em que mais precisei. Com Marcelo Santos Rodrigues, discutimos centenas de fólios manuscritos, encontrados em diferentes arquivos da cidade, conjecturando relações, buscando interpretações, construindo história. A ele agradeço todo o apoio no tratamento das fontes manuscritas. Ao amigo André Luís Prudêncio Sena, parceiro de infindáveis discussões – pelos cafés, livrarias e templos da cidade, desde a graduação em História nos anos 1990, passando pelos cursos que fizemos juntos na pós-graduação – ficam aqui expressos minha gratidão e apreço.

Outros agradecimentos fazem-se necessários: à minha inesquecível Sônia Pessoa Nassar (*in memoriam*). À Marta Guimarães e Eliane Garcia, amores antigos e para toda a vida. Marilene de Sena, um presente da vida, um beijo grande e muitas saudades. A Gilles de Reymaeker e Rômulo Siqueira Batista, cúmplices do processo final. À Hélène de Reymaeker agradeço a amizade e a gentileza em verter o resumo para o francês. Ao Claudio Frankenthal, pela escuta e pelas intervenções sensatas e imprescindível estímulo para a confecção desta tese. À Elizabeth Turíbio e Paulo dos Santos, pela paciência, boa-vontade, gentileza e disponibilidade.

Aos meus colegas de cursos, pela cumplicidade nos empenhos de propor questões. Um agradecimento especial a Fabiana Saboia e Gilberto Angelozzi. À Giovanna Bressan, pelo acolhimento incondicional, pela generosidade ímpar. Aos funcionários da Secretaria e da Biblioteca do PPGH da UERJ, em especial ao Marco Antonio, sempre me auxiliando nas questões burocráticas, com paciência e disponibilidade. Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro,

em especial ao Sr. Johenir Jannotti Viégas, pela atenção e profissionalismo .Aos funcionários da Divisão de Periódicos, da Divisão de Obras Raras e da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Um reconhecimento especial ao professor da Università degli Studi di Napoli, L'Orientale, Angelo Trento, que, com o pioneirismo de sua obra fundante, influenciou, definitiva e positivamente, toda a produção historiográfica sobre a temática da imigração italiana no Brasil.

Agradeço à FAPERJ pelos quatro anos em que recebi de bolsa de doutorado, entre 2007 e 2011.

RESUMO

BELMONTE, Alexandre. **De *carcamanos* a italianos:** a construção de uma identidade cultural comum entre os itálicos residentes no Rio de Janeiro (1840-1860). 2011. 295 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Esta tese se insere na Linha de Pesquisa Política e Cultura, que prioriza a dimensão do poder simbólico, expressando a interseção entre o político e o cultural, e permitindo a leitura do político por meio da análise das culturas políticas e suas relações com a memória, os símbolos, as identidades e alteridades. A centralidade da tese é a análise de diferentes grupos de itálicos que, em contextos diferentes, organizaram-se e perceberam-se como italianos, no Rio de Janeiro, entre os anos 1840 e 1860. Nesse sentido, procura-se analisar de que forma não somente indivíduos, mas também, e, sobretudo, comunidades de indivíduos reconstruíram sua identidade como *italianos* num país estrangeiro, num momento em que nem mesmo na Itália havia tanta certeza sobre o sentido dos nacionalismos e, sobretudo, sobre o que eram a nação e o cidadão italiano. A pesquisa proposta busca, portanto, identificar quem eram os italianos que viviam no Rio de Janeiro entre as décadas de 1840 e 1860, de que forma eles perceberam-se como italianos e como foram importantes, mesmo estando longe da terra natal, tanto no processo de unificação levado a cabo na Itália a partir de 1860, quanto na construção simbólica do sentimento de uma identidade comum italiana.

Palavras-chave: Identidade. Alteridade. Italianos no Rio de Janeiro. Estrangeiros. Imigração.

RÉSUMÉ

BELMONTE, Alexandre. **De *carcamanos* à italiens**: La construction d'une identité culturelle commune chez les italiens résidents à Rio de Janeiro (1840-1860). 2011. 295 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Cette thèse s'inscrit dans la ligne de recherche «Politique et Culture», qui privilégie la dimension du pouvoir symbolique exprimant l'intersection entre la politique et la culture, permettant donc, la lecture du politique par le biais de l'analyse des cultures et de leurs relations à la mémoire, aux symboles, aux identités et altérités. Le cœur de la thèse est l'analyse de différents groupes d'Italiens qui dans des contextes différents se sont organisés et perçus comme des *Italiens*, à Rio de Janeiro, entre 1840 et 1860. En conséquent, on a cherché à analyser comment non seulement des individus, mais aussi et surtout des communautés ont reconstruit leurs identités en tant qu'individus Italiens dans un pays étranger, à un moment où l'Italie elle-même n'était pas certaine de sa propre identité nationale et surtout de ce que signifiait être une nation et un *citoyen Italien*. La proposition de recherche vise donc à déterminer qui étaient les Italiens qui vivaient à Rio de Janeiro entre 1840 et 1860, comment ils se considéraient Italiens et comment ils furent importants, même étant loin de leur patrie, tant dans le processus d'unification mené en Italie dès 1860, que dans la construction symbolique du sens d'une identité Italienne commune.

Mots-clés: Identité. Autreté. Italiens à Rio de Janeiro. Étrangers. Immigration.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Condenados à prisão com trabalho na Corte, em 1868..... 111

Gráfico 2 – Tipos de crimes praticados por brasileiros e estrangeiros em 1868... 112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pedidos de naturalização de estrangeiros, entre 1857 e 1871.....68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BR RJANRIO – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

BR RJAPERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

BR RJAGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

BR RJAHI – Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1) ESTRANGEIROS: INDESEJÁVEIS, INCONVENIENTES, EXCÊNTRICOS | 21 |
| 2) O COLONO, O IMIGRANTE, O ESTRANGEIRO: QUESTÕES DE 'TAXONOMIA' | 31 |
| 3) OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO IMPÉRIO | 52 |
| 4) ITALIANOS NA CORTE (1840-1870) | 63 |
| 5) SAUDADES DA PÁTRIA: O ESTRANGEIRO, ENTRE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO | 79 |
| 6) ESTRANGEIROS ENTRE CRIMINALIDADE E CONFLITOS | 97 |
| 7) A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COMUM ITALIANA | 115 |
| 8) A UNIFICAÇÃO ITALIANA VISTA DO IMPÉRIO DO BRASIL: ITALIANOS ANTES DA ITÁLIA | 133 |
| CONCLUSÃO | 148 |
| REFERÊNCIAS | 152 |
| ANEXOS | 162 |

INTRODUÇÃO

Não é porque se é estrangeiro que não se tem, igualmente, o seu próprio estrangeiro.

Julia Kristeva. *Estrangeiros para nós mesmos*.

A presença italiana tem sido marcante em algumas regiões brasileiras desde fins do século XIX, sobretudo após a unificação italiana, em que problemas regionais na península empurraram milhões de itálicos num movimento de emigração tão grande que foi chamado de diáspora por alguns autores¹. Cidades brasileiras da serra gaúcha e mesmo a cidade de São Paulo são identificadas com esses colonos italianos, oriundos, sobretudo no século XIX, do centro-norte da península. O Rio de Janeiro, por outro lado, continua a ser identificado com a presença lusitana, até mesmo na forma de falar dos cariocas, com sua pronúncia “chiada” dos S e gutural dos R. Entretanto, a presença italiana no Rio de Janeiro é atestada antes mesmo do século XIX, através da atividade religiosa de padres católicos, viajantes e mercadores, estudiosos do campo etnográfico e geográfico, engenheiros, cartógrafos etc. (TRENTO, 1988, 15-16). Antes da unificação italiana em 1860, encontramos uma ativa comunidade italiana na cidade do Rio de Janeiro, exercendo funções burguesas e liberais, atuando em diversos setores, como os de alimentos, artes, arquitetura e arte fúnebre, comércio, saúde e educação.

Vale lembrar que durante todo o século XIX até o fim da Primeira Guerra Mundial, milhões de europeus deixaram o continente, e estima-se que 3,6 milhões tenham entrado no Brasil entre 1880 e 1924. Dentre esses europeus, no período do auge da imigração italiana – 1880-1904 – 57% era constituído por italianos

¹Baily, S. “The Village-Outward Approach to the Study of Social Networks: A Case Study of the Agnonesi Diaspora Abroad, 1885–1989,” In: *Studi Emigrazione*, 105:43–68 e Pozzetta, G. e Ramirez, B. *The Italian Diaspora: Migration Across the Globe*. Toronto: The Multicultural History Society of Ontario.

(TRENTO, 1988,18). O fluxo foi incessante, embora não tão significativo numericamente, até a década de 1950.

Até 1843, conforme aponta Angelo Trento, dois momentos devem ser destacados em relação ao afluxo de itálicos à cidade: o envio de colonos em 1820, no contexto das negociações diplomáticas entre a corte brasileira e o Reino das Duas Sicílias, e os condenados políticos exilados do estado pontifício na corte em 1837, para o Rio de Janeiro (TRENTO, 1988, 16) e daqui para a Bahia (TRENTO, 1988 e LODOLINI, 1978).

O primeiro aporte mais significativo oriundo da península italiana ao Rio de Janeiro ocorreu em setembro de 1843, no séquito de Dona Teresa Cristina de Bourbon, quando de seu casamento com D. Pedro II. Sua chegada à corte é acompanhada de seus cortesões: muitos eram músicos, cantores líricos, pintores e decoradores. Vieram também médicos, literatos, engenheiros, profissionais diversos, pessoal de “servizio comune” (empregados, lacaios, damas de companhia, cozinheiros, copeiros, mensageiros etc.). Alguns autores estimam em 700 o número de itálicos residindo na corte em 1847². Muitos *mazzinianos* chegados com Libero Badarò em 1826, e principalmente depois dele, permanecem anônimos. Os registros da passagem de Garibaldi pela cidade, entre 1836 e 1837, são insuficientes para perceber a rede de itálicos ao seu redor, embora possa ser destacada uma pequena, mas vibrante comunidade política italiana na cidade (CANDIDO, 1992). Ele teria vivido entre os atuais bairros da Gamboa e Santo Cristo, e ali se estabelecido como açougueiro. Michele Napoli e Natale Belli relatam que Garibaldi teria participado da edição de um jornal, no Rio de Janeiro, chamado *Giovine Italia*(CANDIDO, 1968).

² As cifras são apontadas por Michele Napoli e Natale Belli: até 1847, 700 italianos no Rio de Janeiro; até 1910, 5500 italianos; no momento em que escrevem, em 1911, a cidade já conta com 30 mil italianos. Cf. Belli e Napoli, 1911.

Em 1847, chega à corte o médico Luigi Vincenzo De Simoni, proveniente de Gênova. Foi professor de italiano e latim do Colégio Pedro II, e um dos fundadores da Academia Brasileira de Medicina. Ainda que quantitativamente não tenha sido propriamente uma grande comunidade, os italianos no Rio de Janeiro construíram uma história e deixaram sua marca na cidade, sobretudo nas belas-artes, na arte funerária, no jornalismo, na literatura e na medicina. Uniram-se em associações patrióticas, criaram dois jornais em língua italiana ainda na década de 1850, ocupando inclusive cargos públicos na Corte, em hospitais e no Colégio Pedro II. Muitos mantinham estreitas relações com a Casa Imperial, na qualidade de médicos, preceptores, joalheiros e cozinheiros.

Esta tese pretende contar um pouco da história desses anônimos italianos na cidade do Rio de Janeiro, e privilegia uma conjuntura importante dos dois lados do Atlântico. Com relação ao Brasil, o período anterior à chamada “Grande Imigração”, iniciada a partir de meados da década de 1870; com relação à Itália, as décadas que antecedem a Unificação. Considerados esses contextos, a pesquisa documental focou-se no processo de inserção dos italianos no Rio de Janeiro, bem como nas relações travadas entre eles, os brasileiros e os demais estrangeiros. Foram objeto de análise não apenas as razões da emigração e da escolha do Rio de Janeiro como terra de chegada, mas também as sociabilidades e as tensões identitárias vividas na nova terra, buscando entender como os imigrantes vindos da Itália tenderam a minimizar as alteridades regionais para construírem uma nova identidade, identificando-se como ‘italianos’, antes mesmo do surgimento de uma pátria italiana.

No início do século XX, Napoli e Belli assim relatam o sentimento de italianidade observado nos imigrantes oriundos da península:

É de fato admirável o sentimento de italianidade que orgulhosamente conservam no íntimo de seu coração, essas massas anônimas, estes humildes trabalhadores que se puseram a deixar o doce *loco natio* em direção à pátria madrasta, aqui sentem agitar-se, forte e sempre acesa, a chama do patriotismo. (NAPOLI e BELLI, 1911, 55)

Nossa perspectiva, para além da compreensão das práticas migratórias desenvolvidas, centra-se na análise das formas pelas quais se processaram as discussões acerca da identidade desses itálicos, e das sociabilidades desenvolvidas entre italianos e brasileiros e, sobretudo, entre os próprios italianos, analisando não somente as permanências existentes em relação às suas culturas de origem, como também – e, sobretudo, – as mudanças que se processaram em termos identitários, frutos das tensões e descobertas ocorridas na terra na qual haviam optado por viver. Nesse sentido, cabem perguntas como: Quais foram as resistências sofridas? Como é construída e reconstruída a identidade desses itálicos? De que forma eles se organizam como comunidade, e como fundam suas associações, jornais, capelas, escolas etc.?

É importante ressaltar que falar em *italianos* na conjuntura estudada é uma simplificação, pois não foi com a identidade de italianos que eles emigraram e aqui aportaram. Tratava-se de vênnetos, lombardos, lígures, calabreses, friulanos etc., que “se tornaram” italianos no Brasil: o gentílico “italiano” não existia oficialmente quando eles emigraram. Por isso, optamos por chamá-los *itálicos*, fazendo referência, à título de metáfora, aos povos que originalmente formaram a atual Itália, e às suas diferentes origens. Sua identidade como “italianos” comportava, regra geral, a forma como eram percebidos e assimilados pelas culturas em que se inseriam, que vislumbravam uma Itália una, mas que era ainda inexistente do ponto de vista geopolítico.

Deve ser lembrado que, em meados do século XIX, tampouco estava definido o que fosse ser brasileiro. Esse período da história brasileira caracterizou-se como um momento de intensa busca e negociação de uma identidade nacional e de um sentido para essa nacionalidade *brasileira* (GUIMARÃES, Manoel. 1988), que se fundamentava e se estabelecia à medida que percebia seus ‘estrangeiros’ internos – indígenas e, sobretudo, negros escravizados, além dos estrangeiros que chegavam de diversas partes do mundo, em especial da Europa e, em menor número, do Oriente Médio. Antes da chegada maciça de imigrantes italianos, a partir da década de 1880, vários projetos de colonização e imigração foram pensados e discutidos, no Brasil, de forma oficial e extraoficial. Essas alternativas estão expressas nos Relatórios Ministeriais, em discussões travadas nas Câmaras, em editoriais e notícias de jornais etc., e, de formas variadas, foram alternativas que direcionaram as formas pelas quais os imigrantes foram recrutados e inseridos na sociedade brasileira. E, no caso dos *itálicos*, “futuros italianos”, não poderia ser diferente.

Esta tese pretende, portanto, contribuir para o estudo da presença italiana no Brasil, aprofundando a discussão sobre a dialética travada entre identidades e alteridades, tendo por base fontes documentais, muitas delas ainda inéditas, encontradas em arquivos públicos brasileiros. Analisamos, ao longo dos anos 1840-1870, as transformações da percepção sobre o estrangeiro em geral, e sobre o italiano em particular, observadas nos discursos oficiais (relatórios ministeriais, ofícios de presidentes de província, ofícios consulares etc.) e extraoficiais (circularidade de ideias sobre os estrangeiros presentes em jornais, obras críticas, literatura etc.). Discutimos as representações forjadas sobre os italianos, no Brasil e no mundo, privilegiando diferentes contextos culturais na península itálica, bem como as tensões entre diferentes grupos que migraram para o Brasil. Por fim,

pretendemos analisar como esses itálicos de várias origens se reconheceram como 'estrangeiros' no Brasil, e como construíram uma identidade comum de 'italianos', longe de sua terra natal, cumprindo um processo ímpar em termos da construção de uma identidade nacional italiana e de uma identidade cultural de estrangeiros, forasteiros, excêntricos – indivíduos que, fora de seus lugares de origem, percebem-se como semelhantes em diversos aspectos, o mais importante deles sendo o sentimento nacional.

A presença de estrangeiros de diferentes origens deflagrou, no Brasil, conflitos culturais que acabaram por influenciar a própria representação da nacionalidade brasileira já no período anterior à grande imigração. Algumas das sociabilidades observadas entre 'compatriotas' italianos no Brasil refletem um sentimento de não pertença ao mesmo contexto cultural, sociolinguístico e, em última instância, nacional, dos diferentes tipos de imigrantes que compuseram as chamadas colônias italianas no Brasil. A unificação italiana levantou, na Itália, problemas étnicos, linguísticos e sentimentos de não pertença de uma determinada comunidade em detrimento de outra. Foi acompanhada, portanto, por um intenso choque entre regionalismo e centralização do Estado-nação. No Brasil, os imigrantes reconstruíram sua identidade de forma menos sectária, "tornando-se italianos" antes mesmo de seus compatriotas do outro lado do Atlântico.

Consideradas as características próprias dos estudos relativos aos processos migratórios, é praticamente impossível que este estudo se enquadre nos limites estreitos de uma história compartimentada em campos que não dialogam. Buscando circunscrevê-la, podemos dizer que este é um estudo que se coloca na fronteira entre o político e o cultural, contemplando os processos de construção de identidades (dentre as quais a identidade cultural, determinante para a construção

do sentimento nacional, está no centro de nossas preocupações) e questões relacionadas às práticas migratórias e às representações sobre o 'eu' e o 'outro'.

Em termos metodológicos, usamos métodos quantitativos e qualitativos. Os primeiros foram úteis na definição de fluxos de entrada e na quantificação dos regionalismos presentes no conjunto dos 'itálicos' que para cá se deslocaram. Quantificações como essas podem ser importantes para definir localizações e "mapear" identidades. O levantamento numérico e a confecção de tabelas e gráficos estatísticos serviram de base para análises acerca da dialética travada entre os processos de emigração e imigração. Nas análises qualitativas, métodos de análise do discurso foram utilizados, naquilo que coube: na análise de determinados documentos, como cartas, notícias de jornal e outros. Nesse caso, as referências teóricas principais foram Sigmund Freud, Paul Ricoeur, Patrick Charaudeau e François Hartog.

Trabalhamos com documentos de vários tipos, como jornais, relatórios provinciais, registros de entrada de estrangeiros etc., buscando mapear, sempre que possível, a presença de italianos na província. Encontramos muitos desses documentos dispersos pelos arquivos municipais, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, além dos Arquivos do Itamaraty e do Arquivo Nacional (Fundo de Polícia da Corte e Série Interior/Nacionalidades), no Brasil. Documentos governamentais diversos nos dão uma ideia da presença de itálicos em diversos contextos sociais na província do Rio de Janeiro. Trata-se de livros de registros de prisões, censos populacionais, registros de licenças para exercício de atividades profissionais especiais, registros de concessão de terras, registros de estrangeiros (imigrações e naturalizações), contratos de trabalho, relatórios de Hospitais Públicos etc. Os Relatórios Ministeriais (Agricultura, Justiça e Negócios Estrangeiros etc.) nos

forneceam pistas acerca de como o discurso oficial sobre a colonização foi-se transformando ao longo das décadas. Em jornais e periódicos, buscamos notícias e cartas de leitores, anúncios de batizados e casamentos, necrológios e anúncios de missas *in memoriam*, editoriais, vinhetas etc., a fim de compreender como certos setores da população brasileira percebiam e representavam os estrangeiros em geral e os italianos em particular.

Consideradas todas estas questões, a centralidade desta tese é a análise desse grupo de itálicos que, em contextos diferentes, organizaram-se e perceberam-se de formas diversas, e, conseqüentemente, produziram diferentes representações de sua própria identidade nacional e cultural. Nosso maior propósito é, nesse sentido, analisar de que forma não somente indivíduos, mas comunidades de indivíduos reconstruíram sua identidade, como italianos, num país estrangeiro, num momento em que nem mesmo na Itália havia tanta certeza sobre o sentido dos nacionalismos e da nação italiana. Há também indícios de sociabilidades entre italianos e brasileiros em anúncios comerciais publicados em jornais. Jornais bilíngues escritos entre as décadas de 1850 e 1860 foram fundamentais para a compreensão de como esses itálicos encontraram-se, e como construíram uma identidade comum *italiana*. Além dessa documentação, há diversas cartas conservadas em arquivos públicos e privados no Brasil e na Itália, requisições de paradeiro de parentes imigrados no Brasil, narrativas desses novos contextos culturais em que os imigrantes se inseriam, fragmentos de esperanças, ressentimentos, aventuras.

1 ESTRANGEIROS: INDESEJÁVEIS, INCONVENIENTES, EXCÊNTRICOS

Estranhamente, o estrangeiro nos habita.
Julia Kristeva. *Estrangeiros para nós mesmos*.

A historiografia sobre a presença italiana no Brasil tradicionalmente aponta que, com o declínio da escravidão de africanos e a subsequente abolição da escravatura, o país viu-se diante do problema da falta de mão de obra no campo, sobretudo na cultura do café, de modo que a força de trabalho de imigrantes de diversos países europeus passou a constituir a principal mão de obra agrícola até, pelo menos, a primeira metade do século XX³. De fato, há registros de que as notícias sobre oferta de trabalho nos campos brasileiros tenham chegado a inúmeras cidades e vilarejos alemães, suíços, italianos, etc.⁴ Já em fins da década de 1850, com o aumento da pressão de alguns setores da sociedade contra a escravidão de negros, e, sobretudo, com a proibição do tráfico negreiro, e a Lei de Terras, o próprio governo imperial passou a solicitar o estabelecimento de colonos estrangeiros nos campos do país.

Na província do Rio de Janeiro, além dos relatórios do presidente e do vice-presidente de Província do período, encontramos farta documentação sobre a

³ Há uma extensa bibliografia que utiliza essa ideia como modelo explicativo para a ideia de imigração no Brasil. Angelo Trento, em sua clássica obra de 1988, nos dá inúmeras indicações. Além disso, destacamos os trabalhos de ALVIM, Zuleika M. F. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo, Brasiliense, 1986; CASTIGLIONI, Aurélia H. [et.al.]. *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: EDUFES, 1998; CAVATTI, João Batista. *História da imigração italiana no Espírito Santo*, Belo Horizonte, Ed. São Vicente, 1973; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2001 e RIBEIRO, Lucílio da Rocha. *Subsídios à história da imigração italiana nos municípios de Ibiraçu e João Neiva*. s/l. Artgraf, 1990.

⁴ Cf. FORESTA, A. *Attraverso l'Atlantico e in Brasile*. Roma, 1884; LAZZARINI, A. *Campagne venete ed emigrazione di massa (1866-1900)*, Vicenza, 1981; CICCARESE, E. *Lo schiavo bianco, ossia l'emigrante italiano al Brasile*. Nápoles, 1898; BODIO, L. *Atti del scondo congresso geografico italiano*. Roma, 1896; FRANZINA, E. *La grande emigrazione: l'esodo dei rurali dal Veneto durante il secolo XIX*. Pádua, 1976; GREGARI, G. *Studio suu' emigrazione dei contadini dal Veneto*. Treviso, 1897 e M. M. Hall. "Emigrazione italiana a San Paolo tra il 1880 e 1920" in *Quaderni Storici*, (25):139, 1974.

importância da introdução de imigrantes. Em seção ordinária na Câmara Municipal de Maricá, em 28 de fevereiro de 1859, há um ofício ao Presidente da Província do Rio de Janeiro, sobre as instruções do governo imperial “para importação, distribuição e estabelecimento de colonos”⁵ destinados à agricultura na região. O relatório anual do Ministério da Agricultura de 1860 queixa-se de que, passados sete anos da introdução de novas leis sobre a terra, seja ainda discreta a chegada de imigrantes, e, à diferença dos Estados Unidos ou Inglaterra, tenha o Governo Imperial que financiar os traslados⁶.

A colonização de terras por estrangeiros, subsidiada ou não pelo governo, é apenas uma das faces da imigração no Brasil, já que não era apenas o campo que carecia de mão de obra, e nem todos os imigrantes vieram ao Brasil para trabalhar na lavoura do café. Antonio Verona pesquisou a trajetória de 81 famílias provenientes da cidade de Schio, província de Vicenza, Itália, que, entre 1891 e 1895, entraram na província de São Paulo e eram parte de um contingente maior de pouco mais de 288 famílias (1040 pessoas) de operários têxteis que migraram para o Brasil no mesmo período⁷. Em meados da década de 1890, alguns desses imigrantes fundaram, no Rio Grande do Sul, a *Cooperativa de Tecidos de Lã*. Segundo o autor, esses operários se integravam ao circuito da fabricação e circulação de mercadorias, e, detinham um saber desconhecido da grande maioria dos imigrantes vênetsos, trentinos e lombardos que povoaram o planalto gaúcho, as serras capixabas e outros pontos do Brasil.

Por volta de 1870, as lavouras do sudeste gradativamente se esvaziavam do

⁵BR RJAPERJ, Fundo Presidência da Província, Notação 0116, Maço 1, Cx 0041.

⁶ Relatório do Ministério da Agricultura, 1860, p. 21.

⁷ VERONA, Antonio F. *I xe come la zavorra: a trajetória dos operários que deixaram Schio rumo a São Paulo, em 1891*. Dissertação de Mestrado, UNESP, 1993 e Idem, *O mundo é nossa pátria: a trajetória dos imigrantes operários têxteis de Schio que fizeram de São Paulo e do Bairro do Brás sua temporária morada, de 1891 a 1895*. Tese de Doutorado, USP, 1999.

braço escravo. Era um momento em que aportavam cada vez mais estrangeiros ao Brasil⁸, embora a mão de obra estrangeira não fosse a única a ser cobiçada para o trabalho na lavoura. Em 1871, Bento Luiz de Oliveira Lisboa, Chefe de Polícia da província do Rio de Janeiro, expediu uma circular a todas as delegacias da província, indagando sobre a existência de tribos indígenas com “aptidão pela agricultura”⁹. O delegado de polícia da Vila de Barra de São João responde que

não existem índios no estado selvagem, nem reunidos em aldeamentos: pois que a aldeia outrora estabelecida no lugar – Aldea Velha – deste termo, ha mais de meio século deixou de existir; confundindo-se seus habitantes, com a população diversa que aqui se estabeleceu, de sorte que, difficilmente se encontra hoje, algum descendente destes índios, aldeados sob a cathechese de um missionário capuchinho italiano.¹⁰

O mesmo respondem os delegados de Niterói, Santa Maria Madalena, Macaé, Barra Mansa e Resende. Percebemos que a análise de um *corpus* documental variado faz cair por terra a tradicional ideia segundo a qual os estrangeiros passaram a ser, com a desarticulação do regime escravocrata, a única mão de obra desejada nas lavouras brasileiras. Muitos estrangeiros foram empregados nas obras de construção da ferrovia em toda a província do Rio de Janeiro, o que acabou por ocasionar novas sociabilidades e relações entre estrangeiros, negros escravizados e brasileiros natos. A presença de estrangeiros em solo nacional logrou fomentar outros tipos de relações entre o governo do Brasil e o de outros países, levando o Ministério dos Negócios Estrangeiros a elaborar tratados de extradição de estrangeiros.

⁸ Cf. Censo de 1890, Governo Federal, IBGE.

⁹BR RJAPERJ, Fundo Presidência da Província, Notação 0501, Maço 4.

¹⁰BR RJAPERJ, Fundo Presidência da Província, Notação 0501, Maço 4.

Em relação à imigração, há poucas menções esporádicas da presença italiana no Brasil antes de 1870. A maioria dos trabalhos concentra-se na imigração em massa para São Paulo e para as províncias da região Sul, em especial Santa Catarina e Rio Grande do Sul¹¹. A historiografia consagrou as décadas de 1880-1930 como as privilegiadas para o estudo do fenômeno das migrações, já que nesse período milhões de italianos deixaram a Itália em busca de trabalho e melhores condições de vida em outros países. Na história social desses migrantes, Richard Gambino trabalhou a ideia de 'diáspora italiana'. Não à toa, Gambino usa o termo comumente associado aos judeus, analisando a hostilidade enfrentada por italianos em países anglo-saxões, e os usos que governos, instituições e indivíduos fizeram da violência social. Xenofobia e preconceito parecem acompanhar o italiano ao longo dos seus múltiplos deslocamentos. É dentro dessa perspectiva que ele analisa o linchamento de onze italianos em Nova Orleans, em 1891, em que o estado democrático e suas instituições tornaram-se instrumentos de racismo e discriminação¹².

Tanto no Brasil quanto na Itália, é vastíssima a bibliografia sobre os processos migratórios de italianos para o Brasil. Entretanto, esses trabalhos não tratam especificamente da vinda de italianos para o Rio de Janeiro *antes* da década de 1870. Há indicações, sempre a partir do trabalho de Trento, sobre a presença de Garibaldi e dos *mazzinianos* no Rio de Janeiro. Todavia, essas menções parecem apenas evidenciar o período de migração em massa, ao estabelecerem contrastes quantitativos. A história da presença italiana no Brasil parece ter-se consagrado com trabalhos sobre trabalho urbano em São Paulo e colônias agrícolas no sul do país.

¹¹ Cf. TRENTO, Angelo. *Op. Cit.*, ALVIM, Zuleika M. F. *Op. Cit.*, FORESTA. *Op. Cit.*

¹² GAMBINO, Richard. *Vendetta: The True Story of the Largest Lynching in U.S. History.* s/l., s/d.

Aqui, queremos dar visibilidade aos itálicos que viviam no Rio de Janeiro antes da Unificação Italiana. A opção por esse período deve-se a uma série de fatores: em primeiro lugar, não há, como dissemos, trabalhos específicos sobre o estrangeiro italiano no Rio de Janeiro antes do período da Grande Imigração. Em segundo lugar, nosso estudo não se concentra sobre os itálicos vindos na condição de colonos, acompanhados de suas famílias, destinados ao trabalho nas lavouras e obras públicas. Trabalhamos com personagens isolados, oriundos de várias regiões da península itálica, e que tiveram a oportunidade de se encontrar no Rio de Janeiro, e, aqui, forjarem para si uma identidade comum italiana, antes da Unificação da Itália.

Já na década de 1840, problemas com a colônia alemã de Nova Friburgo começaram a suscitar, na Europa, ideias contrárias à emigração para o Brasil. Como relata o Presidente de Província, a situação de vida na Colônia, “descripta em côres demasiadamente carregadas por viajantes, que visitavão aquelle nascente estabelecimento, muito nos desconceituou aos olhos da Europa culta”¹³. Quatro anos depois, no Relatório do Presidente de Província de 1844, manifesta-se a preocupação em trazer imigrantes brancos, para “substituir assim os braços Africanos, que nos vão faltando”¹⁴. Eram preferidos os estrangeiros provenientes da França, Suíça e Alemanha, por serem “mais dóceis que os dos paizes meridionaes, terem costumes mais puros, paixões menos vivas, serem laboriosos, e consequentemente, mais fáceis de reger”¹⁵.

No relatório do Ministério da Agricultura de 1860, reporta-se que a imigração para o Brasil vai se desenvolvendo “morosamente e com sacrifícios dos cofres

¹³ Relatório da Presidência da Província do Rio de Janeiro, 1844, p. 31.

¹⁴ Idem, p. 31.

¹⁵ Idem, pp. 31-2.

públicos”¹⁶. Desde o início da década de 1850, o Brasil possuía leis de terras, mas impôs-se, na década subsequente, uma pressão para que fossem revistas as leis de demarcação, medição, compra e venda de terras, para atrair a vinda de estrangeiros “assim como nos Estados Unidos”¹⁷. Se, nas décadas de 1830 e 1840, pensava-se que o governo devia financiar e intermediar todo o processo de ‘importação’ de estrangeiros, na década de 1860 parece estar plenamente consolidada a ideia da imigração subsidiada por terceiros. Isso onerava menos os cofres públicos e livrava o governo de responsabilidades, tais como construção de casas, pagamento de diárias, alimentação etc. dos imigrantes, embora a maioria das hospedarias de imigrantes fossem subsidiadas pelo governo e assim tenham continuado praticamente durante todo o período da Grande Imigração.

Uma das razões para essa inversão no processo imigratório parece ter sido a intensa propaganda anti-imigração promovida em certos centros urbanos, sobretudo na Suíça e Alemanha, antes mesmo da década de 1850. O governo brasileiro se ressentia das “accusações de nossos injustos detractores na Europa”¹⁸, cuja

má vontade (...) se ha desencadeado contra as vulgarmente chamadas de parceria: prevalecendo-se de pequenas diferenças entre fazendeiros e colonos, tem levado á ruína algumas que prosperavão, posto em dúvida quasi todas, e levantando na Europa, principalmente na Suissa, uma cruzada contra a colonização no Brasil.¹⁹

Convém lembrar que as décadas de 1840-1860 no Brasil foram atravessadas por algumas rebeliões de imigrantes, dentro e fora da província do Rio de Janeiro, e quase todas chamavam atenção para a mentalidade escravocrata dos agenciadores

¹⁶ Relatório do Ministério da Agricultura, 1860, p. 17.

¹⁷ Idem, p. 17.

¹⁸ Idem, p. 21.

¹⁹ Idem, p 21.

de estrangeiros, de estrangeiros e brasileiros donos de terras e de alguns setores da população brasileira. Em 1849, há notícias de “sérios receios” entre lavradores estrangeiros e fazendeiros, no Espírito Santo, com receio do governo daquela província sobre o “efeito moral que a disseminação de taes notícias possa produzir em alguns pontos d’esta Província”²⁰. Tratava-se provavelmente de lutas entre imigrantes e fazendeiros, comuns durante todo o século XIX no mundo rural brasileiro, embora seja um tema ainda pouco ventilado nos estudos sobre imigrantes no Brasil.

Algumas dessas rebeliões – como a dos alemães na Colônia de Martim de Sá, Parati, em 1854 – levantaram questões importantes, não somente em relação à condição de semiescravidão desses imigrantes, mas também em relação a um projeto de nação brasileira e à forma como esse projeto incluía (ou excluía) os estrangeiros. Em 1839, não só havia uma Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro plenamente instituída, como esta transferia ao governo provincial todos os direitos que detinha sobre os alemães que se encontravam empregados nas obras da província, e sobre suas famílias²¹. O governo provincial tomava para si a responsabilidade pecuniária em que estavam os imigrantes em relação à sociedade civil, ficando esses estrangeiros sujeitos aos regulamentos das obras públicas em relação às penas, incluindo perdões e diminuições do pagamento diário.

Para suavizar, entretanto, a condição de semiescravos na qual se encontravam esses alemães no Brasil imperial, era preciso evidenciar, *em artigo destacado*, que o pagamento destes era diferenciado daquele dado ao escravo:

Os colonos acima mencionados serão empregados pelo governo nas

²⁰BR RJAPERJ . Fundo Presidência da Província, Notação 0222, caixa 0079, maço 3.

²¹BR RJAPERJ . Livro de Contratos da Secretaria de Governo (1835-1843). Fundo Presidência da Província, notação 1096, Presidência da Província. 49-52.

obras públicas do província, marcando-se-lhes o competente jornal, que em todo o caso será sempre superior áquelle que vencem nos respectivos lugares os operários escravos²².

Da mesma forma como alguns senhores proibiam que seus escravos falassem suas línguas de origem, incitando assim uma desarticulação de seus referenciais identitários e étnicos, também esses alemães deveriam aprender a língua vernácula, a começar pelas gerações mais jovens:

o governo se obriga a empregar todos os meios ao seu alcance para que os filhos dos colonos tenham um Mestre, que lhes ensine a língua do país, a ler, escrever e contar²³.

Caso fossem removidos para outra obra por negligência no cumprimento de seus deveres, ou por serem “turbulentos, ébrios ou rixosos”²⁴, os estrangeiros teriam o vencimento diminuído e perderiam o direito ao acréscimo pelo deslocamento. Todo este processo de tensões e de sujeição dos estrangeiros a situações inaceitáveis por parte de alguns demonstrava que, entre os discursos sobre a imigração e a realidade vivida no Brasil, havia distâncias abissais. Esse processo acabou por estancar determinados fluxos migratórios, reorientando as atenções para outras partes do continente europeu, caso da Europa mediterrânica. Embora indesejáveis, os aportes de meridionais acabaram por superar os de alemães e suíços, em termos quantitativos, mesmo durante as décadas de 1820-1840.

Com a participação cada vez maior de particulares na contratação e alocação da mão de obra estrangeira nas lavouras e obras públicas – sobretudo a partir de

²² Idem, artigo 6°.

²³ Idem, artigo 13°.

²⁴ Idem, artigo 16°.

1865 – esboçou-se, aos poucos, outra faceta de um “projeto nacional” ainda mal definido. O governo imperial delegou, aos poucos, a seus súditos, a responsabilidade de negociar com os estrangeiros a sua vinda. Surgem, assim, outras relações entre estrangeiros e brasileiros. A chamada imigração subsidiada, retirando do governo muitas responsabilidades, abriu espaço para relações sociais de cunho escravocrata, entre imigrantes, empresários e fazendeiros, gerando, tanto por parte de brasileiros quanto de estrangeiros, inquietações, ressentimentos, atitudes e representações as mais diversas.

No caso específico da Itália, apesar das notícias detratoras que circulavam pela Europa, desde os anos 1840, acerca da vinda para o Brasil, cada vez mais se acentuavam as condições que pressionavam os itálicos à emigração. Diversas partes da península itálica repeliam inúmeras famílias de agricultores e operários de ofícios. A mortalidade infantil era altíssima em toda a península, dos Alpes à Sicília. Estima-se que, entre 1861 e 1870, mais de 50% das crianças morriam antes de completar sete anos²⁵. A população ativa era muito escassa em 1861²⁶, e apenas 22% da população total do mesmo período era alfabetizada²⁷. Motivos como esses impediam – na visão daqueles que, no Brasil, apostavam na imigração como caminho para o progresso e a civilização – que a Itália figurasse como uma região ideal para fornecer os braços “especializados e morigerados” tão necessários ao desenvolvimento do país, “aos moldes de uma nação europeia”.

Os itálicos eram vistos por muitos como gente ‘inferior’ desde pelo menos as considerações de Willian Hazlitt, entre o final do Setecentos e o início do Oitocentos, segundo o qual os católicos italianos eram gente suja, “cheios de piolhos e

²⁵ ISTAT, *Sommario statistiche storiche italiane 1861 - 1955*, Roma 1958.

²⁶ *Commissione Parlamentare sulla miseria 1951*.

²⁷ Sobre a alfabetização, consultar GENOVESI. *Storia della scuola in Italia dal Settecento ad oggi*. Bari, ed. Laterza, e DEI, Marcello. *La scuola in Italia*, Bolonha, Il Mulino, s/d.

parasitas”²⁸. O célebre poeta inglês Percy Shelley assim se referia aos homens italianos: “mal podem ser chamados de homens: assemelham-se a uma tribo de escravos estúpidos e viciosos, e creio não haver visto um só vislumbre de inteligência em seu vulto”²⁹. As mulheres, por sua vez, eram “talvez as mais desprezíveis, as mais desagradáveis, as mais hipócritas, as mais sujas”³⁰ dentre as mulheres. Shelley divulgou descrições que ajudaram a criar estereótipos da Itália como um país de “prostitutas, mendigos, aduladores e bandidos”³¹. Charles Dickens, em 1844, também contribuiu para a difusão dos estereótipos sobre os italianos, ao referir-se à Itália como uma terra de mendigos sempre em trapos e com os corpos disformes³². Giuseppe Sergi, antropólogo italiano de fins do século XIX, sustentava que a Itália havia sido colonizada, em tempos remotos, por populações africanas de origem abissínia, o que justificava ser a sua população “metade branca e metade negra”³³. Logo, a situação do estrangeiro no Brasil não era simples, pois vários estereótipos balizavam os discursos oficiais e extraoficiais sobre o forasteiro, sua inconveniência e excentricidade, ainda que essa mentalidade tenha sido mais característica dos países anglo-saxões. Entretanto, também no Brasil os itálicos tiveram que lidar com inúmeros preconceitos e estereótipos, precisamente num momento de muita importância para a construção de sua identidade nacional, pois do outro lado do Atlântico lutava-se pela unificação do país.

²⁸ HAZLITT, William. *Selected Writings*. New York, Penguin, 1970.

²⁹ SHELLEY, Percy. *Opere*. Torino, Edizioni Einaudi Gallimard, 1995.

³⁰ Idem. *Ibidem*.

³¹ Idem, *Ibidem*.

³² DICKENS, Charles. *Impressioni d'Italia*. s/l, 1846.

³³ SERGI, Giuseppe. *L'uomo, secondo le origini, l'antichità, le variazioni e la distribuzione geografica*. s/l, 1911.

2 O COLONO, O IMIGRANTE, O ESTRANGEIRO: QUESTÕES DE 'TAXONOMIA'

A única pátria, estrangeiro, é o mundo em que habitamos; um único Caos produziu todos os mortais.

Meléagro de Gadara, séc. I a.C.

Conforme uma vasta e variada bibliografia sobre o tema aponta, já não é novidade, para os estudos migratórios, que a chegada em massa de italianos ao Brasil veio ocorrer somente entre os anos 1880-1930, diminuindo gradativamente desde então os aportes ao país, salvo em casos de transferências temporárias por motivos políticos e religiosos (missões diplomáticas e consulares, intercâmbios e missões religiosas etc.) e, também, por meio do turista – aquele que sempre volta ao ponto de origem, raramente deixando-se perder no abismo do oceano.

A historiografia sobre a imigração consagrou o período entre 1880 e 1930 como privilegiado para os estudos sobre os processos migratórios, devido ao número de imigrantes que aportaram no Brasil no decorrer desses 50 anos. Entretanto, muito antes disso, é importante lembrar que mais que simplesmente trazer massas de imigrantes, vários navios traziam pessoas sós, ou mesmo em família, as quais, despojando-se de sua terra pátria, munidos de esperança e assombrados por aflições, traziam para o Brasil a presença secular de suas culturas de origem.

No estudo sobre o estrangeiro, e, especificamente, nas pesquisas sobre o estrangeiro no Brasil, devemos estar atentos ao uso dos termos *imigrante*, *colono* e *estrangeiro*. São três palavras muito utilizadas, tanto na documentação arquivada desde o século XVIII, quanto na historiografia sobre imigração no Brasil. Muitas vezes os três termos são utilizados como se tivessem o mesmo sentido. Todavia, a escolha de uma dessas palavras em detrimento das outras pode denotar diferenças

sutis na forma de abordar as relações com a alteridade que todo estrangeiro representa. Para que se justifique nosso estudo sobre o *estrangeiro*, temos que necessariamente nos confrontar com estas três palavras – imigrante, colono e estrangeiro.

O colono podia ou não ser estrangeiro. Era comum encontrar brasileiros mesmo em colônias agrícolas de maioria absoluta de estrangeiros. É um termo não somente relativo ao trabalho nas lavouras, mas que remonta aos planos de colonização que, já na década de 1820, tinham como objetivo aumentar a população do país através da atração de famílias para os sertões, privilegiando, evidentemente, o desenvolvimento agrário do país, e a povoação de grandes áreas sobre as quais o Estado não tinha nenhum controle. Alguns desses sertões eram ainda habitados por remanescentes de quilombolas do século XVIII, como é o caso de certas regiões entre os rios Tocantins e Araguaia, e o governo imperial queria ocupar esses lugares, e estender-se até as fronteiras, por razões de segurança.

Na documentação oficial, o termo ‘estrangeiro’ era preferido apenas por uma questão formal: em alguns ofícios relativos a ‘assuntos estrangeiros’, ou quando era necessário diferenciar o ‘estrangeiro’ do ‘nacional’, como, por exemplo, quando se falava em colonos estrangeiros e colonos brasileiros. É comum encontrar listas nominais de estrangeiros e brasileiros. Mesmo nesse caso, “estrangeiros” refere-se a “colonos não brasileiros”.

Alguns documentos apresentam uma classificação curiosa dos colonos, nos levando a reflexões sobre os limites do que era ser cidadão e ser estrangeiro: em alguns livros de legitimação de estrangeiros, fala-se de ‘brasileiros’, ‘estrangeiros’ e ‘portugueses’, sobretudo na década de 1820, período posterior à Independência do Brasil. Vê-se a recusa dos escrivães e dos agenciadores do poder político em definir

o português como estrangeiro, já que muitos eram portugueses de primeira geração ou, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda, “portugueses do Brasil”³⁴.

A documentação trata os estrangeiros, entretanto, como migrantes, e, mais especificamente, como imigrantes. Talvez se guiando por essa taxonomia do elemento estrangeiro, os estudos sobre estrangeiros no Brasil utilizam muito mais o termo “imigrante” do que o termo estrangeiro. Uma análise dos títulos de teses e obras publicadas sobre a história dos estrangeiros no Brasil nos aponta a preferência do termo *imigrante* em detrimento do termo *estrangeiro*.

O imigrante é mais do que um aspecto do estrangeiro: estrangeiro também pode ser um brasileiro que não tem *status* de cidadão. O escravo africano era também um estrangeiro, e no sentido amplo do termo, era evidentemente um migrante, embora não seja essa a forma como é visto pela historiografia. Seria caso de pensar que, ao dizer que um alemão ou italiano eram imigrantes, e um angolano ou cabo-verdiano eram escravos africanos, o discurso da historiografia tenha reproduzido a taxonomia do império em relação ao elemento estrangeiro? Sendo a imigração um movimento de pessoas livres, que, na medida do possível, decidem quando e para onde partir, e sendo o tráfico de escravos caracterizado pela captura e “compra” de pessoas trazidas à força a outra terra (estrangeira ou não), seria uma ironia ou mesmo uma impostura chamar estes últimos de imigrantes.

Entretanto, seria mais que interessante, sobretudo do ponto de vista teórico, pensar na presença africana no Brasil tendo em vista que o negro africano era, *essencialmente*, um estrangeiro numa terra estrangeira.

O escravo, entretanto, é alguém que está *aprisionado* fora de sua terra natal, de sua pátria e de sua cultura; *ele perdeu o poder sobre si mesmo*. Para Platão e

³⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.

Aristóteles, a escravidão era o que de pior poderia acontecer a uma pessoa, embora eles entendessem que a escravidão, muito mais do que um fenômeno de guerras e relações entre povos, era uma característica da *condição humana* e que poderia acontecer a qualquer um, de infinitas maneiras. O escravo não era para eles dois, filósofos, apenas um condição social. Para o grego comum do povo, geralmente, o escravo era assim tratado: uma condição social, um perdedor, uma posse.

Geralmente, chamamos estrangeiro ao viajante, mas também é estrangeiro o imigrante, embora este esteja em terra estrangeira sob condições diferentes. O viajante não precisa necessariamente assimilar a cultura do lugar em que ele está viajando, tudo pode ser passageiro e ele pode muito bem viver aquela experiência meramente como um espectador, pouco ou quase nada aprendendo e assimilando daquela estranha cultura.

Em geral, a condição do imigrante é muito mais desafiadora, inevitavelmente, com relação à necessidade do estrangeiro de assimilar e aprender a nova cultura, chegando mesmo, com o tempo, a ter que *enfrentar o desafio de não cair no extremo de se perder de suas origens e até de si mesmo*.

Entretanto, nada disso é garantia ou regra de que o imigrante “aprende” mais da cultura estrangeira do que o viajante. Nem que o imigrante é um perdido de si, ou pode vir a se tornar um e não o viajante. Muitíssimas vezes, o viajante apenas viaja porque está “perdido de si”, porque é urgente para ele vislumbrar novas maneiras de ser e viver, encantar-se novamente com as culturas, sentir-se novamente parte da humanidade.

Na verdade, tudo isso são questões da condição humana que, embora possam se expressar nas vivências e experiências da viagem ao estrangeiro ou da imigração para o estrangeiro, não se resumem nem se resolvem unicamente nestas

situações. As questões relativas ao problema do encontro e da perda de si mesmo são mais complexas e profundas, podendo se expressar de infinitas e diferentes formas.

Ser “estrangeiro de si mesmo” parece ser uma constituição fundamental do homem, pensada por Freud na descoberta do inconsciente, radicalizada pelo *Ser e Tempo* de Heidegger. Ao invés de atermo-nos a questões relativas às relações internacionais e à problemática das construções e representações de nacionalidades e nacionalismos, a abordagem que privilegiamos tem sido sensível ao problema das identidades locais³⁵. “O indivíduo começa a exercer cada vez mais sua capacidade de mover-se entre diferentes mundos culturais, experimentando transformações até agora inéditas em suas vidas”³⁶.

Num tempo em que se privilegia o discurso de que somos, todos, seres planetários e globais, é inevitável que voltemos a pensar a questão das *localizações*, dos *deslocamentos*, dos conflitos entre culturas e identidades culturais, e do surgimento de culturas híbridas³⁷ que lançam novas questões à problemática da representação da nacionalidade e ao fenômeno dos nacionalismos, além de fomentarem novas questões acerca das relações entre o “eu” e o “outro”.

É um movimento que não poderia mais ser ignorado. Por um lado, muitos pensadores contemporâneos lançam perspectivas diferentes e nos permitem enxergar melhor a tensão entre centro e periferia, entre localidade e globalidade³⁸, entre o que chamamos, ainda, nacional e estrangeiro, ou, ainda, *cidadão* e *estrangeiro*.

³⁵ Cf. GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

³⁶ SIDEKUM, Antônio. *Op. Cit.* p.19.

³⁷ Cf. CASTELLS. *O Poder da Identidade*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

³⁸ Por exemplo, os trabalhos de MARTÍN-BARBERO, Jesús, *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2003; BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1998; TOURAINE, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis, Vozes, 1998.

Por outro lado, a narrativa e a leitura que fazemos de nós mesmos parecem estar ainda ligadas a persistentes “arcaísmos”, pensados e forjados na segunda metade do século XIX. Ainda não conseguimos, e não há o menor indício de que venhamos a consegui-lo, administrar o direito e promover a *ewigen Frieden*, a “paz perpétua”, como a pensava Immanuel Kant em fins do século XVIII³⁹.

Não se deve considerar como válido um tratado de paz que se tenha ajustado com a reserva mental de certos motivos capazes de causar no futuro outra guerra.⁴⁰

Para Kant, o estado de paz era o único que poderia garantir os direitos do *altere do ego*, possibilitando, portanto, a convivência pacífica entre povos, culturas, pessoas diferentes. O estado de paz pensado por Kant não deve ser confundido com um temporário armistício. O armistício é a condição mais comum da hodierna geopolítica, e nada tem a ver com a *ewigen Frieden* kantiana. Hoje não se fala mais em paz, salvo em contextos religiosos. A constatação dos limites e dos direitos do *altere do ego* objetivando a paz somente é pensada, planejada e articulada por meio de discursos religiosos, e ainda que tais discursos sejam válidos em determinadas situações e contextos, não são pertinentes a estados que se propõem laicos. Ainda nos comportamos e atuamos publicamente dentro dos limites sempre competitivos das contraposições entre *altere ego*, entre o “eu” e o “outro”. Assim também o *nacional* e o *estrangeiro* são limitações dentro das quais muitos de nós, individual e coletivamente, tendemos a pensar a questão do *outro*, a questão da alteridade e a da identidade.

³⁹ KANT, Immanuel. *Zum ewigen Frieden - Rumo à Paz Perpétua*. São Paulo, Ícone, 2010.

⁴⁰ Idem. *Ibidem*, p. 21.

A contraposição entre *nacional* e *estrangeiro* não é adequada nem para compreender o que, a cada momento histórico, se entende por nacional, nem para compreender o que é o estrangeiro.

Entre os antigos gregos, o estrangeiro (*xénos*) era aquele que não era cidadão. Não era a sua contraparte, nem o seu reflexo em negativo, nem o seu antípoda necessário: a ideia e a experiência cidadãos existiam independentemente da presença ou mesmo da existência de estrangeiros na *polis*. Claro que aqueles que, por diversas razões, não podiam exercer cidadania, apareciam como *xénos*. Mas isso não significava necessariamente uma “heresia”, uma falha, uma ausência.

O *xénos* era dotado de outro status e tinha outra posição dentro da *polis* grega. Um hóspede, era o *xénos*. Aliás, esta é uma das principais conotações da palavra em grego: *hóspede*⁴¹. É evidente que o status do *xénos* na *polis* não devia ser uma posição propriamente confortável, embora Platão ironicamente pensasse no estrangeiro como um deus, provavelmente uma ironia dirigida aos sofistas de seu tempo⁴².

A tradição ocidental identifica a “gênese” do cidadão na *polis* grega. Aliás, *nos pensamos* como cidadãos, como *politikós*, desde os gregos antigos. Os pensadores modernos, sobretudo Locke, atualizam a ideia de cidadão. Suas “atribuições” não diferem tanto daquelas exercidas pelo *politikós* na *polis* grega; a grande diferença é que a liberdade passa a ser o âmbito e a “morada” do homem. (Lembremos que, a rigor, também para os gregos pode-se dizer que a liberdade era a condição necessária para o *politikós*: por isso é que tanto escravos quanto *xénoi* não eram *politikoi*).

Após a Revolução Francesa, pelo menos do ponto de vista da história das

⁴¹ Sobre o *xenos* como hóspede, cf. Platão. *Le Sophiste*. Paris, Flammarion, 2007.

⁴² Platão, *Ibidem*.

ideias, a aspiração à liberdade era o fim ético e político de todo homem, pois era a única condição de realização da cidadania. Entretanto, mesmo os estrangeiros podiam, sob a ótica de um Benjamin Constant, por exemplo, ser cidadãos. Um cidadão tornava-se estrangeiro à medida que passava a ser-lhe inacessível, incompreensível ou interdito o espaço público político. *Estrangeiro*, sob esse ponto de vista, pouco tem a ver com o deslocamento de um indivíduo de sua terra natal, tem muito mais a ver com a questão das *localizações*. No dizer de Edgar Montiel, “tem-se *descorporizado* a relação entre o indivíduo e seu contorno”⁴³. Nesse sentido, privilegamos a compreensão do que é estrangeiro a partir de um ponto de vista muito mais de *localização* do que de *localidade* – em outras palavras, enfatizamos muito mais o aspecto político e cultural do significado de estrangeiro do que o seu aspecto jurídico.

Muitos estudos sobre a presença de estrangeiros no Brasil têm privilegiado seu aspecto jurídico. A presença italiana no país tem sido pensada e pesquisada a partir dos grandes fluxos migratórios ocorridos, sobretudo, após 1880. Tanto em livros didáticos para o ensino de História do Brasil quanto em trabalhos produzidos em Universidades, é comum associar a presença estrangeira no país à substituição da mão de obra escrava. Na verdade, desde fins da primeira metade do século XIX que se associa a colonização estrangeira à escassez de mão de obra:

Póde a colonisação estabelecer-se por aggregações de indivíduos, que venhão rotear nossas terras e matas virgens, e nellas cultivar plantas indigenas ou exóticas, mediante o aforamento ou doação de certas porções de terrenos, ou pelo attrahimeto de indivíduos, sem congrua subsistência no paiz natal, que venhão empregar-se ao serviço dos nossos Agricultores, e de outras pessoas, mediante um salario, e substituir assim os braços Africanos, que nos vão faltando.⁴⁴

⁴³ SIDEKUM, Antônio. *Op. Cit.* p. 23.

⁴⁴ *Relatório da Província do Rio de Janeiro*, 1844, pp. 31-32. Conferir também Portaria do Ministro do Império sobre a necessidade de se substituir o braço escravo pelo operário europeu: Arquivo Geral da Cidade do Rio e

Muitos estudos privilegiaram o impacto da presença estrangeira na economia brasileira, e nos costumes. Nossas reflexões e nossa abordagem das fontes históricas, entretanto, nos levaram a pensar a questão para além das “limitações de qualquer teoria que explique os diferenciais de poder tão somente em termos de posse monopolista de objetos não humanos, tais como armas ou meios de produção”⁴⁵.

Outros trabalhos foram pensados tendo em vista o “embranquecimento” da população local e o surgimento de novos padrões civilizatórios nas regiões de maior fluxo imigratório. Esse foi todo o *leitmotiv* dos primeiros trabalhos sobre imigração e colonização, que começaram a ser escritos ainda no século XIX⁴⁶.

Carlo Nagar, cônsul do Reino das Duas Sicílias em Vitória, atenta para a importância de “refletirmos sobre o passado dos nossos avós e bisavós imigrantes”. Está claro que seu estudo é muito mais uma “prestação de contas” ao seu reino do que um trabalho historiográfico *scriptu sensu*. Há, todavia, detalhes interessantes sobre a travessia do Atlântico e as condições de vida dos imigrantes. Após 25 dias viajando entre Gênova e Vitória, os italianos recém-chegados eram quarentenados na Hospedaria Pedra d'Água, na Ilha Grande. Sobre esses seus conterrâneos, Nagar relata:

Apesar de todo este desgaste, observam-se, na Hospedaria dos Imigrantes, nesta cidade, centenas de famílias de compatriotas, gente toda sadia, forte

Janeiro, 44-4-45, 26/11/1846, folhas 1-5.

⁴⁵ ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

⁴⁶ TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem à Província do Espírito Santo e Colonização Suíça*. s/l, Apees, 2004; Idem, *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Rio de Janeiro, Martins, 1953; Idem, *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes*. Gotha: J. Perthes, 1862. Há vários outros escritos de Tschudi. Ele esteve no Brasil entre 1857 e 1859, e no ano seguinte foi designado embaixador suíço no Brasil, cargo que ocupou durante 8 anos.

e corada, ainda com o sorriso das não perdidas ilusões, que, se comparadas àqueles que aqui residem há alguns anos, já tornados macilentos, com a cor pálida a revelar a latente enfermidade do fígado, torna-se difícil acreditar na tão propalada salubridade deste clima.⁴⁷

Se observarmos fotografias de imigrantes, é bastante visível a questão da exploração e, sobretudo, a questão da escravidão. São visíveis, também, as condições deploráveis em que viajavam muitas dessas pessoas.

Outros estudos pioneiros sobre a presença de italianos no Brasil foram realizados por descendentes dos primeiros colonos imigrantes. Mesmo na historiografia recente sobre o tema, ainda é possível ver trabalhos que denotam certo “orgulho” das origens, que propõem diferenciações de padrões étnicos e culturais diversos entre as populações locais e os imigrantes.

Há certamente uma ideologia que norteia essa espécie de “orgulho”: é como se as diferenciações entre estrangeiros e brasileiros fossem significativas, *de per si*, do distanciamento entre um *ethos* nacional – ligado aos “vícios” coloniais (os tipos “ideais” e estereótipos, como, por exemplo, a ideia de Casa Grande e Senzala) – e um *ethos* outro, igualmente carregado de polissemias: estrangeiro, excêntrico, branco, cristão, europeu.

Alguns discursos sobre a imigração propõem certa “superioridade” cultural e racial das populações de imigrantes, e corroboram com o discurso etnocêntrico, de que o Brasil, como nação, passou a se ocidentalizar e civilizar somente a partir da chegada em massa de imigrantes europeus, como se não houvesse civilização em povos não europeus. E, sobretudo, como se a civilização que os portugueses aqui

⁴⁷ NAGAR, Carlo. *O Estado do Espírito Santo e a Colonização Italiana, 1895 - Relato do Cavaleiro Carlo Nagar, Cônsul Real em Vitória*. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1995, pp. 54-55.

experimentaram fosse uma civilização “de segunda categoria”.

Esse tipo de abordagem, segundo a qual os estrangeiros embranqueceram e ocidentalizaram um atrasado Brasil luso, é ainda bastante influenciado pelo modo como a cultura e a história nacionais eram percebidas no século XIX. Eram tempos em que ainda não se falava em culturas, no plural, mas somente em Cultura como sinônimo da civilização branca, europeia, cristã. Tempos em que o Brasil necessitava ser uma nação, nos moldes das nações europeias.

A vigência de um modelo de interpretação da imigração e da colonização que levava em conta questões como o “embranquecimento” da população teve origens já no século XVI. O horror ao índio nu suscitou diversos discursos sobre a superioridade dos cristãos. Após o século XVII, sobretudo, já se começava a falar da superioridade das culturas europeias. Mas foi no século XIX que a questão “simplificou-se”, passando a serem identificadas na “raça branca” todas as características desejadas para uma sociedade. O exemplo do cônsul italiano em Vitória, Carlo Nagar, não é um caso isolado de como o discurso “oficial” tratava a questão do imigrante estrangeiro. O relatório do vice-presidente da província do Rio de Janeiro já buscava, em 1844, promover a vinda de colonos brancos, preferencialmente “da Suíça para cima”:

Para fazer a colonisação em grande escala, como forão os desígnios d’Assembléa pela sua providente Lei de 30 de Maio de 1840 n° 226, era mister dispôr e preparar as cousas, para promover a vinda de colonos brancos, e recebê-los na Provincia convenientemente; e assim dissipar com antecedencia, muitos preconceitos, e prevenções que se tem espalhado no Estrangeiro contra a idéa de colonisação no Império, em consequencia do pouco feliz exito que teve a Colonia de Nova Friburgo, a primeira que se fundou n’esta Provincia, e que, descripta|em côres demasiadamente carregadas por viajantes, que visitavãoaquelle nascente estabelecimento, muito nos desconceituou aos olhos da Europa culta. (...) Seus colonos serão

escolhidos nos Campos dos departamentos Septentrionaes da França, margens do Rheno e Suissa, por serem os habitantes destas paragens mais dóceis que os dos paízes Meridionaes, terem costumes mais puros, paixões menos vivas, serem laboriosos, e conseguintemente mais fáceis de reger.⁴⁸

A ideia de que imigrantes italianos promoveram um “embranquecimento” da população brasileira é, além de balizada em preceitos racistas, bastante frágil, se compararmos a imigração estrangeira para o Brasil à imigração estrangeira para outras partes do mundo. Vejamos como eram chamados os imigrantes italianos nos Estados Unidos da América:

1. Em certas regiões, utilizava-se o termo *bat* (morcego), em alusão à compleição “meio branca e meio negra” dos italianos;
2. Na Louisiana e estados circunvizinhos, utilizava-se o termo *black dago* (adaga negra), em alusão aos italianos como “negros violentos”;
3. Na Louisiana, Alabama e Geórgia, os italianos eram chamados de *Guinea*, como “porcos da Índia”, evidenciando o preconceito em relação à compleição física dos italianos;
4. Em Nevada, muitos eram chamados de *Modok*, nome de uma tribo indígena de pele escura, um equivalente a “pele-vermelha”.

No Rio de Janeiro, já na década de 1850, falava-se em *carcamano*; excetuando-se os tempos gloriosos da Roma Imperial e a então moderna ópera lírica italiana, tudo o mais que se associava à Itália era uma massa de *carcamanos*:

⁴⁸Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1844, pp. 31-32. Grifos nossos.

Sabíamos que havia uma Itália, terra da música, e das festas religiosas com a barbaria dos seus *monstruosos* tipes [na versão italiana, *monstruosi soprani*] Tudo mais era para nós terra de *Carcamano*.⁴⁹

O *carcamano* era o italiano espertalhão, que “calcava a mão” na balança para aumentar o peso do produto a ser vendido nas feiras. É interessante notar que esse termo não é conhecido na Itália, o que reflete que seu uso foi frequente nos lugares para os quais imigravam, e onde ocupavam posições de feirantes e vendedores ambulantes. É um termo bastante difundido no Brasil, desde pelo menos a década de 50 do século XIX.

Conforme dissemos anteriormente, os italianos foram vítimas de inúmeros preconceitos, o que talvez tenha afetado seu movimento migratório para o Brasil. Mesmo dentro da península itálica, havia controvérsias e polêmicas sobre a origem do povo italiano. Giuseppe Sergi sustentava que a Itália havia sido colonizada, em tempos remotos, por populações africanas de origem abissínia, o que justificava ser a sua população “metade branca e metade negra”⁵⁰. Vemos, então, que os preconceitos não são gerados apenas pelo outro estrangeiro, mas também pelo próprio cidadão – o que reflete nossa condição de sermos, a cada momento, estrangeiros uns para os outros e também para nós mesmos.

Por outro lado, experiências de viagem ao estrangeiro e de imigração são bastante exemplares e privilegiadas para percebermos e discutirmos as relações entre identidade, alteridade e cultura: entre *ensimesmamento*, *alteração* – nas palavras de Ortega – e *cultura*, ou entre *perda e busca do autêntico de si mesmo* –

⁴⁹ *L'Iride Italiana*, 04/02/1855.

⁵⁰ SERGI, Giuseppe. *Op. cit.*

nos termos de Heidegger – e *cultura*.

Entretanto, embora nosso estudo não privilegie o colono imigrante na sua relação com o trabalho escravo, que dizer acerca dos irlandeses que, apenas chegados à Praia Vermelha na década de 1820, já queriam voltar à sua terra, por estarem com fome, por se dizerem enganados pelo capitão Cotter e pelo Imperador Pedro I, por terem seus filhos que mendigar por sua sobrevivência nas ruas da Corte?⁵¹ Pede o inspetor da Colonização Estrangeira na Província que sejam, averiguados esses fatos, no sentido de

proceder as mais restrictas averiguaçoens para se-conhecer quem sejam as crianças pertencentes a homens do Corpo d’Estrangeiros, as quaes andão mendigando por esta cidade⁵²

Que dizer da “espontaneidade” dos fluxos migratórios de incontáveis de estrangeiros ao Brasil, que, amontoados na terceira classe de vapores, muitas vezes viajando no convés e mesmo na casa de máquinas, pereciam às centenas, de fome e moléstias? Trata-se de um movimento espontâneo? O navio italiano Matteo Bruzzo, escapando do naufrágio diversas vezes, foi obrigado a retornar do Brasil à Itália em 1884, sem que os passageiros pudessem desembarcar em solo brasileiro, em virtude de epidemia a bordo, da qual pereceram 19 pessoas.

Em vários momentos durante todo o longo século XIX, navios provenientes do Brasil eram proibidos de atracar em portos europeus, por serem as epidemias de cólera bastante divulgadas, não só pelos jornais brasileiros, mas também através da correspondência consular. É curioso, entretanto, que o movimento contrário tenha

⁵¹BR RJAH, Lata 253, maço 1, docs. 046, 047 e 048

⁵²Idem, doc 007.

existido. Nos portos do Brasil, em 1884, era espantoso o volume de navios que traziam estrangeiros. A colonização era já um negócio bastante rentável, e tornavam-se cada vez mais comuns as demandas e reclamações de embaixadas e legações estrangeiras junto ao Itamaraty.

O fato de um navio repleto de estrangeiros ter sido mandado de volta ao seu porto de origem pode nos fazer supor que já não havia a preocupação em “agradar os governos estrangeiros”, tão típica dos primeiros estatutos sobre o estabelecimento de colônias estrangeiras. O Brasil já tendia a tratar o imigrante estrangeiro como um trabalhador braçal, um *bracciante*, um excêntrico de outra categoria: um perfeito *outsider*.

A dispersão das fontes documentais foi um fator que influenciou toda a nossa metodologia. Em relação à produção contemporânea sobre os fluxos migratórios para o Brasil, percebe-se que os arquivos de São Paulo abundam em documentos que, dada a sua variedade e o seu enorme número, podem ser listados e classificados em séries documentais. A documentação sobre estrangeiros disponível nos arquivos do Rio de Janeiro, além de prestar-se também à organização serial, nos sugere que outros caminhos são possíveis e factíveis. O fato de os documentos referentes aos mesmos “fatos” ou às mesmas personagens encontrarem-se dispersos em diversos arquivos permite que tanto a metodologia quanto a abordagem dos dados difiram radicalmente das perspectivas comuns sobre o imigrante no Brasil. Não é nas séries documentais que traçaremos o perfil do nosso objeto de estudo. Há ofícios e cartas espalhados pelos arquivos cariocas, como o Arquivo Nacional, o Arquivo do Estado, o do Itamaraty, o do Exército etc. Documentos encontrados no Arquivo Nacional ligam-se diretamente a notícias publicadas em jornais alemães da década de 1840, por exemplo. Ofícios da

Inspetoria da Colonização Estrangeira do Rio de Janeiro da década de 1820 encontram-se dispersos em diferentes fundos nos Arquivos Nacional e do Itamaraty, e alguns documentos do Arquivo Municipal de Cork, na Irlanda, ligam-se diretamente a tais ofícios, já que muitos marujos e corsários vieram de Cork para o Rio de Janeiro na década de 1820.

Numerosos arquivos de estado na Itália contêm documentos fundamentais para a compreensão da presença italiana no Rio de Janeiro, não apenas pela natureza das informações que fornecem, mas, sobretudo, pelo vínculo que possuem com documentos dispersos pelos nossos arquivos e por crônicas publicadas em jornais cariocas.

Para além de abrir novos caminhos metodológicos, a dispersão das fontes documentais também nos leva a repensar a forma como temos abordado a questão do estrangeiro e da chegada maciça de estrangeiros ao Brasil no século XIX.

Se a dispersão das fontes documentais não nos permite, num primeiro momento, um estudo quantitativo da presença estrangeira no Rio de Janeiro, ou uma compilação de 'séries documentais', a análise de alguns momentos do século XIX nos abre caminhos para reflexões sobre as formas como o estrangeiro provocou reações políticas diversas segundo os diferentes contextos sociais em que se inseriam.

Desta forma, privilegiamos o estudo de alguns casos, ilustrando tensões que se estendem para além de uma simples compreensão das práticas e das dinâmicas migratórias para a cidade, mas cujo ponto central é a compreensão das formas pelas quais se processou a evolução das sociabilidades desenvolvidas entre estrangeiros e cidadãos brasileiros.

É importante observar que estamos falando de brasileiros e estrangeiros que

viviam num momento caracterizado por uma intensa busca e negociação de uma identidade para o sentido das nacionalidades. No caso específico do Brasil, o sentimento nacional se fundamentava e estabelecia à medida que eram percebidos os 'estrangeiros' internos, indígenas e, sobretudo, os escravos negros, além dos estrangeiros que chegavam.

A ideia de migração compreende um enorme microcosmo de experiências sensíveis, individuais e coletivas, representadas e praticadas por personagens anônimos, invisíveis a uma historiografia mais preocupada com a ampla envergadura dos processos migratórios e seus fluxos quantitativos. O imigrante é somente um aspecto do estrangeiro. Como dissemos, a historiografia sobre escravidão de negros no Brasil, por exemplo, não tem abordado suficientemente a questão do africano como estrangeiro: a interpretação que predominou foi a de cunho marxista, a da coisificação do africano e sua transformação em trabalhador escravo no Brasil. Entretanto, devemos lembrar que esses africanos também eram estrangeiros no Brasil, e, como estrangeiros, produziram práticas e representações que enriquecem a questão da identidade e da alteridade. Caberia traçar as diferenciações entre o que chamamos de estrangeiro e o que chamamos de imigrante.

Imigrante é o estrangeiro que veio para ficar, para se fincar. O escravo é um prisioneiro de outra nação, de outra cultura. Na época grega, dizia-se que o escravo tinha perdido a alma. Na Esparta do oitavo ao sexto séculos a.C., os espartanos tinham o total domínio sobre uma parte significativa da população, os chamados hilotas. Eram escravos das famílias espartanas e, para que não sobrepujassem os guerreiros espartanos, os mais vigorosos dentre eles eram periodicamente

assassinados⁵³. Os espartanos, hábeis na arte da guerra, mantinham todos os estrangeiros sob estrita vigilância e, não raro, deportavam pessoas indesejáveis oriundas de outros países.

Estrangeiros todos nós somos sempre com relação às outras culturas diferentes da nossa. Quando estamos em solo estrangeiro, essa condição é desafiada a vir à tona. Entretanto, ela ultrapassa a simples condição do viajante. Porque, em essência, o estrangeiro é o estranho. A experiência do estrangeiro, da terra estrangeira, de estar em solo estrangeiro e deparar-se com coisas e hábitos totalmente estranhos faz aparecer a estranheza da condição humana e das culturas, que, entretanto, carregamos sempre conosco, seja em terra natal, seja em solo estrangeiro. Assim, sentimo-nos estranhos, como estrangeiros em nosso próprio país, quando não nos identificamos com costumes e hábitos, quando não mais encontramos nos padrões vigentes de nossa cultura os caminhos que libertem a nossa alma e nos reconduzam a nós mesmos. Sentimo-nos estrangeiros quando nos sentimos apartados das coisas, do mundo e dos outros, ou como poeticamente diz Fernando Pessoa, quando não sentimos “fraternidade com as coisas”.

Estranhos estrangeiros nos tornamos, todos nós, com relação a nós mesmos, quando não mais nos reconhecemos, quando não sabemos mais quem somos, quando nos tornamos vazios e esquecidos de nós mesmos. É, no mínimo, intrigante o que faz uma pessoa, uma família inteira, ou muitas famílias deixarem sua pátria para se fixarem e tentarem a vida numa terra estranha. Talvez eles assim o façam por já se sentirem estrangeiros em seu próprio solo natal. É dessa estranheza da condição humana e da sua necessidade de ter de criar seu próprio *ethos* para poder viver de que fala o fragmento de Heráclito: *Ethos antropoi daimon*: a morada do

⁵³ ROSTOVITZEFF, M. *História da Grécia*, Rio de Janeiro, ed. Guanabara, p. 95.

homem é o divino, o extraordinário. É como se os estrangeiros estivessem “presos” a um tempo e lugar. Ser estrangeiro significa, em certa medida, estar sempre em outro lugar, um lugar interno. Este lugar imaterial não é partilhado com os outros ao redor; aliás, ele não é partilhado nem com outros estrangeiros de comum origem, se entendermos essa partilha como algo discursivo. Esse “lugar” é partilhado de outra forma: os códigos do país de origem são compreendidos talvez de forma mais radical quando se está num país estrangeiro. Aqui temos algo a ser pensado: aquele a quem chamamos estrangeiro encontra-se num país... estrangeiro! Ele somente se percebe como estrangeiro quando está num país estrangeiro. É como se, deslocado de seu lugar de origem, ele percebesse todo o seu redor como estrangeiro: tão estrangeiro quanto ele próprio.

Nos vários contratos de imigração estabelecidos entre 1852 e 1853, podemos perceber algumas tendências da contratação de lavradores e operários para o Rio de Janeiro, que mais tarde se transformariam em modelos a ser seguidos pelas inúmeras políticas de imigração e colonização no país. Os imigrantes deviam mostrar provas escritas e autenticadas, ao agente do contratante na Europa, de terem sido chamados por parentes estabelecidos no Brasil, com indicação da propriedade rural e município em que estes residiam. O contratante geralmente dava preferência a famílias de imigrantes chamados previamente por parentes estabelecidos no Brasil. As famílias deviam ser de lavradores, mas podia-se permitir a introdução de operários de artes mecânicas e industriais. Os imigrantes deviam ser “válidos”: menores de 50 anos. Os maiores de 50 anos somente podem vir com família de descendentes. Pessoas desacompanhadas somente podiam vir se fossem menores de 40 anos. O governo devia fazê-los vir em vapores de 1ª classe, em que se observassem as regras estabelecidas pela Inspetoria de Higiene Federal.

Os vapores deviam ter médicos, ambulância médica e cirúrgica. A alimentação no vapor deveria ser “sadia e abundante”. É evidente que isso indicava a necessidade de se “importar” sujeitos saudáveis e aptos ao trabalho, além de afastar o espectro escravocrata de que muitas vezes o processo imigratório foi acusado.

Outros indícios nos levam a reconstruir as condições de vida de inúmeros imigrantes espalhados pela província do Rio de Janeiro. No relatório da Casa de Saúde Nictheroyense para o 1º semestre de 1862, 70% dos indigentes atendidos no hospital eram estrangeiros⁵⁴. Dentre aqueles que não eram indigentes, 40% eram brasileiros, ao passo que 60% eram estrangeiros, provavelmente mais suscetíveis ou mais desavisados em relação às diarreias ocasionadas pela febre amarela e pelo cólera⁵⁵. As profissões listadas eram todas referentes às das classes mais humildes da sociedade: quando não se tratava de mendigos, os internos do hospital eram em geral trabalhadores de obras públicas, costureiros, criados, carpinteiros, alfaiates, caixeiros, charuteiros, cozinheiros, lavadeiras, pescadores, canteiros, pedreiros, bombeiros, sapateiros e serralheiros, além de negros escravizados. As doenças de que padeciam eram, do maior ao menor número de casos: úlceras, reumatismo, tubérculos pulmonares, supressão da transpiração, colite, febres intermitentes, abscessos, cancros venéreos, sífilis, tubérculos mesentéricos, catarata, contusões e ferimentos, hepatite, problemas cardíacos, anasarca, angina e bronquite. Podemos conjecturar que as condições de vida não eram fáceis para o estrangeiro na Corte. São frequentes, entre as décadas de 1850 e 1860, as epidemias de cólera. Todos os dias, os jornais dão notícia de inúmeros mortos em virtude das febres, dentre os quais é expressiva a quantidade de estrangeiros.

Esse tipo de imigração difere *radicalmente* daquela direcionada à Corte entre

⁵⁴BR RJAPERJ , Fundo PP, Notação 0256, maço 1, caixa 092;

⁵⁵BR RJAPERJ , *Ibidem*.

os anos 1840-1860. Quem vinha à Corte como o fizeram Galleano-Ravara, Bosisio e os irmãos Farani, célebres italianos no Rio de Janeiro, não chegavam amontoados na terceira classe de navios. Vinham geralmente sós. Traziam consigo seus instrumentos de trabalho, livros, quadros, obras de arte, instrumentos musicais. Trata-se de um tipo diferente de imigração, que foge ao padrão observado após a Unificação Italiana: o das numerosas famílias italianas que vinham trabalhar nas lavouras e sertões, como veremos nos próximos capítulos.

3 OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO IMPÉRIO

Não é porque se é estrangeiro que não se tem, igualmente, o seu próprio estrangeiro.

Julia Kristeva. *Estrangeiros para nós mesmos*.

Xénoi e *politikoi* – estrangeiros e cidadãos: duas palavras evocadas desde a época áurea da *polis* grega. No contexto de nossa pesquisa, algumas vezes nos deparamos com estrangeiros que lutam por cidadania, e com cidadãos que se sentem estrangeiros em sua própria pátria. Os projetos de colonização abriram espaço para se pensar no estatuto do estrangeiro, à medida que ficavam explícitas as diferenças entre estes e os cidadãos brasileiros.

No que diz respeito aos projetos de colonização e imigração, as décadas de 1820, 1830 e 1840 foram marcadas por inúmeras discussões sobre a necessidade de introduzir imigrantes europeus no Brasil, tanto nas lavouras quanto nas obras públicas. A província do Rio de Janeiro e a Corte foram locais privilegiados para a importação e distribuição desses estrangeiros, em sua maioria provenientes de Portugal, mas também da Alemanha, Itália, Espanha, Suíça, França, Inglaterra, Irlanda etc. Uma das preocupações do Governo Imperial era a de dissipar os “preconceitos” que se tinham espalhado na Europa contra a ideia de colonização no Império. O Jornal *A Pátria*, em sua edição de 04/01/1856, reconhece que alguns imigrantes suíços foram iludidos por um ou outro agente de colonização, que, “produzindo aquelas decepções desconfiança em outros que aliás estão dispostos a emigrar para o império, recorrem estes em regra ao nosso cônsul pedindo

informações sobre a veracidade das proposições que lhes são feitas”⁵⁶. O governo imperial toma uma série de medidas a fim de “remover os embaraços que a desconfiança oferece ao contrato”⁵⁷. Apesar dos inúmeros preconceitos e inconvenientes que a presença estrangeira suscita em solo nacional, não faltam apologias à colonização e defesas dos direitos dos estrangeiros, veiculadas tanto em relatórios oficiais quanto em diversos periódicos:

(...) a sorte que o espera [ao imigrante] em um outro mundo cujos usos não conhece, nem a linguagem, e onde não é certo encontrar o prompto allivio á sua miséria (...)

O jornal tenta colocar-se na perspectiva do estrangeiro imigrante, em primeiro lugar alertando para os motivos que o fazem emigrar (encontrar o pronto alívio à sua miséria), para então solidarizar-se com esse *outsider* e, finalmente, reconhecer-lhe direitos:

Achará elle um amigo, um homem que o saiba comprehender, um compatriota ou um estrangeiro mesmo em quem elle possa despontar confiança, e com o apoio e proteção do qual lhe seja possível contar para tirar-se da crise momentânea, porém difícil, na qual se vai viver?⁵⁸

O discurso de alguns jornais vai muito além do discurso oficial que visava a povoar, desenvolver e “embranquecer” certas regiões do Brasil. O mesmo jornal *A Pátria*, apesar de título tão aparentemente nacionalista, questiona a necessidade da implementação imediata de instâncias públicas destinadas ao acolhimento desses estrangeiros:

⁵⁶A *Pátria*, 04/01/1856.

⁵⁷*Idem*.

⁵⁸*Idem*.

É aqui que se fazem sentir a necessidade palpitante e as vantagens do estabelecimento de uma companhia que se encarregue de o guiar [o estrangeiro], e socorrendo-o com seus conselhos, o desembarce de todas essas preocupações tão inquietantes.⁵⁹

Outro jornal, o *Correio da Tarde*, também esclarece sobre os benefícios de uma colonização bem planejada e bem conduzida. Em editorial intitulado “Escravidão e Colonização”, o editor ressalta a importância de se seguir o modelo norte-americano, sobretudo no que diz respeito à liberdade religiosa. Em artigo bastante controverso, o jornal aponta as incompatibilidades e os inconvenientes econômicos da escravidão, impossibilitando “emparelhar o negro com o branco no trabalho de campo”⁶⁰. Tais medidas “liberais” poderiam, segundo o editor, possibilitar que “o colono encontre segurança para sua prosperidade, facilidade na aquisição do território e liberdade civil”⁶¹. O jornal *A Palestra* reclama “do esquecimento em que se acha a questão da colonização, hoje por ventura a de mais vital interesse para o império”⁶². É interessante que os jornais apontem para a questão da liberdade e dos direitos civis dos estrangeiros. Aparentemente, do ponto de vista do governo, a justificativa para a introdução de trabalhadores estrangeiros era a necessidade de substituição do trabalho escravo africano, não tanto por questões éticas ou civis, mas pela falta de escravos: buscava-se “substituir assim os braços Africanos, que nos vão faltando”⁶³. Era necessário atrair não somente os “braços morigerados” dos lavradores europeus, mas também operários “industriosos”, “afim de suprir com el[es] o vacuo que já se experimenta nas diversas officinas, em consequência da

⁵⁹ *Idem.*

⁶⁰ *Correio da Tarde*, 25/8/1855, p. 1.

⁶¹ *Idem.*

⁶² *A Palestra*, 02/7/1854

⁶³ *Relatório da Província do Rio de Janeiro*, 1844, pp. 31-32.

cessação do tráfico da escravatura”⁶⁴.

Após a década de 1870, entretanto, dadas as dificuldades em relação ao tráfico de africanos, o governo vai assumindo outro tipo de discurso, mais afinado com o que então se supunha ser o discurso oficial dos países “civilizados”. Entretanto, esse discurso parece apontar muito mais para a importância da colonização branca e europeia:

Se a escravidão que aviltava o trabalho agrícola está condenada, e dentro em poucos annos, pelo effeito das providencias contidas na lei de 23 de setembro de 1871, como pelos philantropicos sentimentos da população brasileira, será apenas uma triste lembrança do passado; se temos leis que facilitem as naturalisações; se existem disposições que regulem o transporte de immigrants; se nossas instituições no que respeita á garantia dos direitos individuaes, concorrem com as dos paizes mais adiantados (...) nem por isso temos já conseguido remover tudo quando póde ser obstáculo á acção do Governo e dos particulares no empenho de promover o estabelecimento da tão desejada corrente da immigração européa.⁶⁵

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro buscava, nesse contexto de considerável escassez de escravos, atrair da Europa operários calceteiros, carpinteiros, pedreiros e canteiros, para serviços de obras na Corte. Em ofício dirigido ao presidente e aos vereadores da Câmara, Henrique de Beauxpaix Rohan diz que

os officios mecânicos que mais se empregão nas obras dessa Ill^{ma} Câmara são os de pedreiros, carpinteiros e calceteiros, sendo sobretudo mui útil a introdução destes últimos, que nunca deixarão de ter emprego, e cujo número actual he pequeno em relação aos trabalhos que há a fazer.⁶⁶

⁶⁴*Idem.*

⁶⁵*Relatório do Ministério da Agricultura, 1874, p. 248.*

⁶⁶*Idem.*

Não era qualquer estrangeiro que interessava aos projetos do governo para a colonização e imigração. De fato, a Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro, já em 1837, declarara

Que a Mesa não inscreverá nos Livros da Sociedade Colono algum que não seja lavrador, trabalhador do campo ou artífice, preferindo os de artes mecânicas, e entre estes os alvinéos, pedreiros ou canteiros, calafates, carpinteiros, marceneiros (sic), ensambladores, ferreiros, fundidores e serralheiros &c.⁶⁷

Devia-se, portanto, importar gente que fosse “realmente útil” ao país, “pelo seu trabalho, indústria e costumes”. Os estrangeiros deviam mostrar seus atestados de moralidade, cabendo à Sociedade Promotora de Colonização aceitar ou recusar a sua permanência em solo nacional. O Império não estava “aberto a qualquer um”, embora os sertões fossem vastos e a necessidade de trabalho, frequente. A preocupação em relação à entrada e à permanência de estrangeiros no Brasil não era aleatória. Em muitos documentos, exigia-se que os colonos fossem “moralizados”, “saudáveis”, “morigerados” etc. Tais exigências provavelmente provinham do descontentamento do governo em relação a muitos dos estrangeiros que já habitavam a Corte desde a década de 1820.

O Brasil que muitos estrangeiros encontraram não era exatamente a ‘terra prometida’ com que talvez sonhassem. Não era incomum encontrar crianças filhas de estrangeiros a mendigar pelas ruas da Corte. Muitas crianças, filhas dos corsários alemães, ingleses e irlandeses que serviam no 25º Batalhão do Corpo de Estrangeiros, deviam mendigar pela sua sobrevivência pelas ruas da Corte, ao passo que seus pais se amotinavam na Praia Vermelha, exigindo do Governo que

⁶⁷BR RJAH, lata 253, Pasta 3 (Ofícios da Sociedade Promotora de Cononização), maço 2, 1837.

lhes fosse “enchida a barriga”, já que até mesmo o pão que comiam “era tão máo que nem o seo cavallo o queria comer”⁶⁸. Pedro Malheiros, inspetor da Colonização Estrangeira na Província do Rio de Janeiro em 1824, já alertava sobre a necessidade de conservar o “bom nome” que o Brasil tinha adquirido na Europa, como nação “generosa e hospitaleira”, pedindo providências sobre o estado de mendicidade em que se achavam muitos estrangeiros:

(...) não pude ser indiferente á vista de tenras crianças de ambos os sexos, filhas de homens que servem no Corpo d’Estrangeiros, as quaes andão por essas ruas mendigando a sua sustentação, e dando motivo ao rumor bem desagradável de que o Governo manda vir gente da Europa, a fim de a-trazer a pedir esmolos.⁶⁹

Havia também críticas aos estrangeiros, além de confrontos nos quais brasileiros sentiam-se prejudicados por estrangeiros, e vice-versa⁷⁰, desde a década de 1820. No periódico político e literário *A Ordem*, é relatado o perigo de se dar trabalho aos estrangeiros no Brasil, em 1852. Relata-se a “desgraçada posição dos ourives fabricantes, das causas que os collocão nessa posição, e do remédio que lhes cumpre tomas para livrar-se do que soffrem no presente”⁷¹:

Os ourives na Corte

O *Jornal do Commercio* de 5 do corrente (sic), sob o título de publicações a pedido, traz um artigo acerca da mesma ideia que aventamos no nosso primeiro número, e promettemos continuar, isto é, quanto á desgraçada posição dos ourives fabricantes, das causas que os collocão nessa posição, e do remédio que lhes cumpre tomar para livrar-se do que soffrem no

⁶⁸BR RJAH, Lata 253, pasta 1 (Correspondência sobre Colonização durante o Primeiro Império), Maço 2 (Imigração, 1824-1867), doc. 007.

⁶⁹BR RJAH, Lata 253, pasta 1 (Correspondência sobre Colonização durante o Primeiro Império), Maço 2 (Imigração, 1824-1867), doc. 007.

⁷⁰BR RJAPERJ, fundo PP, notação 0080, caixa 0029, maço 1 (conflito entre brasileiros e italianos, resultando na morte de um capataz português, na colônia de Serra Santa, em Petrópolis, em 1891.)

⁷¹*A Ordem*, 03/5/1852.

presente, e do maior mal que no futuro os aguarda.

Reconhecemos com o correspondente do jornal, que a miséria, que já vae pezando sobre grande parte desses artistas, consequência immediata da falta de trabalho que já vão elles sentindo, procede sem contradicção de meia dúzia de estrangeiros que querem levar a liberdade do commercio ao ponto de offender gravemente os interesses vitaes de uma classe inteira.

Neste segundo número pretendíamos, segundo nossa promessa, denunciar esse justamente chamado *escandaloso monopólio*.⁷²

A imediata falta de trabalho que vêm sentindo esses ourives é decorrente, segundo o jornal, da presença dessa meia dúzia de estrangeiros: estrangeiros como, por exemplo, os irmãos Farani, ourives da Casa Imperial e grande negociantes de ouro, diamantes e pedras preciosas no centro da Corte. Nesse sentido, o jornal *A Ordem* pretende denunciar esse “escandaloso monopólio”, incitando os legisladores a cuidarem dos “interesses do estado e de seus constituintes”⁷³. Percebe-se, assim, que os estrangeiros, dada a sua condição de *outsiders* e excêntricos, colocam-se fora desses interesses nacionais e cidadãos. Há uma coluna inteira, no jornal, destinada a acusar os estrangeiros de injustamente estarem privando os cidadãos brasileiros de seus ofícios:

As obras da Allemanha:

Não cessaremos de clamar contra a afluência das obras *de ouro* vindas da Allemanha; e também da França, não somente porque, como já temos dito em números anteriores, servem ellas para privar de trabalho os artistas do paiz, e entregal-os a todas as consequências da posição do homem que não tem com que manter-se, nem com que dar de comer à sua família, mas também porque nos cumpre abrir os olhos do povo para que não continue a cahir em compral-as, salvo se quizer gastar mal o seu dinheiro, ou satisfazer a cobiça dessa meia dúzia de expertos, que traficão com a ignorância do povo, enganando-o.⁷⁴

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem, 27/05/1852.

Italianos e franceses dominavam o mercado das artes, sobretudo das artes plásticas, da arte funerária, das cerâmicas e da ópera lírica. Alguns brasileiros sentiam-se subitamente ameaçados pela presença estrangeira: nem mesmo a igreja estava livre desses novos *outsiders*: “O estado do nosso clero é, geralmente fallando, deplorável (...). Padres estrangeiros por ahi se acham disseminados exercendo funções que só competem ao clero nacional.”⁷⁵ É bem verdade que as críticas ao clero não se referiam somente à presença de estrangeiros. O jornal *A Palestra* faz, em 1854, uma exortação aos jornalistas para que sejam divulgados os abusos e imposturas cometidas pelo clero nacional: “Por que, impassíveis, encaram para o triste estado do nosso clero, que em matéria de doutrina christã deixa a mocidade brasileira em perfeita orphandade?”⁷⁶ E não somente a mocidade brasileira estava lançada à orfandade cristã, mas também julgava-se imprescindível a catequese dos índios:

A falta de missionários, que tomem a si a catechese e civilisação dos índios, continúa a sentir-se cada vez mais vivamente.

É por certo para lamentar-se que tão grande obstáculo predomine ainda, difficultando, senão tornando impossível, o aproveitamento de tanta gente, que vaga errante pelos sertões de algumas de nossas províncias, e que tão úteis poderião ser a si e á sociedade.⁷⁷

Curiosamente, nesse mesmo relatório, o ministério do Império recomenda ao ministro em Paris a vinda de seis sacerdotes franceses, seja porque o clero nacional não mais se interessava pela catequese dos indígenas, seja porque os franceses

⁷⁵A *Pátria*. BN, PR-SPR-02489, 02/01/1856.

⁷⁶A *Palestra*. 02/7/1854.

⁷⁷Relatório do Ministério do Império, 1956, p. 33.

eram mais benquistos na Corte do que os portugueses, italianos e espanhóis...Entretanto, são duras as palavras e medidas usadas contra o estrangeiro: “disseminados” por toda parte, invadem até mesmo a família brasileira, conforme o verso já tornado popularíssimo no bairro do Brás, em São Paulo, na passagem do século XIX para o XX:

Carcamano pé-de-chumbo
Calcanhar de frigideira
Quem te deu atrevimento
De casar com brasileira?⁷⁸

Em primeiro lugar, temos a palavra *carcamano*, usada de forma pejorativa e dirigida aos italianos ou seus descendentes desde meados do século XIX⁷⁹. O pé-de-chumbo é tanto aquele que caminha lentamente, como um velhaco, quanto aquele que revela pouca agilidade de pensamento. É também um termo pejorativo usado para se referir ao português. Traduzindo o primeiro verso, temos então a ideia do “italiano malquisto, burro e lento”. Em segundo lugar, *calcanhar-de-frigideira* é o andar arrastado e ao mesmo tempo espalhafatoso, barulhento. É o andar seresteiro e notívago do insolente *carcamano*. No Brasil, no campo da música, também se usa o termo *frigideira* como alusão aos pratos duplos, ao som de instrumentos metálicos se chocando. E eis que esses *carcamanos* incomodavam pelo andar arrastado e boêmio, pelo som produzido pelos seus calçados, e, sobretudo, pelo atrevimento e ousadia de desposarem mulheres brasileiras!

Por outro lado, era cada vez mais frequente encontrar estrangeiros envolvidos

⁷⁸ RODRIGUES, Edgar. *Trabalhadores Italianos no Brasil*. São Paulo, Global, 1984, p. 13.

⁷⁹ *L'Iride Italiana*, 04/02/1855.

em crimes de estelionato, sobretudo os de distribuição de notas falsas. Em 1868, aproximadamente 60% dos prisioneiros condenados a trabalhos na Corte eram estrangeiros: portugueses na sua maioria, mas também franceses, italianos, espanhóis e ingleses. Os termos de óbitos dos sentenciados a galés e a prisão simples, bem como as matrículas de presos condenados ao Calabouço, contêm inúmeros estrangeiros em suas listas⁸⁰. Todavia, muitos estrangeiros e associações de estrangeiros mostravam-se gratos pelo acolhimento que estavam recebendo no Brasil. Maximiliano Juvelius escreve aos presidente e vice-presidente da Província, em 1847:

Pobres e abandonados aportamos ao Brasil, sem esperanças de prosperidade, pois que nossa terra Natal nos tinha expellido de seu seio, negando-nos os meios de uma medíocre subsistência, pois que nosso governo nos tinha riscado da lista de seus concidadões (sic), porque a miséria nos tinha obrigado a emigrar! A mais nobre hospitalidade, a mais pura Philantropia nos acolherão generosas nas praias de Nictheroy!

Como havíamos de agradecer isso, sinão (sic) em praticando virtudes allemãs, sinão em esforçando-nos de capturar a amisade dos nossos novos irmãos, os Brasileiros, por meio de huma vida laboriosa, mostrando-nos amigos de boa ordem, obedecentes ás leys, e dedicados á luzente Casa Imperial.⁸¹

Obedecer às leis e dedicar-se aos desígnios e determinações do Império significava, para esses estrangeiros, progredir, “debaixo da protecção do generoso Monarcha Brasileiro e do Governo Provincial”, e melhorar sua posição social e

⁸⁰BR RJANRIO,III-J7 - 1863-1890 (276); BR RJANRIO , III-J7 - 162 - 1861-1861 (323); BR RJANRIO , III7 - 42 (1844-1848) (323) e BR RJANRIO - III7-38 - 1866-1867 (236).

⁸¹BR RJAPERJ , Fundo PP, Notação 0304, Maço 7, cx. 0113.

econômica devido aos frutos de seu suor e de seu constante trabalho. Entretanto, esta não era uma situação típica para a maioria dos estrangeiros pobres que chegavam ao Brasil.

4ITALIANOS NA CORTE (1840-1870)

Carcamano pé-de-chumbo, calcanhar de frigideira,
quem te deu atrevimento de casar com brasileira?
Verso popular

Aonde chegava o estrangeiro, quando chegava ao Rio de Janeiro, digamos, em 1850? Como se localizava? De que formas era *localizado*? Além dos dispositivos legais de localização – conforme vimos, listas de imigrantes, “retratos falados” etc. – há outras maneiras de “localizar” o estrangeiro, de entendê-lo como *outsider*, de incluí-lo, de excluí-lo, de nomeá-lo, como se ele fosse uma página em branco pronta para ser escrita: escrita por *mim*, escrita por um cidadão que, curiosamente, torna-se “mais” cidadão ao se confrontar com o forasteiro.

Pensar no imigrante italiano nos leva quase imediatamente a associá-lo à sua chegada em grupo, em vapores que a cada dia traziam estrangeiros para o trabalho na cultura do café. Pensar no imigrante que chega só, por outro lado, pode ajudar-nos a compreender melhor como o estrangeiro entendia, representava e vivia seu sentimento de identidade, seus estranhamentos e suas identificações em relação ao lugar em que chegava. Permite-nos, além disso, tentar construir uma história social dos estrangeiros – no caso deste estudo, dos oriundos da península itálica – e reconstruir uma história dos lugares simbólicos que habitavam, dos espaços que preenchiam, dos registros que produziam, de como se percebiam.

Vir ao Brasil podia significar uma série de coisas, muitas vezes contraditórias e divergentes. À desolação das roças de São Paulo ou das províncias do sul, contrapunha-se a cidade do Rio de Janeiro, onde vivia a corte imperial. Quem vinha para cá, não importa em que condição social ou cultural, vinha para a “Paris dos

Trópicos”. A corte tropical e exótica significava, para muitos italianos de várias origens, a conversão de valores “rudes” a valores “nobres”. Aqui, deviam aprender, inclusive, a comer com talheres apropriados: seja pela observação, seja pelo gosto de sentirem-se “refinados”, seja por imposição do governo imperial, esses estrangeiros viam-se constrangidos a adotar algumas posturas públicas a fim de mitigar sua condição de excêntricos.

Esses estrangeiros já não mais eram os civilizados a trazer as Luzes a um exótico Novo Mundo; ao contrário, muitos eram vistos e referidos como exóticos, excêntricos, *cafonas*, *carcamanos*, que deviam rapidamente “civilizar-se”. Alguns eram identificados pela maneira de se vestir, pelos modos “pouco sofisticados”, por não saberem falar corretamente o idioma. Essa era já a massa de italianos pobres que começava a circular pela cidade pelo menos três décadas antes dos aportes em massa para São Paulo, Espírito Santo ou para as províncias do sul. No Rio de Janeiro, aglomeravam-se em cortiços nos arredores do Campo da Aclamação, rua do Núncio, rua dos Ciganos, rua da América, Morro do Nheco e Gamboa.

O primeiro aporte de itálicos em massa ao Rio de Janeiro muito provavelmente ocorre em setembro de 1843, no séquito de Dona Teresa Cristina de Bourbon. Sua chegada à corte é acompanhada de seus “cortesões”: muitos eram músicos, cantores, pintores, decoradores, médicos, literatos, engenheiros, artistas, profissionais diversos, pessoal de “servizio comune” (empregados, lacaios, damas de companhia, cozinheiros, copeiros, mensageiros etc.).

Alguns autores estimam em 700 o número de itálicos residindo na corte em 1847. Na nossa pesquisa, identificamos alguns deles, privilegiando os que permaneceram invisíveis às estatísticas dos relatórios do governo. Pensando a questão das identidades por outra perspectiva, que não a dos aportes em massa de

imigrantes italianos, é bastante significativa essa controvérsia ao redor do círculo social de Giuseppe Garibaldi pela cidade do Rio de Janeiro. Em todo caso, tratava-se de jovens oriundos da península itálica que, no Rio de Janeiro, *evocam uma Itália ainda não nascida*, auscultam um embrião que, do outro lado do Atlântico, seria duramente reprimido por austríacos, durante toda a década de 1860, até a Unificação de 1871.

Aparentemente, para esses entusiastas de um país unificado, o Rio de Janeiro era mais um lugar onde podiam sentir-se livres para exercer um certo tipo de cidadania. E é digno de nota o fato de que, a rigor, eles não eram cidadãos nesta cidade, mas perfeitos estrangeiros. Em certa medida, já que reclamavam uma cidadania e uma identidade comum italiana, também eram estrangeiros em seus lugares de origem. Claro, estamos falando de um ponto de vista simbólico, de como se sentiam estrangeiros numa inexistente Itália, e cidadãos num Brasil que lhes permitia, ao menos, lutar por uma cidadania italiana comum, como ocorreu em muitos outros países, e dentro da península, evidentemente.

Na tentativa de escrever a sua história, percebemos que a possibilidade de construção de memória e história não está restrita aos documentos ditos oficiais. Está também nos sabores das comidas, nas formas de se cumprimentar que incorporamos aos nossos hábitos sociais, nas diferentes nuances das linguagens que transformamos, que se transformam... A memória está presente também na paisagem: tanto na natureza quanto na arquitetura, podemos perceber vestígios da presença de outros tempos, e, no caso específico da nossa pesquisa, da presença de estrangeiros italianos. Muitos italianos que chegaram ao Rio de Janeiro no século XX trouxeram consigo sementes de árvores e plantas comuns a seus lugares de origem, burlando a fiscalização sanitária e modificando de forma bastante sutil a

paisagem dos lugares para onde vinham se instalar.

Pois é nesse âmbito das sutilezas que se percebe o vigor das permanências, os traços de memórias que não são comemorados, que permanecem latentes, esquecidos... Os italianos que viviam no Rio de Janeiro traziam, de seus lugares de origem, objetos e modos diferentes de se relacionar com esses objetos. Traziam suas maneiras de cozinhar, de comer, de misturar temperos, de preparar massas. Traziam, essencialmente, uma cultura material diferente.

É verdade que nem sempre isso agradava ao paladar dos brasileiros... Angelo Fiorito, mestre de Capela de D. Pedro II, chega ao Rio de Janeiro no séquito de Teresa Cristina, em 1843. Foi um dos primeiros fabricantes de macarrões no Rio de Janeiro, e talvez um dos primeiros a fazer a massa sempre nas cores branca, verde e vermelha. Conta um seu conterrâneo que Angelo “não fez fortuna na sua indústria, por causa das cólicas que as patrióticas cores provocavam aos desavisados comensais”⁸².

As ideias de memória e esquecimento, bem como os usos da memória e suas apropriações anônimas e coletivas, não puderam aparecer no nível que interessa mais fundamentalmente a este estudo apenas a partir da leitura de pesquisas recentes sobre o tema na psicologia cognitiva e na psicanálise. Em certos aspectos, a pesquisa de arquitetura funerária, por exemplo, nos elucida muito mais sobre memória, memória social e esquecimento do que a neurologia, a neurologia aplicada e as pesquisas na psicologia⁸³, ao menos, evidentemente, naquilo que interessa ao nosso estudo.

Alguns dos anônimos italianos que a presente história contempla ainda têm

⁸² NAPOLI, Michele e BELLI, Natale. *La colônia italiana di Rio de Janeiro com brevi cenni sulla emigrazione italiana AL Brasile*. Rio de Janeiro, Frattini e Luglio, 1911, p. 59.

⁸³ SCHACTER, Daniel. *Memory Distortion: How Minds, Brains, and Societies Reconstruct the Past*. Harvard, Harvard University Press, 1995. e Idem. *Searching for Memory: the brain, the mind and the past*. Nova York, Basicbooks, 1996.

seus nomes talhados em capelas mortuárias, lápides e estátuas, ainda que o silêncio em relação à suas vidas prevaleça na historiografia sobre a imigração.

Já nas décadas de 1840 e 1850, esses estrangeiros traziam para cá seus hábitos em família, seus hábitos sociais, suas formas de representar e agir, seus modos de temperar as comidas, suas maneiras de se lavar. Traziam consigo suas formas de se relacionar com a realidade e com a fantasia, traziam suas religiões, seus fetiches e práticas sexuais, a forma como faziam a higiene do corpo, dos dentes, dos cabelos. Traziam outros modos de cortar os cabelos e de se vestir, outras formas de tratar de suas doenças e angústias, outros modelos interpretativos da intrincada malha social de que aos poucos passavam a fazer parte.

Em suma, esses personagens mais ou menos invisíveis à historiografia traziam consigo seus desejos e medos, vontades e esperanças, enraizados em histórias e culturas que os brasileiros desconheciam. Esses diferentes elementos diluíram-se entre brasileiros e estrangeiros, entre escravos e homens livres, num mesmo lugar. Por outro lado, também os estrangeiros foram gradativamente adotando papéis sociais diversos, adaptando-se à nova língua, ao clima, aos costumes e gentes diversas, professando antigos credos e assimilando novos, repetindo muitas práticas de origem, reelaborando algumas, mimetizando tantas outras em novas práticas individuais e sociais...

Alessandro Galleano-Ravara, por exemplo, não era um estrangeiro de fato na sua Gênova natal; tampouco o era Pietro Orlandini na sua Bolonha natal: mas o fato é que no Rio de Janeiro eles percebiam-se como italianos, apesar de serem indicados, apontados e “catalogados”, respectivamente, como “genovês” e “bolonhês”. E que furor por uma jovem Itália não tinham esses jovens! Lembremos que para o governo brasileiro, eles eram cidadãos do Reino Sabauda, do Estado

Pontifício, do Reino das Duas Sicílias etc. Veremos como, através da imprensa e de associações livres, deram um primeiro passo para “unificar-se” sob a égide de *italianos*:

É pertinente recordar que nenhuma identidade é monolítica e estática, fixada de uma vez e para sempre no tempo e no espaço. A identidade de um grupo social é uma criação coletiva que se configura no tempo, na história, e, portanto, está em permanente devir.⁸⁴

De que forma foi significativo o fato de terem sido publicamente apontados, vistos e referidos como “genoveses”, “bolonheses” etc., no Rio de Janeiro? Eram assim qualificados pelas instâncias legais, embora a grande imprensa se referisse a eles simplesmente como *italianos*. Provavelmente, foi numa terra estrangeira que esses itálicos de diversas origens e oriundos de várias partes da península puderam dar-se conta de que eram italianos *de fato*. Além disso, dessa busca “isolada” por uma identidade italiana comum, muitos estrangeiros, inclusive italianos, buscavam a naturalização.

Tabela 1 – Pedidos de naturalização de estrangeiros, entre 1857 e 1871

| | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Nacionalidad e/ ano | 185 7 | 1 8 | 1 8 | 1 8 | 1 8 | 1 8 | 1 8 | 1 8 | 1 8 | 1 8 | 1 8 | 1 8 |
| | | 5 8 | 6 2 | 6 3 | 6 4 | 6 5 | 6 6 | 6 7 | 6 8 | 6 9 | 7 0 | 7 1 |
| Portugueses | 45 ⁸⁵ | 33 | 7 | 6 | 9 | 14 | 13 | 3 | 6 | 10 | 18 | 11 |
| Franceses | 1 ⁸⁶ | | 1 | | | | | 2 | | 1 | | |

⁸⁴ SIDEKUM, Antônio. *Op. Cit.* p. 24.

⁸⁵ O soldado do quartel do 1º Reg. de Cavalaria ligeira, Joaquim Augusto d’Almeida, solicita que lhe seja dada gratuitamente a sua carta de naturalização “pois o referido soldado não podendo dispor de meios pecuniários, impossível lhe é haver tal carta” (fl. 46). “Rogo por tanto a V. Ex.^a. que (...) advogue a sua causa, tendo em vista ser o supp^e soldado, e que só por este simples facto merece toda a complacência” (Carta ao presidente da Câmara Municipal, Manoel D’Oliveira Fausto, em 18/8/57)

⁸⁶ Bernard Urbano de Bidegorry, diretor do Ginásio Normal Militar do Arsenal de Guerra e do Corpo de Bombeiros.

| | | | | | | | | | | | | |
|---------------|-----------------|-----------------|---|--|--|---|-----------------|-----------------|-----------------|--|--|--|
| Alemães | | | 1 | | | | | | | | | |
| Espanhóis | 2 | 1 | | | | 1 | | | | | | |
| Italianos | 1 ⁸⁷ | | | | | | 1 ⁸⁸ | 2 ⁸⁹ | 1 ⁹⁰ | | | |
| Dinamarqueses | | | | | | | | 1 | | | | |
| Poloneses | | | | | | | | 1 | | | | |
| Hamburgueses | | | | | | | | 1 | | | | |
| Prussianos | 1 ⁹¹ | | | | | | | | | | | |
| Ingleses | 1 ⁹² | 2 ⁹³ | | | | | | | | | | |
| Sardos | | 1 ⁹⁴ | | | | | | | | | | |
| De Baden | | 1 ⁹⁵ | | | | | | | | | | |

A nota 132 nos é particularmente interessante, já que temos um itálico, Antonio Tornaghi, de nome claramente italiano, que é relatado, porém, como “súdito austríaco”, apesar de ter nascido na cidade italiana de Melzo, próxima a Milão, pois, à essa época, a Lombardia pertencia ao Império Habsburgo. Ele pede sua naturalização em 1857, aos 41 anos, tendo morado “por diversos anos” no Rio de Janeiro. Não é à toa que, em dezembro de 1854, um grupo de italianos funda a *Società di Beneficenza Italiana*, no centro do Rio de Janeiro. E não é por acaso que

⁸⁷ Antonio Tornaghi. O consulado geral da Áustria “certifica che il suddito austriaco Antonio Tornaghi, **nativo de Melzo presso Milano**, d’anni 41 circa, professore di musica, avendo dimorato per diversi anni in questo circondarci consolare, godette sempre, sino all’epoca in cui da esso assentossi, di tutti i suoi primi pieni diritti civili, come suddito di essa monarchia (...), p. 9” 46-4-1, pp. 8-12, 22/7/57. (grifos nossos)

⁸⁸ Padre Bernardino Giorgio.

⁸⁹ Padre Antonio Alberto, de Campos, e padre Paschoal La Guardia.

⁹⁰ Gaetano Urbano.

⁹¹ Oscar Robert Hennig, empregado como engenheiro civil na repartição das terras públicas, 3/9/57.

⁹² Comerciante de Liverpool, 25 anos, na corte desde 1851.

⁹³ William Muller, no Brasil desde 1851, de Liverpool, declara ter 25 anos (não possui certidão de nascimento). Fls. 137-138. Há também o pedido de Henry Nathan (fls. 141-2).

⁹⁴ Frederico João Tirone, vindo de Gênova, pintor. Chegou em 20/2/55, com a nave polaca Jerusalém Giulio. 41 anos. Requer naturalização em 23/6/58. (fls. 132-133)

⁹⁵ Henrique Schrader, de Dunderstaadt, 42 anos, torneiro mecânico residente na Rua do Hospício, 234, há 17 anos (desde 1841), informações do Consulado do grão-ducado de Baden. (fl. 139-140)

suas publicações continham sempre a palavra “italiano”. Deve-se lembrar, como sugere Edgar Montiel, que “a construção dos imaginários coletivos é um ato criativo da sociedade, mas que não pode estar desvinculado de uma consciência crítica e do valor da memória”⁹⁶.

O Rio de Janeiro era uma cidade bastante cosmopolita para os padrões da época. Como uma típica cidade de inspiração lusitana, a Corte era um grande mercado de produtos dos mais diversos tipos e origens. Encontrava-se de tudo pelas ruas da cidade. Saborosas iguarias nos tabuleiros das pretas quituteiras; doces refinados feitos em conventos; pedras preciosas “vindas de longe”; tapetes e tecidos orientais; porcelana inglesa, francesa e chinesa; prataria feita artesanalmente na Inglaterra; lustres feitos com cristais da Bavária; especiarias indianas; remédios e fármacos de várias procedências; instrumentos musicais que incluíam pianos, violas da gamba, harpas e cítaras; mármore de Carrara, granito carijó, pedra-sabão; esculturas e obras de arte valiosas; antiquários e livrarias, diamantes e pedras preciosas: tudo isso era fácil de ser encontrado pelas imediações da Rua Direita, já na passagem para a segunda metade do século XIX.

Se por um lado, as colunas de óbitos dos jornais publicam, diariamente, várias mortes de estrangeiros por causa de “febres” ou do cólera, por outro lado, serviços requintados eram anunciados à elite da Corte: aulas de música e línguas estrangeiras; anúncios de empregadas domésticas e damas de companhia francesas; venda de massas feitas com tapioca, “*próprias para esse país*”; serviços de acompanhantes para cegos; comércio de ouro, prata e pedras preciosas... Da rua Direita à rua do Piolho, da rua do Cano à rua do Fogo, pelas imediações da rua da Assembleia e em vários outros pontos do centro, a cidade abundava em teatros,

⁹⁶ Idem, p. 48.

cafés franceses, farmácias inglesas, confeitarias italianas, requintadas casas de modistas franceses, cursos de línguas modernas e até mesmo a sede de um jornal editado em língua italiana.

Em 1850, podiam-se comprar fármacos provenientes da Inglaterra, na rua do Ouvidor, 50. Thomas Gosling, natural de Londres, oferecia aulas de inglês em colégios. Médicos italianos trabalhavam, em equipe, à rua do Hospício, e ofereciam preços mais acessíveis a negros escravizados. De Simoni era genovês; Persiani era bolonhês; Lallemand, visto o nome, provavelmente vinha de Piemonte; Pennell tampouco tinha sobrenome itálico. Em todo caso, em 1850, eles trabalhavam em equipe, na Casa de Saúde Sacco do Alferes. E eram todos... *italianos*. Luigi de Simoni possui uma trajetória especial, em sua condição de estrangeiro. Doutorou-se em Medicina pela Università degli Stugi di Genova. Chegou ao Rio de Janeiro em 14 de julho de 1817, “buscando emprego apropriado às suas habilitações e grau científico”⁹⁷. De 1817 a 1819, foi médico-auxiliar no Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro. Entre 1819 e 1822, foi médico-mór da Capitania de Moçambique. Retornando ao Rio de Janeiro, foi médico efetivo do Hospital da Misericórdia, de 1827 até 1852, quando foi então promovido a diretor da instituição, cargo que ocupou até pelo menos 1860. Durante todo esse período, clinicou também em outros hospitais e instituições religiosas e de caridade. Em 1860, exercia ainda o cargo de professor de Língua e Literatura Italiana no Colégio Pedro II.

Podia-se comprar pão provençal ou *languedoc*, *allure*, tresados ou *mallet*, numa padaria francesa no Catete. Anúncios em francês requisitavam empregada doméstica francesa e acompanhante francês para cego. No Teatro São Januário, era possível assistir a óperas escritas em francês. Na rua da Cadeia, 27, podia-se

⁹⁷ SILVA, Innocencio Francisco da, *et alli. Diccionario Biographico Portuguez*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1888.

aprender italiano e francês. Podia-se lanchar no *Café Francez*, na rua da Assembléia, 81, e de lá dirigir-se à rua Direita, 27, para uma consulta com o dentista Henri Lemale, da *Faculté de Médecine de Paris*: entretanto, nas entrelinhas de seu anúncio no *Jornal do Commercio*, ele advertia o cliente em relação aos preços praticados, já que afirmava ser também “cirurgião-dentista da casa-imperial”⁹⁸!

Sim, havia motivos para chamar o Rio de Janeiro de *Paris dos Trópicos*... Entretanto, essa expressão comportava, necessariamente, alguns elementos tropicais indesejáveis... No Rio de Janeiro dos anos 1850, as condições de vida não eram das mais salubres: aqui era também a cidade da gonorreia, das “flores brancas”, e, sobretudo, do cólera-morbo e da febre amarela.

É de se supor que muita informação circulasse pela Corte; a cidade, de fato, se comunicava de inúmeras formas: seja através dos vários jornais e revistas locais, seja através de subscrições de jornais estrangeiros. Mas era pelo porto que a maior parte da informação chegava. A cada dia, brigues e navios chegavam e partiam de e para inúmeras cidades brasileiras, para a Bacia do Prata, para portos europeus e norte-americanos, trazendo e levando pessoas e informações, trazendo e levando resquícios de experiências locais que tendiam a tornar-se planetárias.

Notícias sobre epidemias de cólera e febre amarela chegavam rapidamente aos principais portos europeus. Do exterior, chegavam notícias variadas: os rumos da política francesa, a cotação da bolsa de valores de Londres, a situação econômica da Alemanha, os abusos da Áustria no norte da Itália... Chegou-se a noticiar a estranheza dos ingleses em relação aos rigores do pensamento escravocrata nos Estados Unidos. Pelas ruas da cidade, notícias diversas do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos eram sempre acessíveis através da imprensa ou

⁹⁸*Jornal do Commercio*, 01/01/1850.

do boca-a-boca do cais do porto.

Entretanto, pelas mesmas ruas em que óperas eram apresentadas em italiano e francês, e em que se podiam encomendar joias requintadas aos irmãos Domenico e Cesare Farani, outro tipo de comércio era diariamente anunciado nos jornais da cidade. Em um único dia, um “moleque com princípios de cozinheiro” era vendido na rua Santo Antônio, ao passo que na rua do Lavradio, alugava-se “uma preta”, exímia lavadeira, engomadeira e costureira. Se o cliente não pudesse dispor de 700 mil réis para a compra de um escravo saudável, podia procurar um “moleque” mais em conta, por possuir “pequenos defeitos”. Mutilados, aleijados e “boçais” eram muitas vezes vendidos pela metade do preço. Se, todavia, fosse impossível a aquisição de bonitos “pardinhos” ou “negrinhas”, podia-se ir até a rua Direta e alugar “uma bonita preta”. Para quem dispusesse de mais dinheiro para a compra de uma negra escravizada “jovem, bonita e prendada”, uma preta quituteira, boa babá e ama de leite, o preço podia chegar a mais de 1,5 contos de réis. O mesmo valia para os que não eram apenas copeiros: pagava-se mais caro por negros escravizados que praticassem ofícios, como pedreiros, cozinheiros ou carpinteiros.

O Rio de Janeiro era uma cidade em que muitos desejavam viver, mas também onde outros tantos evitavam chegar, e de onde, certamente, muitos saíam com a intenção de nunca mais voltar. Por um lado, estrangeiros ricos que aqui viviam comparavam a vida cultural da Corte à de Paris. Os inúmeros teatros da cidade estendiam-se da rua do Lavradio à rua do Fogo, exibindo, a cada semana, óperas, polcas e valsas. A ópera lírica italiana gozou de relativo sucesso na corte, durante toda a década de 1850, enquanto a cidade se transformava também fisicamente: palacetes eram erguidos em vários pontos da Corte, e, providencialmente, alguns engenheiros e arquitetos estrangeiros vinham se

estabelecer nas imediações da rua Direita. É o caso do professor Ballariny, que na década de 1860 editaria um jornal em língua italiana, do engenheiro Pietro Bosisio, colaborador de dois jornais italianos entre 1855 e 1860, e do romano Giovanni Castelpoggi, provavelmente vindo no séquito de Teresa Cristina, que fazia serviços como escultor, pintor, retratista e cambista para a corte imperial.

O Theatro São Francisco é reformado em 1855, passando a sediar o Theatro Gymnasio Dramático, na Rua São Francisco de Paula. Um ano antes, no Campo da Aclamação, o Theatro Lyrico Fluminense substituíra o Theatro Provisório, apresentando, até sua demolição, importantes cantores líricos, artistas dramáticos, pianistas, concertistas etc. Alguns músicos e cantores estrangeiros eminentes que passaram por lá foram Augusta Candiani e Juliana Dejean. Emy la Grua era a sensação no canto lírico, assim como o eram nas artes dramáticas o brasileiro João Caetano e os italianos Adelaide Ristori e Ernesto Rossi. Na música, ditavam o tom os pianistas Gottschalk e Thalberg, além dos concertistas Carlotta Patti e Theodoro Ritter, dentre outros.

Decoradores, escultores e pintores, alguns italianos, adornavam ricas casas em estilo clássico, desde as Laranjeiras até o Engenho Velho, passando pelo Centro, Paula Matos, Mataporcos e Rio Comprido. Raffaello De Agostini, de Mataporcos, e Giuseppe Recchia, na rua dos Arcos, eram alguns escultores italianos que decoravam casas da elite da Corte, além dos já mencionados Bosisio e Castelpoggi. Além desse tipo de arte, muitos italianos dedicavam-se à arte sacra e à arte funerária, erguendo mausoléus, esculpindo estátuas de anjos e santos em pedra e mármore, erigindo capelas mortuárias e sepulcros.

Do outro lado do Atlântico, entretanto, devido a notícias sobre a epidemia de cólera na Corte, portugueses pobres se rebelavam no porto de Cascais,

debandando do vapor que os traria ao Rio de Janeiro. O consignatário do brigue *Falcão* achava-se em dificuldades para encontrar maruja que se dispusesse a viajar ao Brasil, já que parte da tripulação havia fugido do navio um dia antes de sua saída, declarando que não ia para o Brasil com medo das febres⁹⁹.

O cólera havia ressurgido na cidade no início da década de 1850, e muitas notícias foram veiculadas em jornais europeus; isso certamente repercutiu no fluxo de imigração, estancando a chegada de estrangeiros em determinados momentos. Navios provenientes do Rio de Janeiro foram proibidos de atracar nos portos de Portugal em 1850, sem que antes permanecessem em quarentena no porto de Lisboa. O Conselho de Saúde daquele país passou a tomar a precaução de deixar a mala de correspondência com o Brasil exposta ao ar por três dias antes de tocá-la. Um de seus fiscais, um tal Matheus Cezario Rodrigues Moacho, comunica a todos os chefes das estações de saúde dos portos de Portugal que “uma terrível epidemia grassa no Brasil, fazendo horrorosos estragos”¹⁰⁰.

O próprio Ministro do Império declara, em 1856, o ressurgimento das febres na cidade:

A febre amarela reapareceu na corte, começando por atacar as tripulações dos navios do porto, e ali desenvolvendo-se gradualmente, assumindo por fim o caráter epidêmico.

(...) Em seguida apparecêrão na cidade casos desta enfermidade, que pouco a pouco forão-se tornando frequentes pela mór parte dos estrangeiros, e com especialidade nos recém-chegados.¹⁰¹

Mas o caráter epidêmico da febre amarela surgido nas imediações do porto do Rio de Janeiro em 1856 não se comparava aos estragos causados pelas febres e

⁹⁹*Jornal do Commercio*. 20/6/1850.

¹⁰⁰*Jornal do Commercio*, 20/06/1850.

¹⁰¹*Relatório do Ministério do Império*, 1856, p. 35.

pelo cólera durante o ano de 1850. Se tudo isso teve uma repercussão considerável na vinda de estrangeiros para a Corte, podemos supor que a sua vinda para regiões rurais era vista com muito mais temor, e talvez evocasse antigas representações sobre uma selva longínqua e perigosa, habitada por índios canibais, serpentes gigantes e animais exóticos.

Nesse período, muitos imigrantes já eram solicitados para trabalhos na construção civil e nas lavouras da província do Rio de Janeiro, havendo inclusive uma Sociedade Promotora de Colonização na província. Em 1856, o governo estimava que já houvesse pelo menos 50 mil estrangeiros assentados em colônias agrícolas no Rio, Minas, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina. No Rio de Janeiro, algumas colônias se encontravam estabelecidas já em 1852, como a de Santa Justa, em Valença, e a de Martim de Sá, em Parati, ambas de colonização alemã.

Numa perspectiva comparada, quando falamos em presença de estrangeiros no Rio, a Itália parece ter sempre representado um caso a parte. Despertando de uma simbólica “imortalidade” cultural promovida principalmente no final da Idade Média e culminada no período do Renascimento, foi somente no século XIX que a península cedeu a angústias e necessidades já trabalhistas e à curiosidade de conhecer outros modos de vida, chegando ao Brasil, praticamente em massa, em vapores repletos de homens e mulheres de todas as idades. Um dos marcos desse aporte italiano em solo brasileiro, conforme mencionamos, deveu-se à união entre D. Pedro II e Maria Teresa, filha do então rei de Nápoles. Nessa época, o Rio de Janeiro recebeu a presença de modistas, costureiros, músicos, pintores, cabeleireiros e artistas oriundos de várias regiões da península itálica. Antes disso, o trânsito de italianos no Brasil restringia-se a visitas comerciais, a missões religiosas esparsas, além da curta estadia de Garibaldi e outros *mazzinianos* no Rio de Janeiro

imperial, e de alguns casos isolados, como foi o caso de alguns médicos e professores do Colégio Pedro II.

Entre as décadas de 1840 e 1860, havia no Rio de Janeiro um grupo considerável de italianos que não exerciam qualquer atividade braçal. Não estamos falando, portanto, da tão “consagrada” presença italiana nas lavouras brasileiras. Esse grupo que nos interessa era constituído de artistas, cantores, músicos, professores, médicos, literatos e comerciantes de artigos de luxo. Viviam no centro da Corte, ou em suas imediações. Não tinham tido ainda a necessidade de se afastar do centro, e se o faziam, habitavam em chácaras “com bica d’água”. Era o caso de Raffaello De Agostini. Pintor e decorador, conquistara certa publicidade na Corte por ter decorado a casa do comendador José Antônio Bastos, em Laranjeiras, e o palácio de D. Carolina Costa Ferreira Soler. Agostini fazia pintura a óleo, em cola, têmpera, a *fresco*, além de pintura lisa e aplicação de papéis de parede. Não era, portanto, um pintor que pudesse ser requisitado por qualquer cliente. Vivia em uma chácara com bica de água em Mataporcos, e, em uma cidade que ainda afrontava sérios problemas de abastecimento, a presença da água provavelmente fazia de sua chácara um lugar de referência para a população local, já que o artista fazia questão de mencioná-la em seus anúncios.

De qualquer sorte, ainda que, como De Agostini, alguns habitassem relativamente distantes do centro, esses italianos ligados às artes e ao requintado comércio do centro da cidade não haviam subido os cerros da cidade, ou ido se amontoar em cortiços nas imediações da rua da América ou Marquês de Sapucaí, como o fariam seus conterrâneos chegados sobretudo a partir dos anos 1890. Quando não viviam nas imediações do Paço Imperial (Ruas Direita, Assembleia, Ouvidor, Quitanda, Cano, Fogo, Largo de São Francisco etc.), no máximo habitavam

as ruas do Lavradio, Piolho, Cotovelo, Núncio, Inválidos, Senado, nos arredores da Lapa, ou ainda nas imediações do Campo da Aclamação. Muitos desses itálicos, sobretudo os que haviam chegado ao país no séquito de Maria Teresa Cristina de Bourbon, já haviam conquistado posição privilegiada na cidade, sendo contratados pelo Teatro Lírico Fluminense, tornando-se professores no Conservatório Nacional de Música e no Colégio Pedro II, sendo considerados importantes médicos, dentistas, ourives e artesãos.

Era, portanto, sempre nas imediações do Paço Imperial que esses itálicos reuniam-se sob a égide de *italianos*. E não era fortuito o fato de, do lado de cá do Atlântico, muitos defenderem uma Monarquia italiana liderada por Vittorio Emanuele. Tanto lá quanto aqui, será que percebiam-se, de alguma forma, como parte de uma nobreza que transcendia nacionalidades e perdia-se nos antigos vínculos familiares das famílias nobres europeias?

5 SAUDADES DA PÁTRIA: O ESTRANGEIRO, ENTRE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Livre de qualquer laço com os seus, o estrangeiro sente-se “completamente livre”. O absoluto dessa liberdade, no entanto, chama-se solidão.

Julia Kristeva. *Estrangeiros para nós mesmos*.

Muitos italianos, que entre as décadas de 1840 e 1870 viviam próximos à Corte, podiam perfeitamente pagar uma consulta médica com o Dr. Bompani ou com o Dr. Galli, renomados médicos italianos no Rio de Janeiro. A pequena comunidade itálica ao redor da Corte era ou abastada o suficiente, ou coesa e solidária o suficiente para que seus membros tivessem atendimento médico. O cólera, porém, estendeu seu véu de morte a ricos e pobres, nobres e plebeus: o jovem Alessandro Galleano-Ravara, itálico erudito, fundador do jornal *L'Iride Italiana*, foi uma de suas vítimas, na grande epidemia do ano de 1855. Pietro Bosisio dedica a edição do jornal *L'Iride Italiana* do dia 25/05/1855 ao jovem então recém-falecido:

(...) Julgo que será lisonjeiro aos meus caros compatriotas reviver a lembrança do illustre vate italiano, que neste paiz soube grangear um ilimitado número de admiradores illustres, e merecer a alta estima e proteção de S.M.I. o Sr. D. Pedro II, que tão desvelada e sabiamente dirige os destinos deste paiz de tantas esperanças.¹⁰²

O jovem Alessandro deixou, dentre várias poesias e escritos, uma poesia em que fala da saudade de sua terra natal.

¹⁰²*L'Iride Italiana*, 25/05/1855.

Lungi da te mia patria, la pietade
 Invoco del Signor che il piè mi guidi,
 perché dallo stranier la caritade
 piova su me, e all'amor suo mi fidi.
 Lungi da te mia patria in tarda etade
Col perdono benigna a me sorridi:
 se manca a me questa sublime speme,
 'Parlar e lagrimar vedraimi insieme'.¹⁰³

O jovem poeta se vê longe de sua pátria, e pede a Deus que lhe guie os pés na sua caminhada. É muito recorrente a ideia do estrangeiro como um “vagabundo”, um “*flâneur*”, como aquele que vagueia sem direção, um Édipo cego, vacilante. O estrangeiro é um desterrado, e tem apenas seus pés para percorrer distâncias. Na bagagem, sua frágil identidade constantemente ameaçada em solo estrangeiro: carrega consigo seus sonhos, suas esperanças, apreensões, excitação e temor. Alessandro roga a Deus pela caridade do estrangeiro desconhecido. Ele parece romper com as caracterizações correntes do estrangeiro e do cidadão como amigo-inimigo, tal como sugeria Carl Schmitt¹⁰⁴, e pede a Deus que possa fiar-se ao amor desse outro, desse desconhecido, desse *estrangeiro*, embora ele fosse agora o estrangeiro numa terra estrangeira.

Outras coisas que chamam a atenção na sua poesia são a idade tardia, que sempre traz a proximidade da morte, e a esperança de que a pátria lhe perdoe pela ausência, pelo exílio. O ausentar-se da pátria, o exílio, não importa por que motivos, sempre enchem de culpa o estrangeiro imigrante. Alessandro carrega a esperança de que sua mãe-pátria lhe perdoe a ausência: frustrado esse perdão, sua vida seria

¹⁰³ *Idem*. “Longe de ti, ó minha Pátria / Invoco a piedade do Senhor, para que me guie os pés / Para que a caridade do estrangeiro chova sobre mim / E ao seu amor eu possa me fiar / Longe de ti, ó minha Pátria, em tardia idade / Com o perdão, benigna me sorri / E se a mim falta essa sublime esperança / Não poderei conter as lágrimas ao falar.” [Tradução nossa]

¹⁰⁴ Cf. SCHMITT, Carl. *Der Begriff des Politischen*. Berlin, Duncker & Humblot, 1932. Para Schmitt, os Estados Nacionais quase sempre surgem da luta contra o inimigo estrangeiro.

uma vida de amarguras e tristezas.

A idade tardia – ainda que Galleano-Ravara fosse um jovem – o coloca diante da inevitável questão da mortalidade. A mortalidade já é, *de per si*, o fenômeno mais intrigante com o qual temos de lidar. Não é à toa que a humanidade tem dedicado uma enorme parte de seu tempo a práticas ascéticas e religiosas. Mas a morte em terra estrangeira parece sempre mais assustadora, mais dramática, mais irremediável. Desde as suas origens, os funerais são algo “doméstico”, algo a ser testemunhado por conhecidos, não por estrangeiros desconhecidos. Morrer em terra estrangeira significa desenraizar-se por completo, ser extinto não só da face da terra, mas também perder qualquer esperança de uma sobrevivida *post-mortem*. Morrer em terra estrangeira significa não ser lembrado por ninguém, não ter ninguém para lhe lamentar a perda, para lhe chorar o luto. Ninguém sentirá falta do estrangeiro, ele passará despercebido pela existência – não apenas pela existência social, mas pela existência em si, no sentido mais transcendental possível. Depois de quantos dias ficaria sua família ciente de sua morte? Sobre que jazigo deveria sua mãe chorar a sua morte? A morte em terra estrangeira leva a estranheza de ser estrangeiro até o lugar de origem do expatriado: os que permaneceram em solo pátrio passam a ser “afetados” pela estrangeiridade do morto, seus familiares principalmente, à medida que devem sempre se lembrar de um corpo ausente, um ente que faleceu *sabe-se lá onde*. Com quem socializara o morto? Como fora sua vida em terra estrangeira? Como foi seu funeral? Alguém depositou flores em seu túmulo? São inquietações que a família de Galleano-Ravara provavelmente jamais pôde dissolver.

Para minimizar esses transtornos que o angustiavam às lágrimas, o jovem Alessandro pressupõe o perdão de sua pátria por ter-se exilado. A pátria funciona,

aqui, como uma mãe generosa. O jovem Alessandro já fizera alusão, em outra edição do jornal, à Itália como *mãe* e ao Brasil como *madrasta*. De toda sorte, o órfão adotado será sempre filho de “outra linhagem”, sua pertença estará sempre num alhures incógnito, e, para além de incógnito, *sem importância*. Sua característica fundamental, na radicalidade do seu isolamento, é não pertencer mais a nada nem a nenhum lugar. Sua existência é uma não pertença por vezes dolorosa.

Sob a égide de “estrangeiro”, mitiga-se a questão das nacionalidades: deixa de ser importante o lugar de origem, e o que passa a vigorar é a *excentricidade* e a condição de *outsider* do outro. O outro está em um lugar não só fora de mim, mas fora daquilo tudo que me *informou* como *persona*, como ser social, como *cidadão* pertinente a códigos e a uma cultura que invariavelmente repele o *outsider*. O estrangeiro está fora da minha cultura, dos meus valores. Não sou eu que não falo a língua do estrangeiro, é ele que não fala a minha língua. Eu estou em casa, ao passo que o estrangeiro não só não tem casa, como não possui nacionalidade, aliás, para o cidadão, o estrangeiro é carente mesmo de uma identidade, que não aquela que lhe é imposta. Pouco importa a sua origem, pois, de antemão, ele “traiu” sua origem, desertou, emigrou, exilou-se. É recorrente a ideia do exílio como um ato de covardia. Édipo furara os olhos para vagar pelo mundo, embora invariavelmente seu ponto de partida e chegada se tenham coincido. O lugar do outro, do estrangeiro, passa a ser um lugar aberto a negociações: entretanto, é o cidadão, a rigor, quem decide qual é o espaço que o *outsider* pode ocupar, é o cidadão quem decide até onde vai a “liberdade” vigiada do estrangeiro. É o cidadão quem elabora as leis que regem o excêntrico *outsider*, pois, de antemão, este já está fora do centro.

As listas de passageiros dos navios que traziam estrangeiros aos portos brasileiros nos apontam para a alta taxa de mortalidade, sobretudo de crianças, a

bordo. Dessas crianças, com muita sorte o historiador encontra seus nomes e idades: todo o resto é um silêncio. Podemos imaginar como eram velados os corpos a bordo, quantas lágrimas e orações lhes foram dedicadas, como os estrangeiros sobreviventes se reuniam a bordo, amedrontados e mortificados, ao terem de lançar os corpos dos seus falecidos entes queridos ao mar. Eram sem dúvida momentos solenes e dolorosos. Mas a documentação é seca, e se cala em relação a uma história que é também uma história de emoções e sentimentos.

Documentos são secos: são *documentos*, servem para marcar, guardar, informar dados. Não são obras literárias, obras da arte e do pensamento, que, num esforço sobre-humano de superar os limites escravizadores e ensurdecedores do senso-comum e do cotidiano massificador, opressor e obnubilador das diferenças e das novas possibilidades do futuro, são capazes de arrancar das coisas o véu cinza do esquecimento do ser e mostrar novamente o vigor da vida. Não, documentos não são obras de arte, embora possamos fazer arte através de documentos. Em relação aos falecimentos em trânsito, na longa travessia do Atlântico, o silêncio a bordo era cortado pelo pranto dos sobreviventes? Havia algum dobre de sinos para o morto anônimo? Algum capitão alguma vez levou sua boina ao peito, em sinal de respeito? São inquietações cujas respostas não podemos encontrar na maioria dos documentos disponíveis, e de que talvez a literatura ou a cinematografia possam nos fornecer imagens sensíveis, sensatas.

E por que o pranto dos sobreviventes haveria de ser uma inquietação para o cientista da História? Simplesmente porque esse sobrevivente veio a ter sua “sobrevida” no Brasil – tendo ou não chorado seus mortos, é esse estrangeiro que nos interessa: aquele que começa a ser estrangeiro já em trânsito, talvez até mesmo em sua terra natal, e que se constrói e concretiza como tal *aqui*, numa terra para ele

incógnita, preche de esperanças e temores e incertezas. Nesse sentido, lágrimas derramadas ou sufocadas nos interessam, se não do ponto de vista científico, ao menos do ponto de vista de uma ciência *humana*.

Os jornais cariocas da década de 1850 ilustram a morte de estrangeiros, tanto em solo brasileiro quanto em trânsito, no Atlântico, praticamente todos os dias, durante os anos de epidemias. Certo navio vindo de Hamburgo trazia 190 pessoas para as colônias de Santa Cruz e de Petrópolis. Desses 190 estrangeiros, “morreram em viagem um homem, uma mulher e seis criancinhas”¹⁰⁵. Os registros oficiais normalmente escrevem “crianças”, e não “criancinhas”. Entretanto, quando se relata a morte de seis “criancinhas”, assim, no diminutivo, há muita coisa não dita nas entrelinhas de uma estatística: o pesar pela morte de seres tão jovens, o apelo linguístico que coloca o drama do outro diante dos nossos olhos e sentimentos. Crianças existem aos montes, mas as “criancinhas”, não importa sua filiação, são também “nossas”, são nossa possibilidade única de futuro.

A história dos estrangeiros tem sido, desde Heródoto, uma história que os ‘vencedores’ contam. Talvez não tenha sido possível aos perdedores contar a sua história porque estes, justamente, tenham morrido ou se desintegrado, perdendo-se pelo mundo. Não se pode lembrar-se de tudo, nem guardar e gravar tudo em supostos monumentos da memória, ainda que possamos dedicar a tantos esquecimentos o que Pierre Nora chamava nostalgicamente de “lugares de memória”. O conflito, a dor, a morte, o esquecimento, o caos, enfim, os desafios para o pensamento da vida e do futuro não podem ser eliminados. Não há registros de uma mulher hilota tendo pranteado a morte de seu marido, escravo dos militares espartanos. Conta a sua história quem pode contá-la, quem teve essa chance. E é

¹⁰⁵O *Conciliador*, 12/06/1859, p. 4.

mais que chegada a hora de que todos tenhamos um sem-número de possibilidades de contar nossas histórias. Quase nunca o estrangeiro conta a sua própria história: muito se fala a seu respeito, e muito se discutiu no Brasil oitocentista sobre a sua presença, mas a maioria dos documentos foi gerada oficialmente, pelos governos provinciais, pelo Governo Imperial, por cidadãos “brasileiros”, portanto. Muita coisa caiu e cai no silêncio do esquecimento.

O esquecimento... As sombras a que as histórias ‘oficiais’ relegam todo aquele e tudo aquilo que deve, por várias razões, ser ignorado. Ou, simplesmente, aquilo que ainda não pode ser compreendido, e talvez nunca seja: não, não temos como compreender tudo, nunca. São desafios que restam para as outras gerações. Se elas os aceitarão e os levarão a cabo em grandes realizações, elas não poderiam saber, assim como nós também não podemos saber. Mas esse *corpus* de sensibilidades, falas e atos esquecidos contém o vigor de fazer com que outras *histórias* sejam possíveis.

A memória, acreditamos podê-la confiar ao papel, ao registro escrito, à fotografia, ao *chip* de memória, aos inúmeros suportes e às sempre inovadoras mídias digitais. *Para o esquecimento, não há suporte*. Conforme diz Georges Banu, o esquecimento nos é, a cada um individualmente, consubstancial¹⁰⁶. A memória dá segurança; o esquecimento surpreende. E o que é a memória, se não uma verdadeira *machine de guerre* contra o esquecimento? Nesse sentido, devemos reconhecer a importância fundamental de nosso “adversário”, *Letes*, o esquecimento, sempre nas sombras, nas cavernas e florestas e, no dizer de Heidegger, nos *caminhos que não levam a lugar nenhum*.

Mas será o esquecimento um caminho que não leva a lugar algum? E para

¹⁰⁶ BANU, Georges. *L’Oubli*. s/l. Les Solitaires Intempestifs, 2002.

onde é mesmo que a memória nos conduz? Não deveria ser o contrário, no sentido de que a memória, já estando mais ou menos *constituída* e *comemorada*, nos impede de chegar a algum lugar inesperado, ao passo que o esquecimento, em sua premente latência, pode nos conduzir a novas vias?

O esquecimento é substancialmente latente. Aliás, *latência* e *latente* são as únicas palavras em português que conservam o sentido originário que os gregos antigos davam à palavra *letes*, esquecimento. Haverá, nessa perspectiva, um lugar a ser alcançado, como uma terra prometida que os judeus nunca deixaram de rememorar, nunca se permitiram esquecer? O esquecido, em sua premente *latência*, está disponível como algo a ser descoberto, como algo a desabrochar, como algo a desafiar memórias constituídas? Esta é uma questão desafiadora, pois o *esquecido* é justamente o que está *latente*, pronto para, a qualquer instante, ser “parido”, vir à tona.

Nas histórias que contamos, não creio haver um ponto a que chegar, ao menos não um ponto *acertado*, previsível. No entanto, o que justificaria tal esforço, e, num nível menos "metafísico" e mais pragmático, como tantas agências de fomento e amparo à pesquisa devem acolher esses tantos escritos que nós produzimos? Nós, "acadêmicos"; nós, pesquisadores e contadores de história; nós, que no Brasil apenas há poucos anos temos uma profissão reconhecida; nós, *historiadores* e de certa forma partícipes naquilo que nós mesmos e todos ao nosso redor imaginamos terem sido os *passados*, a *história*.

Mais uma vez, a questão da memória e do esquecimento aparece, não só no nosso trabalho como investigadores, mas na própria materialidade do mundo que erigimos, e também na imaterialidade das relações afetivas, midiáticas, sensíveis, que estabelecemos seja com nossas memórias, seja com as comemorações (o

memorar em conjunto), seja com as ditas histórias "oficiais"... Mais do que tudo, porém, a parceria e o embate memória-esquecimento vigoram nos nossos escritos acadêmicos. Pois, evidentemente, já vigoram desde sempre em nossas psiquês...

No caso deste estudo em particular, se nos fiarmos às fontes históricas que temos há tempos elegido como "testemunhas de veracidade", devemos admitir que a presença dos italianos no Brasil nos evoca uma série de imagens. Pensar no tema nos provoca um fluxo de ideias, de coisas que lemos, que vimos, que ouvimos, coisas de que *nos lembramos*: lembramo-nos não porque as vivemos, não porque delas fomos testemunhas oculares. Afinal de contas, como muito bem alerta Marc Bloch, *nenhum egiptólogo viu Ramsés*. Nos "lembramos" de passados que nos formaram, nos informaram. Passados, interpretações sempre sujeitas às limitações daquilo que *Chronos*, o tempo, nos oculta e permite ver, a cada momento...

Se nos fiarmos à representação que construímos sobre os italianos para dar conta da história da presença italiana no Brasil, então um estudo como o que apresentamos poderá parecer inédito. É esse tipo de "esquecimento" que nos interessa, o *letes*, o que está latente: as histórias latentes a serem desveladas, moldadas, construídas, contadas. Quem quer que se atreva a contar histórias hoje já não pode contar apenas com os argumentos de autoridade conferidos pelos chamados "documentos históricos". Sabemos que esses argumentos de autoridade, de que até hoje a ciência da história se utiliza, foram forjados durante o século XVI¹⁰⁷. Sabemos que foram os próprios historiadores "profissionais" que investiram os "documentos" de presunta autoridade, da presunta *autorictas* de serem os guardiões da "verdade" sobre o que se passou. Hoje temos uma relação mais plástica e efêmera com a memória e com os *passados*. Hoje não ficamos chocados

¹⁰⁷ Cf. BELMONTE, Alexandre. *Op. Cit.*

ao “formatar” *chips* de memória, “apagando” dados *para sempre*. Ora, livramos os *chips* de memória dos dados, mas não apagamos os dados, não desinventamos o que houve, certo? Aqui, como em outras situações, a segunda lei de Mendel é emblemática: novas formas de vida não podem ser revogadas...

O passado aconteceu. Todavia, o que aconteceu, *wie es eigentlich gewesen sein*, como de fato aconteceu, não o saberemos jamais. E isso não faz diferença na “oficina da história”, justamente por lidarmos com os escombros, justamente porque somos, antes de mais nada, *arqueólogos*. Esse não-saber não significa uma total cegueira do homem em relação ao seu passado: ao contrário, é esse não-saber que nos permite construir história, no sentido de elaborá-la, reclamá-la, e dela necessitar. Nessa perspectiva, aquilo que está “esquecido” ainda assim *está*, e, recuperando o sentido grego de esquecimento-*letes*, o que está esquecido está *latente*. Aqui vemos surgir uma história possível sobre os italianos no Rio de Janeiro, sobre como se construíram italianos, longe da Itália, *antes* da Itália.

Podemos elencar obras exemplares acerca de formas de abordar a memória nos estudos historiográficos, começando com Hesíodo e Homero, começando sempre com os mitos, com as primeiras buscas. Podemos falar dos trabalhos sobre as memórias dos velhos, podemos ver traços de memórias pré-colombianas nos trabalhos sobre a escrita e as artes astecas¹⁰⁸. Podemos nos sensibilizar com a sina de tantas mulheres imigrantes, prostituídas no Rio de Janeiro, sempre cercadas de cafetões, policiais, estivadores, e também de “respeitáveis” funcionários públicos de fins do século XIX¹⁰⁹. Temos excelentes exemplos de como trabalhar com a memória na construção de histórias não somente plausíveis e verossímeis, mas, sobretudo,

¹⁰⁸ LEMOS, Maria Teresa Toribio Brittes. *O Corpo Calado*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2001.

¹⁰⁹ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio – 1890-1930*. Rio de Janeiro, Ed. Arquivo Nacional, 1992.

temos também exemplos variados de histórias que relacionam diferentes momentos desse fluxo implacável do tempo, e que acabam, sem querer, nos conferindo um pouco de "chão", de "identidade", enfim. As histórias, também as contamos porque buscamos identificações e vinculações, porque buscamos *identidade*. Sobre as sombras, sobre o esquecimento, sobre o que está *latente*, não temos muitos manuais, que não os caminhos apontados por nossas próprias psiquês individuais. Pensemos nos atores de teatro. Na memorização de textos... *memoráveis*. Pensemos nos meandros individuais das nossas psiquês, e num ator que, diante da plateia, simplesmente se esquece de sua fala, de seu gesto, de sua posição. Sim, o esquecimento ronda não apenas nossas psiques, acreditadamente enclausuradas e individuais, mas, no caso de uma peça de teatro, uma fala esquecida provoca certo *frenesi*, movimenta e desmovimenta investimento de grandes somas de dinheiro, produzem "cultura", capital cultural, em certo sentido, ao menos no sentido da crítica da arte.

Outras histórias de estrangeiros foram escritas por seus descendentes. Por exemplo, alguns trabalhos sobre a presença italiana no Espírito Santo parecem ignorar as relações escravistas na lavoura, evidenciando somente a importância da colonização estrangeira para o 'embranquecimento' da população capixaba. Não há trabalhos sobre a história social e cultural desses estrangeiros na sua relação íntima com o escravismo. Não há, por exemplo, nenhuma menção ao consumo de álcool nas colônias de estrangeiros – fato que influenciou a história de lugares como Alfredo Chaves, Iconha, Serra, Timbuí, Nova Venécia e Colatina. Apenas a documentação jornalística anarquista e socialista de início do século XX torna essa condição pública. Fatos passados *que continuam a vigorar* nesses lugares. Como dado de comparação, há registros de que imigrantes alemães no Rio de Janeiro, na

década de 1850, consumissem mensalmente 3,5 garrafas de aguardente *per capita*, ao passo que o consumo de azeite era de apenas 0,6 garrafas por pessoa. Dentre os artigos consumidos semanalmente pelos corsários irlandeses na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro de 1820, são listadas 169 medidas de aguardente¹¹⁰. Talvez por terem sido escritas por descendentes diretos de imigrantes, esses trabalhos têm certa resistência em tocar em algumas questões sociais, como racismo, alcoolismo, prostituição, tráfico e escravidão de brancos. São aspectos da história dos estrangeiros que caem no esquecimento. Como se o desvelar dessa latência provocasse certa “vergonha” ao descendente que conta a história de sua proveniência e origens. Como se o alcoolismo fosse um defeito de caráter, e não um problema de saúde muito mais amplo, que envolve questões sociais, tanto quanto familiares e individuais.

Mas esse esquecimento é esquecimento de quê? E quais memórias buscamos – nós, historiadores – como se quiséssemos nos salvar de cair num abismo escuro e profundo, um abismo que tudo emudece, que tudo devora, que não deixa outro vestígio a não ser o próprio vazio silencioso do esquecimento?

O estrangeiro – esse anônimo esquecido – qual é o sentido em escrever a sua história?

Em primeiro lugar, o estrangeiro possui uma curiosa peculiaridade: ele descortina, através de sua presença, através da diferença de seu rosto, de sua pele, de sua língua, de seu gestual, a diferença que todo outro sempre representa. Esse outro ‘estrangeiro’, ‘incomum’, ‘forasteiro’ – ele desvela em última instância o outro inerente a todos, a estranheza do próprio ‘eu’. Ele não só mostra a diferença do ‘nativo’, seu antípoda necessário, mas enxerga e reconhece essa diferença, e dela

¹¹⁰ AN, Fundo Ministério da Guerra, caixa 824,2.

se afasta e se reconhece como 'diferente'.

O estrangeiro não é, todavia, um mero receptáculo das classificações e adjetivações que dele fazem o "cidadão": ele também produz suas representações sobre o cidadão, que é para ele um estrangeiro. Através desse jogo de diferenças, conseguimos vislumbrar uma possibilidade de identidade, tanto para o estrangeiro quanto para o cidadão: uma possibilidade entre tantas.

O estrangeiro é um excêntrico, um *ex-cêntrico*: ele é o forasteiro, aquele que 'é de fora', que 'vem de fora', que não pertence ao 'centro'. Ele nos revela, através da singularidade de suas formas de se relacionar com o real, o quanto aquilo que acreditamos ser 'nossa identidade' e 'nossa cultura' é, de fato, um complexo conjunto de significações simbólicas: um conjunto microscópico, reduzido em escala mínima, que atravessa cada existência individual. Desse modo, o estrangeiro nos aponta a nossa estranheza diante daquilo que chamamos de nossa cultura e nossa identidade. Nesse sentido, o movimento é sempre dialético, e todos somos estrangeiros não só uns para os outros, mas também, como assevera Julia Kristeva, fundamentalmente para nós mesmos.

O estrangeiro nos aponta também não somente a questão da proveniência e da localidade. Aponta-nos também, e fundamentalmente, a questão da *localização*. Aos olhos de uma Mary Graham, de um Galleano-Ravara, de um Von Martius, de um François Biard ou de um Debret, os brasileiros oitocentistas eram também estrangeiros. Mesmo que, por definição, estes fossem os 'nativos', e aqueles fossem os 'estrangeiros' no Rio de Janeiro. Embora tudo e todos ao seu redor os apontassem como 'imigrantes', 'forasteiros', o que eles têm a dizer sobre o estrangeiro que somos cada um de nós?

Quem é o estrangeiro, afinal? É aquele que simplesmente abandona sua terra

natal para viver em outro país? É aquele que se move, que migra, que busca localizar-se a cada instante? É aquele que, despojando-se do lugar em que nasceu, assume-se um ser planetário? Ou, como poeticamente indaga Julia Kristeva, “será que devemos admitir que nos tornamos estrangeiros num outro país porque já o somos por dentro?”¹¹¹

Há uma curiosa relação entre viajantes, forasteiros e historiadores. Para o historiador, o passado assemelha-se a uma terra estrangeira, estranha, distante, cuja dinâmica nós podemos supor sem jamais, entretanto, pintar-lhe um quadro perfeito. O passado assemelha-se, assim, a uma tela pronta para ser pintada. O máximo que conseguimos é uma pintura impressionista: cheia de vagas insinuações, movimentos trêmulos e esfumaçados. Na fraqueza e doçura do pastel que se esfumaça, buscamos ‘habitar’, buscamos compreender. Matizes e brechas que buscamos preencher com nossas próprias reminiscências atávicas, mas também com enredos plausíveis, deduzidos através dos documentos que descobrimos, que elegemos como privilegiados na tentativa de contar uma história, *uma certa história...* Tal qual o viajante, o historiador também é um contador de histórias, como Marco Polo diante de um Grã Khan sedento de historietas, de narrativas, de cores e cheiros e sensações a imaginar. O historiador é como o viajante que chega a um lugar estrangeiro, e a questão de diferenças e identidades é apenas uma entre tantas com que terá de se confrontar, no seu trabalho de pintar uma tela que tenha movimento, que permita vínculos, que sensibilize porque é, *de per si*, um grande exercício sensível. Extrair enredos e histórias da materialidade de documentos, arquivos e monumentos, mas também do silêncio mais perturbador, das instigações mais sem-resposta, dos múltiplos esquecimentos a que todos

¹¹¹ KRISTEVA, Julia. *Op. Cit.*

estamos invariavelmente destinados – não é esse, afinal, o nosso ofício, a nossa obsessão e objeto de desejo?

Uma história que tente levar em conta a complexidade do ser humano deve necessariamente dialogar não somente com a memória. Ela tenta conversar também com o esquecimento, como se puxasse o esquecido desde lá ‘do fundo da memória’, para iluminá-lo, reconhecê-lo como seu. O esquecimento e o esquecido não apenas são o pano de fundo do seu objeto de estudo, mas sobretudo possibilitam uma nova fala, novas histórias e outras formas de contar e de fazer história.

Na mitologia grega, *Letes*, o Esquecimento, deu seu nome a um rio localizado no *Hades*, o Mundo dos Mortos, de cujas águas os mortos deveriam beber para esquecer a vida terrena. No livro X da República, Platão menciona o *Letes* como a planície para onde deveriam baixar as almas, após terem escolhido sua vida futura, e após as *Moiras* – *Láquesis*, *Cloto* e *Átropo* – terem tecido seu destino. Quando *Átropo* cortava o fio da trama, tecida e medida por suas irmãs, o destino humano estava *irremediavelmente* traçado, e as almas estavam prontas para a passagem pelo Esquecimento, que é assim descrita por Platão:

Quando as [almas] restantes passaram, todas se encaminharam para a planura do Letes, através de um calor e uma sufocação terríveis. De facto, ela era despida de árvores e de plantas. Quando já entardecia, acamparam junto do Rio Ameles, cuja água nenhum vaso pode conservar. Todas são forçadas a beber uma certa quantidade dessa água, mas aquelas a quem a reflexão não salvaguarda bebem mais do que a medida. Enquanto se bebe, esquece-se tudo. Depois que se foram deitar e deu a meia-noite, houve um trovão e um tremor de terra. De repente, as almas partiram dali, cada uma para seu lado, para o alto, a fim de nascerem, cintilando como estrelas.¹¹²

¹¹² PLATÃO. *A República. Livro X.*

Letes, para os gregos, transformou-se em uma alegoria, o Esquecimento, irmão de *Thánatos*, a Morte e de *Hypnos*, o Sono, embora na *Teogonia*, Hesíodo apresente *Letes* como uma das filhas que *Éris*, a Discórdia, teria parido com dor. Pois o esquecido, o latente, é o que causa sempre dor ao ser posto para fora... De qualquer sorte, há uma conexão simbólica entre o esquecimento, o sono e a morte. O esquecimento, assim como a memória coletiva, é uma necessidade, tanto de indivíduos quanto de coletividades. Há fatos que simplesmente buscamos esquecer, quer como indivíduos, quer como grupos de indivíduos, assim como há fatos que temos de constantemente nos esforçar para lembrar, como em um estranho, porém necessário, ritual. Nesse ponto, muito temos a aprender com a experiência dos judeus.

Ritual de comemoração. Co-memorar supõe a dimensão coletiva do memorar: é recordar em conjunto, é lembrar em comunidade. Toda comemoração só é possível em conjunto, como uma partilha de algo em comum. É um antídoto contra o esquecimento. Na mitologia grega, *Hypnos* representava a personificação do sono; era filho de *Nyx*, a Noite, e irmão gêmeo de *Thánatos*, a Morte. Muitas representações gregas de *Hypnos* fazem-no habitar o Mundo dos Mortos de *Hades*, algumas o deslocam para abaixo dos Infernos: sua morada seria o *Tártaro*, tão distante do *Hades* quanto o céu da terra. *Hypnos* é muitas vezes representado como um ser alado, percorrendo rapidamente a terra e o mar, pondo os seres em estado de sonolência.

A sombra de alguns fatos, as reminiscências que nos habitam o sono, os sonhos mais secretos, mais ocultos – não é também isto o substrato daquilo que relegamos ao esquecimento? Ou será mesmo que “relegamos” tais coisas ao esquecimento? Nietzsche dizia que a faculdade de esquecer é fundamental para o

homem¹¹³. Em toda co-memoração, ironicamente se impõe também a sombra do esquecimento. É preciso lembrar-se de alguns fatos para evitar que eles caiam no olvido. Ao apresentar suas *Historie*, Heródoto expõe essa relação com bastante clareza:

Os resultados das investigações de Heródotos de Halicarnassos são apresentados aqui, para que a memória dos acontecimentos não se apague entre os homens com o passar do tempo, e para que feitos maravilhosos e admiráveis dos helenos e dos bárbaros não deixem de ser lembrados (...).¹¹⁴

Assim como, no indivíduo, o esquecimento é um indício – fenômeno que a psicanálise tem estudado há mais de um século – nas coletividades o que ocorre não é tão diferente. Todo esquecimento é um indício, e, para além de um indício que aponta para algo, é um sintoma. Um sintoma saudável, que indica nossa condição humana de viver, como dizia Hannah Arendt, *entre o passado e o futuro*. Não à toa, cada vez mais delegamos as questões de memória e esquecimento aos dispositivos maquínicos de simulação do real: *chips*, *pen-drives*, nuvens virtuais, espaços possíveis, mas tão efêmeros e frágeis quanto nossa própria psique, sujeita a Alzheimer, a amnésia, à regressões, repressões, agressões, violações...

Podemos nos perguntar por que apenas recentemente tem se problematizado suficientemente o percurso histórico dos italianos como povos fundamentalmente *migrantes*. Esses estrangeiros italianos, despojados, se não dos sonhos, ao menos da terra natal – os percursos destes em solo estrangeiro não são significativos de um *ethos*, de um comportamento, que hoje se reconhece globalmente como um dos pontos centrais de uma chamada ‘cultura italiana’? Em outras palavras, o que seria

¹¹³ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. (2ª dissertação.) São Paulo, Cia. Das Letras, 1987

¹¹⁴ HERÓDOTUS. *Historie*. s/l., Legatus Ed., s/d.

da hodierna Itália, dos italianos e dessa chamada 'cultura italiana', se não fossem os milhões de emigrados que a 'história oficial' italiana reservou ao esquecimento? Então, quando falamos de história como campo do conhecimento, e quando falamos nos métodos da história, nas fontes documentais, na materialidade de documentos, arquivos e monumentos, de que história estamos falando? É possível uma história que leve em conta não somente a memória, a tão cantada musa *Mnemosyne*, mas também o seu antípoda, o esquecimento?

6 ESTRANGEIROS ENTRE CRIMINALIDADE E CONFLITOS

Estrangeiro: raiva estrangulada no fundo de minha garganta, anjo negro perturbando a transparência, traço opaco, insondável. Figura do ódio e do outro, o estrangeiro não é nem a vítima romântica de nossa preguiça familiar, nem o intruso responsável por todos os males da cidade.

Julia Kristeva. *Étrangers à nous mêmes*.

Todos os anos, a polícia da Corte listava um sem-número de estrangeiros, na sua maioria portugueses, que não dispunham de passaportes, encontrando-se, portanto, em situação irregular no Império. Além disso, só durante do ano de 1847, há diversas listas de cidadãos portugueses sem passaportes, em situação irregular no Brasil, e ainda assim ocupando cargos. Isso será frequente durante as décadas de 1840-1870. Há também muitas notícias de falsificações de notas¹¹⁵. Já na década precedente, houvera a denúncia contra o cônsul português João Baptista Moreira, pela facilidade com que fornecia atestado de nacionalidade portuguesa a súditos portugueses que chegavam sem passaportes:

Há bastante tempo que tem constado ao Governo Imperial que o Sr. João Baptista Moreira Cônsul Geral e Encarregado de Negócios Interino de S.M. Fidelfíssima procedia com muita facilidade em dar Attestados pelos quaes declara que tal sugeito era cidadão Portuguez sem que tivesse procedido a habilitação competente, mas o mesmo Governo desejando obrar com circunspeção em hum objecto de tanta seriedade e melindre, não quiz tomar medida alguma a este respeito, sem que tivesse disso huma prova. Agora que com effeito ella existe nesta Secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros, o abaixo assignado do Conselho de .M. o Imperador Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros se vê na necessidade de extranhar por ordem da Regência em Nome do Imperador semelhante inconsiderado procedimento, o qual tende a exacerbar os ânimos dos Brasileiros, e hé de esperar cesse immediatamente, pois que de outra sorte o Governo Imperial se verá na dura obrigação de tomar ulteriores

¹¹⁵BR RJAHI, Notação 303,3,2 de 30/12/47 - Polícia.

providências nesta matéria.

O abaixo assignado renova ao Sr. João Baptista Moreira as expressões do seu obzéquio.

Palácio do Governo em 24 de janeiro de 1832.¹¹⁶

Abaixo, segue a cópia do atestado de nacionalidade portuguesa com que o cônsul buscava facilitar a estadia de seus conterrâneos em solo brasileiro:

JOÃO BAPTISTA MOREIRA, CAVALLEIRO DA ORDEM DE CHRISTO, CONSUL GERAL DE **SUA Magestade Fidelíssima** NA CORTE DO RIO DE JANEIRO, &C.

CERTIFICO QUE _____
 COMPROVOU NESTA CHANCELLARIA HAVER CHEGADO DA
 CIDADE DE _____ NO
 _____ E ENTRADO EM ____ DE
 _____ DE 18____. E COMO SEJA A PRIMEIRA E ÚNICA VEZ
 QUE VEIO PARA ESTE IMPÉRIO, HÉ POR ISSO ESTRANGEIRO E
 SUBDITO DE SUA DITA MAGESTADE FIDELÍSSIMA. EM FÉ DO
 QUE MANDEI QUE SE PASSASSE O PRESENTE, QUE ASSIGNEI
 COM O REAL SELLO DA NAÇÃO PORTUGUEZA, DOS
 _____ DE _____ DE 183__ .

JOÃO BAPTISTA MOREIRA¹¹⁷

Não era somente a vigilância jurídica que fazia com que as instâncias governamentais ficassem em alerta. Havia uma preocupação também em relação aos hábitos sociais dos estrangeiros, para que fossem evitados distúrbios e confrontos entre esses e os brasileiros. A Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro, desde a década de 1830, buscava evitar a entrada de estrangeiros

¹¹⁶BR RJAH, Lata 253, maço 3 (1868-1897), Pasta 2 - 1832

¹¹⁷ Idem.

“turbulentos, ébrios ou rixosos”¹¹⁸, advertindo que tais indivíduos seriam penalizados. Não nos esqueçamos de que as prisões e galés brasileiras detinham um sem-número de estrangeiros, muitos dos quais cumprindo penas de até 20 anos. Durante todo o ano de 1847, há diversas listas de portugueses sem passaportes e envolvidos em falsificações de cédulas¹¹⁹.

Durante todo o século XIX, são comuns episódios de confrontos e insatisfações entre estrangeiros e brasileiros, tumultos, motins e conflitos os mais diversos, que nos chamam a atenção para as formas como a presença de estrangeiros provocaram reações diversas nos microcontextos em que estes se inseriam. Em 1843, há notícias sobre sérios receios de conflitos entre brasileiros e estrangeiros, relatados pelo Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro:

(...) grande oposição se antolhou de parte dos posseiros e de pessoas poderosas que os privilegião pela falsa idéa adrede assoalhada de que o Governo ia tirar violentamente as terras e sitios dos Nacionaes para dal-as a estrangeiros. Causáram alarme geral, e consternação na massa da população as primeiras ordens que chegaram a Campos, as quaes forão adulteradas, e envenenadas pelos boatos populares, e levantou-se uma celeuma, que muito se approximava de motim, accompanhada de aterradoras ameaças. Dificil foi fazer acalmar os ânimos ; chamal-os á razão, e convencel-os, e desvanecer esse terror pânico, e a serie de calumnias e boatos estão propalados¹²⁰.

No ano de 1868, dois representantes da colônia alemã de Urucu (Muricy), fazem um comovente apelo às autoridades, para que lhes provejam de condições mínimas de sobrevivência:

¹¹⁸BR RJAPERJ . *Livro de Contratos da Secretaria de Governo (1835-1843)*. Fundo Presidência da Província, notação 1096, Presidência da Província. 49-52.

¹¹⁹BR RJAHI, Notação 303/3/2 (polícia).

¹²⁰*Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro*, Niterói, Typographia Nictheroyense de M.G. de S. Rego, 1843, p. 21.

Há 2 annos estamos abandonados do soccorro d'hum médico e dos medicamentos necessários, como também falta-nos durante o mesmo tempo a instrucção escolar. A guarnição d'Arthelaria que tinha posto aqui foi requerida para Philadelphia, de forma que estamos com as nossas famílias expostas a todos os arrebatamentos dos Índios que nos rodeão. Sabendo como Vossa Magestade soccorra ao povo e consta sobre a instrucção, pedimos humildemente que se digne ordenar afim de obter o melhoramento do estado da Colônia, (...) 30 de fevereiro de 1868, [assinam:] João Krettli e Otto Sommerlatte¹²¹.

De fato, Joaquim Nabuco se depara, na Europa, com vários boletins contrários à emigração para o Brasil¹²². Os problemas em relação aos estrangeiros são evidentemente acentuados a partir da década de 1870, com o aporte em massa de imigrantes oriundos de vários países. Alguns exemplos nos apontam, porém, que uma análise de longa duração tem mais a dizer sobre conflitos entre brasileiros e estrangeiros do que uma análise meramente restrita a uma curta duração. Para dados de comparação, faremos um levantamento de diversos casos ocorridos ao longo do século XIX, no intuito de perceber a forma como as questões entre o cidadão e o estrangeiro incomodam durante virtualmente todo o Novecentos.

Entre setembro e outubro de 1888, chegam ao porto do Rio de Janeiro algumas famílias italianas, de cuja origem em terra pátria pouco ou nada se sabe¹²³. Vinham por conta de Domingos Theodoro d'Azevedo, fazendeiro na província do Rio de Janeiro, por intermédio da empresa de Angelo Fiorita, com a promessa de trabalho em lavouras de café. Agricultores em sua maioria, eram crianças, adultos e velhos que, sem perspectiva de trabalho ou subsistência em sua terra natal,

¹²¹BR RJAHI, Pasta 253, lata 1, Maço 3.

¹²²Revista do IHGB, 1925, pp. 708-738.

¹²³BR RJAPERJ, Fundo Presidência da Província, Notação 0305, Caixa 0114, vol. A, maço 4, f. 514.

migraram na esperança de encontrar, na ‘América’, trabalho, felicidade e fortuna. Se havia a percepção de alguma uma diferença precisa entre América do Norte, Central ou do Sul, para a maioria dos emigrantes na Itália, era unicamente pelo fato de o Brasil ser o único país a pagar a passagem desses estrangeiros. Sair do país rumo a um Novo Mundo, era essa a esperança dos emigrantes, seu sonho de fortuna ou, na pior das hipóteses, o sonho de não mais passar por privações.

O destino, porém, não lhes atendeu às expectativas. Em ofício encaminhado ao Presidente da Província do Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1888, Domingos Theodoro d’Azevedo pede que ainda não lhe sejam entregues esses colonos italianos, pois lhe faltava ainda providenciar a construção das casas para alojar as famílias. O fazendeiro pedira a Fiorita que lhe fossem ‘importados’, primeiramente, colonos alemães, e mal esconde sua insatisfação ao ter sido ‘enganado’ pelo agente:

Tendo quando requeri esses colonos pedido também allemães, entendi-me com o Snr. Fioritap^a este Snr. fazer me virem em 1º lugar os colonos allemães e depois então os italianos, por ter eu organizado a minha colônia mais própria p.a allemães em 1º lugar. Peço a V. Ex^a que se [digne] de ordenar que não me sejam entregues colonos italianos senão depois que eu der aviso a essa Presidência, o que farei logo que tenha construído as casas na lavoura que destino p^a essa colonisação.¹²⁴

O que ele queria dizer com “ter organizado a colônia mais própria para alemães”, o fazendeiro não precisa. Há, entretanto, a nítida percepção de uma diferença entre alemães e italianos, do ponto de vista do fazendeiro brasileiro. Ora, já em 1888 as diferenças deviam fazer-se notar mais nitidamente. A empresa de

¹²⁴ Idem.

Fiorita nem sequer entrou em contato com o fazendeiro, e coube à Presidência de Província lembrar que, em virtude do contrato assinado em 10 de abril de 1888, não havia obrigação, da parte de Fiorita, de trazer colonos alemães, já que ambos haviam concordado que seria promovida a vinda de “emigrantes agricultores da Europa, (excluídos os do Sul da Itália), das ilhas Portuguesas e hespanholas, não há dúvida que prove elle fazer vir colonos allemães, conforme pede o signatário do presente offício.”¹²⁵ É interessante a distinção entre “Europa”, de um lado, e Portugal e Espanha, de outro. Sobre o porquê de o sul da Itália estar excluído desse projeto, o fazendeiro não dá explicações, mas podemos supor que os oriundos dessa região eram vistos como gente dotada de “paixões mais vivas”, sendo mais “diffíceis de reger”¹²⁶.

É importante ressaltar esses vários filtros que determinavam a origem dos estrangeiros que podiam vir trabalhar na fazenda de Domingos d’Azevedo: estavam excluídos os itálicos provenientes do sul (regiões Campania, Basilicata, Abbruzzi, Molise, Calábria, Sicília e Puglie). A presidência da Província do Rio de Janeiro determinava, já em 1844, que os colonos contratados para suas lavouras deviam ser escolhidos nas regiões setentrionais da França, margens do Reno e Suíça, “por serem os habitantes destas paragens mais dóceis que os dos paízes Meridionaes, terem costumes mais puros, paixões menos vivas, serem laboriosos, e consequentemente mais fáceis de reger”¹²⁷. As famílias italianas ficaram muito provavelmente alojadas na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, em quarentena, já que epidemias não eram incomuns nem no Brasil nem na Itália, mesmo no último quartel do século XIX. Não se exclui que tenham esses

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ *Relatório do Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro*, 1844.

¹²⁷ Idem.

estrangeiros sido encaminhados a alguma outra hospedaria, à espera de uma colocação, e não se sabe se foram destinados enfim à fazenda de Domingos d’Azevedo, se foram trabalhar na construção das ferrovias da província, ou se foram encaminhados a outras fazendas dentro ou fora da província do Rio de Janeiro.

Três décadas antes, em 24 de janeiro de 1859, há outra situação de “desencontro” em relação a cidadãos brasileiros e estrangeiros. O delegado de polícia de Parati envia um ofício ao chefe de Polícia da Província, a respeito de alguns estrangeiros originários da Sardenha, contratados pela empresa Vieira Pedroso. Aparentemente, os operários recusavam-se a trabalhar: queixavam-se de “moléstias” nos olhos. Segundo o laudo do médico Matheus José Firmo de Assis, porém, “nenhum mostrou que sofresse ophtalmia, nem moléstia alguma incurável (...) excepto hum Gomery Thomas, que padece de gotta”¹²⁸.

Os operários, porém, queixavam-se de doença nos olhos e cegueira noturna, o que provavelmente os impedia de trabalhar, mas, segundo o médico, tratava-se de “hum incomodo ordinariamente passageiro”, e caberia uma simples dieta e repouso. O gerente da empresa concede que os operários sejam levados a tratamento em hospital provincial, se assim desejasse o chefe de polícia, mas adverte que “são os mais viciosos e dados á embriaguez os que mais soffrem da moléstia hemeralopia ou cegueira noturna”¹²⁹. Como se o Brasil não produzisse, há séculos, garapa e cachaça feitas da cana-de-açúcar, como se a embriaguez fosse alheia ao cidadão brasileiro e apenas inerente ao estrangeiro trabalhador braçal. É frequente a associação entre estrangeiros e embriaguez, tanto nos discursos oficiais quanto nas notícias de jornais.

Outra passagem interessante nos conta como eram tratados os estrangeiros

¹²⁸BR RJAPERJ , PP 0222, caixa 0079, maço 5.

¹²⁹ Idem.

pobres, já em fins do século XIX. Em 23 de fevereiro de 1893, o chefe de polícia do Rio de Janeiro, Bernardino Ferreira da Silva, encaminha ofício ao Ministro da Justiça e Negócios Exteriores, informando-lhe que haviam sido enviadas sete famílias de russos e polacos à sua repartição, pelo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Ferreira da Silva encaminha as famílias para o Asilo de Mendicidade, por serem “imprestáveis para o serviço das Colônias”¹³⁰, conforme orientação do ministro da Indústria. Cinco dias depois, entretanto, o diretor do asilo contata o chefe de polícia, alegando que “taes indivíduos não podem alli permanecer, em vista das disposições do respectivo regulamento”¹³¹. Somente em 18 de abril do mesmo ano, portanto 49 dias após terem chegado ao asilo e 44 dias após o diretor ter solicitado sua remoção daquele estabelecimento, o prefeito Barata Ribeiro dá o seu parecer: “Requisitem-se providências do respectivo Cônsul por intermédio do Sr. Ministro do Exterior”¹³². Não foi possível, através dos documentos encontrados, acompanhar o destino dessas famílias. Podemos supor que foram destinadas a outros serviços, ou ainda que tenham sido repatriadas através de suas respectivas repartições consulares. Ou, ainda, é possível que tenham permanecido ilegalmente no país, submetendo-se a subempregos, prostituição e exploração de toda ordem, como era frequente à época¹³³.

Em 1847, um oficial norte-americano que passeava pelas ruas próximas ao porto, foi “espancado, pisoteado e sufocado” por uma multidão. Ele queixa-se do modo como foi abordado e agredido, sem que tivesse feito mal algum a ninguém¹³⁴. Em 1849, há notícias de “sérios receios” entre fazendeiros e lavradores estrangeiros no Espírito Santo, com o temor do Governo Imperial em relação ao “efeito moral que

¹³⁰BR RJAGCRJ, 44-3-46, f. 1.

¹³¹ Idem.

¹³² Idem.

¹³³ Cf. MENEZES, Lená Medeiros de. *Op. Cit.*

¹³⁴BR RJAHI, notação 303/3/2 - Polícia

a disseminação de tais notícias possa produzir em alguns pontos d'esta Província"¹³⁵. No mesmo ano, nos armazéns da armação da Corte, o governo geral manda dizer que sustentaria "por alguns dias" os 86 imigrantes alemães que ali se encontravam. Passados esses poucos dias, era incerto o seu destino¹³⁶.

Outro exemplo bastante significativo das tensões entre o que era cidadão e o que era estrangeiro foi a rebelião de imigrantes alemães ocorrida em Parati em 1855. Os alemães chegam a Parati em 6 de novembro de 1852, à custa do fazendeiro José Cardoso de Menezes. Foram destinados ao trabalho nas lavouras da fazenda Martim de Sá, nos arredores da cidade. Sete meses após sua chegada, o juiz de direito interino de Parati, Francisco Ferreira de Paiva, envia um ofício ao vice-presidente de Província, João Pereira Darrigue Faro, alertando sobre o "estado de insubordinação e levante em que se achavão os colonos que existem na dita Fazenda"¹³⁷.

Havia a preocupação em alertar o governo do perigo em permitir que notícias 'detradoras' chegassem à Europa através das legações consulares: os colonos de Martim de Sá aparentemente mantinham correspondência com as autoridades prussianas da Legação da Prússia na Corte, "e [os colonos] tanto mais intolerantes se tornão quando recebem cartas desses personagens". Francisco Pereira de Paiva vai até a fazenda, acompanhado do delegado de polícia, e constata que os alemães "não trabalhavão havia meses e que estavam dispostos a continuar no mesmo systema até que o proprietário da Fazenda se resolvesse a mandá-los de novo para a Allemanha". Eles são imediatamente desarmados e a rebelião é sufocada. O estado de insubordinação, segundo Paiva, "he devido a alguma mão occulta que o

¹³⁵BR RJAPERJ , PP 0222, maço 3.

¹³⁶BR RJAPERJ , PP 0222, maço 5.

¹³⁷ Todas as citações relacionadas a esse caso foram retiradas do maço 8 do fundo Polícia de Província, notação 0222, do BR RJAPERJ .

produz, talvez muitos de caso pensado”. Por que uma mão oculta fomentaria a insubordinação dos colonos contra os fazendeiros, não se sabe, mas podemos supor que as condições de trabalho eram difíceis, sobretudo se pensarmos que em 1855 a mentalidade e os hábitos escravagistas vigoravam de fato e de direito no Brasil. E não nos esqueçamos de que as notícias detratoras em relação à colonização dos estrangeiros no Brasil eram bastante frequentes, desde os anos 1820.

A imprensa estrangeira tinha-se conspirado contra a emigração para o Brasil, e os jornais illudidos, segundo creio, por informações quase todas inexactas, e sempre exageradas, tornavão-se o echo das maiores calumnias acerca da maneira por que entre nós erão tratados os colonos, e da sua sorte, que a cada instante se figurava digna de lástima.¹³⁸

Os colonos estrangeiros chegam em massa à delegacia de Parati, e o delegado Antônio Pinto da Silva Valle conseguiu convencê-los a retornar à fazenda, em vista da “anarchia que disso podia resultar” na cidade. Mandou prender o antigo intermediário entre os colonos e o fazendeiro, um tal Mussard, descrito como o “fomentador de tudo por ódio que nutre ao empregario dr. José Cardoso de Menezes”. Mussard é tido como indivíduo “ébrio por condição e trazendo consigo sempre um punhal”, líder inflamado daquela gente “grosseira” e alcoolizada, a “pior espécie de alemães”, como eram descritos os colonos na documentação pesquisada.

Sujeitos ébrios e violentos, gente grosseira, da pior espécie: assim eram percebidos esses estrangeiros. Não há nenhum constrangimento, por parte do delegado de polícia – do Estado, portando – em qualificá-los dessa forma. A situação se agrava em dezembro do mesmo ano, quando Mussard é levado preso, junto a

¹³⁸*Relatório do ministério do Império*, 1856, p. 22.

outros colonos, e o juiz João de Abreu Couto recomenda ao Presidente de Província “toda a sua vigilância e meios que deverá empregar para prevenir qualquer acto que tentem praticar os referidos colonos contra o proprietário da dita colônia”. Em 1º de março de 1855, o próprio Ministro da Marinha dirigiu-se à colônia Martim de Sá, acompanhado do delegado de Parati, além de 13 soldados policiais e 21 guardas nacionais. São presos 8 colonos e “um outro indivíduo”, provavelmente o agenciador Mussard, que, segundo a documentação, foi preso mais de uma vez.

A partir daí, até julho de 1855, a situação torna-se cada vez mais tensa, com grande circulação de correspondência entre a delegacia de Parati, o dono da Colônia e a Presidência de Província. Em 2 de julho de 1855, em ofício do delegado ao Juiz de direito interino da comarca, há informações de que os colonos abandonaram a fazenda e estavam a caminho da cidade, “aonde por certo perturbarão o socego (sic) público”. O juiz de direito, por sua vez, afirma, dois dias depois, que “se acaso essa horda de allemães tomar a direção d’esta cidade [de Parati] e n’ella se internar, muito tem que incomodar esta Cidade”.

Em 17 de julho, o proprietário da fazenda escreve ao juiz alertando-o sobre “repentina e tumultuosa fugida dos meus colonos de Martim de Sá para esta Cidade [de Parati]”. Abandonaram a fazenda, e “depois de 12 dias de estrada, partiram esta manhã de dia, a vista de todo mundo”. José Cardoso de Menezes, o fazendeiro, diz ainda que 8 dos colonos já haviam passado pela casa de correção em Parati, um deles tendo sido preso por duas vezes, o “chefe de motim”. O discurso oficial os qualificava de uma “horda” de gente rixosa e ébria. Começam a aparecer de forma mais explícita os preconceitos em relação ao estrangeiro trabalhador, o estrangeiro pobre, a “pior população” da Europa, os “ébrios e rixosos”, “vagabundos, viciosos e insubordinados”:

Os negócios da Colônia de M. de Sá – diz o juiz interino – apresentam uma face muito pouco lisonjeira, já que composta quasi em sua totalidade da peor população da Alemanha, mal dirigidos desde o princípio de sua chegada.¹³⁹

Os colonos, entretanto, acampados na praça principal de Parati, suscitam a generosidade da população, que “os socorrião não só com alimentos como também com roupa”. Cria-se um mutirão de ajuda aos estrangeiros, liderado pelo também estrangeiro João Luiz German Bruhus, habitante de Parati. Não sabendo falar português, tinham Mussard como intérprete, e apresentam-se em massa ao delegado, dizendo que “estavam com fome”. Enfim, também este admite que os lavradores não pareciam bêbados ou perigosos, mas gente humilde e indignada.

Na madrugada de 17 de julho, marcham em direção à estrada, rumo ao Rio de Janeiro, “com o fim de irem á Côrte queixar-se ao Governo das injustiças que dizem ter soffrido”. Dois dias depois, pedem a rescisão do contrato de trabalho, embora o fazendeiro alegue que eles deviam mais de 14 contos de réis. Não foi possível, através dos documentos pesquisados, acompanhar o destino desses imigrantes, que, caindo no esquecimento, compõem um mosaico de inúmeros outros destinos incertos de outras tantas pessoas, migrantes ou não.

Aqui temos também um meio de se pensar em como os juízes e as autoridades se posicionavam em relação às disputas entre brasileiros e estrangeiros. Em que medida não eram instruídos a dar um tratamento diferenciado a uns e outros? Em que medida o estrangeiro, por outro lado, dá dignidade e reconhece a autoridade instituída desses magistrados? A documentação judicial tanto reflete o pensamento do governo imperial quanto revela transformações nas

¹³⁹ Idem.

questões identitárias. Há um reconhecimento, por parte dos estrangeiros, das instituições cívicas brasileiras. Primeiro vão à polícia, depois marcham em direção ao Rio de Janeiro. Não se sabe exatamente com quem iriam ter, uma vez chegados à Corte, mas esses estrangeiros organizam-se em grupo, têm um tradutor, um intermediário, sabem que a polícia era uma instituição que representava o Império brasileiro, colocando-a, portanto, acima da autoridade de seu patrão fazendeiro. Esses estrangeiros legitimam as instituições nacionais brasileiras, à medida que as reconhecem como instâncias organizadoras, acima da vontade dos indivíduos.

A partir de 1870, eram cada vez mais comuns as desavenças entre os estrangeiros e alguns setores da população brasileira, cabendo aos governos locais e ao Governo Imperial tomar medidas a respeito. A presença de estrangeiros em solo nacional logrou fomentar relações inéditas entre o governo do Brasil e o de outros países. No Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1872, há a íntegra do Tratado de Extradução assinado entre Brasil e Itália, Brasil e Portugal, dentre outros países, numa clara indicação de que algumas questões começavam a incomodar¹⁴⁰: questões de nacionalidades, problemas com criminalidade.

Esses exemplos nos apontam para algumas questões que os governos deveriam enfrentar em relação à entrada e permanência de estrangeiros em solo pátrio. A presença de estrangeiros na Corte provocava um certo comportamento nas elites políticas do Império. Desde os primeiros aportes de estrangeiros no início do século XIX até os expurgos e expulsões em massa ocorridos no início do século XX, houve uma lenta e intrincada gestação de valores que diferenciavam o que era *brasileiro* do que era *estrangeiro*, e sobretudo quem era *cidadão* e quem era não era.

¹⁴⁰Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1872. Rio de Janeiro, Laemmert, 1873, pp. 29-30.

Os motins eram frequentes desde a década de 1820, conforme observamos no episódio envolvendo os corsários listados no Corpo de Estrangeiros. As revoltas eram recorrentes, tanto nas lavouras e fazendas, quanto no porto e pelas ruas da Corte. A partir de meados do século XIX, era frequente encontrar inúmeras famílias de estrangeiros aquarteladas em navios, hospedarias, asilos e até mesmo em armazéns da armação. Muitos estrangeiros eram rejeitados por não serem aptos aos ofícios requeridos na Corte.

Não era à toa que a Polícia da Corte anotava detalhadamente não somente a entrada desses estrangeiros, mas também a sua movimentação em território brasileiro, e sua partida para outros países. O italiano Giovanni Angelo, que em 1838 deixava a Corte para ir estabelecer-se provavelmente no Rio Grande do Sul, foi listado como um oriundo da Sardenha, de 23 anos, “com rosto oval, barba e com falta de dentes”¹⁴¹. Ainda em 1838, foram listados Carlos Estornier (?), sardo, 32 anos, pedreiro, talvez casado com uma francesa de nome Francisca R. [ilegível], ambos acompanhados de uma filha menor. O pedreiro Francesco Perdara foi “catalogado” como sardo de olhos azuis e cabelos castanhos. Curiosamente, porém, Giuseppe Salcicoione, foi listado como *italiano*, negociante, 37 anos, casado, partindo para o Rio Grande do Sul. Nos anos subsequentes, as descrições continuavam: Giuseppe Barrantini era listado como um sardo de 23 anos, retratista, com o “rosto redondo, cabelos e olhos pretos, partindo para São Paulo”¹⁴². Francesco Bassoli era também sardo, tinha 21 anos, era negociante, e possuía cabelos castanhos, ao passo que C. Boursul era listado como um sardo de 33 anos, negociante, rosto comprido, barba, cabelos e olhos pretos, partindo para São Paulo

¹⁴¹BR RJANRIO, Rolo 180-2001, Fundo Polícia da Corte – Registros relacionados à entrada e movimentação de estrangeiros no Brasil – 1808-1842, Códice 423, volume 11 – 11/10/1838 a 27/06/1840, Livro de “Legitimações de Estrangeiros”.

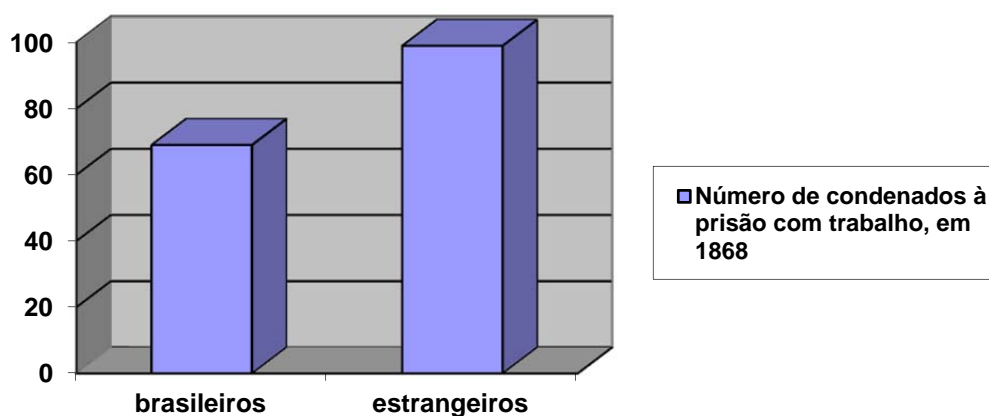
¹⁴² Idem.

e Santos. Giuseppe Biondi, também sardo, tinha 21 anos, era solteiro, caixeiro de profissão: era alto e louro, e possuía cabelos castanhos claros e olhos azuis. Alessandro Giocheti, outro sardo, tinha 23 anos quando saiu do Rio para Santos e Sorocaba: era solteiro, negociante, baixo, claro, cabelos castanhos, olhos grandes. Francesco Guelfi, Italiano, 19 anos, solteiro, alto, louro, parte para Montevideú.¹⁴³

Listavam-se, com detalhes, as características físicas desses estrangeiros, como cor dos olhos e cabelos, formato do rosto, presença de cicatrizes, marcas de nascença, barba etc., transformando os livros de registros de movimentação de estrangeiros em verdadeiros álbuns de retratos falados.

Em 1868, quase 60% dos prisioneiros condenados a trabalhos na Corte eram estrangeiros: portugueses, em sua maioria, mas também franceses, italianos, espanhóis e ingleses¹⁴⁴.

Gráfico 1 – condenados à prisão com trabalho na Corte, em 1868.



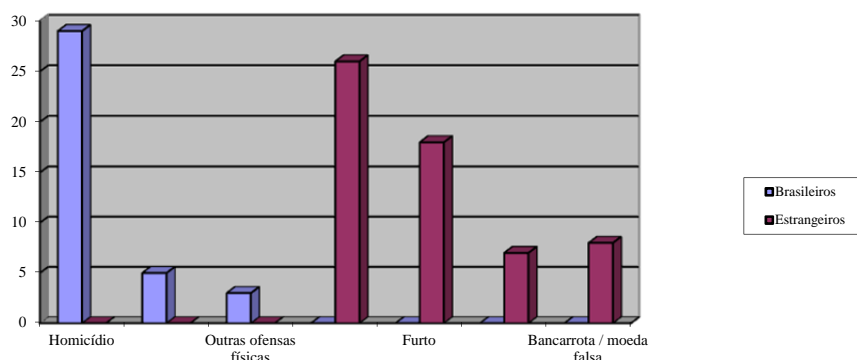
Fonte: AN, Rio de Janeiro. Estatística elaborada pelo autor a partir de documentos variados.

Os crimes praticados por esses estrangeiros eram, em sua maioria, contra a propriedade e o Estado:

¹⁴³BR RJANRIO, Rolo 180-2001 - Fundo Polícia da Corte – Registros relacionados à entrada e movimentação de estrangeiros no Brasil – 1808-1842. Códice 423, volume 12 – 27/06/1840 a 22/02/1842

¹⁴⁴Relatório do Ministério da Justiça, 1870, p.23.

Gráfico 2 – tipos de crimes praticados por brasileiros e estrangeiros, em 1868.



Fonte: AN, Rio de Janeiro. Estatística elaborada pelo autor a partir de documentos variados.

Interessam-nos, particularmente, os tipos de crimes passíveis de extradição. A lista é longa:¹⁴⁵

1. Homicídio voluntário, incluindo assassinio, parricídio e infanticídios;
2. Tentativa de quaisquer dos crimes especificados no item 1;
3. Ferimentos voluntários que resultem a morte “sem intenção de a dar”;
4. Ferimentos que causem mutilação, destruição ou inabilitação de alguns membros ou órgãos do corpo, ou deformidade física, ou grave incômodo de saúde, ou inabilitação para o trabalho por mais de trinta dias;
5. Estupro e rapto violento e outros atentados contra o pudor;
6. Poligamia (claramente associado à atividade dos cáftens¹⁴⁶);
7. Ocultação, subtração ou substituição de criança;
8. Incêndio voluntário;

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Cf. MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: desclassificados da Modernidade - protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996.

9. Danos às linhas férreas dos quais resulte a morte de funcionários ou passageiros;

10. Peculato ou malversação de dinheiro, fundos ou títulos de propriedade pública ou particular;

11. Contrafação ou alteração de moeda, cédulas ou obrigações do Estado, bilhetes de banco ou qualquer outro papel de crédito equivalente a moeda;

12. Introdução, emissão e uso doloso dos ditos valores falsos ou falsificados¹⁴⁷;

13. Falsificações de atos soberanos, selos de correios, estampilhas, carimbos ou qualquer outro selo do Estado, bem como o uso doloso desses documentos e objetos falsificados;

14. Falsificação de escritura pública ou particular, letras de câmbio e outros efeitos comerciais, bem como seu uso doloso;

15. Barataria e pirataria.

Todos esses dados apontam que o estrangeiro deveria, assim como o cidadão brasileiro, estar em pleno acordo não somente com uma moralidade que se pretendia civilizada e cidadã, mas, sobretudo, com as leis imperiais. No caso de uma contravenção cometida por um cidadão brasileiro, as penas eram muito menos dramáticas do que aquelas sofridas pelo estrangeiro: estes eram normalmente sentenciados a prisões durante anos em galés e, não raro, extradição do país. O que esses confrontos têm a dizer sobre formação de identidades culturais? O outro é um espelho, mostra aquilo que eu sou “ao contrário”, o que significa dizer que ele mostra, também, tudo aquilo que eu não sou. Entretanto, minha imagem vem refletida nele. Minha imagem se parece com a dele, embora ao revés, ao contrário.

¹⁴⁷ Era relativamente fácil enganar um estrangeiro e constrangê-lo a usar moedas falsas, ainda que isso não os isentasse de responsabilidades penais.

Por que os estrangeiros passaram a praticar determinados tipos de contravenções e crimes no Brasil que os acolhia? Que buscavam com tais crimes?

Chama a atenção o fato de muitos dos crimes que eles praticavam eram referentes à moeda nacional. O “nacional” funciona como algo que, de antemão, os exclui. Até que ponto eles não forjavam uma *cidadania* brasileira, ao falsificarem a moeda nacional? Esse tipo de crime contra o Estado deixa bastante clara a situação de não-pertença dos estrangeiros, tanto em relação ao próprio Estado quanto em relação à cidadania. Muito mais que simples “crimes”, esses delitos são significativos do *status* mesmo de quem os praticava. Estrangeiros em busca de cidadania e pertença...

7 A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COMUM ITALIANA

[O estrangeiro] se imagina eterno na embriaguez daqueles que, no entanto, não ignoram a sua fragilidade provisória.

Julia Kristeva. *Étrangers à nous mêmes*.

A ideia de um destino pessoal favorável ou desfavorável é tão antiga quanto a humanidade. O mito de Édipo nos fala da cegueira humana em relação às suas próprias ações, como se fôssemos irremediavelmente marcados por um destino pré-natal. Os antigos gregos chamavam de *moira* a esse poder impessoal, esse eixo em torno do qual cada vida gravitava, acima da vontade humana e até mesmo acima da vontade divina. As três *moiras* – Láquesis, Clotos e Átropos – viviam na escuridão das cavernas, onde nada se via. Uma media, outra fiava e a última cortava a linha do destino de cada humano: e esse corte não podia ser evitado – de fato, é este o sentido da palavra Átropos, *Ἀτροπος*: o que não tem retorno, o que não pode ser evitado. Conta a mitologia grega que as Moiras eram forças originárias anteriores à era dos Deuses. Somente os heróis ousavam desafiá-las, e quase sempre isso significava um exílio, uma sentença de morte, a perda dos entes queridos, não raro tudo isso ao mesmo tempo.

Parece que o estrangeiro – pelo menos a maior parte deles – carrega consigo essa dimensão fatalista da vida. As Moiras parecem estar sempre à sua busca, para puni-los, para dar-lhes a devida medida do seu destino. A biografia do estrangeiro se constrói, portanto, sempre a partir de um acidente, uma ruptura. A cegueira e a compulsão edípicas parecem operar no estrangeiro. A transitoriedade é seu limite, o que significa dizer que, em certa medida, o que caracteriza o estrangeiro é a ausência de limites. O trânsito parece nunca completar-se: mesmo ao se estabelecer em terra estrangeira e ali prosperar, o ponto de origem é sempre seu

parâmetro: um ponto perdido, abandonado, a cada dia esquecido e a cada dia reconquistado em memórias que se transformam, se adulteram, memórias que traem e logram criar fantasias as mais diversas. De que se lembra o estrangeiro de sua terra natal, de sua vida passada? O quanto dessas lembranças não foi “adulterado” pelas representações que ele passou a assumir nos lugares para onde emigrou? Conforme o tempo cronológico passa, como se passa dentro do estrangeiro o tempo que o liga ao seu espaço de origem?

O estrangeiro quase sempre carrega sua veste negra em luto por uma perda irreparável, insuperável. O estrangeiro é aquele que perdeu a mãe, tal qual o Merseault de Camus. Mesmo que volte ao seu lugar de origem, o estrangeiro já é estrangeiro, já conseguiu desenraizar-se dos vínculos que outrora lhe garantiam uma proveniência, uma origem... e *um tédio!* Por que o estrangeiro é um entediado? De que se ressent, qual é a origem de seu tédio, qual é a sua ausência? Certamente sua ausência não é apenas a terra-mãe, pois ela está sempre lá: sua angústia é um “ter tido que abandoná-la”. Seu exílio parece um autoflagelo (pois ele não se cansa de lamentar a perda), mas também lhe garante uma espécie extramundana de liberdade: é ele, então, o *flâneur* das ruas do centro do Rio de Janeiro, descrevendo suas gentes, seus hábitos, pintando seus retratos.

Desde a diáspora do Egito, o povo judeu é o povo “estrangeiro” por excelência, aonde quer que chegue. A aliança de Abraão com Deus, transcendendo uma mera monolatria e instaurando um monoteísmo universalista, torna esse povo ainda mais peculiar: aqueles que não participam dela serão rechaçados, tornando-se eles mesmos, não importa se em seu próprio solo pátrio, perfeitos estrangeiros. Desolado, o judeu perdeu quase tudo em sua diáspora. A começar pela Arca da Aliança e pelos bens materiais, o judeu parte em sua diáspora de mãos vazias.

Nada lhe importa, que não sua aliança com Deus – aliança que lhe confere uma espécie de *nacionalidade sacra*, ao passo que o torna um estrangeiro onde quer que ele esteja. Muitas vezes, ele chora sua pátria ausente: “Junto aos rios da Babilônia nos assentamos e choramos, lembrando-nos de Sião.”¹⁴⁸ Seus algozes os faziam cantar seus cânticos e deles zombavam. Como haveriam de cantar seus louvores em terra estrangeira? Os judeus conseguiram, e não por acaso, forjar para si mesmos uma nacionalidade sacralizada, anterior a qualquer projeto geopolítico, anterior ao sionismo do século XIX. Mas isso não aconteceu com nossos italianos.

Embora os itálicos tivessem suas glórias do passado – instituições romanas, arquitetura e artes refinadas, medicina, geometria, alquimia, filosofia etc. – nada disso lhes garantia o bom acolhimento em terra estrangeira, nos idos do século XIX. Será preciso elucidar alguns aspectos acerca da questão da identidade para que possamos compreender o que exatamente significava essa identidade que reclamavam os itálicos residentes na Corte Imperial.

Identidade... Uma das palavras que não cansamos de evocar, sobre a qual não cansamos de escrever teses, em nome da qual a humanidade mata e morre. Normalmente, quando normalmente falamos em identidade, no dia-a-dia, já prescindimos do entendimento do seu significado mais profundo. Ortega y Gasset diz que não encontrou, em toda a obra de Comte sobre sociedade, nem uma linha sequer que definisse o que é sociedade. Ainda assim, não somente *sociedade*, mas também *cultura*, *justiça*, *direito*, *identidade* e *alteridade* são palavras carregadas de significações, evocadas a todo instante, reclamadas pelos quatro cantos do mundo, embora estranhamente careçam de explicações ou definições razoáveis, a cada momento em que são enunciadas. Como se o simples evocar dessas palavras

¹⁴⁸ BÍBLIA, Salmos, 137, 1.

dispensasse qualquer preâmbulo, como se nos fossem muito óbvios os seus significados. Daí resulta que, há pelo menos mais de um século, as teorizações científicas acerca de nossa civilização estão balizadas em conceitos bastante frágeis em seus usos cotidianos, e sobre os quais não se tem muita clareza, e sob esse aspecto concordamos plenamente com Ortega y Gasset.

Identidade individual, identidade coletiva, identificações, afastamentos, enxergar-se no outro, enxergar-se por meio do outro, e também não reconhecer-se no outro: são todas possibilidades criativas implicadas nas relações humanas. Desta forma, a identidade assemelha-se, para usar a metáfora de Zygmunt Bauman, a um quebra-cabeça. Entretanto, não se sabe que imagem resultará no final. Não é como um quebra-cabeça de brinquedo, em cuja caixa podemos, de antemão, conhecer a imagem a ser procurada, a ser formada. Para Bauman, assim como para Stuart Hall e Anthony Giddens, as incertezas provindas de uma sociedade “de risco” - o que o sociólogo polonês chama de “modernidade líquida” - são os principais responsáveis pelas mudanças em nossos paradigmas identitários. Para ele, a identidade é algo a ser inventado, e não descoberto. De repente, a questão da identidade começou a ir além do princípio de identidade lógico, que diz que $A = A$.

Em primeiro lugar, identidade não é algo *dado* ao homem, nem como um conjunto de características que o definiriam *a posteriori*, nem como um conjunto de práticas e representações que lhe confeririam uma mesmidade *a priori*. Identidade não é uma meta a ser atingida, nem um projeto a ser executado. Identidade não é uma coisa a mais entre tantas coisas do mundo circundante. É um empenho criativo que, apesar de nunca perfazer-se, se constrói de acordo com o tempo, com o contexto cultural, político, religioso e linguístico do homem, considerado tanto individualmente quanto em grupo. Para que ele venha a ser chamado e reconhecido

como tal, o homem já precisou iniciar seu percurso identitário: o percurso que lhe conduz ao seu si-mesmo, que o distingue dos outros entes que o cercam. Há um mistério e uma simplicidade que lhe asseguram que *ele é ele próprio*. Ora, será que esse é um mistério, assim, tão simples?

Identidade não é um estado de repouso, nem um ponto a ser atingido no processo de conhecer-se a si mesmo: poderíamos falar de *processo* identitário, de *percurso* identitário. Vejamos um exemplo prático, que ilustra a relação de uma protagonista com sua questão adormecida, latente – mas sempre instigadora e premente – em relação ao modo mesmo em que ela pode se enxergar numa comunidade, e ser por essa comunidade enxergada:

A imagem recente mostra uma mulher em um mercado de Nova York. Parada em frente à prateleira de frutas, ela enxerga as goiabas que estão sendo vendidas a quase dois dólares cada uma. Ela pega uma na mão e, por um momento, deixa-se seduzir. A fruta é redonda e grande como uma bola de tênis, mas a mulher sabe que aquelas frutas estão demasiado verdes e, provavelmente, bastante ácidas. Goiabas maduras têm a casca rugosa e amarelada, às vezes um pouco róseas e quase maravilhas por dentro. Goiabas fazem-na lembrar de uma imagem anterior, em Porto Rico, no qual ela é apenas uma menina ao pé de goiabeiras carregadas de frutos depois de uma estação de chuvas abundantes e de noites frescas. Firmando a imagem recente, na Cidade da Maçã, a mulher larga a goiaba que até então segurou e opta por levar a fruta da nova terra¹⁴⁹.

Conforme diz Bauman, as “identidades” flutuam pelo ar, e não são apenas dispositivos de identificações com os quais tecemos a rede daquilo que somos ou imaginamos ser ou daquilo que queremos ser para o outro: identidades nos são atribuídas sem que o queiramos, à nossa revelia, e muitas vezes contra a nossa

¹⁴⁹ CUNHA, Maria Jandira Cavalcanti. (org) *Migração e Identidade – Olhares sobre o tema*. São Paulo, Centauro, s/d, pp. 17-18.

vontade. No caso dos estrangeiros, sentir-se, ainda que parcialmente, deslocado em toda parte pode não ser uma sensação agradável. Mas esse estar deslocado é um espaço aberto a identificações. Para os nossos italianos, estar do lado de cá do Atlântico foi o que lhes permitiu agregar-se em torno de uma comunidade imaginada, em torno de uma identidade comum italiana, que eles esforçaram-se por construir.

Processo identitário, percurso identitário. Píndaro exortava o homem: “torna-te o que tu és”. Chegue a ser aquilo que tens de ser. Seja. E, para ser, esbarramos, inevitavelmente, nos incômodos que a noção de identidade nos traz. Pois, a reboque, a identidade traz consigo a questão da *alteridade*. Por que falar de identidade nos incomoda tanto? Que é identidade, afinal e em princípio? Será mesmo necessário, no contexto de nossa investigação acerca do estrangeiro, ruminar estas inquietações? É um processo criativo a ser inventado? É um processo de descoberta? Por que esses grupos de itálicos – de origens diferentes, falando dialetos diferentes e às vezes incompreensíveis entre si, provenientes de contextos culturais tão diferentes – por que esses homens e mulheres buscavam uma identidade comum? Que queriam com isso, com a identidade de *italianos*? Que queriam expressar aos seus conterrâneos do lado de lá do Atlântico? Por que, repetimos, a questão das identidades foi tão importante para aquelas pessoas, naquele contexto, e os incomodava tanto?

Ora, o nível mais prático, corriqueiro, imanente dessa questão refere-se ao fato de que, no estado hodierno dos múltiplos esfacelamentos levados ladeira abaixo pela pós-modernidade, a identidade transformou-se num persistente arcaísmo. É curioso, pois se trata de um arcaísmo no sentido estrito: linguagem passada, poucas identificações semiológicas com relação às prementes questões de hoje. Esse arcaísmo tem nos aprisionado a uma determinada narrativa de mundo que dita o

que são identidades, processos identitários, identificações. E dita, no mais das vezes, o que o outro representa e simboliza para nós. Falar de identidade incomoda por uma série de razões. Em primeiro lugar, a identidade não é algo dado ao homem, embora lhe seja consubstancial. Em segundo lugar, identidade, embora constituída do *id*, leva em conta, necessariamente, algo externo não só ao *id*, mas também ao ego: o *alter*, o fato mesmo de que estamos, irremediavelmente, *alterados*. Isso significa dizer que o eu - aquilo que constitui o si-mesmo, aquilo que confere identidade a indivíduos e grupos - está em constante contato com a falta mesma do si-mesmo, o vazio do si-mesmo: o outro, tão insondável quanto o si-mesmo. Para que o homem seja “idêntico a si mesmo”, precisa, necessariamente, enxergar-se no espelho do outro. E nem sempre isso é agradável: sobretudo se esse outro é um *outsider*, um excêntrico estrangeiro.

A tradição de pensamento ocidental passou a ver sujeito e objeto como partes complementares de um processo dialético. Aquilo que ao homem lhe é mais consubstancial é habitar precisamente nessa tensão entre sujeito e objeto. Cativos dessa representação sobre sujeito e objeto, “inventamos” o indivíduo moderno, nos tornamos o *in-divisum*, aquele que não pode ser dividido. Nesse sentido, o indivíduo moderno – tão enaltecido desde fins do século XVIII e ao longo de todo o século XIX – só poderia identificar-se consigo mesmo, e pensar-se como um si-mesmo absoluto. E assim, o século XIX foi exemplar em enaltecer o indivíduo, em isolá-lo, em conferir-lhe um funcionamento hermético dentro de um sistema capitalista que já se esboçava há alguns séculos. A alteridade – todos os atributos que constituem o outro – é um conceito mais restrito do que diversidade, e mais extenso que diferença. Alteridade não implica a determinação da diversidade. Identidade está contida na diversidade. E isso é simplesmente inevitável, já que a diversidade

engloba tanto o eu quanto o outro.

É crucial, para os estudos sobre o estrangeiro, a maneira como Ortega y Gasset pensa a identidade. Em primeiro lugar, ele não usa esse termo. Diz o filósofo espanhol que o poder que o homem tem de retirar-se virtual e provisoriamente do mundo, e recolher-se dentro de si mesmo é um fato surpreendente, que o distingue dos outros animais: é que o homem pode *ensimesmar-se*. O homem sente-se perdido, náufrago nas coisas do mundo, em contato com o que está fora de si mesmo: a isso, Ortega y Gasset chama *alteração*. Esta é a característica mais natural, o aspecto biológico por excelência do homem, que o iguala aos outros animais. Entretanto, o homem é capaz de retirar-se à sua própria intimidade (constituída de pensamentos), e a isso ele chama *ensimesmamento*, ou *vita contemplativa*, no dizer dos romanos, ou *theoretikòs bíos* dos gregos, a *theoría*. Voltando a atuar no mundo conforme um plano preconcebido, conforme as negociações e tensões entre seu ensimesmamento e a alteração, o homem pode ter uma *vita activa*: a *práxis*. Daí se conclui que a *ação* humana só existe na medida em que é regida por uma prévia contemplação, e vice-versa: o ensimesmar-se é um projeto de ação futura.

Não vivemos para pensar: ao contrário, pensamos para viver e atuar. Enquanto um tigre não pode deixar nunca de ser tigre, não pode “destigrar-se”, o homem vive, *por via da alteração*, o permanente risco da *despersonalização*. Cada um de nós está em constante risco de não ser *si mesmo*. Nossa identidade é um mero personagem que nunca se concretiza de todo. Aquilo que ao homem lhe é consubstancial, desse modo, é que sua condição lhe é, a cada momento, incerteza substancial. Entretanto, sem essa retirada estratégica a si mesmo, sem esse recolher-se do homem ao mundo íntimo de suas próprias ideias, a vida humana é

impossível. Para a superação do passado, não se deve perder contato com o passado: ao contrário, devemos senti-lo bem abaixo de nossos pés, porque emergimos desse passado, dele afloramos, a partir dele podemos nos identificar, *a cada momento*.

Caberia elucidar a relação que Ortega y Gasset estabelece entre o recolhimento do homem ao seu *intimus* (o *ensimesmamento*) e a volta ao mundo circundante (que lhe submerge na *alteração*). O que se dá no homem que se retira do mundo, recolhe-se ao seu *ensimesmamento*, e emerge deste para, novamente e invariavelmente, coabitar um mundo em que, não só ele, mas todos os outros estão *alterados*? Que é que se passa nesse processo que desfacela o *ensimesmamento* tão antinatural, e joga novamente o homem ao convívio, a um forçoso convívio em que ele não mais pode manter-se ensimesmado, mas onde suas performances políticas, sociais, culturais etc. estão inevitavelmente *alteradas*?

O mundo é a total exterioridade, o absoluto *fora*. O único fora desse fora que cabe é, precisamente, um *dentro*, um *intus*, i.é., a *intimidade* do homem ensimesmado, seu si-mesmo - constituído por reminiscências, lembranças, memórias, mas, sobretudo, por *ideias*. E estas, as ideias, possuem a condição extravagante de não se situarem em *parte alguma*, ainda que simbolicamente as alojemos nas nossas cabeças, como os gregos homéricos as alojavam no coração, e os pré-homéricos as situavam no fígado ou no diafragma. Esse *dentro* do corpo, esse alojar-se das ideias nas vísceras, aponta sempre para um dentro relativo: as ideias não estão em parte alguma. Frente ao mundo exterior, as ideias constituem outro mundo que não está no mundo: nosso mundo interior. O animal, atento sempre ao que está fora de si, vive constantemente *alterado*. Sua sobrevivência depende dessa relação ditada por um *outro* que não ele próprio. Na perspectiva do homem, o

animal não possui um si-mesmo onde recolher-se: um si-mesmo especulativo. O ser humano, por sua vez, saindo do *ensimesmamento* e voltando a estar *alterado*, molda o mundo de acordo com suas preferências, de acordo com o que dita sua *vita contemplativa*, seu *ensimesmamento*, até que o *outro*, o mundo, se vá convertendo nele mesmo. Isso equivale dizer que o homem humaniza o mundo, e que o ser humano não tem uma natureza, mas sim história e temporalidade.

Ortega y Gasset fala do outro como co-presença sensível. Seu pensamento difere bastante do de Heidegger em relação à ideia de co-presença, conforme veremos adiante. Para Ortega, o outro está no eu na forma de sinais, indicações, sintomas. Sintomas, sobretudo, daquilo mesmo que *eu não sou nem posso ser*. O céu, por exemplo, se distancia de nós especialmente por meio da visão. Nas delimitações entre o eu e o outro, o tato surge como o sentido mais originário da maneira como estruturamos nossa relação com o mundo. Por meio do tato, não nos relacionamos com o outro como se o outro fosse um fantasma, um fenômeno, uma aparição - tal como detecta a nossa visão - mas sim como um “outro” alheio ao nosso corpo. É o tato, e não a visão, como se poderia supor, que estrutura o mundo e a nossa relação com os entes como relações em perspectiva. O outro é o que não está *aqui, em mim*. E o tato deflagra essa situação corpórea de sermos, aparentemente, indivisíveis.

No caso dos estrangeiros, esse distanciamento é radical: o estrangeiro está totalmente fora de mim. Não interessa a sua origem - sua condição de excêntrico transcende a questão histórica das nacionalidades, apesar de, paradoxalmente, apoiar-se nela. O estrangeiro é um “outro” que veio habitar *aqui*. Não importa, de antemão, a sua origem: basta que ele seja um estrangeiro, essa palavra tão aglutinadora das nossas pretensas aspirações às nossas *identidades*, invioláveis,

tão pretensamente nossas apenas. Heidegger fala, citando Humboldt¹⁵⁰, que muitas línguas exprimem os pronomes pessoais por advérbios de lugar: “eu” equivaleria a *aqui*; “tu” equivaleria a *aí*, e o equivalente de “ele” seria *lá*. Mas esses advérbios seriam apenas a modelização dos pronomes, já que o “eu” está, de acordo com Heidegger, inevitavelmente constituído de todos os outros entes que lhe vêm ao encontro. Ainda de acordo com Ortega y Gasset, o homem é, antes de qualquer coisa, alguém que está recluso num corpo, um *soma*. Ele lembra a analogia entre *soma*, corpo, e *sema*, sepultura. Como se a condição humana fosse a de estar irremediavelmente preso a um corpo. O mundo se converte em perspectiva à medida que o lugar onde estou me aparta, inevitavelmente, do lugar onde os *outros* estão. As coisas estão mais perto ou mais longe de mim, mais perto ou mais longe *daqui*. Porém, outra pessoa também tem seu “aqui”, ainda que esse aqui do outro não seja o meu.

O estrangeiro também tem seu “aqui”, embora seu “aqui” esteja radicalmente fora da minha vista. Os únicos sintomas desse “aqui” fantasmagórico são deflagrados pela presença do estrangeiro no “meu” aqui, de forma que o “meu” aqui e o aqui do estrangeiro são “lugares” impenetráveis, que se excluem mutuamente; minha perspectiva será sempre somente minha, e a perspectiva do outro será sempre somente dele. Não só eu estou fora do outro, como o outro está fora de mim. Claro que essa questão é polêmica: Heidegger tem uma interpretação radicalmente diferente, e para ele o outro não está nunca fora do eu, e vice-versa. Os dois estão de acordo, entretanto, que o corpo humano é “sinal de uma intimidade que nele vem recluso e incluso”¹⁵¹. Essa intimidade se abre a múltiplas interpretações: para Heidegger, congrega todo o mundo circundante; para Ortega y

¹⁵⁰ HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis, Vozes, 1988, vol II.

¹⁵¹ ORTEGA Y GASSET. *El hombre y La gente*. Madrid, Alianza, 1981.p. 118.

Gasset, é a síntese criativa que advém da relação entre ensimesmamento e alteração.

Para Freud, a psicologia seria o caminho privilegiado para considerar o ser humano em sua individualidade e singularidade, explorando os caminhos pelos quais buscamos a satisfação para desejos e impulsos instintuais. Entretanto, Freud adverte que

apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social.¹⁵²

Todas as relações que constituem o principal tema de toda pesquisa psicanalítica são, antes de qualquer coisa, *fenômenos sociais*. Por isso é que Freud os coloca em contraste com o que ele chama de “processos narcisistas” ou narcísicos, “nos quais a satisfação dos instintos é parcial ou totalmente retirada da influência de outras pessoas”¹⁵³. Hoje, vivemos em lugares fragmentados e as cidades vão aos poucos perdendo seus verdadeiros espaços *comunitários*: suas ruas, jardins, praças públicas e mercados populares vão cedendo espaço a centros comerciais gigantescos, onde tudo está concentrado: universidades, cinemas, lojas, restaurantes, discotecas etc. E o que nos resta são os lugares de “catarse coletiva”: estádios de futebol e templos religiosos. Dessa forma, já não são os espaços coletivos e comunitários que nos fazem compartilhar nossa história, que “conformam” e apaziguam nossas identidades, mas sim uma pluralidade de

¹⁵² FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do ego*. [grifos nossos]

¹⁵³ Idem, *Ibidem*.

símbolos que pululam. A cultura, no dizer de Montiel, é uma “elaboração comunitária mediante a qual os indivíduos se reconhecem, se auto-representam e assinalam significações comuns ao mundo que os rodeia”¹⁵⁴. O Brasil aparentemente goza de uma espécie de “vantagem” em relação a outras regiões do mundo, já que temos uma longa experiência em processos multiculturais, embora as hierarquias sociais e econômicas tendessem – e ainda tendam – a isolar as pessoas em grupos, mesmo à sua revelia, mesmo que elas não se identifiquem com esses grupos.

No caso dos nossos italianos, que foram educados *fora* do Brasil, e que se inseriram na sociedade brasileira de meados do século XIX, eles participaram da criação de novos espaços literários, discursivos, praxiológicos. E isso tem muito a dizer acerca da transformação cultural e do biculturalismo vividos por personagens como Alessandro Galleano-Ravara, Luigi de Simoni, Pietro Orlandini etc. A música, a fotografia e as belas-artes foram também um vínculo entre identidades fragmentadas, entre a identidade do brasileiro e a do estrangeiro: sim, identidades são sempre frágeis, e sim, as artes logram unir e emocionar quem quer que seja, congregando e juntando o que antes estava separado.

Esse longo processo de aculturação e sincretismo de que somos herdeiros é um verdadeiro patrimônio cultural da experiência cidadã brasileira, que congrega tanto “nacionais” quanto “estrangeiros”. É importante não renunciar às memórias, e ter em vista que o esquecido, o *latente*, pode nos informar e formar de vários modos. A diversidade cultural é, para o ser humano, tão vital quanto a diversidade biológica o é para os seres vivos. Mas retornemos a algumas questões, pertinentes à nossa pesquisa sobre as identidades, que Freud coloca em *Psicologia das Massas e Análise do Ego*. O que é um grupo? Como o grupo adquire a capacidade de exercer

¹⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 18.

influência tão decisiva na vida mental de indivíduo?

Em primeiro lugar, há de se considerar o que Freud chamava de “atos mentais sociais” e “atos narcísicos”, estes últimos inerentes ao indivíduo em sua mais “secreta” e oculta singularidade, mas não de todo, evidentemente, desvinculado do social.

O indivíduo, nas relações que já mencionei — com os pais, com os irmãos e irmãs, com a pessoa amada, com os amigos e com o médico —, cai sob a influência de apenas uma só pessoa ou de um número bastante reduzido de pessoas, cada uma das quais se torna enormemente importante para ele. Ora, quando se fala de psicologia social ou de grupo, costuma-se deixar essas relações de lado e isolar como tema de indagação ou influenciamento de um indivíduo por um grande número de pessoas simultaneamente, pessoas com quem se acha ligado por algo, embora, sob outros aspectos e em muitos respeitos, possam ser-lhe estranhas.¹⁵⁵

Desse modo, a psicologia de grupo interessa-se pelo indivíduo como

membro de uma raça, de uma nação, de uma casta, de uma profissão, de uma instituição, ou como parte componente de uma multidão de pessoas que se organizaram em grupo, numa ocasião determinada, para um intuito definido.¹⁵⁶

Para responder às questões acerca da relação do indivíduo com o grupo, Freud recorre a Le Bon e a outros teóricos contemporâneos seus. Segundo Le Bon, é uma espécie de “mente coletiva” que faz com que os indivíduos, tão dessemelhantes em caráter e inteligência, sintam, pensem e ajam de forma muito diferente da que os faria caso se encontrassem em estado de isolamento. Isso tem algo a ver com o que Ortega y Gasset diz acerca do *ensimesmamento* e da

¹⁵⁵ FREUD, Sigmunt, *Op. cit.*

¹⁵⁶ Idem. *Ibidem.*

alteração. Assim como o homem, ao sair de seu estado contemplativo, transforma o mundo em si próprio, segundo Le Bon há “certas ideias e sentimentos que não surgem ou que não se transformam em atos, exceto no caso de indivíduos que formam um grupo”¹⁵⁷. Freud assevera que, num grupo, o indivíduo é colocado sob certas condições que lhe permitem arrojá-lo de si mesmo as representações de seus impulsos instintuais inconscientes. Nesse sentido, ele discorda radicalmente de Le Bon, já que para este a condição do indivíduo num grupo seria como se o indivíduo estivesse num estado hipnótico. Ainda segundo Le Bon, todo grupo é extremamente crédulo e aberto à influência e a sugestão, não possuindo faculdade crítica. Para ele, o grupo pensa por imagens, por associações, sendo os sentimentos grupais sempre demasiado simples e exagerados, de forma que, em grupos, não há espaço para dúvidas ou incertezas¹⁵⁸. Freud possui uma visão diferente da de Le Bon, já que introduz, nas suas teorizações sobre o homem, conceitos como os de *inconsciente*, *libido*, *ego*, *id*, *superego* etc. Não há dúvidas de que, para Freud, a pertença de um indivíduo a um grupo altera substancialmente sua faculdade intelectual. Mas isso não se deve, como pensava Le Bon, ao estado de hipnose a que o grupo submete o indivíduo. Para o psicólogo francês, quando estamos agrupados, desaparecem nossas responsabilidades, liberam-se nossos instintos primitivos, e, sobretudo, *perdemos nossa individualidade*.

Ora, grande parte do esforço da psicanálise tem a ver com a descoberta, invenção ou percepção da individualidade e da identidade de cada um. Esse “cada um” está, evidentemente, inserido num grupo. Para compreendermos melhor as relações entre grupo e indivíduo (que, em parte, definem e delineiam nossa identidade pessoal), seria prudente analisar os conceitos freudianos de sugestão e

¹⁵⁷ Idem. *Ibidem*.

¹⁵⁸ Idem. *Ibidem*.

libido. Embora exista um sem-número de estudos acerca do tema, aqui abordaremos a questão do modo mais sucinto possível, atendo-nos ao que interessa à nossa reflexão sobre identidade. Para Freud, sugestão, ou sugestionabilidade, é uma capacidade que define a nossa disposição em aceitar ou em refutar a ideia de alguém, e, sobretudo, diz respeito à forma como reagimos perante essa ideia. Em um grupo, Freud propõe que nossa capacidade intelectual é radicalmente reduzida, sendo rarefeita a uma espécie de “mente coletiva”, tal como pensava Le Bon.

A libido, por outro lado, é a energia psíquica que movimenta nosso “aparelho mental”. É como um impulso de autopreservação do que é humano, a energia sexual no sentido estrito, e o impulso (*das Trieb*) ao desejo e ao prazer. É como se a libido fosse um constante embate contra o desejo de morte, o *Thánatos* que também nos forma. Nesse sentido, libido tem muito mais a ver com os múltiplos encaminhamentos de “amor” e afeto do que com a relação sexual pura e simples. Entretanto, para Freud, a libido *não* está relacionada estritamente à sexualidade e à realização dos desejos sexuais. A libido habita outras áreas de nossa vida: nossa própria vida familiar, nossa vida social, nossas atividades culturais, em suma, toda a energia sexual que foi sublimada de acordo com contextos específicos. Jung comparava a libido ao conceito védico de *prana*, ou ao conceito chinês de *ch'i*, *energia vital*, que, como tal, podia ou não ser sexualizado, e essa foi uma das divergências básicas no que diz respeito à relação de Jung com a teoria psicanalítica.

Alguns autores, pinçando ideias de Freud, Bleuler, Melanie Klein, Lacan, Jung etc., pensaram, ainda que de forma vaga, no grupo como identidade e vice-versa:

Responsável pela construção da identidade, o grupo é a célula-base por meio da qual o indivíduo adquire valores, introjeta normas, condutas,

adquire necessidades. Estabelece-se assim um movimento dialético contínuo, que se desenvolve por toda vida da pessoa, só expirando com sua morte. Através de um processamento contínuo de intersubjetividades que passam a transformar-se em elementos socioculturais, o sujeito constrói sua identidade individual e grupal.¹⁵⁹

Heidegger diz que a caracterização do encontro com os outros também é orientada de acordo com a própria *pre-sença (Dasein)*. Sendo assim, ele indaga, não se deveria passar do sujeito isolado para os outros? Cabe atentar para o que estamos chamando de *os outros*:

Os “outros” não significa todo o resto dos demais além de mim, do qual o eu se isolaria. Os outros, ao contrário, são aqueles dos quais, na maior parte das vezes, *ninguém* se diferencia propriamente, entre os quais também se está. Esse estar também com os outros não possui o caráter ontológico de um ser simplesmente dado “em conjunto” dentro de um mundo. O “com” é uma determinação da *pre-sença [Dasein]*. (...) O mundo da *pre-sença é mundo compartilhado*. O ser-em é *ser-com*¹⁶⁰ os outros. O ser-em-si intramundano desses outros é a *co-pre-sença*¹⁶¹.

Mesmo no total isolamento e na solitude mais pungente, todo ser é sempre ser-com, toda presença é sempre co-presença (*Mitdasein*), todo mundo (*Welt*) é sempre um *Umwelt*: mundo circundante, compartilhado. Assim, viver é sempre conviver. A presença é sempre *passageira* por ser continuamente movida pelo “paradoxo de ser a totalidade do que não é”¹⁶². Assim, também nossos estrangeiros eram irremediavelmente movidos pelo paradoxo de terem que ser quem não eram. Há alguns fatores, ainda, a serem considerados em relação à questão da identidade

¹⁵⁹ CAPITÃO, Cláudio Garcia *et al.* *A identidade como grupo, o grupo como identidade..* In: Aletheia, n. 26 (jul / dez, 2007), p. 52.

¹⁶⁰ HEIDEGGER, Martin, *Op. Cit.*, pp. 318-319.: “Ser-com - mitsein. O ser é sua dinâmica de exercício e por isso sempre defensivo de si mesmo. Em conseqüência, todas as realizações em modos de ser trazem inscritas na sua constituição essa dinâmica defensiva do ser. A *pre-sença* é o lugar em que aparece essa imbricação. Por isso, todas as suas caracterizações na existência exercem uma ação expressa pela preposição com (mit). Assim, nunca se dá um ser ou modo de ser isolado. (...).

¹⁶¹ Idem, *Ibidem*, pp. 169-170.

¹⁶² Idem, *Ibidem*, pp.324-325.

desse estrangeiro. Há o estrangeiro na sua mais completa solitude (momento em que, segundo Freud, suas faculdades intelectuais e seus impulsos libidinosos estão em constante estado de vigília), há o estrangeiro itálico dentro de um grupo formado por outros estrangeiros itálicos, há esse estrangeiro isolado dentro de um grupo de cidadãos do qual ele está previamente excluído, e há as relações entre o grupo de *itálicos* que se via como *italianos* e o grupo de cidadãos brasileiros que os via como... *carcamanos*.

São questões a serem pensadas, repensadas, revisitadas. São, antes de qualquer tentativa de resposta, indagações acerca do enigma mais evidente e tangível que é o de *ser aquele que somos*. Identidade é, pois, muito mais que um simples conceito, muito mais que um mero vocábulo, muito mais que um tema que estudos científicos, obras literárias e poéticas poderiam definir. Mas sim, que seguimos tentando, através de estudos científicos, arte e poesia, pois identidade é, a rigor e em princípio, um percurso e uma caminhada em que se confundem o cavalo e a carroça...

8 A UNIFICAÇÃO ITALIANA VISTA DO IMPÉRIO DO BRASIL: ITALIANOS ANTES DA ITÁLIA

Uma cultura (a nossa em todo caso) é feita de tal modo que não cessa de retornar aos “textos” que a construíram, de ruminá-los, como se sua leitura fosse sempre uma releitura. Seja felicitando-se por isso ou lamentando-se, seja embalsamando-os ou recusando-os, ela parece tecida por seus fios – e como que já “lida” por eles.

François Hartog. *O Espelho de Heródoto*.

É fato consagrado que os italianos residentes no Brasil foram ativos participantes dos movimentos sociais que caracterizam a industrialização do início do século XX, sobretudo pelo viés anarcossindicalista. Em alguns momentos da história, os italianos vivendo no Brasil engajaram-se em campanhas e movimentos referentes à sua condição de italianos, como durante a época fascista e a Segunda Guerra. Entretanto, na década de 1850, um grupo de italianos residentes no Rio de Janeiro militava em favor da unificação italiana do outro lado do Atlântico. Era um grupo constituído de profissionais liberais (médicos, professores, jornalistas, artistas etc.) que, encontrando-se no Rio de Janeiro, agremiam-se em associações e jornais, e panfletam, abertamente, em prol das tropas de Garibaldi. Seu sentimento de identidade, a despeito dos regionalismos que dividiam a Itália da época, direcionam suas estratégias de organização como um rudimentar movimento de certo espectro da sociedade da Corte da década de 1850.

Antes da unificação italiana em 1871, encontramos uma ativa e dinâmica comunidade italiana na cidade do Rio de Janeiro, exercendo funções burguesas e liberais, atuando em diversos setores como os de alimentos, artes, arquitetura e arte fúnebre, comércio, saúde, imprensa e educação.

Um olhar transversal sobre os documentos nos aponta para alguns episódios da vida de um certo Pietro Orlandini. É realmente um caso exemplar, o de Pietro Orlandini. Ele chega ao Rio de Janeiro em 1838, no navio italiano Clara Julia¹⁶³. Natural de Bolonha, era solteiro e tinha 25 anos ao chegar ao Brasil, indo instalar-se na rua da Alfândega, 25, no centro do Rio de Janeiro. Declarava ser negociante. Todas essas informações constam no Fundo Polícia da Corte, no Arquivo Nacional, sob o registro do dia 11/7/1840 a respeito da entrada e da movimentação de estrangeiros no Brasil. Além desses dados, que é justamente o que foi gerado como documento e o que se pretendeu arquivar, há outros dados secundários que nos ajudam a nos aproximarmos de Pietro. Em primeiro lugar, Pietro Orlandini assina o documento, seja para atestar estar ciente do seu "cadastro" nos arquivos policiais da Corte, seja para atestar a sua "existência" à supervisão policial. Pelo fato de possuir uma caligrafia muito bem desenhada, podemos deduzir que Pietro provavelmente tivera contato com a educação formal. Em segundo lugar, o fato de Pietro ser um negociante reforça a ideia de que ele havia tido algum tipo de educação formal na sua Bolonha natal. Além disso, provavelmente era um negociante bem sucedido, já que, chegando à Corte, foi instalar-se bem próximo ao Paço Imperial: seus vizinhos eram não somente os membros mais abastados da sociedade, mas a própria família real vivia a poucas quadras.

Algumas informações que não constam do fundo Polícia da Corte são importantes para se compreender como o itálico emigrado foi fundamental na construção da identidade comum dos italianos, entre os anos 1854-1870, assim como, em certa medida, na própria unificação italiana, ocorrida em 1871. Pietro é apenas um personagem isolado, embora, como veremos, ele também foi um

¹⁶³BR RJANRIO, Fundo Polícia da Corte – Registros relacionados à entrada e movimentação de estrangeiros no Brasil – 1808-1842, Rolo 008.7-82

elemento fundamental, e, ao menos exemplarmente, sua presença na corte, documentada ou não pelo governo, é prova disso.

É bastante provável que esse Pietro Orlandini, devidamente “catalogado” pela polícia do império, seja o “P. Orlandini” que consta na edição de 25 de março de 1860, no jornal *Monitore Italiano*. Esse indivíduo identificado como P. Orlandini doou 10\$000 à subscrição que pretendia arrecadar fundos para a compra de “um milhão de fuzis para as tropas de Giuseppe Garibaldi”. É digno de nota o fato de, passados mais de 20 anos desde sua chegada ao Brasil, Pietro estar tão engajado na causa da unificação.

Sendo um negociante num país estrangeiro, tendo talvez filhos e família, e vivendo anos difíceis para o comércio – em virtude das epidemias de cólera e do conseqüente receio dos navios estrangeiros em atracarem e das capitâncias de portos estrangeiras em receber navios provenientes do Brasil – pode ser que o Pietro negociante tenha sentido a necessidade de dar aulas de italiano, conforme os diversos anúncios que publica no *L'Iride Italiana*. E mesmo supondo que ele não tivesse grandes problemas econômicos, e ainda que seu manejo da língua italiana não fosse tão destro, não esqueçamos de que ele era um fervoroso entusiasta de uma Itália unificada, o que poderia justificar o fato de querer ensinar, no Brasil, o idioma pátrio, um idioma aglutinador de tantas línguas e dialetos regionais. Se a dispersão e as limitações das fontes documentais não nos permitem, num primeiro momento, um estudo quantitativo “acertado” acerca da presença estrangeira no Rio de Janeiro, ou uma compilação de séries documentais que possam servir como banco de dados, a análise de alguns momentos do século XIX nos abre caminhos para reflexões sobre as formas como o estrangeiro provocou reações políticas diversas segundo os diferentes contextos sociais em que se inseriam. As

conjecturas a respeito da identidade de Pietro Orlandini e de sua participação na unificação italiana nos possibilitam pensar nas formas em que se processavam as sociabilidades entre estrangeiros e brasileiros. E, sobretudo, as formas como se gestavam e nasciam "italianos" no Rio de Janeiro, antes da existência de uma Itália unificada.

Entusiasta da unificação italiana, colaborou com os jornais *Monitore Italiano* e *L'Iride Italiana*, que foram importantes como balizadores de uma certa identidade italiana no Brasil. Ambos eram publicados em português e italiano na cidade do Rio de Janeiro e propunham uma ideia nada regionalista de Itália, precisamente num momento em que nem todos os italianos eram chamados de italianos, pelo menos não nas listas de passageiros que aportavam no Rio de Janeiro. Eram identificados, conforme dissemos, segundo suas regiões de origem: eram vênnetos, lombardos, calabreses, sicilianos, sardos, lígures, piemonteses, friulanos etc. O caso de Pietro é ainda mais isolado, já que sua "nação" seria a cidade de Bolonha, conforme atesta seu documento de migração¹⁶⁴. Já na primeira edição do jornal *L'Iride Italiana*, de julho de 1854, para justificar a existência de um jornal em língua italiana no Brasil, o editor Alessandro Galleano-Ravara diz: "ninguém sabe que genovês e piemontês, napolitano e romano, parmigiano e lucchese, fiorentino e bolonhês, quer sempre dizer italiano"¹⁶⁵.

À medida que cresciam os conflitos em prol da unificação da Itália por toda a península, percebe-se claramente que, no jornal *Monitore Italiano*, o adjetivo pátrio "italiano" passa a ser cada vez mais usado para referir-se a qualquer oriundo da península, independentemente de sua origem regional. A adoção dessa perspectiva,

¹⁶⁴BR RJANRIO. Rolo 180-2001, Fundo Polícia da Corte – Registros relacionados à entrada e movimentação de estrangeiros no Brasil – 1808-1842, Códice 423, volume 12.

¹⁶⁵*L'Iride Italiana*, 02/07/1854, p. 1.

tanto na Itália quanto por italianos fora da Itália, parece ter tido cunho claramente político. Entretanto, numa análise mais atenta dessas fontes, percebemos também que há um elemento ideológico presente de forma muito importante e que norteia esse sentimento de identidade comum: justamente o sentimento de uma “italianidade” cujas bases não são apenas a Roma Antiga e suas instituições, e nem somente o Cristianismo, mas que contempla tudo isso e, também e de forma bastante forte, uma identidade “musical”, “estética” e cultural no sentido das Belas Artes. A identificação dos italianos com as Belas Artes é todo o *leitmotiv* do jornal *L'Iride Italiana*, que circula no Rio em meados da década de 1850. A apologia das Belas Artes parece ser o ponto de identidade não só entre italianos de várias origens, mas também entre italianos e brasileiros. O jornal rapidamente passou a circular sob a proteção de Sua Majestade D. Pedro II. Dizia-se que o Rio de Janeiro havia de transformar-se no centro artístico do novo mundo, assim como Paris o era do velho. “Nesta cidade”, – conta o editor do jornal – “os artistas são estimados (bella poesia!) e bem pagos (boa prosa!)”¹⁶⁶. Durante algumas horas da tarde, e ao cair da noite, falava-se italiano e declamava-se poesia italiana na Rua Senhor dos Passos, 11, durante os anos em que o erudito genovês Alessandro Galeano-Ravara viveu na Corte, e dirigiu o *L'Iride Italiana*. A íris italiana queria ver e opinar sobre o mundo, sobre as artes, a política e os costumes, pretensamente desde um ponto de vista *italiano*.

O outro jornal ítalo-brasileiro da época é o *Monitore Italiano*, que tem um perfil abertamente político, apoiando as tropas de Garibaldi e a unificação da Itália, e promovendo uma subscrição para a “arrecadação de dinheiro para a compra de um milhão de fuzis” para as tropas de Garibaldi. O engenheiro Pietro Bosisio passa a

¹⁶⁶ *Idem*. 19/10/1855, p. 41.

colaborar com o jornal a partir do segundo número. Neste jornal, não há a necessidade de exibir as qualidades “italianas” dos grandes músicos, ou as qualidades da literatura e artes italianas. O jornal é totalmente escrito em língua italiana, em tom mais jornalístico e menos literário do que o usado pelo *L'Iride Italiana*.

Pietro Bosisio é outro que compõe esse grupo de itálicos que se encontra por meio dos jornais, e que encontra nos jornais um modo de expressar ideias e ideais comuns. Dá aulas de contabilidade, francês e italiano na Rua da Quitanda, durante o ano de 1855, e é, junto a um relativamente grande grupo de outros compatriotas, um entusiasta da unificação de seu país, desmembrado em vários reinos, ducados e estado pontífice. Esse grupo abrange também pessoas ilustres e importantes da Corte, como é o caso de alguns músicos estimados pelo imperador, alguns médicos, engenheiros, decoradores, escultores, comendadores etc.

Os irmãos Farani, por exemplo, que negociavam ouro e pedras preciosas, atendiam à nobreza imperial e eram os joalheiros da família real. Mas, além de Comendadores e Cavalheiros, engenheiros, médicos e artistas plásticos, italianos menos abastados também possuíam negócios no centro, e anunciavam nos dois jornais ítalo-cariocas em circulação, o que pressupõe uma identificação mínima que fosse com as ideias veiculadas pelos jornais, ou pelo menos objetivando esse meio social. É o caso de alguns confeitheiros e padeiros, que, ainda que atendessem à Corte que vivia bem próximo, fabricavam também pizzas e pães mais “populares”, mais “ao gosto do país”, com massa feita da mandioca. Angelo Fiorito, italiano que chega a ser mestre de Capela de D. Pedro II, desembarca no Rio de Janeiro no séquito de Teresa Cristina, em 1843. Foi um dos primeiros fabricantes de macarrões no Rio de Janeiro, e talvez um dos primeiros a fazer a massa sempre nas cores

branca, verde e vermelha. Conta um seu conterrâneo que Fiorito “não teve fortuna na sua indústria, por causa das cólicas que as patrióticas cores provocavam aos desavisados comensais” (NAPOLI e BELLI, 1911, 59). Possuindo fábrica de massas “a uso de Itália, com privilégio”, na Rua de São Cristóvão, número 53, ele modifica um pouco seu paladar italiano, e o adapta aos ingredientes locais: passa a fazer massa de tapioca, “próprias para este paiz”, fornecendo-a, inclusive, para a cosmopolita Casa Imperial, em 1855¹⁶⁷.

Professores de piano e canto, médicos e escultores eram outras profissões de italianos residentes na cidade, além de uma considerável mão de obra de *servizio comune*, estabelecidos desde a chegada da imperatriz Teresa Cristina de Bourbon.

É bem provável que tenha sido fundamental, para imigrantes como Orlandini, Bosisio ou Galleano-Ravara, o fato de que, longe da Itália, pudessem encontrar outros itálicos. Era muito mais provável que um homem como Pietro Orlandini se associasse a outros italianos de diferentes origens fora da Itália do que dentro. Possivelmente, mesmo a possibilidade de encontrar italianos de tantas diferentes origens lhe era mais fácil no Rio de Janeiro do que na sua Bolonha natal. Para um “desenraizado” como Pietro, devia ser reconfortante encontrar compatriotas, sobretudo se pensarmos que estamos falando de um lugar bastante “diferente”: itálicos que se encontravam numa cidade em que se falava outro idioma, em que epidemias de cólera eram comuns, em que o acesso ao trabalho liberal não era fácil, em que a escravidão existia de fato e de direito. Ainda que, à época, a Itália não fosse um país unificado do ponto de vista político, e mesmo que a língua italiana não fosse a língua vernácula de muitos itálicos, o encontro entre conterrâneos, num país estrangeiro, podia significar uma confraternização, quiçá um encontro de

¹⁶⁷ L'Iride Italiana. 25/02/1855.

compatriotas...

No dia 3 de março de 1860, o *Jornal do Commercio* publica um apelo aos italianos residentes no Brasil, verdadeiro manifesto em prol da unificação italiana, escrito pelo grupo de italianos liderados por Davide Amigo, Pietro Bosisio, Pietro Orlandini, Giuseppe Penna e Luigi Bompani, dentre outros. Neste apelo, estão contidas as principais ideias do movimento de apoio a Garibaldi:

A Itália quer a sua nacionalidade e a sua independência, e, portanto, a sua unidade. Quer também campar na Europa o posto que lhe compete entre as nações.
Esta vontade é o *direito soberano* de um povo, direito tão indispensável como o direito de viver sem ignomínia.
A Itália não pertence, nem a soberanos, nem à potência alguma. Pertence ao povo italiano, e ninguém tem o direito de dispor de seus destinos senão elle mesmo¹⁶⁸.

O manifesto aponta a injustiça com que foi realizado o processo de divisão dos estados após as guerras napoleônicas. As críticas à partilha que se seguiu após a vitória em Waterloo em 1815 são contundentes, expondo os interesses germânicos e austríacos no norte da Itália:

Nesta partilha a Itália foi retalhada, e distribuída entre pequenos pretendentes italianos, e o estrangeiro tedesco que precisava dos Barões da Lombardia e da Venécia o resto de sua corôa imperial.
Assim a Itália foi distribuída como um grande rebanho de carneiros entre diversos pastores¹⁶⁹.

A existência de governantes estrangeiros na Itália é vista como um escárnio e ofensa ao povo italiano:

Negou-se aos Italianos a faculdade de governar-se por si.
Negou-se-lhes o gráo de civilização que não se nega aos povos bárbaros do Sondan!
E aos escolhidos do congresso de Vienna entregou-se a tutoria deste povo, que corria perigo de perecer à falta de governo, mas cujo fraccionamento produzia umas pencias de corôas de duques e de reis com que satisfazia seus tutores¹⁷⁰.

¹⁶⁸ *Jornal do Commercio*, 03/03/1860.

¹⁶⁹ *Jornal do Commercio*, 03/03/1860.

¹⁷⁰ *Jornal do Commercio*, 03/03/1860.

Ressalta o surgimento do movimento pela unificação no centro do país, onde os italianos “livres de mordanças e de verdugos, proclamam alto e bom som a unidade italiana, e governam-se regularmente”¹⁷¹. O manifesto recorda que vários italianos em solo pátrio estão já empenhados na guerra pela sua unificação sob o Rei Vittorio Emanuele:

É, pois, preciso que a Itália se prepare a uma guerra a todo o transe, que se disponha a renovar em batalhas, como as de Melegnano, Magenta e Castel Sofferino. Entretanto, milhares de jovens vão oferecer sua vida e seu sangue nas legiões da pátria, e todos os cidadãos oferecem a ella tudo aquillo de que podem privar-se.

E, no Brasil, que poderiam fazer os italianos?

E nós que estamos a duas mil léguas dos pátrios lares ficaremos apenas espectadores do sacrificio commum? Italianos de coração e de honra espalhados na superficie deste vasto, rico e livre paiz, haverá um só d'entre vós que queira ser menos digno de seus irmãos da Itália? Se nada mais podemos oferecer, ofereçamos o pezar de não poder combater ao seu lado, e o nosso óbolo para as despesas da guerra.

O apelo-manifesto exorta todos os italianos residentes do império brasileiro que colaborem com a grande subscrição, já tornada pública na Itália pelo jornal Corriere Toscano:

Italianos! Vittorio Emanuel representa a nação italiana livre e independente; Garibaldi representa a revelação que há de colocá-lo no throno. Acudamos ao convite do illustre general, ajudemo-lo na gloriosa empreza com o nosso óbolo, que o seu plano é também a nossa vontade. Convidamos, pois, todos os nossos patrícios a se reunir em juntas, nas cidades capitais do Império, nas cabeças de comarcas, e até nas villas, afim de recolher, por subscrição, as patrióticas ofertas que, advindas ao consulado sardo no Rio de Janeiro, as fará chegar aos encarregados da subscrição aberta por Garibaldi para a compra de armamento para a guerra de independência italiana¹⁷².

Em seguida, faz um apelo também aos brasileiros simpáticos à causa da

¹⁷¹ Jornal do Commercio, 03/03/1860.

¹⁷² Jornal do Commercio, 03/03/1860.

unificação italiana sob o rei Vittorio Emanuele, lembrando aos brasileiros da passagem de Garibaldi pelo Rio de Janeiro, quase três décadas antes.

Brazileiros! A causa da liberdade de um povo é a causa de todos os povos livres. Vós sois livres e generosos como mais povo algum o é. Garibaldi, que viveu entre vós, que entre vós começou as primícias da sua vida militar, que de vós e desta terra tem tanta saudade, agradecerá aos seus velhos amigos em seu nome, e em nome da Itália, a vossa generosidade. Aceitão-se pois as vossas assignaturas nessa subscrição, assim como o de todos os que quizerem subscrever, seja qual fôr a nação a que pertença¹⁷³.

Em 25 de março de 1860, a subscrição pública apenas aberta por italianos residentes na Corte continha já 88 nomes de italianos e um brasileiro que doaram dinheiro para a compra de armamento para as tropas de Garibaldi. As maiores doações foram de 200\$000, e as menores, de 5\$000, a maioria tendo doado 10\$000. Quando às quantias doadas, é bem verdade que 10 mil réis não era uma grande soma de dinheiro, sobretudo se pensarmos que a subscrição pretendia arrecadar dinheiro suficiente para comprar "um milhão de fuzis". Entretanto, 10 mil réis não era tampouco uma quantia irrisória. Àquela época, com 10 mil réis se pagava o salário de um carpinteiro, marceneiro, alfaiate, pintor, sapateiro, ferreiro ou pedreiro por dois dias de trabalho. Se se tratasse de um operário ou *bracciante* de idade inferior a 18 anos, a quantia que Orlandini ou Bosisio doaram à campanha de Garibaldi era mais que o suficiente para garantir 6 dias de trabalho pesado (NAGAR, 1995). Muitos dos seus conterrâneos doaram 100 mil réis, embora a maioria tenha doado entre 5 e 50 mil réis; apenas o primeiro nome da lista, Dr. Giuseppe Penna, doou 200 mil réis. A subscrição era iniciativa de Davide Amigo. Na nota publicada por Pietro Bosisio, consta que um vapor inglês transportaria o dinheiro até a Europa,

¹⁷³ Jornal do Commercio, 03/03/1860.

e que seriam publicados os nomes e quantias doadas. O total arrecadado no Rio de Janeiro foi de 1:708\$000, e as doações continuavam através dos membros do comitê. Ressaltamos que essa não era uma quantia irrisória: no grande mercado do Rio de Janeiro, em que até mesmo seres humanos eram “vendidos”, era quantia suficiente para se adquirir um africano escravizado para trabalhos domésticos.

Numa das notas públicas, indica-se o consulado da Sardenha como local de recolhimento das subscrições, o que é veementemente desmentido no mesmo dia pelo cônsul Sr. Truqui, o qual publica nota no *Jornal do Commercio*, *em francês*, com o seguinte teor:

No *Jornal do Commercio* de hoje, foi publicado um apelo aos italianos, declarando que o consulado sardo nesta cidade se encarrega de receber e enviar à Itália o produto da subscrição em questão.

Esta declaração, sendo um abuso da parte das pessoas que fizeram a publicação, vos peço, senhor, que publique de minha parte que eu nunca fui interpelado sobre o assunto e que não dei nenhuma autorização neste sentido¹⁷⁴.

Três semanas depois, a comunidade italiana favorável à unificação de seu país expressa sua indignação para com o cônsul sardo em tréplica escrita *em italiano* por Davide Amigo, o mesmo que encabeçara a subscrição, e publicada em 27/03/1860, no *Jornal do Commercio*:

Não podemos imaginar a razão que pôde ter aconselhado ao cônsul sardo do Rio de Janeiro a publicação de seu protesto no *Jornal do Commercio* do dia 3 do corrente, contra o apelo aos italianos¹⁷⁵.

Em seguida, a carta propõe uma série de perguntas retóricas, indagando se acaso a subscrição era algum mistério diplomático, ou tinha ideias subversivas e antissociais. Amigo lembra ao cônsul sardo que a mesma subscrição estava em

¹⁷⁴ *Jornal do Commercio*, 4/03/1860.

¹⁷⁵ *Jornal do Commercio*, 27/03/1860.

vigor com o apoio oficial do governo no Piemonte, em Milão, em Gênova e em outras cidades italianas e no exterior, devendo, portando, o Sr. Truqui, apoiá-la. A carta segue explicando que os italianos, por sua própria vontade e com meios legais, têm o direito de manifestar sua simpatia pela “causa da liberdade da pátria, e cooperar pela sua grandeza e prosperidade”, e termina asseverando que as subscrições continuarão a ser recebidas pelos membros do Comitê, e também no Consulado da Sardenha. É bastante simbólico o uso da língua francesa pelo cônsul – língua da diplomacia, mas também da subserviência – em detrimento do uso da língua italiana pela comunidade de itálicos. Em Pistoia, publica-se que os italianos do Rio de Janeiro conseguiram arrecadar, apenas entre 4 de dezembro de 1859 a 22 de janeiro do ano seguinte, a quantia de 8174,72 liras toscanas, equivalente a 6876,45 liras novas. O nobre exemplo, diz o *Monitore Toscano*, deveria servir de estímulo a todos os italianos residentes na Corte, e que nenhum deveria se isentar de contribuir pela causa pátria.

Seja esta uma simples porém eloquente resposta aos inimigos da Independência Italiana, que, distorcendo o movimento popular, pretendem seminar a horrível mentira de que a nova ordem de coisas é obra de uma pequena fração de homens ambiciosos no poder¹⁷⁶.

O trânsito de italianos entre Brasil, Uruguai e Argentina é outro aspecto interessante nesta construção de identidade italiana que se gesta nas décadas que antecedem a Unificação. Nas listas de aportes de passageiros, é frequente o relato da partida de italianos do Rio de Janeiro para os portos de Montevideu e Buenos Aires. O próprio Garibaldi já circulara entre os três países, durante a década de 1830, tendo ao redor de si uma rede de *mazzinianos* chegados ao Brasil, Argentina

¹⁷⁶ *Monitore Toscano*, 26/01/1860.

e Uruguai. O trânsito de italianos entre esses três países é muito bem visualizado nas listas de vapores desde a década de 1830. Como estratégias de controle do império brasileiro, listavam-se, com detalhes, as características físicas desses estrangeiros, como cor dos olhos e cabelos, formato do rosto, presença de cicatrizes, marcas de nascença, barba etc., transformando os livros de registros de movimentação de estrangeiros em verdadeiros álbuns de retratos falados¹⁷⁷. Para além da simples movimentação desses italianos, sua associação nos interessa, do ponto de vista da percepção do surgimento de rudimentares movimentos sociais, no nosso caso, de uma parcela muito reduzida e específica daquilo que era a sociedade brasileira da Corte.

A subscrição pública deve ser pensada como uma ferramenta em que interesses específicos de um grupo se convergem numa causa de arrecadação de dinheiro. É também um exercício de associativismo e de algum direito de cidadania, nos tímidos ensaios de movimentos sociais surgidos na segunda metade do século XIX. Durante toda a Guerra do Paraguai, por exemplo, foram inúmeras as subscrições públicas que se abriram em vários cantos do país, sempre agregando interesses específicos de um grupo social. Podem ser pensadas como um dos pilares de sustentação dos primórdios de movimentos sociais de estrangeiros no Brasil. Foram frequentes, tanto no Brasil como na Argentina, subscrições para a realização de festejos de recepção às tropas que regressavam da guerra. Eram também comuns subscrições para financiar uma obra de arte (monumentos, estátuas, quadros), ou para ajuda humanitária em casos de calamidade como secas e enchentes (RODRIGUES, 2009). Também no caso dos italianos, as subscrições

¹⁷⁷BR RJANRIO, Rolo 180-2001, Fundo Polícia da Corte – Registros relacionados à entrada e movimentação de estrangeiros no Brasil – 1808-1842, Códice 423, volume 11 – 11/10/1838 a 27/06/1840, Livro de “Legitimações de Estrangeiros”.

foram utilizadas em vários lugares como ferramenta para unificar os compatriotas em torno da causa da unificação. Era uma unificação que pretendia adotar a monarquia como forma de governo, na figura do Rei Vittorio Emanuele, e conseguida pela espada de Garibaldi, a despeito do seu republicanismo. Tinha toda a simpatia do império brasileiro: vale lembrar que um dos jornais italianos publicados no Rio de Janeiro, que advoga pela unificação, coloca-se, em 1855, sob a proteção direta do Imperador D. Pedro II. As subscrições uniram compatriotas, e também suscitaram conflitos. Conflitos identitários, e outros gerados por visões políticas diferentes, por opções pela monarquia, de um lado, e república, de outro. E eram instrumentos amplamente difundidos pelos jornais, que cumprem um papel ímpar, durante todo o século XIX, tanto no Brasil como na Argentina, nas discussões políticas travadas por alguns setores dessas respectivas sociedades. Igualmente, o apoio assistencialista e a ajuda mútua eram práticas comuns em países com altos índices de imigrantes. São numerosas as associações de estrangeiros surgidas na década de 1860 no Brasil, como a Sociedade Italiana de Beneficência, a Sociedade Italiana de Socorros Mútuos, além de sociedades beneficentes de franceses, suíços, alemães, belgas, portugueses etc. (JESUS, 2007, 162).

Não é fortuito o fato de que os italianos no Brasil tenham tentado se unir para construir uma Itália unificada, para construir *um futuro*, um “ano zero”, e quem sabe esse marco zerasse também a perda de um tempo passado fora do país, um tempo de ausência. O caso da associação desses italianos no Rio de Janeiro é exemplar, à medida que eles conseguiram, de certa forma, ser cidadãos fora de sua terra natal, exercendo livremente de recursos e ferramentas, fora da Itália, para lutar e apoiar a unificação do seu país. E o curioso é que, do ponto de vista jurídico, eles não eram e nem podiam ser cidadãos no Brasil, e muito menos numa Itália que “ainda não

existia”. Lembremos que Pietro Orlandini, por exemplo, chegara ao Rio de Janeiro 33 anos antes da unificação da Itália, e, catalogado pela polícia da corte como bolonhês, possivelmente referido à boca miúda como *carcamano*, conseguiu fazer-se *italiano* dentro do Brasil, antes mesmo de que existisse uma plena Itália. Aqui, ele era um fragmento a mais, ao lado dos operários sardos, dos musicistas napolitanos, dos escritores e pescadores genoveses, dos italianos de várias regiões da península, de lavradores vênnetos e lombardos, de joalheiros, negociantes e *braccianti* calabreses. E todos eles, tendo ou não a plena consciência disso, compuseram um mosaico: esse mosaico em forma de bota. E para caminhar para terras tão distantes em sua “diáspora”, os italianos precisaram mesmo calçar botas!

CONCLUSÃO

Trases e trânsitos: identidades em construção

Muitas culturas, ao longo da história, percebem-se como ‘superiores’ a outras; muitas vezes as subjagam, dominam, aniquilam. No século XVI, as culturas ameríndias foram consideradas primitivas por aqueles que chegaram da Europa. Os nativos tendiam a ser vistos como gente bárbara e desgraçada, por não conhecerem a escrita, por andarem nus, pela prática da antropofagia, por suas práticas sociais diferentes, e, sobretudo, por não possuírem uma fé monoteísta. É interessante notar que nem todos os nativos desconheciam a escrita, nem todos andavam nus, nem todos eram canibais, e suas práticas sociais, embora diversas, diziam respeito ao mesmo empenho de vida, morte e sobrevivência de todo homem. Tantas tribos esparsas acabaram por ser reduzidas a ‘nativos’, ‘índios’, ‘autóctones’. E, curiosamente, portugueses, genoveses e catalães, normandos e bretões, espanhóis e franceses das mais diversas regiões e origens, todos passaram a ser ‘europeus’, não mais um mero referencial geográfico, mas uma demarcação de fronteira identitária, cultural¹⁷⁸.

O que ocorreu aos nossos italianos aqui foi quase o inverso: eles aportaram ao Brasil carregando suas identidades fragmentadas. Já não eram os europeus a trazerem “luz” a um exótico Brasil atrasado. Ao contrário, a maioria dos estrangeiros era considerada mão de obra substituta da mão de obra escrava, e muitas relações entre brasileiros e estrangeiros, conforme vimos, tenderam a reproduzir as relações

¹⁷⁸ BELMONTE, Alexandre. *Op. Cit.*

escravagistas. Os estrangeiros também foram “usados” num certo tipo de discurso racista, que pregava que, com a presença de europeus, o Brasil tornar-se-ia um país de maioria branca. Foram movimentos ocorridos num momento de uma intensa busca para o sentido da nacionalidade brasileira, em que índios e escravos negros estavam, de antemão, excluídos desse projeto nacional.

Entretanto, esses itálicos chegaram ao Brasil com identidades regionais bem delimitadas: não eram *italianos*, mas sim, lombardos, vênnetos, sardos, calabreses, genoveses, bolonheses etc. Argumentamos que foi muito provavelmente no Rio de Janeiro que esses itálicos tiveram a chance de se encontrar, e o fizeram a partir da edição de jornais ítalo-cariocas, a partir da fundação de uma Sociedade Beneficente, a partir da propagação das artes plásticas, das artes líricas, do ensino do idioma italiano, a partir do entrosamento com os brasileiros.

Como nos disse René Rémond:

Nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios. Conseqüentemente os historiadores do político não poderiam acantonar-se nele e cultivar seu jardim secreto à margem das grandes correntes que atravessam a história. A história política exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação.¹⁷⁹

Por discutir a questão das identidades e alteridades, principalmente, e a construção de uma identidade comum para os itálicos residentes no Rio de Janeiro, o projeto inseriu-se no campo da Nova História Política, nas articulações que esta mantém com a Nova História Cultural, preocupada com a análise das práticas culturais e das representações. Como nos coloca Peter Burke:

¹⁷⁹ REMOND, René, “Do Político”. In: REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996, pp. 444-5. .

a preocupação com a construção da identidade é uma característica importante da NHC, o que não é de surpreender numa época em que a 'política de identidade' se tornou questão de grande relevância em muitos países.¹⁸⁰

Essa perspectiva da discussão das identidades como componente importante da Nova história Cultural é reforçada por Sandra Pesavento quando esta defendeu que a História cultural buscava

... resgatar o modo como, através do tempo, em momentos e lugares diferentes, os homens foram capazes de perceber a si próprios e ao mundo, construindo um sistema de ideias e imagens de representação coletiva e se atribuindo uma identidade.¹⁸¹

Com relação às ideias de nação e nacionalismo, que poderiam ter sido pensadas através do diálogo com alguns textos que propõem questões importantes, entre os quais Hobsbawm, Ernest Gellner, Benedict Anderson etc., optamos por trabalhar com as ideias de *xénoi* e *politikoi* – estrangeiros e cidadãos. Em relação à discussão de identidades, foram particularmente importantes para nosso trabalho os estudos de Zygmunt Bauman, Sigmund Freud, Martin Heidegger, Ortega y Gasset, dentre outros. Nas análises específicas das representações sobre o 'eu' e o 'outro' foram contempladas algumas das reflexões de Heidegger, Freud e Ortega y Gasset, principalmente no tocante aos estereótipos e mitos acerca do 'outro' e do "jogo das alteridades", que envolvia um constante repensar da própria identidade.

A metodologia que adotamos na análise dos diversos documentos inéditos encontrados obrigou-nos a um olhar transversal, dada a sua dispersão pelos inúmeros arquivos consultados. Alguns métodos de análise do discurso foram

¹⁸⁰ BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 116.

¹⁸¹ PESAVENTO, Sandra. "Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional". In: LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.) *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1998, p. 19.

utilizados, naquilo que se aplicaram, na análise de determinados documentos, como poesias, crônicas, notícias de jornal e outros. Em diversos momentos da nossa pesquisa, sobretudo no último capítulo, utilizamos a perspectiva da micro-história, a fim de tentar reconstituir um dado passado a personagens que julgamos relevante no processo de construção de identidade e na participação dos italianos do Rio de Janeiro na Unificação Italiana levada a cabo do outro lado do Atlântico.

REFERÊNCIAS

ACQUARONE, Alberto. "The impact of emigration on Italian Public Opinion and Politics" In: NELLI, Humbert. *The United States and Italy: the first two hundred years*. Nova York, s/e, 1970, pp. 133-146.

ALVIM, Zuleika M. F., *Brava gente! Os italianos em São Paulo: 1870-1920*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

AUBERT, Roger. *L'immigration italienne en Belgique : histoire, langues, identité*. Bruxelles / Louvain, Istituto Italiano di Cultura / Université Catholique de Louvain, 1985.

AUDENINO, Patrizia e CORTI, Paola. *L'emigrazione italiana*. Milão, Fenice 2000, 1994.

AZEVEDO, Célia Maria Marino. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BAILY, S. "The Village-Outward Approach to the Study of Social Networks: A Case Study of the Agnonesi Diaspora Abroad, 1885–1989," In: *StudiEmigrazione*, XXIX, 105, 1992.

BAILY, Samuel e RAMELLA, Franco. *One family, two worlds: an Italian family's correspondence across the Atlantic, 1901-1922*. New Brunswick, Rutgers U. Press, 1998.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. *O povoamento do Espírito Santo*. Viana, Escola Tipográfica das Obras Pavonianas de Assistência, 1976.

BALETTA, F. *Le rimesse degli emigranti italiani e la bilancia dei pagamenti internazionali, 1861-1974*. Napoli, 1976.

BARNABÀ, E. *Aigues-Mortes: una tragedia dell'emigrazione italiana in Francia*. Torino, Einaudi, 1994.

_____. *Morte agli italiani: il massacro di Aigues-Mortes*. Montenegro, Bucolo, 2001.

BASÍLIO, Marcello Antônio de Souza. *A Vida e Obra de MonizFreire*. Vitória, [s.n],

1961.

BIANCHI, Bruno. "Lavoro ed emigrazione femminile" In: *storia dell'emigrazione italiana*. Roma, Donzelli, 2001.

BIBLIOTECA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE CULTURA (Espírito Santo). A Província do Espírito Santo (1882-1889). Vitória, [19--].

BISSOLI, Orestes. *Memórias de um imigrante italiano*. Vitória, ES: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.

BOIA, Lucian. *Pour une Histoire de l'imaginaire*. Paris, Les Belles Lettres, 1998.

BOSWORTH, Richard. *Italy and the wider world, 1860-1960*. Londo, Routledge, 1996.

CACHAFEIRO, Margarita Gomes-Reino. *Ethnicity and nationalism in Italian politics. Inventing the Padania: Lega Nord and the northern question*. Ashgate, Aldershot, 2002.

CAMPANELLA, Anthony. *Giuseppe Garibaldi e la tradizione garibaldina: una bibliografia dal 1807 al 1970*. Genebra, Comitato dell'Istituto Internazionale di Studi Garibaldini, 1970.

CAMPOS JUNIOR, C.T. "Imigração italiana e a constituição da pequenapropriedade no EspíritoSantp" In: CASTIGLIONI, Aurélia H. [et.al.]. *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: EDUFES, 1998, p.171-172.

CANDIDO, Salvatore. *Giuseppe Garibaldi : Corsário rio-grandense (1837-1838)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1992.

_____. L'azionemazziniana in Brasile e il giornale 'La Giovineltalia' di Rio de Janeiro (1836) attraversodocumentiinediti o poconoti, in "Bollettinodella Domus Mazziniana" XIV, 2, 1968: 3-66.

CAPITÃO, Cláudio Garcia *et al.* *A identidade como grupo, o grupo como identidade*. In: Aletheia, n. 26 (jul / dez, 2007).

CARBONI, Florence e MAESTRI, Mario. *Mi son talian, grassi a Dio! Nacionalidade, identidade étnica e irredentismolingüístico na região colonial do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Núcleo de Estudos Lingüísticos da UPS, 1999.

CAVATTI, João Batista, *História da imigração italiana no Espírito Santo*, Belo Horizonte, Ed. SãoVicente, 1973.

CERASE, Francesco Paolo. "L'onda di ritorno: i rimpatri" In *Storia dell'emigrazione italiana*. Roma: Donzelli, v.1, pp. 113-125.

CERVO, Amado Luiz. *Relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. 1 ed. UNB, 1991.

CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours d'information médiatique*. Paris, Nathan, 1997.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1998.

CIUFFOLETI, Zeffiro e DEGL'INNOCENTI, Maurizio. *L'emigrazione nella storia d'Italia*. Florença, Valecchi, 1979.

COLBARI, Antonia. "Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira", in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Umanitas Publicações, vol.17, nº 34, 1997.

DERENZI, Luiz Serafim, *Os italianos no estado do Espírito Santo*, Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1974.

DESCHAMPS, Bénédicte. "Le rascisme anti-italien aux Etats-Unis" In PRUN, Michel. *Exclure au nom de la race (Etats-Unis, Irlande, Grande-Bretagne)*. Paris, Syllepse, 2000.

DEVOTO, Fernando. *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica: los italianos en América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires, Cempla, 1992.

DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2003.

DIAS, Cintia Martins. *O Não-Ser em Ser e Tempo de Heidegger*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1998.

DICKENS, Charles. *Impressioni d'Italia*. s/l, 1846.

FAUSTO, Boris, *Fazer a América*. São Paulo, Edusp, 1999.

GABACCIA, Donna e OTTANELLI, Fraser. Diaspora or International Proletariat? Italian Labor, Labor migration and the making of multiethnic states, 1815-1939. In: *Diaspora*, 6, 1, 1997.

GALDINO, Luiz. *Mérica, mérica!: italianos no Brasil*. Senac.

GAMBINO, Richard. *Vendetta: The True Story of the Largest Lynching in U.S. History*. s/l, Sperling & Kupfer, 1975.

GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e Democracia*. Brasília, UnB, 1981.

GENOVESI, Giovanni. *Storia della scuola in Italia dal Settecento ad oggi*. Bari, ed. Laterza, s/d.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GROSSELLI, Renzo M. *A expedição tabacchi e colônia Nova Trento*. Artgraf, 1991.

GUIMARÃES, Manoel L.L.S. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. IN: Revista Estudos Históricos, n. 1, 1988, pp. 5-27.

HAZLITT, William. *Il caldo e il freddo*. s/l, s/d.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções – 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

_____. *A era do capital – 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

_____. *A era dos impérios – 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

_____. *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, org., *O Brasil Monárquico*, Tomo 2, 3º vol., 3ª ed., São Paulo- Rio de Janeiro, DIFEL, 1976.

JESUS, Ronaldo Pereira. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007.

LABANCA, Nicola. *Oltremare: storia dell'espansione coloniale italiana*. Bolonha, Il Mulino, 2002.

LAGUMINA, Salvatore. *Wop! A documentary of anti-italiandiscrimination in the United States*. San Francisco, Straight Arrow Books, 1973.

LAZZARO, Agostino, e outros, *Lembranças Camponesas*, Vitória, s.d., 1992.

LEME, Maria Luísa de Almeida. *Dio, che brutestudá... um estudo lingüístico da comunidade tirol-trentina na cidade de Piracicaba*.

LIDA, C. *Inmigración, etnicidad y xenofobia en la Argentina: la masacre de Tandil*. México, Colégio de México, 1998.

LODOLINI, E. "L'esilio in Brasile dei detenuti politici romani (1837)", in *Rassegna*

Storica del Risorgimento, 65(2): 131-171, 1978.

LUCCHESI, Flavio. *Cammina per me, Elsie: la vita di un italiano emigrato in Australia*. Firenze, Guerini, 2005.

MACK SMITH, Denis. *Cavour and Garibaldi, 1860: a study in political conflict*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

MACK SMITH, Denis. *Mazzini*. Milano, Rizzoli, 1993.

MACK SMITH, Denis. *Storia d'Italia dal 1861 al 1997*. Roma/Bari, Laterza, 2002.

MANZOTTI, Fernando. *La polemica sull'emigrazione nell'Italia Unita (fino alla prima guerra mondiale)*. Roma, Dante Alighieri, 1962.

MARTINS, José de Souza, *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, LivrariaPioneiraEditora, 1973.

MASTELLONE, Salvo. *Il progetto politico di Mazzini Italia-Europa*. Firenze, Olschki, 1994.

MAZZI, Benito. *Fam, Fum, Frecc – la vita dello spazzacamino*. Milano, Priuli e Verlucca, 2006.

MENEZES, Lená Medeiros. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade – protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996.

MILZA, Pierre. "Le racisme anti-italien en France: La tuerie d'Aigues-Mortes" In : *L'Histoire*, 10, 1, 1979.

_____. *Opinion Publique et politique extérieure*. Roma, École Française de Roma, 1981.

MOLINARI, Augusta. "Porti, trasporti e compagnie". In *Storia dell'emigrazione italiana*. Roma, Donzelli, 2001, v.1, pp. 237-255.

MORAES, Ormando. *Da Itália ao Brasil: história de uma família*. Vitória, 1999.

NAGAR, Carlo. *Relato do Cavalheiro Carlo Nagar, cônsul real em Vitória*. Vitória, ed. do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, 1995.

NAPOLI, Michele e BELLI, Natale. *La colonia italiana di Rio de Janeiro con brevi cenni sulla emigrazione italiana al Brasile. Monografia compilata per incarico del comitato delle esposizioni di Torino e Roma, 1911*. Rio de Janeiro, Frattini e Luglio, 1911.

NÚÑEZ SEIXAS, XoséManoel. "Liderazgo étnico en comunidades emigrantes: algunas reflexiones" in ALBORNOZ, Nicolás Sánchez, LLORDÉN, Moisés (eds.), *Migraciones iberoamericanas. Reflexiones sobre economía, política y sociedad*.

Asturias: Fundación Archivo de Indianos, 2003.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do estado do Espírito Santo*. 2 ed. Vitória, ES: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora 2001.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. *A imprensa no Espírito Santo*. Revista de Cultura Ufes, Vitória, ano 1, n.2, p. 54-109, 1979.

PERNICONE, Nunzio. *ItalianAnarchism – 1864-1892*. Princeton, Princeton UniversityPress, 1993.

PERUTA, Franco Della. *L'Italia del Risorgimento. Problemi, momenti e figure*, Milano, Angeli, 1997.

POZZETTA, George et al. *The Italian Diaspora: Migration Across the Globe*. Toronto: The Multicultural History Society of Ontario, Toronto, 1992.

PRADO Jr, Caio. *História econômica do Brasil*. 22ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PROCELLA, Marco. *Maggiolungo*. Roma, Sagep, s/d.

RIAL, Lucy. *The Italian Risorgimento: State, Society and national unification*. London/New York, Routledge, 1994.

RIBEIRO, Lucílio da Rocha. *Contribuição à história da imigração italiana no município de Colatina*. Artgraf, 1996.

_____. *Subsídios à história da imigração italiana nos municípios de Ibirajú e João Neiva*. Artgraf, 1990.

RIBEIRO, Suzana Barretto. *Italianos do Brasil: imagens e memórias -1920/1930*. Brasiliense, 1994.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória, s.l., 2000.

ROCHE, Jean, *A colonização alemã no Espírito Santo*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.

RODRIGUES, Edgar. *Trabalhadores Italianos no Brasil*. São Paulo, Global, 1984, p. 13.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os Caminhos da Memória entre Comemoração e Esquecimento* (tese de doutorado). Universidade de São Paulo, 2009.

- ROMANELLI, Raffaele. *L'Italia liberale, 1861-1900*. Bolonha, Il Mulino, 1979.
- ROMANO, Sergio. *La politica estera italiana (1860-1985)*. Bolonha, Il Mulino, 1991.
- ROMEO, Rosario. *Breve storia della grande industria italiana, 1861-1961*. Bolonha, Cappelli, 1972.
- SALETTTO, Nara, *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*, Edufes, Vitória, 1996.
- SANFILIPPO, Matteo. *Nationalisme, italianité et emigration aux Amériques, 1830-1990*. European Review of History / Revue Européenne d'histoire. 2, 2, 1995.
- SCALABRINI, João Batista. *A imigração italiana na América*. EST/CEPAM/UCS, 1979.
- SCIROCCO, Alfonso . *In difesa del Risorgimento*, Bolonha, Il Mulino, 1998.
- SERGI, Giuseppe. *L'uomo, secondo le origini, l'antichità, le variazioni e la distribuzione geografica*. s/l, 1911.
- SHELLEY, Percy. *Opere (organizzato da Francesco Rognoni)*. Torino, Edizioni Einaudi Gallimard, 1995.
- SILVA, Innocencio Francisco da et alli. *Diccionario Biographico Portuguez*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1888.
- SILVA, Marilda R. G. Checcucci Gonçalves da. *Imigração italiana e vocações religiosas no vale do Itajaí*. 1 ed. FURB, 2001.
- STELLA, Gian Antonio. *L'orda: quando gli albanesi eravamo noi*. Rizzoli, Milano, 2002.
- STOLCKE, Verena et al. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo*, Edufes, Vitória, 1996.
- STOLCKE, Verena. "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo", in *Revista Brasileira de História*, nº 6, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1984.
- TETI, Vito. *La razza maledetta: origini del pregiudizio antimeridionale*. Roma, Il Manifesto, 1993.
- THIESSE, Anne-Marie. *A criação das identidades nacionais*. Lisboa, Temas e Debates, 2000.
- TOBIA, Bruno. *Una patria per gli italiani*. Roma/Bari, Laterza, 1991.
- TODOROV, Tzvetan. *Nosotros y los otros*. México/Madrid, Siglo XXI, 2001.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo, Nobel / Istituto Italiano di Cultura, 1989.

TSCHUDI, Johann Jacob, *Viagem à província do Espírito Santo. Imigração e colonização suíça 1860*, Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

WAGEMANN, Ernst, *A colonização alemã no Espírito Santo*, Rio de Janeiro, s.d., 1949.

ZANDONADI, Máximo. *Venda Nova: um capítulo da imigração italiana*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1980.

ZUCCHI, John. *Italians in Toronto: development of a national identity, 1875-1935*. Kingston/ Montreal, McGill Queen's University Press, 1988.

FONTES

Manuscritas:

Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

FUNDOPOLÍCIADACORTE(1808-1880)

Rolo 180-2001– Registros relacionados à entrada e movimentação de estrangeiros no Brasil – 1808-1842, Códice 423, volumes 11 e 12.

SÉRIEINTERIOR – NACIONALIDADES(IJJ6)(1823-1949)

ARQUIVOPÚBLICODOESTADODORIODEJANEIRO

FUNDOPRESIDÊNCIADEPROVÍNCIA:

notação0005

notação0102

notação0236

notação0006

notação0116

notação0256

notação0007

notação0117

notação0303

notação0011

notação0119

notação0304

notação0018

notação0160

notação0305

notação0029

notação0182

notação0308

notação0076

notação0201

notação0321

notação0080

notação0206

notação0398

notação0083

notação0222

notação0413

notação0477

notação0478

notação0479

notação0501

notação0502

notação0503

notação0504

notação0516

notação0529

notação0785

notação0808

notação0835

notação0856

notação0990

notação1096

notação1146

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

notação32-1-31

notação39-4-20

notação39-4-4

notação39-4-8

notação40-4-36

notação40-4-37

notação43-2-2

notação43-3-100

notação43-3-99

notação44-2-45

notação44-2-46

notação44-4-21

notação45-1-15

notação46-3-96

notação46-4-1

notação46-4-2

notação46-4-3

notação46-4-4

notação46-4-5

notação46-4-6

notação46-4-7

notação46-4-8

notação46-4-9

RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1850-1890

RELATÓRIOS DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1860-1890

Periódicos:

Monitore Italiano.

Monitore Toscano.

L'Iride Italiana.

Jornal do Commercio.

A Pátria.

Correio da Tarde.

A Palestra.

A Ordem.

ANEXOS

ANEXO 1:

Em virtude do precário estado da Documentação pesquisada no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHIt), no Arquivo Nacional (ANRJ), no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro APERJ) e na Biblioteca Nacional (BNRJ), achamos por bem disponibilizar parte do material consultado e copiado, para que possa ser útil a outros pesquisadores.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY**1824-1870****LATA 253****PASTA 1 (Correspondência sobre Colonização durante o Primeiro Reinado)****MAÇO 2 (Imigração 1824-1867)****[doc. 032]**

“Il.mo Ex.mo Snr.

Havendo S. M. I. em Portaria expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros com data de 28 d’Abril do corr.te como (?) ordenado, que eu recebesse do Thesouro Público os dinheiros necessários para pagamento dos subsídios [ilegível] dos Colonos Allemaens, proximamente chegados a esta Corte, e bem afim por outra de 3 de Maio Aprovado, que trespagam.tos se fizessem debaixo do systema adoptado no tempo dos Colonos suissos por um empregado do Commissariado.

[docs. 004 e 005]

“Cópia Nº 1

III^{mo} e Ex^{mo} Snr.

Tendo solicitado Francisco Burckhardt de Wessel, Official que veio a este Império em o Navio Pedro e Maria para o Serviço Militar, ser embolçado da quantia quantia (sic) que pagou pelo seu transporte; Houve S.M.I., por bem Mandar communicar-me em Portaria de 3 do corrente que annuira á sua súplica e se-lavrara o competente Decreto do Thesouro Público para aquelle fim. Digne-se V.Ex.a fazer constar aquella Imperial Resolução ao dito official para lhe-servir de governo, bem como a João Frederico Guilherme Blessmann, vindo em o mesmo Navio, e com praça no Corpo d'Estrangeiros, que o Mesmo Augusto Senhor não Houvera por bem annuir á sua pertença de ser admittido ao número dos Colonos.

O Official Pedro Henrique Schumacher, vindo a este Império com o Navio Jorge Frederico, requereo também a S.M.I. o pagamento da quantia que tinha dado pelo seu transporte, e em Portaria de 4 do corrente Houve S.M.I. por bem Mandar communicar-me que para esse fim se-tinha lavrado naquella mesma data o competente Decreto para o Thesouro. Espero pois que V. Ex.a haja também de mandar fazer-lhe esta participação para seu governo.

Ultimamente em Portaria daquella mesma data ordena-me S.M.I. seja admittido ao número dos Colonos e mandado para Porto Alegre com a sua família o Colono Suísso Samuel Zinder, que se-acha servindo no referido Corpo d'Estrangeiros, logo que tenha conseguido a sua baixa, para o que se-me-participa terem-se expedido as convenientes ordens á repartição dos Negócios da Guerra: espero igualmente que V. Ex.a se-digne mandar fazer esta participação áquelle soldado, e ordenar-lhe ao mesmo tempo que, logo que receba a dita sua baixa se-me-apresente com a sua família, por ser mais cômodo ao Estado que elle parta em companhia dos mais Colonos que estão destinados para o mesmo lugar, e em vésperas de saírem.

Deus Guarde a V. Ex.a. Rio de Janeiro, 7 de Dezembro de 1824 – Il.mo e Ex.mo Snr. Joaquim Xavier Curado – Pedro Machado de Miranda Malheiros – Inspector da Colonisação Estrangeira nesta Província.

Está conforme,

Antonio José de Paiva Guedes d'Andrade

Secretário.”

[doc. 006]

“Cópia Nº 2

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Penetrado dos sentimentos que sempre me animarão a bem da humanidade, e zeloso ao mesmo tempo da dignidade de huma nação que se-preza por justos motivos de generosa e hospitaleira, e á qual muito convém conservar o bom nome que tem adquirido na Europa, não pude ser indifferente á vista de tenras crianças de ambos os sexos, filhas de homens que servem no Corpo d’Estrangeiros, as quaesandão por essas ruas mendigando a sua sustentação, e dando motivo ao rumor bem desagradável de que o Governo manda vir gente da Europa, a fim de trazer a pedir esmolas; ponderei a S.M.I. o sinistro partido que disto podião tirar os nossos inimigos, apontei as providências que me-parecião necessárias, e S.M.I. Houve por bem ordenar o que consta da inclusa cópia da Portaria que sobre este objecto me-foi expedida em data de 3 do corrente. Espero por tanto que V. Ex.a animado por iguaes sentimentos de humanidade e patriotismo se-digne mandar proceder as mais restrictas averiguações para se conhecer quem são aquelles innocentes mendigos quer de hum quer de outro sexo, suas idades, quem são seus pais, e a que Batalhão estes pertencem; e digne-se participar-mo para o-fazer presente a S.M.I. a fim de o Mesmo Augusto Senhor dar as ulteriores providências, e fazer desaparecer hum espectáculo que não póde deixar de ferir as vistas dos Estrangeiros que em tão grande número freqüentão esta Capital. Deus Guarde a V. Ex.a. Rio de Janeiro, 7 de Dezembro de 1824 – Il.mo e Ex.mo Snr. Joaquim Xavier Curado – Pedro Machado de Miranda Malheiros – Inspector da Colonisação Estrangeira nesta Província.

Está conforme,

Antonio José de Paiva Guedes d’Andrade

Secretário.”

LATA 253

PASTA 1 (Correspondência sobre Colonização durante o Primeiro Reinado)**MAÇO 2**

[doc. 007]

“Cópia Nº 3

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Tive a honra de officiar a V. Ex.a em data de 7 do corrente, transmittindo ao conhecimento de V. Ex.a cópia de huma Portaria da Secretaria d’Estado dos Negócios Estrangeiros de 3 também do corrente, de que envio a V. Ex.a outra aqui inclusa, assim com daquelle officio, e requerendo houvesse V. Ex.a de mandar proceder as mais restrictas averiguaçoens para se-conhecer quem sejam as crianças pertencentes a homens do Corpo d’Estrangeiros, as quaes andão mendigando por essa cidade, quer de hum quer de outro sexo, suas idades, seus pais, e a que Batalhão estes pertencem, e participar-mo para se-effectoarem a respeito dellas as providências ordenadas na referida Portaria, não recebi até este momento resolução alguma a este respeito, e como seja sem dúvida hum objecto este que por sua natureza demanda toda a brevidade, espero que V. Ex.a se-digne participar-me se com effeito V. Ex.a mandou proceder áquellas averiguaçoens, ou se me-dirigi mal, para o-fazer então como for conveniente.

(...)

Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 1824 – Il.mo e Ex.mo Snr. Joaquim Xavier Curado – Pedro Machado de Miranda Malheiros – Inspector da Colonização Estrangeira nesta Província.

Está conforme,

Antonio José de Paiva Guedes d’Andrade

Secretário.”

[docs. 002, 003 e 017]

“Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr.

Tendo dirigido ao General Governador das Armas da Corte e Província os Officios das cópias inclusas nº 1 e 2, datados de 7 do corrente, recorrendo no primeiro

desses Officios ao dito General Governador das Armas para se-dignar fazer constar a vários Colonos com praça nos Corpos de Estrangeiros as Resoluçoens de S.M.I. sobre requerimentos que estes fizerão, e para elle ordenar que se-me-apresentasse o colono suísso Samuel Zinder com a sua família, com a qual deve ser transportado à Colônia de Porto Alegre, em conformidade de Portaria de [ilegível] do passado, logo que recebesse a sua Baixa; e no segundo dos mesmos Officios para que se-dignasse mandar proceder ás averiguaçoens nelle apontadas, sobre as crianças, filhas de homens que servem nos mesmos Corpos, as quaes andão mendigando pela Cidade, e communicar-me o resultado dessas averiguaçoens, para eu o-fazer presente à S.M.I., e o Mesmo Augusto Senhor dar as últimas providências a esse respeito, o que me-pareceo devia assim praticar a fim de poder dar cumprimento as que em outra Portaria de 4 também do passado, S.M.I., Houve por bem commeter-me, vi decorrerem muitos dias sem comparecer o dito Colono Samuel Zinder, cujo negócio parecia definitivamente resolvido, segundo a mencionada Portaria, nem me-ser communicado resultado algum daquellas averiguaçoens. Em conseqüência desta demora em hum objecto de tanta importância como este, com o qual considero ligado o crédito da Nação, tornei a dirigir-me ao General Governador das Armas, como se-vê da cópia N° 3 de um officio meu de 29 do passado; e a todos estes meus officios mandou o dito General Governador das Armas responder da maneira que se-vê da cópia N° 4. Julguei dever á dignidade do mesmo General, e á minha, huma resposta a este seu officio, a qual dei da maneira que costa da cópia N° 5.

As razoens em que se-funda tanto aquella correspondência, como os procedimentos nella debatidos, são a Carta Imperial da minha Nomeação, que me-authorisa para corresponder com todas as Authoridades Civis e Militares, a convicção de que o mesmo General Governador das Armas tinha della o devido conhecimento, e o entender eu que o bem do serviço de S.M.I., único objecto que tenho em vista, exigia aquella correspondência e procedimentos, que se-achão além disso confirmados pela approvação de S.M.I., o que tudo largamente se-acha deduzido no meu citado officio N° 5. Digne-se V. Ex.a levar todos estes papéis á Soberana Presença de S.M.I., a fim de que o Mesmo Augusto Senhor Haja por bem tomar o seu conteúdo na devida consideração, remover os obstáculos que se-offerecem com prejuízo considerável do serviço, e Resolver para meu governo o que for do Seu

Imperial Agrado.

Deus Guarde a V.Ex^a. Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1825.

Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Luiz José de Carvalho e Mello.

Pedro Carvalho de Miranda Malheiro

[inspetor da Colonização estrangeira)

1828

LATA 253

PASTA 1 (Correspondência sobre Colonização durante o Primeiro Reinado)

MAÇO 2

[doc. 042]

“Com o mais profundo respeito tenho a honra de pôr nas Augustas Mãos de V. M. I. a Participação inclusa, que acaba de me-fazer o Traductor desta Inspeção, João Henrique Kagel (?), contendo o resultado das últimas Ordens de V. M. I. a respeito dos Colonos Irlandezes existentes na Praia Vermelha. V. M. I., Dignando-se de Tomar aquelleobjecto na Sua Alta Consideração, Mandará o que For Servido.

Aos Pés de V. M. I.,

[ilegível] Miranda

Rio de Janeiro, em 17 de junho de 1828.”

LATA 253

PASTA 1 (Correspondência sobre Colonização durante o Primeiro Reinado)

MAÇO 2

[docs. 043, 044 e 045]

“Ill.mo e Ex.mo Snr.

Tenho a honra de expor a V. Ex.a o que passei com os Colonos Irlandezes que se

achão na Praia Vermelha: logo que cheguei na Fortaleza mandei os formar, para os participar o seu destino, como Colonos para Bahia, S. Paulo e Espírito Santo, tomar a conta delles, e dizer lhes que se deviãopromptar n'estes dois ou tres dias: achei a conta delles serem em 7 companhias – 638 homens

46 mulheres

e 28 crianças

porém depois de ter acabado com a conta, viêrão dizer me, que se não hião embarcar para parte alguma, sem que o governo os satisfizesse, e que cumprisse com o que o coronel Cotter os tinha prometido; respondi lhes que me pusessem por escripto isto, e assignado por alguns delles, mas tendo já ido a fazes isto, voltarão todos de repente dizendo me que não ião escrever nada, que o Coronel Inglez bem sabia o que ellesqueriã, e que o Governo também não ignorava as suas pertençoens (sic), e que estão decididos de nao embarcarem sem os ter satisfeitos, e que todos em geral estavam do mesmo parecer: Isto já estava escripto quando eu recebi no Caminho as novas Ordens, de V. Ex.a, para communicar aos Irlandezes as Ordens que V. Ex.a recebeu de S. M. I., o que vou derepente executar: Deus Guarde a V. Ex.a, Rio 15 de Junho de 1828.

Ill.mo e Ex.mo

Snr Monsenhor Miranda

Inspector da ColinisaçãoEstr^a.

João Henrique Kagel

2º Traductor da ColnisaçãoEstr^a.

LATA 253

MAÇO 2

PASTA 1 (Correspondência sobre Colonização durante o Primeiro Reinado)

[docs. 046, 047 e 048]

“Ill.mo e Ex.mo Snr.

Depois de ter feito a minha p.raparticipação d'este manhã a v. Ex.a no caminho do

Catete, voltei como já dito com as novas ordens que recebi de V. Ex.a para a Praia Vermelha, assim á minha entrada na Fortaleza vierão logo a mim os Colonos Irlandezes, perguntando-me se trazia alguma boa nova para elles; eu em resposta logo os li a todos, a nova ordem que V. Ex.a me mandou participar-lhes, e depois a afixei em mais partes do Quartel, elles com effeitoparecião mais satisfeitos e alguns exclamárão = emfim somos homens libres e podemos voltar á nossa pátria = outros perguntárão-me por V. Ex.a, e dizendo-lhes eu o que em toda a parte he bem sabido, exclamárão que Deus desse boa sorte e longa Vida á V. Ex.a: fiquei de accordo com o Comandante Coronel do B.am 28 que depois de amanhãheide voltar á Fortaleza, e que ficarei entregue da Lista, da Gente que quer voltar para a sua Pátria, e aquella que quer ser Colonos: elles se mostrãomt.oescandelizados do Coronel Cotter, e dizem que se achão m.to miserável, porq/ que por sua insinuação venderão o que têm em Irlanda, e que esperavão da Commisseração (sic) de S. M. I. o dinheiro o que lhes, como dizem, he vencido: quando passei por hua Companhia de Caçadores Allemaens, muitos dos Officiaes e mesmo Soldados, perguntarão por V. Ex.a, mostrando-se mt.o arrependidos do que se tem passado, asseverando-me que deitarião o seu Sangue e Vida por S. M. I., e depois derão com a maior energia vivas a Sua Magestade Imperial – à Nação Brasileira, a V. Ex.a como Pai e Protector dos Estrangeiros, e ao Commandante Coronel do B.am dos Caçadores. He quanto tenho a participar a V. Ex.a. Deus Guarde a V. Ex.a. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1828.

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Monsenhor Miranda.

Inspector da ColonisaçãoEstr^a.

João Henrique Kagel

Intérprete da ColonisaçãoEstr^a.”

[docs. 049, 050 e 051]

“Ill.mo e Ex.mo Snr.

Tenho a honra de participar a V. Ex.a que chegando esta manhã á Praia Vermelha encamnei-me logo ao Coronel Mac Gregor do B.am nº 28 para lhe pedir conforme tinha tratado com elle, as Listas dos Colonos Irlandezes, que querem ficar como taes neste Império, e os dos que querem voltar para a sua Pátria: deu me o dito Coronel por resposta que não precisava de Listas, pois que todos unanimamentequerião voltar para a sua Pátria, o que também me foi verificado pelos mesmos Colonos.

Querendo-eu já voltar com esta decisão, chamou-me o Coronel á parte, dizendo-me que o motivo porque os Colonos Irlandezes não querem ficar he, que até agora não tem tido a sua barriga cheia, accrescentando (sic) que os soldados fazião a mesma queixa, que ½ [medida ilegível] de Carne não pode sustentar hum homem, e que o Pão era tão máo que nem o seocavallo o queria comer, e que elle asseverava, que se os Colonos tivessem

1 [medida] de Carne e

1 [ilegível] de bom Pão, e bom tratamento, seria probavel que todos ficassem para Colonos, e que então seria bom fazer hua Relação de todo o que elles como Colonos tem a esperar, para lhes ser apresentada: dize-me o adjudante do B.am nº 28. que hoje se fornecirão 558 homes (sic), e 106 mulheres e Crianças Colonos Irlandezes, he quanto tenho a participar a V. Ex.a. Deus Guarde a V. Ex.a. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1828.

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Monsenhor Miranda.

Inspector da ColinisaçãoEstr^a.

João Henrique Kagel

Intérprete da ColonisaçãoEstr^a.”

1832

LATA 253

MAÇO 3 (1868-1897)

PASTA 2

Denúncia contra o cônsul português João Baptista Moreira pela facilidade com que fornece atestado de nacionalidade portuguesa a “subditosportuguezes, que as vezes vem sem passaportes”. 3 de 1832, assina Procópio (ilegível) de Rezende:

“Há bastante tempo que tem constado ao Governo Imperial que o sr. João baptista Moreira Cônsul Geral e Encarregado de Negócios Interino de S.M. Fidelíssima procedia com muita facilidade em dar Attestados pelos quaes declara que tal sugeito era cidadão Portuguez sem que tivesse procedido a habilitação competente, mas o mesmo Governo desejando obrar com circunspecção em hum objecto de tanta seriedade e melindre, não quiz tomar medida alguma a este respeito, sem que tivesse disso huma prova. Agora que com effeitoella existe nesta Secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros, o abaixo assignado do Conselho de .M. o Imperador Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros se vê na necessidade de extranhar por ordem da Regência em Nome do Imperador semelhante inconsiderado procedimento, o qual tende a exacerbar os ânimos dos Brasileiros, e hé de esperar cesse immediatamente, pois que de outra sorte o Governo Imperial se verá na dura obrigação de tomar ulteriores providências nesta matéria.

O abaixo assignado renova ao Sr. João Baptista Moreira as expressões do seu obzéquio.

Palácio do Governo em 24 de janeiro de 1832”

Segue a cópia impressa do atestado:

JOÃO BAPTISTA MOREIRA

CAVALLEIRO DA ORDEM DE CHRISTO, CONSUL GERAL DE **SUA MAGESTADE FIDELÍSSIMA** NA CORTE DO RIO DE JANEIRO, &C.

CERTIFICO QUE _____ COMPROVOU NESTA
 CHANCELLARIA HAVER CHEGADO DA CIDADE DE _____ NO
 ENTRADO EM _____ DE 18 ____ . E COMO SEJA A PRIMEIRA E ÚNICA VEZ
 QUE VEIO PARA ESTE IMPÉRIO, HÉ POR ISSO ESTRANGEIRO E SUBDITO DE
 SUA DITA MAGESTADE FIDELÍSSIMA. EM FÉ DO QUE MANDEI QUE SE

PASSASSE O PRESENTE, QUE ASSIGNEI COM O REAL SELLO DA NAÇÃO
PORTUGUEZA, DOS DE DE 183 .
JOÃO BAPTISTA MOREIRA

1837

LATA 253

MAÇO 02

PASTA 03 (OFÍCIOS DA SOCIEDADE PROMOTORA DE COLONIZAÇÃO)

A Meza da Direcção da Sociedade Promotora de Colonização tendo recebido o Officio que de ordem do regente em nome do Imperador, V. Ex.a lhe fez a honra de dirigir na data de 29 do passado, acompanhando o Extracto do que ao Ministro dos Negócios Estrangeiros encaminhára o Ministro do Brazil nas differentes Costas da Itália com a data de 22 de outubro por occasião de fazer expedir para a Bahia uma carregação de Colonos Ligurianos, julga da sua obrigação agradecer ao Governo uma communicação tão valiosa, e que contém informações de muito proveito para a Sociedade, que tenciona corresponder-se directamente com aquele Diplomata sobre o assumpto de que é questão. E desejando a Meza antecipar a deliberação do Governo a respeito do habil Gravador de que trata o citado Officio do sobredito Diplomata, e que deseja vir exercer a sua arte no Brazil e empregar-se no serviço do Governo, resolve a Meza mandar vir o mencionado Gravador e a sua família, e adiantar a importância da sua passagem, uma vez que elle queira inscrever-se nos seus Livros e se obrigue a servir ao Governo, segundo as condições que hajão de ajustar-se n'esta Côrte, sendo-lhe livre o servir a terceiras pessoas ou a estabelecer-se sobre si, com intervenção da Sociedade, dado que ao Governo não faça conta optar o seu serviço.

Dignando-se o Regente em Nome do Imperador de acceitar o offerecimento da Meza, esta se apressará a expedir as competentes ordens ou ao Ministro do Brazil em Turim, ou aos agentes da Sociedade em Gênova, como a V. Ex.a parecer mais acertado.

Deos guarde a V. Ex.a

Rua do Passeio, 21 de janeiro de 1837.

Il.mo e Ex.mo Snr. Gustavo Adolfo d'Aguilar Pantaja.

Joaquim Francisco Vianna

Presid. Interino

Diogo Soares da Silva de Bivar

Secretário

LATA 253

PASTA 03 (OFÍCIOS DA SOCIEDADE PROMOTORA DE COLONIZAÇÃO)

MAÇO 02

A Mêsda da Direcção da Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro, julgando conveniente e necessário fixar por uma regra certa e inalterável o *maximum* do preço das passagens dos Colonos que se offerecêrem á sua inscripção, segundo os diversos portos d'onde ellessejão importados para o Rio de Janeiro, Resolvêo, em Sessão de 19 do corrente, o seguinte:

1º.

Que o preço das passagens das Ilhas dos Açores e Madeira nunca poderá exceder a *dez Libras Sterlinas*.

2º.

Que as dos portos de Portugal, Anvers, Hamburgo e Bremen não excederão jamais a *onze Libras Sterlinas*.

3º.

E finalmente que as de Genova e mais portos do Mediterrâneo nunca poderão exceder a *doze Libras Sterlinas*.

4º.

Que as passagens fixadas pelo *maximum* se entendem a respeito de homens de 14 e de mulheres de 12 annos completos para cima, e de 50 para baixo. As passagens dos que excedêrem a 50 annos, ou fôrem menores de 14 ou de 12, será regulada pela metade, não se pagando passagem alguma por criança abaixo de tresannos.

5°.

Que as passagens dos portos intermediários será regulada por um termo de comparação razoável.

6°.

Que além das passagens estabelecidas no *maximum*, a Mêsá, julgando-o conveniente, poderá a seu arbítrio conceder ao Importador uma gratificação adicional, que será estimada pela capacidade e indústria do Colono, e segundo a escála constante da Resolução da Meza de 27 de janeiro próximo passado, já publicada nos jornaes d'esta Côrte e que é do theor seguinte:

“A Mêsá de Direcção da Sociedade Promotora de Colonisação do Rio de Janeiro considerando, por uma parte, que o fim primario e único do seu Instituto é promover e proteger a introducção de gente que seja de uma utilidade real para o paiz, pelo se trabalho, indústria e costumes; e desejando evitar, por outra parte, que sob o nome da Sociedade se intentem especulações que mais tenham em vista o ganho do Importador que o bem do paiz: faz público, para conhecimento de quem tocar possa, aqui e na Europa: Que a Mêsá não inscreverá nos Livros da Sociedade Colono algum que não seja lavrador, trabalhador do campo ou artífice, preferindo os de artes mecânicas, e entre estes os alvinéos, pedreiros ou canteiros, calafates, carpinteiros, marcineiros, ensambladores, ferreiros, fundidores e serralheiros &c. Outrossim declara a Mêsá que nenhuma inscripção terá logar sem attestado de moralidade da pessoa que houver de inscrever-se, na forma prescripta em os Estatutos da Sociedade, reservando-se a Mêsá o arbítrio de admittir ou recusar o attestado, segundo a confiança maior ou menor que ella lhe possa attribuir”.

7°.

Que esta Resolução se communique respeitosaente ao Governo Imperial, em resposta aos Officios de S. Exc. O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros de 3 e 7 do corrente, e que publicada n'esta Capital, se remetta aos Agentes da Sociedade na Europa e Ilhas, afim de ahi se lhe dar também a devída publicidade. Assignados:

- Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente. –
Diogo Soares da Silva de Bivar, Secretário.

Está conforme á Acta respectiva.

Rio de Janeiro, 20 de Março de 1837.

Diogo Soares da Silva de Bivar
Secretário.

Imprensa Americana. Rua do Hospício nº 118. – 1837.

LATA 253 – 1824-1830

PASTA 1

MAÇO 2

Coleções Especiais – documentos históricos avulsos posteriores a 1822 – Imigração
Há várias cartas sobre colonização. Documentos em precário estado.

1868

LATA 253

PASTA 3

MAÇO 3 (1868-1897)

Os suíços nas colônias de São Paulo. Reatório do dr. Heusser à direção da polícia
de Zurique, sobre a colônia de São Paulo, em francês, 24 folhas, 67 páginas, 1855.
Cultivavam café, arroz, farinha de milho, vagem etc. Muitos chegaram em 52, outros
em 53.

“Colonia de Cananea

Le 11 mai 1868

Cher M. le Consul

Quelques familles d’émigrants ayant été dirigées sur cette Colonie, afin de pouvoir
s’y installer comme agriculteurs, ont été reçues avec tout le bon accueil qu’il est

possible et que l'on dit témoigner à des étrangers qui viennent avec de bonnes intentions, seulement, comme parmi ces mêmes familles se trouvaient aussi réunis quelques jeunes gens, garçons indépendants et sans familles, et que l'expérience de longues années m'a montré qu'en général, les garçons ne sont d'aucune utilité et impossibles même en employant les moyens les plus affables de les contenir, dans une Colonie, j'ai cru bien faire de les renvoyer, avec de bons procédés, de cet établissement, où comme vous devez le savoir je ne suis autorisé pas le gouv.t à ne payer les journaliers qu'à raison de R 1.000 ce qui les a étonnés, car ils gagnaient plusieurs mille reis en Angleterre, et qu'ils n'ont pas pû se conformer à ce prix ; j'ai cru bien faire, M. le Consul, de vous adresser directement, en vous priant d'être leur interprète auprès de M. Aubertin, superintendant du chemin de fer de Santos à S. Paul où ils pourront plus facilement trouver le salaire qu'ils attendaient, et qu'ils sont dignes de recevoir, en me permettant de vous faire observer qu'ils se sont parfaitement bien comportés durant le peu de temps qu'ils sont été sous ma direction. (...) »

S.A. Schmidt (Directeur)

LATA 253

PASTA 1

MAÇO 3 (1868-1897)

“Senhor,

Dizem os Colonos da Colônia Militar de Urucu (Mucury) seguintes (?) queixas sobre o estado da Colônia.

Há 2 annos que estamos abandonados do soccorro d'hum médico e dos medicamentos necessários como também falta-nos durante o mesmo tempo a instrucção escolar.

A guarnição d'Arthelaria que tinha posto aqui foi requerida para Philadelphia, de forma que estamos com as nossas famílias expostas a todos os arrebatamentos dos Indios que nos rodeão.

Sabendo como Vossa Magestade Imperial soccorra ao povo e consta sobre a

instrução, pedimos humildemente que se digne ordenar afim de obter o melhoramento do estado da Colônia.

E.R.M.

Colônia Militar de Urucu (Mucury)

30 fevereiro 1868

João Krettli

Otto Sommerlatte

1870

LATA 253

PASTA 1

MAÇO 3 (1868-1897)

PARA: Ministro dos Negócios estrangeiros, Barão de Cotegipe.

“Rio de Janeiro, Julio 2 1870

Ex.mo Senor,

El infrascripto Director y representante debidamente acreditado de la asociación llamada “Emigrants’ and Colonists’ Aid Corporation Limited” cuyo prospectus se adjunta, tiene el honor de remitir á V.E. la comunicación que ha dirigido dicha Compañia a S.M. el Emperador para proponer al Gobierno del Brazil un plan de colonización en el país.

Debiendo seguir viaje para el Rio de la Plata el infrascripto siente no poder tener el honor de explicar á V. E. En una entrevista personal las miras (¿miras?) y deseos de las distinguidas personas que forman la Corporación que represente el infrascripto.

El infrascripto deja Encargado de este asunto, durante su ausencia, al señor Guillermo Hadfield, cuya relación de muchos años con el Brazil y sus conocimientos practicos en esta materia le ponen en aptitud de dar à V.E. las explicaciones y datos que fuesen necesarios.

Le es grato al infrascripto saludar á V. E. Con el más alto respeto y consideración.

J. Heil

Representante de la Compañia “Emigrants’ and Colonists’ Aid Corporation Limited en Londres”.

ANEXO 2:**ARQUIVO NACIONAL****1828****Fundo Ministério da Guerra****Caixa 824, pacote 2**

[1]

[Ofício de Pedro Machado de Miranda Malheiro

Para Joaquim de Oliveira Álvares

Data: 16 de julho de 1828]

“Tenho a honra de transmittir a V. Ex.a Cópia de huma carta que neste mesmo momento acabo de receber do secretário da Legação Britânica, Arthur Aston, em que reclama a minha intervenção para poder retirar da prisão da Cidade os Irlandezes que alli se achão, e elledezeja fazer embarcar em o Navio Hoppet, que vai incessantemente partir para a Irlanda. No caso de que na Cadêa, ou nas outras prisoes da Cidade, se-achem alguns Irlandezes por ordem das authoridades militares, e devão partir para a Irlanda, rogo a V. Ex.a se-digne providências precisas com a maior brevidade e as providências precisas para a sua entrega na forma da mencionada carta, para que a embarcação se não demore por esta causa.

Deos Guarde a Vossa Ex.a , Rio de Janeiro, 16 de julho de 1828

[2]

[Ofício a mando do Brigadeiro Conde do Rio pardo, Gov. das Armas

Para Manoel Jozé de Oliveira, Departamento do Ajudante General (Casa de Supplicação), seguida da resposta do Guarda da Cadeia, 10 de julho e 16 de julho de 1828]

“Ordena S. Ex.a e S.a Brigadeiro Conde do Rio Pardo, Gov.nor das Armas, que o Carcereiro das Cadêas da Casa de Supplicação declare ao pé deste, se nas mesmas Cadêas existem algum individuo de Nação irlandeza, e no caso de existir declare tão bem a Ordem de quem, e quando ahi recolhidos. Rio de Janeiro, 10 de

julho de 1828

Ill.mo Sr. Manoel Jozé de Oliveira

Dep.to do Ajud.e General

[resposta no mesmo ofício:]

Em observancia da Port. De V. S.a cumpre dizer que nesta Cadea Existe seis Irlandezes cujos nomes são os seguintes:

Tomas Robresao

Dinis Grafim

CermialTuronjo

WeliãoBuggu

CermialClaviel

Johon Silvam – estes estão presos a ordem do juízo do Crime do Bairro da Candelária desde o dia 21 de Maio do corrente (sic) ano (sic) vindos da Praia Vermelha conduzidos pelo Alferes do Batalhão de Cassadores (sic) Estrangeiros Pedro Gomhéo quanto poso (sic) Imformar (sic) a V. S.a que mandara a que for servido Cadea, 16 de julho de 1828

Joaquim Vicente Guarda da Cadea.

[O guarda faz vários erros ortográficos e não usa pontuação].

[3]

[Ofício do Capitão de Engenheiros e do Alferes do Almoxarifado

Para: Brigadeiro Comandante do Corpo de Engenheiros da Praia Vermelha

Data: 20 de agosto de 1828.]

“Ill.mo Senhor,

Pela rellaçãoincluza, verá V.S.a os Concertos, reedeficações, e generos que se precisão para a Fortaleza da Praia-Vermelha.

O que se pede n’esta rellação, assignafa pelo Almoxarife do Depósito e Apontador

das Obras do m.mo Depósito, fo por mim verificado, e posso assegurar a V. S.a que nada do que se pede hé desnecessário, visto o estado deloráel em que os irlandezes deixarão todos os Quartéis d'aquelle Depósito.

Permite-me V.S.a representar-lhe que, o máo estado dos Quartéis, e o bom arranjo dos recrutas e officiaes empregados no Depósito, instão pela promptareedificação dos m.mos Quartéis. D.sG.e a V. S.a, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1828.

Ill.mo Sr. Brigadeiro Comandante do Corpo d'Engenheiros

Frederico Leopoldo Cezar Burlama[qui?]

Capp.nd'Eng.os Direct[or?]

Rellação dos objectos pertencentes as claces de Crapinteiros, e Pedreiros que são precizos, para concerto dos Quartéis do Depósito da Praia Vermelha, por terem sido aruinados pellos os Irlandezes:

| | | |
|-----------------|-------------------------------|----|
| Feixaduras | , quarenta e seis | 46 |
| Vãos | de Caxilios, doze | 12 |
| Portas, | oito | 8 |
| Janelas | , doze | 12 |
| Feixos | padrões, vinte | 20 |
| Dobradices | , vinte | 20 |
| Dittos | p.acaxilios, seis | 6 |
| Poxadores | p.a os dittos, vinte e quatro | 24 |
| Bohães | p.a caiar, seis | 6 |
| Broxas grandes, | doze | 12 |

Faltão a maior parte das cabeceiras das Tarimbas, igualmente Cabidos, e algumas Tarimbas precizão de grandes concertos. Todos os Quartéis precizão concertos nos Telhados, enos pelares das tarimbas, caiar erebocar por dentro e por fora.

Fortaleza da Praia Vermelha, 19 de agosto de 1828

Francisco Jozé da Silva

Alf.sAlm.e”

Microfilmes:

Rolo 008.6-82

Fundo Polícia da Corte

Registros de Estrangeiros (Livro de Legitimações de Estrangeiros)

1837

19/10/1837

Vittoria Ghiglino e dois filhos, 37 anos, de Gênova, casada. Veio na galera portuguesa Nova Piedade, de Lisboa, com maioria de portugueses, mas também com alguns austríacos.

1838

Rolo 180-2001

Fundo Polícia da Corte – Registros relacionados à entrada e movimentação de estrangeiros no Brasil – 1808-1842

Códice 423, volume 11 – 11/10/1838 a 27/06/1840

Livro de “Legitimações de Estrangeiros”:

05/11/1838

Carlos Estornier (?), sardo, 32 anos, pedreiro, talvez casado com uma francesa de nome Francisca R[?] e com filha menor.

Francesco Perdara (?), sardo, pedreiro, olhos azuis, cabelos castanhos.

07/11/1838

Giuseppe Salcicoione (?), Italiano, negociante, 37 anos, casado, partindo para o Rio Grande do Sul.

24/12/1838

Giovanni Angelo G., sardo, 23 anos, rosto oval, com barba, falta de dentes.

1839

04/01/1839

J. Baus, de Malta, 21 anos.

12/01/1839

Giuseppe Barrantini (?), sardo, 23 anos, retratista, rosto redondo, cabelos e olhos pretos, partindo para São Paulo.

1840**Rolo 180-2001****Fundo Polícia da Corte – Registros relacionados à entrada e movimentação de estrangeiros no Brasil – 1808-1842****Códice 423, volume 12 – 27/06/1840 a 22/02/1842**

30/06/1840

Francesco Bassoli, sardo, 21 anos, negociante, cabelos castanhos.

30/07/1840

Biagio Minetti, sardo, 25 anos, alfaiate, partindo para Santos.

03/08/1840

Pietro D., sardo, 51 anos, solteiro, partindo para Gênova.

11/08/1840

C. Boursul (?), sardo, 33 anos, negociante, rosto comprido, barba, cabelos e olhos pretos, partindo para São Paulo e Santos.

19/08/1840

Pietro Pelluchi, Italiano.

28/08/1840

Giuseppe Biondi, sardo, 21 anos, solteiro, caixeiro, alto, louro, cabelos castanhos claros olhos azuis.

29/08/1840

Alessandro Giocheti, sardo, 23 anos, solteiro, negociante, baixo, claro, cabelos castanhos, olhos grandes, partindo para Santos e Sorocaba com certificado.

17/10/1840

Francesco Guelfi, Italiano, 19 anos, solteiro, alto, louro, parte para Montevidéu.

28/11/1840

Bento Bacigalupa, sardo, 25 anos, carpinteiro, solteiro, parte para Montevidéu levando seu caixeiro Giulio Marini, 25 anos.

03/12/1840

Giuseppe Claudio Epaffier (?), sardo, 25 anos, negociante, casado, parte para Nova Orleans.

Rolo 008.7-82

07/6/1840 – Artingo (?) Giovani, Genovês, 29 anos, provavelmente analfabeto, pois quem assina é o piloto Pasquale (ilegível).

11/7/1840 – Nicola Manara, sardo, 38 anos, assina.

Pietro GregorioMiano – sardo, 51 anos, péssima caligrafia, casado.

Pietro Orlandini, Bolonha, 25 anos, solteiro, negociante, chegou no “Clara Julia” em 1838, sabe assinar bem, mora na rua da Alfândega, 25.

ANEXO 3:

**Outros documentos relevantes para o pesquisadores sobre
Imigração e Estrangeiros (ANRJ):**

1. IA⁶ 11 25 de junho de 1818-20 de março de 1820 – Ministério do Império
Colônia dos Suíços
Registro de Contas Correntes
N. 558 – rel. 14

2. IA⁶ 12 1819-1820 – Ministério do Império
Registro de pagamentos de subsídios aos colonos suíços
n. 556 – rel. 14

3. IA⁶ 60 1819 – Ministério da Agricultura
Colônia dos Suíços
Livro de Registro das entradas no armazém, começou em 14 de agosto e terminou em dezembro.

4. IA⁶ 120 1819 – Ministério da Agricultura
Terras e Colonização
Colônia dos Suíços em Nova Friburgo
Registro Geral

5. IA⁶ 158 s/d-1833 – Ministério da Agricultura
Colonos Suíços
Mapa e documentos

6. IA⁶ 47 10/11/1824-28/3/1825 – Ministério do Império
Inspetoria de Colonização da Província do Rio de Janeiro
Registro de Ofícios
n. 569 – rel. 14

7. IA⁶ 44 1825 – Ministério do Império
Terras e Colonização

Portarias

8. IA⁶ 45 1825 – Inspetoria de Colonização Estrangeira
Avisos do ministro da Guerra ao inspetor da colonização estrangeira
9. IA⁶ 45 1825 – Inspetoria de Colonização Estrangeira
Ofícios do oficial maior da Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra ao inspetor da Colonização Estrangeira
10. IA⁶ 156 1825 – Ministério da Agricultura
Documentos referentes aos colonos chegados na província do Maranhão
11. IA⁶ 161 1829 – Ministério da Agricultura
Colônia de São Pedro de Alcântara
Mapa (precisando restaurar)
Ver mapoteca 18 / Gaveta 1 – pasta 9
12. IA⁶ 154 1831-1835-1847 – Ministério da Agricultura, Terras e Colonização
Colônia de São Leopoldo (documentos)
13. IJJ⁷ 1 1848-1859 – Ministério do Império
Registro de Avisos Expedidos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros
Livro 1º. (Remetido à Seção Histórica L. 45)
14. IJJ⁶ N 1849 – Ministério do Império
1551 – Naturalização – 4ª Seção
Assentamentos Estrangeiros
15. IA⁶ 153 1849 – Ministério dos Negócios do Império – 4ª Seção da Secretaria
Protocolo do expediente de Colonização e Naturalização
16. IJJ⁷ 2 1850-1890 – Ministério do Império
Consulados de vários países no Brasil

17. IA⁶ 160 1855 – Ministério da Agricultura

Repartição Geral das Terras Públicas

Aviso referente aos auxílios ou prêmios concedidos aos colonos estrangeiros

Doc. 3

18. IA⁶ 76* 1860-1861 – Ministério da Agricultura

Registro de despesas

19. IA⁶ 141 1861 – Ministério da Agricultura

Minas Gerais – Filadélfia

Companhia do Mucury

20. IA⁶ 83 1861 – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

Terras e Colonização – província do Paraná

Informações das rep. de Terras Públicas

21. IA⁶ 102 1861 – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

Diário das contas dos colonos do Mucuri – Filadélfia – Paraná

22. IA⁶ 104 1859 – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

Óbitos de colonos católicos – Paraná

23. IA⁶ 8 23/05/1861-1865 – Ministério da Agricultura, 3ª Diretoria

Colônias – Registro de Correspondências

n. 285

24. IJJ⁶ N 1866 – Ministério da Justiça e dos Negócios Internos

Pudelko, Richard – perda de nacionalidade brasileira, naturalizado cidadão suíço

Proc. vários 121/936.

25. IJJ⁶ N 1866 – Ministério da Justiça e dos Negócios Internos

New-Camp, Adelaide – perda de nacionalidade brasileira

Proc. 799/935

26. IJJ⁶ N 1866 – Ministério da Justiça e dos Negócios Internos

Newcomb, Eric de Burg – reconhecimento de nacionalidade inglesa para a filha nascida no Brasil

Proc. 37/936

27. IJJ⁶ N 1866 – Ministério da Justiça e dos Negócios Internos

Sauer, Henrique Bernhard Leão – deseja saber se sendo filho de estrangeiro nascido no Brasil, é considerado brasileiro

1901

28. IJJ⁶ N 1866 – Ministério da Justiça e dos Negócios Internos

Mensagem do Presidente

Proc. 27/936

29. Caixa 824 – Ministério Estrangeiros e Guerra

Soldados estrangeiros. Rebelião na Praia Vermelha (irlandeses). Cotter. - OK

30. Caixa 505 – Ministério da Agricultura

31. Caixa 506 1871 – Ministério da Agricultura

32. Caixa 807 – Ministério da Agricultura

Empresas de colonização

ANEXO 4:

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

1825-1828

39-4-8

Assumptos Estrangeiros – Tratados de vários países com o Brasil, 1825-1828, folhas 1 e 2

“A nação brasileira só tem Tratados com as Naçõesseg^{tes}:

Portugal – Tratado f^{to} em 29 de Agosto de 1825. v. art. 5º

Prússia – “ “ em 9 de julho de 1827, e 9 de abril de 1828. v. art. 2º do Trat. de julho.

Os Senados de

Lubeck,

Bremen “ “ em 17 de novembro de 1827 v. os artigos 8º e 11.

Hamburgo,

Estados Unidos “ “ “ em 12 de Dez^{bro} de 1828, v. art. (ilegível)

França (...)

Grã-Bretanha (...)

Austria (...)

Paizes Baixos (...)

Dinamarca (...)

Gov. do Rio da Prata (...)

1826

46-3-96, fls. 2 e 3: (Vila de S. Pedro do Rio Grande, 27/01/26) – Procuração que faz Thomas Messeter, requerendo carta de naturalização.

1831-1899

Associações (1831-1899)

(39-4-4)

Portarias do Ministério do Império sobre Imigração:

44-2-45 e 44-2-46

Cartas de naturalização: (1833-1861)

40-4-36

Cartas de naturalização: (1862-1871)

40-4-37

Naturalizações com os nomes dos requerentes:

46-3-96, 43-3-99, 43-3-100

Nacionalização:

46-4-1, 46-4-2, 46-4-3, 46-4-4, 46-4-5, 46-4-6, 46-4-7, 46-4-8, 46-4-9

1832

46-3-96

“(...) em atenção aos serviços que José Fernandes, natural da Galiza, tem prestado á Causa d’este Império. Há por bem naturalizar ao sobredito José Fernandes, para que possa gosar de todos os direitos, honras e prerrogativas que pela Constituição competem aos Cidadãos Brasileiros naturalizados. ... Pagou de Novos Direitos cinco mil e seiscentos réis, e outro tanto de Velhos Direitos (...)”

1834

Naturalização de estrangeiros, folha 4

39-4-8

Estrangeiros naturalizados em 1834: 1 holandês, casado; 3 portugueses (1 solteiro, 2 casados).

1841-1842

(44-2-45)

Portaria do Ministro do Império Candido José de Araújo Viana sobre a necessidade de substituir-se o braço escravo por operários europeus (1841-2)

Folha 1: Constando que em alguns pontos da Europa abundão operários de diferentes officios, os quaesdesejão emigrar para Brazil, pagando-se-lhes as passagens, e alimentando-os nos primeiros tempos, cujas despezas serão depois deduzidas dos seus vencimentos, e convindo muito attrahir a emigração de pessoas industriosas, afim de supprir com elas o vaccuo que já se experimenta nas diversas officinas, em consequencia da cessação do tráfico da escravatura: manda Sua Magestade e o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, que a Illm^a Camara Municipal desta cidade informe sobre aquelleobjecto, declarando que número dos referidos operários poderá empregar regularmente nas suas obras, em

cada hum dos officios, de que ellas dependem, e qual hé o jornal, que ganha cada hum d'aquelles, que ella actualmente emprega.

Palácio do Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1841.

(assina) Candido José de Araújo Viana

Folha 2:

A vista das informações do Engen.o e comprador (...) que se responde na portaria do Governo com data de 26 de Nov.o de 1841, que a Cam.a M. pode empregar regularm.te de 50 a 100 calceteiros, (...) de 10 a 20 carpinteiros (...) e (riscado: pedreiros) que o termo médio dos jornaes (riscado: dos ped.os) he de 14 (ilegível) (...) que a Cam.a M. acha vantajozo, e que promova, e contrate os serviços de taes operários. C.M. 15 de Fevr.o de 1842 (...)

Folha 3: Manda Sua Magestade o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios do império, que a Ill.ma Camara Municipal desta cidade dê com urgência a informação, que della se exigio em aviso de 26 do mez passado, a resposta dos operários que será conveniente mandar vira Europa, para o serviço das obras a seu cargo.

Palácio do Rio de Janeiro em 29 de Dezembro de 1841.

Candido Jorge de Araújo Viana.

Folha 4:

Cumprindo o que me foi ordenado por VV SS.as em virtude do Avizo da Secretaria de Estado dos Negócios do Império de 26 de Novembro do anno pp, cumpre-me informar a VVSS.as que os officios mecanicos que mais se empregão nas obras dessa Ill.ma Camara são os de pedreiros, carpinteiros e calceteiros, sendo sobretudo mui util a introdução destes últimos, que nunca deixarão de ter emprego, e cujo número actualhe pequeno em relação aos trabalhos que há a fazer. O jornal médio destes differentes officios hé de mil réis.

Quanto ao número destes operários que se empregão regularmente nas obras, não me acho habilitado a dar a VV SS.as hua resposta satisfactoria, em quanto não obtiver algumas informações a que estou procedendo, o que todavia farei brevemente. Deos Guarde a VVSS.as. Ryo (sic) de janeiro em 15 de janeiro de 1842.

Ill.mos Sn.rs Presidente e Vereadores da Ill.ma Câmara Municipal
Henrique de Beauxpaix Rohan.

Folha 5:

Ill.mosSnr.s

Em observância das determinações de VVSS.as cumpre-me informar que nas obras da Ill.ma Câmara Municipal se poderão regularmente empregar sincoenta calceteiros, enquanto a pedreiros, e carpinteiros, não se pode fixar numero certo por não haver sempre necessidade d'elles, e que a estes operários se-pagaactualmente de 640 r.s a 1:600 r.s. Cumpre-me tãobem declarar que algumas vezes tem sido necessários officiaes de canteiros, porem que nem sempre há servisso para se lhes dar.

Deos Guarde á Ill.ma Câmara.

Rio de Janeiro, 4 de Fevereiro de 1842.

Ill.mosSnr.sPrezidente e Vereadores da Ill.ma Câmara Municipal.

João Braulio de Mesquita.

1851

46-3-96, fl 28, pedido de naturalização de um português

fl. 29 – feitor parcial e jardineiro na Imperial Quinta da Boa Vista, pretende naturalizar-se “por tencionar ficar no Brazil, e aqui não só prover á sua manutenção, se não tão bem prestando ao Serviço desta Pátria adoptiva por costumes, hábitos e religião...” (prestava-se juramento à constituição)

1853

46-3-96, fl. 33 Antônio Gomes Flores, português, residente na Corte há 5 anos, “querendo fixar sua residência neste Império naturalizando-se Cidadão Brasileiro” (1/3/53)

1859-1861

Juramento de estrangeiros naturalizados: 1859-1861

(43-2-2)

1857-1871

40-4-47 (Cartas de Estrangeiros Naturalizados) 1862-71

40-4-36 (1833-61) maioria portugueses

46-4-1 (1857-8)

1893

Movimento de asilados em fevereiro de 1893

39-4-20

homens – 79

mulheres – 57

total – 136

(Ofício do Dr. José Joaquim Coelho de Freitas Henriques ao Prefeito Cândido Barata Ribeiro)

44-2-46

Folha 1:

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1893.

“Tendo sido enviados a esta repartição pela Inspeção das terras e Colonização por ordem do cidadão Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas 19 imigrantes russos polacos, representando 7 famílias, para serem recolhidos ao Asylo de Mendicidade, porquanto, sendo imprestáveis para o serviço das Colônias, são entretanto aptos para trabalhos manuaes, mandei-os recolher áquelle estabelecimento e disso vos dou sciencia para os devidos efeitos.

Saúde e Fraternidade

O Chefe de Polícia

(assinado:) Bernardino Ferreira da Silva.

Folha 3:

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 93

Ao Cidadão Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

A requisição do snr Ministro de Viação, Indústria e Obras Públicas, fiz recolher ao Azylo de Mendicidade, até que sobre o cazo vos dignásseis resolver, 19 immigrantes polacos, constituindo 6 famílias, com tive a honra de comunicar-vos em data de 23 d'este mez.

Agora representa-me o Director d'aquelle estabelecimento, que taes indivíduos não podem alli permanecer, em vista das disposições do respectivo Regulamento.

Disso informando-vos, aguardo as vossas ordens.

Saúde e Fraternidade

O Chefe de Polícia (assinado)

(no verso do ofício:)

Requisitem-se providencias do respectivo consul por intermédio do sr. Ministro do Exterior. Rio, 18 de abril de 1893. (assinado) C. Barata Ribeiro.

Folha 4:

Rio de Janeiro, 2 de março de 1893.

Ofício do Ministro da Justiça e Negócios interiores ao Prefeito, transmitindo o aviso do chefe de polícia.

1903

Busca de paradeiro:

39-4-8, folhas 11-13

Em 17 de abril de 1903, um tal GarabedKalaïdji, da Cesaréia (Turquia), busca informações, pela 2ª vez, em carta dirigida ao prefeito, sobre seu irmão KrikorKalaïdji, cadete de 29 anos.

1907

Imprensa “Il Bersagliere” (1907)

44-4-21

Logradouros Públicos: sobre Morro do Nheco

32-1-31 (século XIX)

ANEXO 5:

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO – RIO DE JANEIRO

E-I-11/P-07

Fortaleza de Santa Cruz

Registro de Presos militares e civis – 1844

- José Filippino, paisano, preso (?) em 9/4/37 por roubo, condenado a 8 anos, início em 4/3/36, solto em 18/1/45.

- Guilherme Luiz Bassoli, marinheiro da Esquadra Nacional, 30/7/39, sublevação a bordo do Patacho Patagônia. Início em 14/5/44, 5 anos de prisão simples, solto pelo decreto de 21 de fevereiro de 45.

- Pedro João Gabarroni, pirataria, veio em 20/0641, condenado a 20 anos com trabalhos, início em 4/6/42 até 31/3/53, agraciado com o perdão imperial.

Fundo Requerimentos do século XIX

Maço 48, pasta 1568

30/09/1887

“Alfredo Tallone, soldado do 2º regimento de artilharia a cavallo, actualmente no gozo de quatro mezes de licença para tratar de sua saúde, allegando não ter obtido melhoras, pede no presente requerimento para ser submettido a nova inspecção da

Junta Militar de Saúde.”

Foi praça voluntário de 7/3/83;

Mandado trancar matrícula com que freqüentava a Escola Militar em 18 de julho de 1887.

Sofre de miopia incurável, “incapaz para o serviço do Exército”.

“Está elle no caso de ter baixa por incapacidade physica”.

Nasceu em 1866 no Rio Grande do Sul.

Filho de Egydio Tallone.

Maço 204, pasta 5274

12/09/1854

“Diz August Gandella que foi sargenta (sic) da 15º Batalhão de Infantaria que tiva (sic) baixa e chegou do Rio Grande, quer agora hir para Allemanha na forma de sua contrate (sic). Snr Ministra (sic) manda pagar em sua mão sua passagem pela pagador para hir na barca BremenseWork que vai para Hamburgo”.

Maço 199, pasta 5141

10/10/1885

EmiliaBernacchi requer ao Ministério da Guerra que seu filho Augusto Bernacchi, 18 anos, seja matriculado na Escola Militar da Corte.

Fundo Ministério da Corte – 1859-1861

Nº 169

“Ao Sr. Ministro do Império,

Em 16 de Agosto de 1859

Illmo e Exmo Snr. – Communico a V. Exa., em resposta ao Avizo do Ministério interinamente a cargo de V. Exa., de 5 do corrente mez, que, nesta data, expedi ordem à Pagadoria das Tropas da Corte para indemnizar a Companhia do Mucury da quantia de 754\$642 réis, prveniente do supprimento feito à Colônia Militar do

Urucu, no mez de Maio último. Deos Guarde Vossa Excelência, Sebastião do Rego Barros.”

Vários nomes *itálicos* constam da lista de requerimentos do século XIX, muitos não encontrados pelos funcionários do Arquivo:

Alfredo Tallone, 48, 1568
Angelo Bertola, 61, 1961
AnnibalFrataroni, 63, 2045
Antonio Balcenti, 72, 2320
Antonio Delfino, 85, 2640
Antonio Eduardo Martini, 86, 2690
Antonio Gemelli, 98, 2971
Antonio Maria Sachi, 139, 3762
Antonio Martini, 141, 3814
Antonio Martucei, 142, 3839
Antonio Perillo, 157, 4138
Archangelo Fiorito, 188, 4793
Arthur Remigio Bellido, 196, 5033
Augusto Barnacché, 199, 5141
Augusto Gandella, 204, 5274
Augusto José Ferrari, 205, 5305
AustriclinoVillarin, 210, 5513
Bartolo Fulqui, 8, 259
Benedetto Plebani, 11, 391
Candido Augusto Bardini, 15, 483
Cesario Milan, 44, 1293
Jacob Irachino, 20, 620
Jacome N. De Vincensi, 16, 536
Jacques Henrique de Simoni, 20, 625
João AntonioCapellani, 33, 1005
João Batista Midosi, 46, 1316
João Batista Rodocanachi, 49, 1361

João Maria Pavisi, 32, 997
João Midosi, 36, 1122
Jorge Banquella, 161, 4011
Jorge Benedito Ottoni, 161, 4012
José Adorno Genovez, 162, 4065
José AntonioCastrioto, 173, 4309
José BorgheseNuzzo, 199, 4876
José Fogliani, 234, 5697
José Groppi, 250, 6071
José Indelicato, 255, 6224
José Jacomo Doria, 256, 6254
José Joaquim Francioni, 264, 6395
José Martinelli, 125, 3590
José Martini, 125, 3592
José Ferrari, 230, 5589
Julio Cesar Muzzi, 281, 6745
Nicolau Fiorentino, 06, 144
Nicolau Folino, 06, 145
Pedro Bansi, 19, 553
Pedro Bianchi, 19, 567
Pedro Busisio, 20, 585

ANEXO 6:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ)

1839

FUNDO PP

NOTAÇÃO 1096

Livro de Contratos da Secretaria de Governo (1835-1843)

p.49-52

Em o primeiro dia do mes de abril de mil oitocentos e quarenta n'esta Cidade de

Nichteroy em o Palacio do Governo d'esta Província do Rio de Janeiro forão presentes o Excellentissimo Presidente d'ella o Doutor Paulino José Soares de Sousa, o Conselheiro José Clemente Pereira, autorizado para contractar com elle na forma do artigo decimo quinto da Lei Provincial de dez de maio de mil oitocentos trinta e nove numero vinte e seis pela Sociedade Promotora de Colonisação do Rio de Janeiro, a locação dos serviços dos Colonos Allemães actualmente existentes nas obras da segunda secção da mesma Província e Eduardo Laemmert, procurador dos mesmos Colonos, e depois de haverem sido examinadas as respectivas autorisações , e de terem entre si conferenciados, accordarão nos artigos seguintes:

1º

A Sociedade Promotora de Colonisação do Rio de Janeiro transfere ao Governo d'essa Província todos os direitos que tem sobre os Colonos allemães, que se achão actualmente empregados nas obras da segunda secção da mesma Província e sobre as suas famílias.

2º

O governo Provincial toma sobre si a responsabilidade pecuniária em que estão os ditos Colonos para com a Sociedade, que embolçará da somma, que lhe devem, com o abatimento seguinte, que cederá todo em benefício dos mesmos Colonos:

Aos que deverem a Sociedade uma somma excedente a cem mil réis, e menor do que duzentos mil réis se fará o abatimento de vinte por cento na totalidade da somma. Esse abatimento será augmentado com cinco por cento, na proporção de cada somma de cinquenta mil réis, em que a divida dos mesmos Colonos for excedente aquella ultima de duzentos e cinquenta mil reis, de maneira que ao Colono, que dever trezentos mil reis, se abaterá trinta por cento na totalidade d'essa somma; ao que dever trezentos e cinquenta mil reis, trinta e cinco por cento, e assim por diante.

Abater-se-há igualmente a totalidade das dividas pertencentes a Colonos fallecidos , as quaespor-tanto não carregarão sobre os membros sobreviventes de sua familia.

3º

a liquidação da importância da dívida dos mesmos Colonos, que o Governo da província toma a si, com aquelles abatimentos, será feita pelo respectivo agente ou agentes da sociedade de colonização, com assistência de uma pessoa, que o mesmo governo nomeará para assistir á mesma liquidação.

4º

a falta ou demora da liquidação não suspenderá a execução d'este contracto.

5º

a importância da quantia liquidada será satisfeita pelo governo da província á sociedade em seis pagamentos iguaes feitos no principio de cada mez a contar do que se seguir á mesma liquidação.

6º

os colonos acima mencionados serão empregados pelo governo nas obras públicas do província, marcando-se-lhes o competente jornal, que em todo o caso será sempre superior áquelle que vencem nos respectivos lugares os operários escravos.

7º

ficarão sujeitos aos Regulamentos das obras publicas da província , e ás penas que n'elles forem impostas, incluída a de perdão ou diminuição do jornal por tempo certo, alem d'aquelles estabelecidos pelas Leis.

8º

para amortização da dívida que ficão a dever a província, lhes será descontada a sexta parte dos seus vencimentos, sendo feito esse desconto em cada pagamento,

que se lhes fizer, até completa amortisação.

9º

o governo concederá aos mesmos colonos, que não forem necessários na obras, licenças temporárias para se empregarem em serviços e obras particulares, quando d'ahi lhes resulte vantagem, e nenhum prejuizo á província.

10º

serão com preferênciã empregados em obras permanentes, e taes que pela sua natureza e maior duração, lhes permitirão viver com suas famílias e empregar em seu beneficio os domingos e dias santos. No caso porem em que seja necessário destaca-los para lugares distantes, e onde não possam estar com suas famílias, abonar-se-lhes-ha, alem de seu vencimento ordinário, uma quantia equivalente a despesa do seu sustento, em quanto destacado.

11º

quando occorrão circumstancias pelas quaes se torne necessário mudar um colono com sua família de uma obra permanente para outra, será a despesa de seu transporte e dos objectos domésticos, que lhe pertencerem, feita á custa da Província. Os dias de viagem lhe serão abonados na razão de seis léguas por cada dia.

12º

a província dará a cada família um aquartelamento sufficiente, que não poderá contar de menos de dous quartos de quinze palmos em quadro.

13º

o governo se obriga a empregar todos os meios ao seu alcance para que os filhos dos colonos tenham um Mestre, que lhes ensine a língua do país, a ler, escrever e

contar.

14º

a despeza com facultativo, quando adoeça algum colono, correrá por conta da província. E para que os mesmos colonos possam subsistir á sua custa, nas suas enfermidades, descontar-se-ha a cada um d'aquelles, a que se refere este contracto, a decima parte de um dia de jornal em cada semana, a qual entrará para uma caixa de socorros, e será applicada á sustentação dos doentes e de suas famílias durante a molestia, e á compra de medicamentos.

15º

se essa quota não for sufficiente , augmnetar-se-há proporcionalmente á necessidade que occorrer. E se, depois de amortisadas as dividas de todos os colonos, essa caixa apresentar sobras, dividir-se-ha por elles a sua importância na proporção das quotas, com que concorrerão.

16º

se algum colono fôr removido de uma obra para outra por negligente no cumprimento de seus deveres, ou por que he turbulento, ébrio ou rixoso, não somente perderá o direito ao accrescimo do vencimento marcado no artigo decimo, como também lhes será diminuído, em quanto se não corrigir, o vencimento que tiver.

17º

no caso de fallecimento de algum colono, não reverterá a sua divida para membro algum de sua família.

E havendo os sobreditos excellentissimo presidente da província, conselheiro José clemente pereira e Eduardo Laemert concordado nos dezessete artigos

anteriores, os assinaram. E eu {assina} José Cândido de Deus e Silva, secretario da provincia

{assinam:}

Paulino José Soares de Sousa

José Clemente Pereira

Eduardo Laemmert.

1842-46

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0479

CAIXA 0181

MAÇO 05

(ilegível) das passagens dos colonos vindos d[e Dunck]erque na Barca Ingleza George segundo o contracto (ilegível) de Junho de 1844 com a casa de Carlos Debruc e C.a na qt.a [de no]ve contos cento quarenta e sete mil oito centos cinquenta e q[ua]tro reis (9:147\$854 r.s) (a saber?):

| | homens | mulheres | total | |
|-----------------------------|--------|----------|-------|-------------------------|
| [maior]es de 40 a.s | 19 | 13 | 32 | |
| (de 20 a 40? ilegível) a.s. | 29 | 34 | 63 | |
| de 15 a 18 | 3 | 4 | 7 | 102..... a 245 – 24:990 |
| [? De 5 a] 15 | 27 | 36 | 63 | 63a 122 50 7:717 |
| menores de 5 annos | 23 | 20 | 43 | |
| | 101 | 107 | 208 | 32(ilegível) |

(relação de adiantamentos, dos quais ficam responsáveis Debruc e Cia., relação dos colonos a quem se exigiu luvas)

Faleceram dois colonos menores de 5 annos

(...)

“Lista das passagens dos colonos vindos de Dunckerque nos navios abaixo mencionados, que a provincia se obrigou a pagar a C, Debruc e Comp.a em virtude

do Contracto celebrado com o governo em 17 de junho de 1844, (?a saber):

Brigue Virginia

1. Passagem de 76 colonos maiores de 15 a.s a 245 f. – 18:620
 2. “ 50 colonos de 5 a 15 a.s a 122 - 6:125
- Custo de 16 gamellas de pau, a 1,50.....24 rs 24:769 a 378rs –
9:362:682

Brigue Maria

1. 86 a 245 - 21,070
2. 38 a 122rs – 4,655 - 25725 a 378 rs – 9,646,875

Barca Leopoldo

1. 108 – 26,460
2. 66 – 8085 – 34,545 a 375 – 12,954,375

Brigue Courieux

1. 89 – 21,805
2. 58 – 7105 – 28910 a 375 – 10,848,250

Barca Agripina

1. 112 – 27,440
2. 61 – 7427 50 34,912 50 a 375 13,092, 187

Barca Maria Lima (luna?)

1. 105
2. 62 12,495,000

Barca Jeuneleon

1. 82
2. 43 9,382,275

Barca george

Em 20 de julho de 1845.

Os colonos têm sobrenomes alemães Fritz, Neuman, etc)

Navio francês Maria Luisa, 216 imigrantes, 50 de 18 a 40 anos, 6 de 15 a 18, 67 trabalhadores, mais 38 mulheres casadas, 62 menores de 5 a 15 anos, 49 menores de menos de 5 anos. Carlos Debruc, RJ, 21 de julho de 1845. deve-se 12,483,000. (33,320 francos)

Vindos de Dunckerque na barca prussiana Leopold, 222 pessoas, 74 trabalhadores, 36 mulheres casadas, 63 entre 5 e 15, 49 menores de 5, 21 de julho de 1854, total 34, 667.50 francos ou 11,960,,287 réis

Vindos de Dunckerque, no brigue francês Curieux, 189 colonos (10, 933,,125 réis ou 29.155 francos), 24 / 07/45

Sobrenomes:

Haller, Paul Andres, Joseph Muller, Wilhelm Beller, Peter Hummel, Hoffman, Philip Blass, Valentin Gujer, Johann Harry, Joseph Wagner,

Em 7 de setembro de 1845, chegam vários vapores ingleses e dinamarqueses com trabalhadores destinados a obras públicas.

Niterói 30 de julho de 1845:

| Números | Idades | Masculino | Feminino | Total |
|----------------------------|------------|-----------|----------|-------|
| Brigue Francez Marie | | | | |
| | De 18 a 40 | 40 | 26 | 66 |
| | 5-15 | 21 | 17 | 38 |
| | 15-18 | 5 | 1 | 6 |
| | > 40 | 7 | 7 | 14 |
| | < 5 | 24 | 22 | 46 |
| | Somma | 97 | 73 | 170 |

| | | | | |
|----------------------------|------------|-----|-----|-----|
| Barca Prussiana Leopold | | | | |
| | De 18 a 40 | 47 | 38 | 85 |
| | 5-15 | 30 | 36 | 66 |
| | 15-18 | 1 | 2 | 3 |
| | > 40 | 12 | 8 | 20 |
| | < 5 | 22 | 27 | 49 |
| | Somma | 112 | 111 | 223 |
| Brigue Francescurieux | | | | |
| | De 18 a 40 | 33 | 29 | 62 |
| | 5-15 | 31 | 27 | 58 |
| | 15-18 | 3 | 5 | 8 |
| | > 40 | 10 | 9 | 19 |
| | < 5 | 26 | 16 | 42 |
| | Somma | 103 | 86 | 189 |
| Barca inglesa agripina | | | | |
| | De 18 a 40 | 41 | 35 | 76 |
| | 5-15 | 30 | 31 | 61 |
| | 15-18 | 6 | 5 | 11 |
| | > 40 | 17 | 8 | 25 |
| | < 5 | 17 | 18 | 35 |
| | Somma | 111 | 97 | 208 |
| Barca francesa marielouise | | | | |
| | De 18 a 40 | 46 | 37 | 83 |
| | 5-15 | 25 | 37 | 62 |
| | 15-18 | 3 | 3 | 6 |

| | | | | |
|--|-------|-----|-----|-----|
| | > 40 | 11 | 5 | 16 |
| | < 5 | 23 | 26 | 49 |
| | Somma | 108 | 108 | 216 |

1847

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0304

MAÇO 7

CX. 0113

23 maio 1847

Tradução litteral que falla que Maximiano José Juvelius (?) , em presença e nome de todos os Burgomestres da Imp^lcolonia de Petropolis, dirigiu a SSEE os Senhores Presid.te e Vice Presid.te da Prov.a.

Sempre que VVEE pisarão o território Petropolitano, se tornou a visita de VVEE huma nova fonte? Festa? de favores; ja parente??? motivo , deve o dia de hoje ser dos mais agradáveis à Colônia mas elle não o hé só pelo motivo do interesse material que nos possa provir, ellehé para nos hum dia festivo, porque nos faculta podermos pessoalmente exprimir a VV EE nossos cordiais sentimentos de reconhecimento de dedicação.

Pobres e abandonados aportamos ao Brasil, sem esperanças de prosperidade, sem Pátria, pois que nossa terra Natal nos tinha expellido de seu seio, negando-nos os meios de uma medíocre subsistencia, pois que nosso governo nos tinha riscado da lista de seus concidadães (sic) , porque a miseria tinha nos obrigado a emigrar! A mais nobre hospitalidade, a mais pura Philantropia nos acolherão generosas nas praias de Nictheroy!

Como havíamos de agradecer isso, sinão em practicando virtudes alemãs, sinão em esforçando-nos de capturar a amisade dos nossos novos irmãos, os Brasileiros, (?ILEGÍVEL) por meio de huma vida laboriosa, mostrando-nos amigos da boa ordem, obedecentes ás leys, e dedicados á (e)luzente Casa Imperial.

VVEE verão como passo a passo nos nos estabelecemos em Petrópolis, como progredimos, e verão como debaixo da protecção do generoso Monarcha Brasileiro e do Governo Provincial nossa posição evidentemente melhorou e que fructos nosso Suor e trabalho nos produsirão!

VVEE vão de novo entrar em nossos tranquillosvalles, e de novo vão ver os progressos do nosso bem-estar, vão certificar-se do adiantamento dos nossos caminhos, pontes, casas, escolas, hortas e do desenvolvim.to da nossa lavoura! A Benção de Deos está sobre nós! Queremos ficar dignos della!

Aceitem VV.EE as expressões de mais vivo agradecimento, e os comprim.tos da colonia de Petrópolis, e reservem-nos Sua alta protecção!

De VVEE

- Maximiano José Judelius?
- Guilherme José Moueller
- GuilhermeSindarf
- Martinho Dupont
- AntonioVoacs?
- Jacob Moueller
- Bernardo Walikelm
- José Carl

Dedicados servidores:

- Mathias Weyaud
- J. Ph. Kalleuback
- Pedro Stoffel
- Jacob berr
- Theod.o ?Causacker
- Aug.to Moebus
- Mathias Goettner
- João Meyer
- ?at.oMeneres
- Pedro Jacobi
- Joao José Espesehiu?

- AntonioVogel
- Miguel Sixel
- Pedro Kalkuhl
- Conforme Julio Frederico Kueler?

1848

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0222

MAÇO 1

02/9/1848

Há uma carta que fala de uma portaria de 3/8/48 sobre uma fazenda em Macaé, e um contrato firmado em 2/10/46 entre o governo provincial e o conselheiro Saturnino de Sousa e Oliveira. Pede informações sobre o estado da colônia, os nomes e idades dos colonos etc, e se o contrato está sendo cumprido.

1849

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0222

MAÇO 3

Notícias de “sérios receios” entre lavradores e fazendeiros no Espírito Santo, em 31/3/49. há receio sobre o “efeito moral que a disseminação de taes notícias possa produzir em alguns pontos d’esta Província”. Trata-se provavelmente de lutas entre colonos estrangeiros e fazendeiros. PESQUISAR!!

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0222

MAÇO 5

Notícias sobre 86 colonos alemães hospedados em um dos armazéns da armação, “que o governo geral sustentaria por alguns dias, começando de amanhã”.

1852-1853

Fundo PP

Notação 0479

Caixa 0181

Maço 1

1. O pastor evangélico Frederico Sauerbronn envia à Câmara Municipal de Petrópolis ofício sobre a “necessidade de construir uma casa de oração onde celebrem o culto da Religião que professão, visto como a de que se servem, e f[oi para] esse fim destinada por esta Câmara se achaem estado de completa ruína, ameaçando (sic) por m[medo] de desabar”. Ele pede também que “esta Câmara digne se conceder auxílio para essas despesas”.

2. Estatística da Colônia Alemã de Santa Justa, Valença, Rio de Janeiro, estabelecida em 31 de maio de 1852 por Braz Carneiro Bellens:

32 famílias, 104 homens e 78 mulheres, total de 182 colonos.

Profissões dos chefes de família:

| | |
|-------------|---|
| Tecelão | 7 |
| Jornaleiro | 5 |
| Ferreiro | 4 |
| Lavrador | 4 |
| Carpinteiro | 3 |
| Sapateiro | 3 |
| Alfaiate | 1 |
| Torneiro | 1 |
| Militar | 1 |
| Enfermeiro | 1 |

Gastos com os colonos:

13:851\$600 réis em passagens.

Consumo da colônia por semana:

| Produto | Quantidade | Valor em réis |
|------------|---------------------|------------------------|
| Carne | 8,16 arrobas | 27\$500 |
| Toucinho | 5,8 arrobas | 26\$880 |
| Fubá | 16, 58 alqueires | 16\$625 |
| Feijão | 2,5 alqueires | 10\$000 |
| Arroz | 6,8 arrobas | 6\$000 |
| Açúcar | 4,7 arrobas | 13\$500 |
| Café | 1,28 arrobas | 6\$000 |
| Aguardente | 84 garrafas | 10\$080 |
| Azeite | 15,5 garrafas | 6\$200 |
| Vinagre | 14 garrafas | 2\$240 |
| Sal | 1,23 arrobas | 2\$700 |
| TOTAL | ---- | 127\$475 por semana |
| | | 509\$620 por mês |

1 arroba= 14,688 Kg

1 quintal = 50, 80 Kg

1 alqueire = 13 litros

3. maço 2:

- Vários contratos de imigrantes (da Europa, de Macau etc.):

- Os imigrantes devem mostrar provas escritas e autenticadas, ao agente do contratante na Europa, de terem sido chamados por parentes estabelecidos no Brasil, com indicação da propriedade rural e município em que residem.

- O contratante deve preferir as famílias de imigrantes chamados por parentes estabelecidos no Brasil.
 - As famílias devem ser de lavradores, mas pode-se permitir a introdução de famílias de operários de artes mecânicas e industriais.
 - Os imigrantes devem ser “válidos” e menores de 50 anos. Os maiores de 50 anos somente podem vir com família de descendentes.
 - Cônjuges sós somente podem vir se forem menores de 40 anos.
 - Devem vir em vapores de 1ª classe, em que se observem as regras estabelecidas pela Inspetoria de Hygiene Federal.
 - Os vapores devem ter médicos, ambulância médica e cirúrgica.
 - A alimentação no vapor deve ser “sadia e abundante”.
- Movimento de hospitais e 1850, em Petrópolis. Há vários alemães internados.

4. maço 3: regulamento da hospedaria da Ilha das Flores

5. maço 4: contratos entre o governo e Fiorita.

6. maço 5: entrada de imigrantes entre 88 e 89.

1854-1855

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0222

MAÇO 8

Sobre conflitos entre colonos alemães e o fazendeiro Dr. José Cardoso de Menezes, proprietário da Colônia de Martim de Sá, em Parati.

1. Os colonos chegaram ali em 6/11/1852

2. 15/06/1853

Correspondência reservada do juiz de direito interino Francisco Ferreira de Paiva ao

Vice-presidente da Província João Pereira Darrigue Faro:

“Tenho a honra de levar ao conhecimento de V E, sendo informado pelo francez João Divilet, proprietário da Fazenda denominada Martim de sá neste município, do estado de insubordinação e levante em que se achavão os colonos q existem na dita Fazenda, pedindo-me o mesmo Divilet providencias porque até julgava a sua vida em perigo, dirigi-me a essa fazenda acompanhado do delegado de polícia em exercício e ahi interrogando os mesmos colonos, fui informado por propria confissão delles que não trabalhavão havia e meses e que estavão dispostos a continuar no mesmo systema até q o proprietário da Fazenda se resolvesse á mandá-los de novo para a Allemanha. À vista d’este estado de insubordinação e das intenções realmente perigosas, em q encontrei os ditos colonos, julguei prudente desarmá-los e assim o fiz depois de os pacificar o melhor que pude e de os abrandar por todos os meios q estavão ao meo alcance. Devo notar á V E huma circunstância: que os chefes e principaes motores da insubordinação da Colonia mantêm humacorrespondenciaactiva com o Ministro e Consul Prussiano nessa Corte, e tanto mais intolerantes se tornão quando recebem cartas desses personagens. Esta circumstancia e reflexão de minha parte julgo q não serão perdidas, por quanto, tendo eu sacrificado pessoalmente que o proprietario da fazenda tem desempenhado todas as condições que pode obrigar nos contractos com os colonos, e sendo elles os proprios que confessão esta verdade, parece claro que não devia haver descontentamento e que assim esse estado de insubordinação a q elles tem chegado, he devido a alguma mão occulta q o produz, talvez muitos de caso pensado. Em todo o caso, tenho a honra de sollicitar de V E as suas ordens neste sentido. DGVE. Paraty, 15 de junho de 1853.

3. 08/12/1854

Em 09/08/54, o delegado Antonio Pinto da Silva Valle, chefe de polícia de Parati, conseguiu fazer com que os colonos, protestando em Parati, voltassem à fazenda, em vista da “anarchia que disso podia resultar”. Mandou prender Moussard, por ser o “fomentador de tudo por ódio que nutre ao empresario dr. José Cardoso de Menezes”, um indivíduo “ébrio por condição e trazendo consigo sempre um punhal”, liderando aquela “gente grosseira”.

4. Em 13/12/54, o proprietário vai à Corte, deixando sua mulher em Parati.

5. Ofício de João José d'Abreu Couto ao Presidente de Província Luiz Antonio Barboza.

29/12/1854

Julgo do meo dever passar por copia ás mãos de V e. o incluzoofficio do delegado de Paraty datado de 10 do corrente mez, e as condições que por este forão apresentadas aos allemães da colônia de Martim de Sá por occazião em que reunidos a elle se dirigirão, declarando que não voltarião mais ao serviço da Colonia sob o falso pretexto de serem más as terras da Fazenda.

Cabe-me por esta occazião a honra de informar a v. e. que n'esta data me dirijo áquella autoridade recomendando-lhe toda a sua vigilância e meios que deverá empregar para prevenir qualquer acto que tentem praticar os referidos colonos contra o proprietário da dita colonia, e para que este observe para com aquelles o que se há compromettido, buscando ao dito delegado pela prudência com que se houve nesse negócio, e que sobre o procedimento do allemão M. Mussard cumpria que procedesse na conformidade do que dispoem o artigo 12 do código do processo criminal, fazendo-lhe effectiva a disposição da Lei de 26 de Outubro de 1831 e recommendação desta Repartição sobre armas prohibidas.

Deos guarde a V. E.a

6. 1/3/55

Ofício ao PPRJ, do Ministério dos Negócios do Império:

O Ministro da Marinha, comandante do vapor Pedro Segundo, dirigiu-se a parati e dali à colônia Martim de Sá, acompanhado de 13 soldados policiais, 21 guardas nacionais e o delegado. Prenderam 8 colonos e "hum outro indivíduo".

7. 2/7/55

Ofício ao Juiz de direito interino da comarca, do delegado:

Em 2 de julho, há informações de que os colonos abandonaram a fazenda e estão a caminho da cidade "aonde por certo perturbarão o socego público".

8. 4/7/55

Escreve o juiz de direito Saturnino Pinto da Silva Valle: “se acaso essa horda de allemães tomar a direção d’esta cidade [de Parati] e n’ella se internar, muito tem que incomodar esta Cidade”.

9. 17/7/55

O proprietário da fazenda escreve ao juiz sobre a “repentina e tumultuosa fugida dos meus colonos de Martim de Sá para esta Cidade”.

“depois de 12 dias de estrada, partiram esta manhã de dia, a vista de todo mundo”

Juntos, eles deviam: 14:277\$535 réis.

O dono alega que já estiveram na correção 8 colonos, e na cadeia de Parati 3 (1 deles 2 vezes, o “chefe de motim”)

10. Durante a estadia dos alemães em Parati, os habitantes os alimentaram e doaram roupas, junto ao estrangeiro João Luiz GermanBruhus, “os socorrião não so com alimentos como também com roupa”.

11. Na madrugada de 17/7, foram para a estrada, rumo à Corte, “com o fim de irem á Côrte queixar-se ao Governo das injustiças que dizem ter soffrido”.

12. Em 19/7, os colonos pedem a rescisão do contrato de trabalho.

13. “Os negócios da Colonia de M. de Sá appresentam uma face muito pouco lisongeira, já por que composta quasi em sua totalidade da peor população da Alemanha, mal dirigidos desde o princípio de sua chegada aqual teve logar em 6 de novembro de 1852, não querendo os colonos trabalhar absolutamente”.

14. Não falavam português, seu intérprete era o tal Mussard (“ex-administrador delles”)

15. Apresentaram-se em massa ao delegado, dizendo que estavam com fome.

1859

FUNDO PP (Presidência da Província)

NOTAÇÃO 0116

MAÇO 1

cx. 0041

(Maricá, 1854 – 1885)

[II^{mo}Ex^{mo} Snr.

A Camara municipal da villa de Maricá accusa ter recebido a Portaria de V. Ex^a de 10 do corrente enviando-lhe o exemplar do Correio Mercantil da mesma data, no qual vem publicadas as Instruções do Governo Imperial de 18 de novembro último, para importação, distribuição e estabelecimento de colonos, e communica a V. Ex^a que fes publicar por edital no seu município.

Deus guarde a V. Ex^a

Paço da Câmara Municipal em Seção ordinária de 28 de fevereiro de 1859.

III^{mo} e Ex^{mo} Sr. João de Almeida Pereira Filho

Presidente da Província do Rio de Janeiro

Escrivão José Pinto Guimarães

José Gomes Vieira

Antonio Luiz da Silva]

1862

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0256

MAÇO 1

CX 0092

[Relatório da Casa de Saúde Nictheroyense do 1º semestre de 1862

III^{mo}Ex^{mo}Snr.

E observância do artigo 5º do contracto celebrado com o Governo Provincial

para recebermos e tratarmos na Casa de Saúde Nictheroyense os doentes pobres do Município, apresentamos o relatório do movimento sanitário do 1º semestre do corrente anno.

Durante este tempo tratarão-se 225 doentes, dos quaes fallecerão 34 e ficarão em tratamento 23. Destes 225 doentes erão 103 indigentes e 122 pensionistas; dos primeiros, 10 existião em 1º de janeiro e entrarão 93, e dos segundos que são 29 livres e 93 escravos, existião 15 – 3 livres e 12 escravos; e entrarão 104, sendo 26 livres e 81 escravos.

Dos fallecidos erão indigentes 15 e pensionistas 19 – livres 2 e escravos 17.

Dos sahidos erão 78 indigentes e 90 pensionistas – livres 26 escravos 64.

Dos que ficarão em tratamento são 10 indivíduos e 13 pensionistas, 1 livre e 12 escravos.

Indigentes

Dos 10 indigentes em 1º de janeiro erão 2 homens e 1 mulher nacionaes; 5 homens e 2 mulheres estrangeiros. Da adolescência 3, virilidade 4, velhice 3. Brancos 5, pretos 5, solteiros 9, casado 1. Trabalhadores 3, obras públicas 2, criado 2, canteiro 1, marceneiro 1, mendigo 1. De arthrite 1, ascite 1, erysipela 1, febre intermittente (sic) 1, aletrite 1, paralytia 1, rheumatismo 1, supressão de transpiração 1, tétano 1, tubérculos pulmonares 1.

Dos que sahirão, erão 2 homens e 1 mulher nacionaes; 4 homens e 2 mulheres estrangeiras.

Falleceo 1 homem estrangeiro, na virilidade, branco, solteiro, canteiro, de ascite.

Entrarão de 1º de janeiro a 30 de junho 93 doentes; sendo 22 homens e 14 mulheres nacionaes, 45 homens e 9 mulheres estrangeiros. Na infância 2, adolescência 16, virilidade 52, velhice 23. Brancos 44, pardos 11, pretos 38. Solteiros 74, casados 13, viúvos 6. Obras públicas 25, trabalhadores 15, mendigos 14, costureiros 5 criados 5, carpinteiros 4, alfaiates 3, caixeiros 3, charuteiros 3, cosinheiros 3, lavadeiras 3, pescadores 3, pedesdres (?) 2, canteiro 1, pedreiro 1, pombeiro 1, sapateiro 1, serralheiro 1. De úlceras 10, rheumatismo 7, Tubérculos Pulmonares 7 supressão da transpiração 7, colite 5, febres intermittentes 5, abscessos 3, cancos venéreos 3, hypoemia 3, moribundo 3, syphilis 3, tubérculos mezentéricos 4, cataracta 2, contuzão 2, ferimento 2, hepatitis 2, gleificação (!) das

válvulas (?) do coração 2, anazarca(?) 1, angina 1, bronchites 1 (...)

1870

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0501

MAÇO 3

CX 0191

(14.4.1870?)

[Ao Sr. Chefe de Pol^a de S^{ta} Catharina

Il^{mo} e Ex^{mo} Snr.

Em resposta á circular no. 204, datada de 3 do corrente em que V. Ex^a me communica haver o Il^{mo} Sr. Chefe de Policia da Província de Santa Catharina participado que no termo de s. Miguel reside, há dousannos mais ou menos, um italiano que diz chamar-se José Filippe Geraldo, que consta ter sido processado n'esta província e afinal deportado para fora do império em um navio estrangeiro, e me recommenda que informe se n'este termo houve algum individuo em taes condições, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.a que foi aqui processado e condemnado pelo Juiz em 20 de dezembro de 1864 a um anno de prisão com trabalho e multa correspondente á metade do tempo um italiano de nome Domingos Peluchi, com 58 ½ pollegadas d'altura, de idade de 24 annos, branco, casado, negociante, tendo ambas as orelhas furadas, o qual estava preso na cadêa d'esta vila, quando na noite de 26 para 27 de janeiro de 1865, evadio-se juntamente com outro sentenciado que também ali estava preso de nome José Joaquim ribeiro, assassinando antes o carcereiro Malaquias José da Silva Ferreira, pelo que forão ambos de novo processados, e estão pronunciados como incursos nos art^{os} 54 e 192 do Cód. Crim., e , como é possível ser este italiano o mesmo que, mudando o nome, se acha no dito termo de S. Miguel, assim o communico a V Ex^a para os fins convenientes.

Deos guarde a V. Ex^a

Delegacia de polícia de Maricá, 12 de fevereiro de 1870

Il^{mo}Ex^{mo} Snr. Antonio Carneiro de Campos
Dig.^{mo} Chefe de Polícia da Prov.^a

J.^eAnast^o de Af. Nascentes
Deleg.^{do}subst.^o em exercício.]

1872

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0501

MAÇO 4

(ver mais) (quase todos os documentos do maço provêm de delegacias de polícia de diversos municípios do Rio de Janeiro, informando ao Chefe de Polícia do RJ da inexistência de indígenas selvagens aptos para a agricultura.)

[Em observância do que foi por v. Ex^{cia} recommendado na Circular no. 1304 de 31 de dezembro do anno findo, tenho de informar que, neste termo da Barra de S. João não existem índios no estado selvagem, nem reunidos em aldeamentos: pois que a aldea outrora estabelecida no lugar – Aldea Velha – deste termo, ha mais de meio século deixou de existir; confundindo-se seus habitantes, com a população diversa que aqui se estabeleceu, de sorte que, difficilmente se encontra hoje, algum descendente destes índios, aldeados sob a cathechese de um missionário capuchinho italiano.

Deos G.de a V. Ex^{cia}

Delegacia de Policia da Villa da Barra de S João

27 de fevereiro de 1872

Il^{mo}Ex^{mo} Sr. Bento Luiz de Oliveira Lisboa

Dign^{mo} Chefe de Polícia da Província]

Idem para Macaé, Resende, Barra Mansa, Santa Maria Madalena, Niterói etc.,

[Il.^{mo}Ex.^{mo} Snr.

Tenho a honra de accusar a recepção da Portaria Circular de V. Ex.^{ca} de 15 do próximo (?) passado mez de outubro, sob numero 1031 em a qual ordena-me V. Ex.^{ca} que remetta com urgência as informações que em circulares de 17 de Abril, 31 de Julho, e 13 do mez findo, forão exigidas a esta Delegacia se existe ou não n'este Município tribus de Índios no estado de selvagem, onde tem ella seus aldeamentos, e se manifestão aptidão pela agricultura, ou são totalmente intranhável (sic , leia-se intratável), ao que cumpre-me informar a v. Ex.^{ca} que não existe neste Município tribus de Índios acima referidos, como já tive a honra de communicar a V Ex.^{ca}
Deus guarde a V. Ex.^{ca}, Villa de Capirary, 5 de Novembro de 1872.

Il.^{mo} e Ex.^{mo}Senr. Doutor Luiz de Holanda Cavalcanti de Albuquerque

Dign.mo Chefe de Polícia da Província

O Delegado de Policia

Fran.co José da S. Junior.]

1873

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0256

MAÇO 1

CX 0092

[Jurujuba, 26 de novembro de 1873

Il.^{mo}Exm.^oSnr

Recebi hontem á noite o officio de V. Ex.a relativo a providencias a tomar-se com os passageiros de uma galera portuguesa que entrou em nosso porto com doentes de febre typhoide e amarella, os quaesforão recolhidos ao Hospital Maritimo de S.ta Isabel. Tenho a honra de informar a V. Ex.a que a direcção médica desse Hospital me é tão somente confiada no reinado de epidemias graves e que minha commissão cessa com a extinção de respectiva epidemia; outrossim, que não tendo até agora recebido nomeação para encarregar-me do tratamento dos doentes em questão, falta-me por isso, competência para poder dar execução as providencias recommendadas por V. Ex.a. Dei leitura , não obstante, do officio de V. Ex.a ao Guarda do Hospital , seu único empregado, para que faça cumprir as providencias propostas, na parte em que estiverem em suas attribuições, único serviço que podia

prestar na condição em que me acho.

DGVE

II^{mo}Ex^{mo} Snr. Do^{or}(?) Manoel José de Freitas Travassos

Presidente da Província do Rio-de-Janeiro (sic)

Dr. Bento Maria da Costa]

1880

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0080

CAIXA 0029

MAÇO 2:

Há muitos registros de heranças de estrangeiros mortos em vários municípios do Rio de Janeiro.

[“Rio de Janeiro,

Ministério dos Negócios Estrangeiros

19 de junho de 1880.

Confidencial

III^{mo} e Ex^{mo} Snr.

Constando-me que há ordem de prisão expedida contra o subdito italiano Arsi, que dizem achar-se em São Francisco de Paula, município de Santa Maria Magdalena, rogo a V. E. Queira informar-me qual foi a autoridade que a expedio e é requisição de quem.

Aproveito a ocasião para renovar a V. E. As seguranças de minha perfeita estima e distinta consideração.

De V. Ex^a

Am^o e Coll^mEc(?)

Pedro Luis (?) de Grass(?)

Á S. E. O Snr. Presidente da Província do Rio de Janeiro.]

1881

FUNDO PP
NOTAÇÃO 0080
CAIXA 0029

MAÇO 3:

Vários pedidos de espólios da parte de legações consulares.

Há informações sobre a morte de Salvatore Schilizzi, falecido em Cantagalo em 7 de março de 1881, trabalhador da estrada de ferro de propriedade do Barão de Nova Friburgo. Seu espólio é de R 177\$620

MAÇO 6

Em 14 de setembro de 1881, há a requisição do consulado italiano no Rio de Janeiro da certidão de óbito de Vincente do Prete, italiano afogado na ribeira Ramiera (?) em 5 de novembro de 1880, em Santa Rita do Rio Negro “ou arrabaldes” perto de Cantagalo. Procura-se também sua fortuna e quem tomou conta dela.

[{Timbre do Consulado}]

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1881.

Excellencia,

O nomeado Vincente Passeri é um subdito italiano, sahido fazem hoje poucos mezes, do asilo de mendicidade, logar no qual foi recebido e detido por 5 annos por ter padecido de enfermidade mental, de mim conhecido e gozando agora de todas as suas faculdades intellectuais.

O mesmo foi preso na occasião em que si achava no Rio de Janeiro para fazer compras de fornimentos concernentes á sua profissão de sapateiro, e os quaes fornimentos o mesmo mandou a um lugar perto da Estação de Mendes, onde intencionava abrir uma loja.

Porem, nunca apparecendo acolá, o Passeri, um amigo seu o julgou morto e deu parte do factó ás Autoridades da “Estação de Mendes”, as quaes arrecadarão os objectos, sem nunca serem lhe reclamados pelo interessado.

Tenho, por conseguinte, a honra de dirigir-me a V. E. Para rogar-lhe o favor de querer informar-me e referir-me depois qual é a Autoridade na Estação de Mendes

que ficou com os sobreditos objectos, si os mesmos forão vendidos, ou si guardados, e por fim querer conselhar-me a maneira de fazer obter ao passeri, que agora os reclama, os seus objectos ou o dinheiro d'elles recavados, com a menor despesa e gasto de tempo, sendo que o passeri hoje é pobre, e todo o tempo do qual dispõe tem que o empregar para ganhar a sua vida.

Em attenção de prezada resposta reitero a V. E. os protestos de minha estima e consideração.

Deus Guarde Vossa Excelência,

O Ex. Consul

G. Bensamoni]

1882

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0083

MAÇO 2

CX 030

[Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas

Directoria do Commercio

Rio de Janeiro, 1 de Agosto de 1882.

(Envio-se (sic) a Dra. de obras, visto já ter a Camara informado. Em 18-8-83 (anotação))

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Em solução ao officio de V. Ex.a datado em 31 do mez ultimo ao qual acompanhou o requerimento, que devolvo, em que Izaías José Cavalcante pede permissão para explorar ouro e outros mineraes no Município de Nova Friburgo n'essa Província, tenho de significar á V. Ex.a que convém emittir sua opinião ácerca de semelhante pretensão (sic).

Deos guarde á V. Ex.a

André Augusto de Padua Fleury

resp a 25-8-82 (anotação)

Snr. Prezidente da Província do Rio de Janeiro.]

1886

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0083

MAÇO 2

CX. 0030

[Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas

Directoria de Agricultura

3ª Secção

nº. 3

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1886

Ill.mo Ex.mo Snr.

Communico a V. Ex.cia, para seu conhecimento e devidos effeitos, haver sido n'esta data autorizado Angelo Fiorita, Agente de João Baptista Vianna Drummond & Filhos, de accordo com a circular de 23 do corrente, expedida ás Legações e Consulados na Europa a introduzir vinte famílias de agricultores italianos para a fazenda Santo Antonio que os referidos Drummond & Filhos possuem no Município de Valença, n'essa Província, tendo sido ao mesmo tempo prevenido de que só será realizado pelo Governo imperial o pagamento integral da passagem desses emigrantes, depois de definitivamente estabelecidos como trabalhadores, com ou sem contracto de locação de serviços na referida fazenda.

DGV E.cia

Ant.o da S.a Prado

SnrPrezidente da Província do Rio de Janeiro

1888

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0308

MAÇO 1

[1]

De AngeloFiorita

Para PP

Chegada de 39 famílias da Ilha da Madeira (141 imigrantes), no vapor francês “Ville de Bahia”, em 4/10/88, destinadas aos seguintes fazendeiros:

20 famílias para Coronel João Baptista Braziel

10 para Eufrazio Roiz Flores

6 para José I. Pereira Martins

2 para Lucas Ferreira Garcia

1 para Tristão Coelho Magalhães

Nenhum dos imigrantes, porém, concordou em ir para seu destino. Uns quiseram ir para São Paulo, outros para Porto Novo, Cantagalo (estação de Cordeiro).

AngeloFiorita diz: “vejo ser obrigado a annuir aos seus desejos”.

[3]

De AngeloFiorita

Para PP

Chegada de 21 famílias da Ilha da Madeira, no vapor Ville de Ceará, em 14/8/88, destinados a vários fazendeiros

6 famílias por ordem de Domingos Gomes Jardim

4 famílias por ordem de Carolina de Melo Nogueira

4 famílias por ordem de Pessedonio R. Dos santos

5 famílias por ordem de Antonio Xavier de Luciros (?) Jr.

1 família por ordem de João de Azevedo Silveira

1 família por ordem de Antonio José dos Santos Frango 1

Encontram-se na hospedaria da Ilha das Flores. (lista nominal f. 4)

[6]

duchessa di genova

chegarà até o fim de set 88

22 familias

visconde de vargem alegre

carta de 17/9/88

FUNDO PP
NOTAÇÃO 0479
CAIXA 0181
MAÇO 04

Contrato entre o governo e Fiorita, 3,000 famílias de agricultores, 10/04/88.

Contrato entre o governo imperial e Angelofiorita, por si e como procurador de fonseca e cunha e joséantunes dos santos para a introdução de 250,000 imigrantes, em 4/12/88, a começar em abril de 89 até cinco anos, não mais de 50 mil em cada ano.

São preferidos os imigrantes chamados pelos parents estabelecidos e os que constarem das listas fornecidas pelo governo.

Deverão ser 85% de agricultores, os restantes 15% poderão ser artistas, isto é, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, sapateiros e de outras prof de igual categoria, e deverão ser casados e vir acompanhados de suas famílias.

Os casais sem filhos não deverão ter mais de 45 anos.

Destino aos portos de recife, bahia, vitoria, rio e santos. Na falta de aviso, serão trazidos para o rio de janeiro.

O vapor não é obrigado a entrar no porto de vitória com menos de 100 imigrantes com destino ao ES. (vem pro rio e daqui segue pra lá por conta do governo)

O governo pagará aos contratantes 6 libras esterlinas e 15 schillings (£ 6-15) por imigrante adulto, metade pelos menores de 12 a 8 anos, e um quarto para de 3 a 8. menores de 3 não pagam.

FUNDO PP
NOTAÇÃO 0479
CAIXA 0181
MAÇO 05

Termos de contratos de imigrantes:

Contracto celebrado com candido lusitano da França Andrade para introdução de quinhentas famílias de imigrantes. No dia primeiro de maio de 1888, presente na Directoria da fazenda da prov do rio de janeiro, snr cândido lusitano da França Andrade , foi celebrado o contracto abaixo entre ambos em virtude do despacho presidencial de 21 de abril findo e da portaria do ex.mo snr, presidente da prov de 28 tb de abril: cândido I. F. Andrade , contracta com o exmosnr presidente da província dr. Antonio da rocha Fernandes leação, a introdução nesta provincia de quinhentas familias de imigrantes agricultores do continente de portugal e ilhas portuguesas e hespanholas mediante as obrigações e vantagens que decorrem das segs clausulas: Primeira: o contractante promoverá nos alludidospaizes a vinda dos imigrantes que deverão ser moralizados, sadios, aptos para os trabalho agricola e de idade inferior a 50 annos, salvo se forem chefes de familia (...) segundo: deverá faser-se observar no transporte dos imigrantes as disposições do decreto nº 2168 de 1 de maio de 1858 e também que sejam acompanhados de listas contendo o nome, idade, naturalidade profissão, estado e religião de cada indivíduo, rubricadas pelo consul brasileiro, no porto do embarque e das quaes conste estarem os imigrantes bem scientes de se destinarem a província do rio de janeiro. (...) sétima – (...) receberá o contractanteas seguintes quantias: por adulto setenta mil réis, por menor de 12 a 8 annos trinta e cinco mil réi, por menor de 8 a 3 annosdeito mil reis, nada percebendo pelos imigrantes menores de 3 annos. (...)"

Ilha das Flores: agasalho e sustento por quatro dias

Pagamento só após prova de introdução dos imigrantes na lavoura, com a cláusula da definitiva colocação, ou de ter entregue a inspetoria geral das terras e Colonização os imigrantes requisitados e introduzidos por ordem especial do pres. Da prov.

Décima (...) serão considerados casos de força maior toda demora que houver dos vapores em sua viagem como arribaias, bloqueios, quarentenas, epidemias, proibição ou impedimento por parte dos governos e todo e qualquer caso previsto pela lei.

Contrato com angelofiorita em 10 de abril de 1888, a simples introdução e a introdução e definitiva colocação na lavoura da província trez mil familias de imigrantes agrícolas da Europa (excluídos os do sul da Itália), das ilhas portuguesas e hespanholas, sendo dois mil na 1ª hypothese e mil na segunda(...)
Moralizados, sadios e aptos para o trabalho agrícola, de idade inferior a 50 anos, salvo se forem chefes de família – primeira cláusula.

Informações sobre a Hospedaria de Imigrantes de Cabiúnas (?), Hospedaria de Boa Vista e de Niterói

Há a proposta do tenente coronel do corpo de engenheiros, engenheiro bacharel paulojosé pereira ao sr conselheiro josino do nascimento silva, para a importação de colonos europeus que os fazendeiros desta província precisarem: para transporte e mudança, deveriam pagar 80,000 a cada colono

Despesas de propaganda de 6:000,000 anualmente

Serviços dos colonos em 10,000 mensais e o fazendeiro deve prover sustento, vestuário, tratamento em caso de doenças e ferramentas. “e ficando desobrigado o Colono de continuar a servil-o se o m.m Colono provar que não é pelo Fazendeiro tratado como tem direito a sel-o todo o homem de condição livre.” Niterói, 12 de outubro de 1871.

Cláusula 7ª - deve ser livre a empresa importar não somente imigrantes alemães, como de qualquer país da Europa, salvas as exceções que o governo julgar conveniente declarar no contrato.

3 de julho de 1871

Toda a contabilidade de despesas com os colonos, empréstimos, medição de terras,

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0305

02 VOL

CAIXA 0114
VOL A, MAÇO 4

[475]

{Carimbo: AngeloFiorita
 Agente da Navegação a Vapor Italiana
 “La Veloce”
 de Genova
 Rio de Janeiro}

[Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1888.

Illmo. E Exm. Snr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V Ex , que por aviso telegraphico recebido de Genova, acabo de ser informado que no dia 11 do corrente sahiu d’aquelle porto o vapor “Martha” com emigrantes italianos por conta d’essa Presidencia.

O que lhe communico para os devidos effeitos

Deus Guarde aV.Ex.

Illmo. E Exm. Snr.

Presidente da Província do Rio de Janeiro]

{assina A. Fiorita}

[476]

{Carimbo: AbgeloFiorita
 Agente da Navegação a Vapor Italiana
 “La Veloce”
 de Genova
 Rio de Janeiro}

[Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1888.

Exmo. Snr.

Conforme já tive a honra de communicar a V. Ex., o vapor “Duchessadi Genova”, portador das 22 familias por conta do Snr. Visconde de Vargem Alegre, já entrou em nosso porto, e os immigrants constantes da relação junta, seguiram para a Ilha das

Flores, a onde se achão a disposição de V. Ex.

O vapor francez “Villa de Bahia” é aqui esperado de hoje até amanhã, e traz emigrantes por conta d’essa Presidencia. O que tenho a honra de communicar a V.

E. Para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.

{assinado A. Fiorita}

Illmo e Exm. Snr. Dr.

Presidente da Província do Rio de Janeiro.]

[472]

{Carimbo: AngeloFiorita

Agente da Navegação a Vapor Italiana

“La Veloce”

de Genova

Rio de Janeiro}

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 88.

{a lápis: ao srofficial maior 14 dezembro}

Ex^{mo} Snr.

{escrito: officiou-se a AngeloFiorita em 15-12-88}

Para os devidos effeitos tenho a honra de communicar a V. Exa. que pelo vapor inglezFrizia, entrado hoje de Genova, vierão as famílias constantes da relação junta, por conta d’essa presidencia, e destinados p.a Porto Real.

DGV. Exa.

pp. AngeloFiorita

{assinado A.Marino}

| Numeros | N O M E S | Nacionalidades | Parente sco | eda de | p a s s a g e n s | T o t a l | | | | |
|------------|---------------------------------|---------------------|----------------|-----------------|---|-----------------------|-------------|---|--------|--|
| De familia | D e o r d e m | | | | | 1 / 2 | 1 / 4 | 1 | 0 | |
| | 1 | BassoliOronato | Italiano | Chef e | 5 5 | 1 | | | | |
| | 2 | Claudio | " | Fo | 2 5 | 1 | | | | |
| 1 | 3 | Celestina | " | Nora | 2 6 | 1 | | | | |
| | 4 | Elvira | " | Sob | 3 | | 1 | | | |
| | 5 | Anna | " | " | / m | | | 1 | 3 ¼ | |
| | 6 | Franchini Angelo | " | Chef e | 6 0 | 1 | | | | |
| | 7 | Clelia | " | M ^{er} | 5 1 | 1 | | | | |
| 2 | 8 | Oreste | " | Fo | 2 4 | 1 | | | | |
| | 9 | Clara | " | " | 1 8 | 1 | | | | |

| | | | | | | | | | | |
|---|--------|----------|---|---|--------|---|---|---|---|--------|
| | 1 0 | Pasquino | “ | “ | 1 4 | 1 | | | | 5 |
| | | | | | | 8 | - | 1 | 1 | 8 ¼ |
| [[carimbo} AngeloFio rita Rio de Janeiro, 13 de dezembro 1888. Dez 13 1888 Rio de Janeiro] | | | | | | | | | | |

[514]

IllmoExmo Snr. Dr José Bento de Araújo
 M.to Digno Presidente da Província d Rio de Janeiro
 {officiou-se ao Contratto Fiorita
 18 Dezbro 88}

O officio d'essa Presidencia ao 24 de outubro? pp avisando me da chegada de
 imigrantes colonos p.a minha Fazenda , chegou no meu poder retardado, por ter
 sido dirigido p.a M/ Fazenda de onde na occasião estava ausente.

Entendi me á respeito com o Snr. Angelo Fiorita, que informou me estarem já esses
 colonos collocados , por não tel-os eu em tempo procurado, conforme acima disse.

Tendo quando requeri esses colonos pedido também allemães, entendime com o
 Snr. Fiorita p.a este Snr. Fazer me virem em 1º lugar os colonos allemães e depois
 então os italianos, por ter eu organizado a minha colonia mais propriap.a allemães
 em 1º lugar. Peço a V. Ex que se(ilegível) se ordenar que não me sejam entregues
 colonos italianos senão depois que eu der aviso a essa Presidencia, o que farei logo
 que tenha construido as casas na lavoura que destino p.a essa colonisação.

Deus Guarde a V.Ex.

IllmoExmo Snr. Dr. José Bento de Araújo,
 Dignissimo Presidente da Povincia do Rio de Janeiro
 {assinado Domingos Theodoro D'Azevedo? G.B.

10 de dezembro de 1888.

{em outra letra

Achando-se Fiorita, em virtude do contrato de 10 de abril de 1888, autorizado a
 promover a vinda de emigrantes agricultores da Europa, (excluidos os do Sul da
 Italia) das ilhas Portuguesas e hespanholas, não há dúvida que prove elle fazer vir
 colonos allemães, conforme pede o signatário do presente officio. No caso de
 concordar S. Ex.a com o pedido que se faz, provem passar-se amão do contratante
 Fiorita no sentido de que se trata.

{assinado: ilegível}

15-12-88]

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0083

MAÇO 2

CX. 0030

[Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 1888.

Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas

Directoria Central

1ª Secção

N. 163

Circular

Illm. e Exm. Sr.

Conhece V. Ex. o pensamento manifestado pelo Poder Legislativo quanto ao serviço da immigração, que tanto importa á prosperidade nacional, não já considerada sómente pelo aspecto da immediata expansão da riqueza, mas ao mesmo tempo com referênciã á obra do povoamento que deve constituir para a nossa pátria vivo empenho e aspiração ardente. As Leis ns. 3396 e 3397 de 24 de Novembro último não se limitaram a conceder avultado crédito para occorrer ás grandes necessidades deste ramo da administração, por tal modo providenciando com previsão sábia para que possa augmentar a corrente immigratória que já no corrente annosupriu com 125 mil braços estrangeiros as forças productoras do Império. Pela segunda das mencionadas Leis foi estatuído que a verba decretada, salvo a parte destinada a despezasgeraes, haja de ser applicada às Províncias nos serviços de terras, immigração e colonisação nacional e estrangeira.

O Governo Imperial deseja executar e fazer executar o pensamento do Poder Legislativo com a maior diligência, convencido de que a immigração, podendo ser utilmente desenvolvida em algumas Províncias desde já e iniciadas em outras, não tardará em achar condições de bem-estar em todo o Brazil, posto que para algumas circumscrições se tornem necessários por algum tempo trabalhos preparatórios que

devem convergir para a viação, como para elemento essencial da actividade do organismo econômico.

Attendendo ás circumstâncias dessa Província e ao crédito que lhe foi destinado, proporá V. Ex. qual o meio de o applicar mais efficazmente nos serviços correspondentes.

Dado que taescircumstâncias não aconselhem desde já a introdução de immigrants, indicará V. Ex. as providencias preliminares da realização deste desideratum, entre as quaes parece que nenhuma deverá disputar primazia a construcção de estradas que, servindo zonas férteis, incitem a povoal-as.

Á maior parte das Províncias convirá a introducçãoimmediata de immigrants, e o Governo imperial, como era de seu dever, tem disposto as cousas de maneira que, no correr do exercício e desde a sua entrada, estará habilitado para encaminhar immigrants com destino áquellas que desejarem introduzil-os, respeitada em todo o caso a liberdade, sempre garantida ao immigrant pelo Governo do Brazil, de escolher a localidade e o modo da sua collocação. Terá V. Ex. estudado esta questão e conto que não se demorará a suggerir o meio apropriado a resolvel-a quanto a essa Província, pelo modo que melhor quadra ás suas necessidades e condições. Nas Províncias de S. Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Geraes, sobretudo na primeira, a lavoura organizada nos estabelecimentos particulares tem achado na immigração estrangeira supprimento inestimável de forças, mediante ajuste de trabalho por salário e por empreitada, a prova exuberante da utilidade e exequibilidade deste systema, contra o qual não há queixas que façam receiar pela harmonia das relações e dos mutuos interesses dos locadores e locatarios de serviços, resulta da constante exigencia de braços estrangeiros por parte da lavoura e da promptidão e boa vontade com que os immigrants procuram e aceitam este modo de collocação.

Chamo para este ponto toda a attenção de V. Ex.

Convocando lavradores, que pela pratica de sua nobre profissão, extensão das suas culturas e espírito esclarecido possam influir pelo exemplo, convidal-os-ha V Ex. a iniciar nos seus estabelecimentos o trabalho do braço estrangeiro, assegurando que o Governo imperial lh'os fornecerá na escala necessária, fazendo-os transportar á custa do Estado até os mesmos estabelecimentos. Para recepção e provisório agasalho destes immigrants, no que deve haver todo o cuidado,

lembrará V. Ex. o que convier, mediante orçamento da despesa.

Convindo desenvolver núcleos existentes ou fundados, fará V. Ex. escolher terrenos aptos e organizar plano de viação interna e externa, indicando opportunamente qual o numero de lotes disponíveis para famílias nacionaes ou estrangeiras, e propondo a organização das commissõestechnicas que forem necessárias. A'cerca destes nucleos terá V. Ex. na mais particular consideração a necessidade de os collocar em territórios proximos dos centros de permuta, de maneira que disponham de vias de comunicaçãofaceiseeconomicas.

Associações destinadas a divulgar as vantagens da immigração e colonisação, a zelar os interesses dos immigrantes, a suggerir providencias úteis e a propagar idéas sãs ácerca deste ramo de actividade, poderiam constituir-se efficazes auxiliares da administração; e estou certo de que os bons cidadãos dessa Província não recusarão este prestante concurso, que V. Ex. lhes solicitará.

O que tudo tenho como muito recommendado ao zelo e ao patriotismo de V. Ex.

Deus guarde a V. Ex.

(assinado) Antonio Prado

Sr. Presidente da Província do Rio de Janeiro.]

1891

FUNDO PP

NOTAÇÃO 0080

CAIXA 0029

MAÇO 1:

Há um documento em que uma reclamação é dirigida ao Presidente da Província, em relação a um conflito entre brasileiros e italianos, do qual resultou a morte de um português, em Terra Santa, Petrópolis, em 4 de julho de 1891. O português assassinado é Bento Fernandes, [“homem sério de 49 annos de idade, empregado pelo seu bom comportamento e gravidade como Capataz das obras a que pertenciam os trabalhadores desordeiros”.]

ANEXO 7:

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIROJornal *A Pátria*

06/01/1856

Uma vez a determinação tomada de emigrar para que paizelle se dirigirá, e onde encontrará as informações necessárias antes de tomar uma resolução final? Não se tem abusado de tudo, e mesmo em matéria de colonisação? Onde será elle interrogado para saber qual o fim a que se propõe e os meios de o conseguir? Tem elle consultado sua constituição? Póde em sua pobre ignorância saber se o que se diz de tal e tal clima é verdade ou é exageração? E o que será de sua famíliase alguma moléstia promovida pelo trabalho ou espontânea roubar aos seus, ou se estes devem succumbir antes d'elle sobre a influência de um clima deletério dos myasmas do asylo que tiver ido procurar longe? Aqui ainda o emigrante tem a necessidade de um guia, de um adjutório, e uma companhia solidamente constituída, da qual o lugar de cultura satisfaça a primeira de todas as condições, a salubridade, é, cremos nós, a melhor instituição que se pódeofferecer ao colono e servirá desafiar a emigração.

09.01.1856

(continuação)

A colonisação no Brasil

A história das emigrações modernas prova que é principalmente da Allemanha que tem partido para a América o maior número de emigrantes. É verdade que os hespanhoes, os portuguezes, e mais tarde os francezes e os inglezes, ahi se transportaram em grande número; porém, à excepção destes últimos, o movimento de emigração entre estes povos se paralisou pouco a pouco, e nunca entre elles pôde haver termo de comparação com a grande e espantosa emigração que se nota

da Allemanha sem destino de estabilidade. Estima-se os emigrantes que sahem de Breme e Hamburgo annualmente em 14 a 15 mil pessoas; um muito mais considerável número se embarca nos portos da França, da Inglaterra e Hollanda; muito poucos passam para a Bélgica. Em 1817, 30 mil allemães partiram de Badem, do Wurtemberg e de Hesse para a América do Norte; um número igual chegou à Amsterdam, e, falta de dinheiro foi obrigado a voltar do caminho. Em 1818 e 1819, 40 mil pessoas atravessaram a Hollanda para se irem à América, e por esta época também se formou em Berne a primeira sociedade organizadora para a emigração, que enviou um grande numero de suissos aos Estados-Unidos. Em 1820, se transportou uma colônia a Vandália, em Illinões (sic); porém esta empreza mal conduzida não pôde dar bons resultados, falta de previdência e conhecimentos sufficientes das localidades. E o que teem feito até hoje os Estados d'Allemanha para proteger a emigração? Nada, absolutamente nada. Apenas o emigrante tem deixado sua terra natal, vê-se entregue à sua ignorância e inexperiência, prestes a tornar-se o escárneo da exploração que intenta; porém, se um tal abandono não tem podido pôr embaraços à emigração, não é preciso concluir que ella se tornou uma necessidade da qual seria talvez perigoso deter o curso?

A história da emigração nestes últimos tempos apresenta factos bem deploráveis, que devem attrahir a attenção geral sobre a posição dos emigrantes indigentes. Expellidos da pátria pela fome, marchando sem associação e um fim, errando ao acaso na esperança de um futuro melhor ou lisongeiro (...)

ANEXO 8:

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

BNRJ – PR-SPR 00005 [1-101]

1860

27 de março de 1860

Nota sobre se o Estado deve ou não subvencionar as artes:

“Pode-se perguntar em que atrazo não estaria hoje a música em França, por exemplo, sem theatro italiano e sem o conservatório”.

28 de março de 1860

Restaurante italiano, contíguo ao Theatro de São Pedro. Serve ravioli, talharim à italiana, ostras de forno etc.

30 de março de 1860

Sobre Veneza: “rigores e violências dos austríacos, que até prendem mulheres e crianças”.

Empadas de badejo, robalo, palmito e camarões nas ruas Direita, 7 e Ouvidor, 30.

Delpino e irmão – rua do Rosário, 111. Executam obras em mármore. Vendem túmulos, azulejos, ladrilhos, capachos, cimento, louça, repuxos, mochos etc.

Pinto e Galdino – rua do Ouvidor, 133^a. Vendem charutos baianos e cubanos. Vendem barato, “apezar de estarmos na rua do Ouvidor”.

31 de março de 1860

Morte:

Domenico Ferret, italiano, 26 anos, de febre amarela.

NicolaoGullo, napolitano, 28 anos, diarréia.

Preço da aula particular de piano: 4\$000; 2\$500 para principiantes. Cursos de 17 às

22h, 18\$000 por mês (12 aulas). Professor Geraldo Horta, na rua dos Ourives, 25.

ANEXO 9:

JORNAL DO COMMERCIO

RIO DE JANEIRO

[BNRJ – PRc-SPR 00001]

1850

1º de janeiro de 1850

Farmácia inglesa na rua do Ouvidor, 50. Thomas Gosling, natural de Londres, oferece aulas de inglês em colégios.

“Vende-se um moleque com princípios de cozinheiro, na rua Santo Antonio n. 21” p.3

“Na rua do Lavradio n. 140 aluga-se uma preta perfeita engommadeira, lavadeira e costureira”.

“Aluga-se, na rua Direita n 13, uma preta”.

Doutores da Casa de Saúde Sacco do Alferes, Ponto do Boticário, de nomes: C. Persiani, Luiz Vicente de Simoni, Bompani, Lallemant e Pennell. Rua do Hospício, nºs 26 e 91. (quarto separado 4\$, enfermaria 3\$, escravos 2\$)

p.6

Cabeleireiro parisiense oferece serviços.

Padaria francesa no Catete. Pães: Languedoc e Provençal, tipos: allure, tresado, mallet etc.

03/01/1850

“Na rua do sabão, cidade nova, n26, vende-se um moleque muito em conta, por ter um pequeno defeito.”

“Vende-se um pardinho de 16 annos, de bonita figura, bom pagem, e uma negrinha de 12 annos, na rua do carmo, n.41”

“Aluga-se uma bonita preta, na rua direita, n. 13”

Anúncios em francês, requisitando empregada doméstica francesa e acompanhante para cego.

Óbitos: João Pastori, 43 anos, italiano; freguesia do Sacramento.

Chamada para ópera escrita em francês. Teatro s. Januário.

Ensina-se italiano e francês na rua da cadeia, n. 27, 1º andar.

Mistura Divina de Sanford, cura gonorréia e flores brancas (*Candidaalbicans*).

20 de junho

O porto do Rio de Janeiro foi considerado infeccionado pelo conselho da saúde de Portugal. O navio português Experiência não pôde ter comunicação com a terra em virtude da morte de 4 passageiros, de febre amarela. “(...) Vai para Cascaes fazer quarentena, e o mesmo acontecerá a todos os navios que chegarem a Portugal procedentes do Brazil. A saúde não quis receber a mala da correspondência sem ficar exposta ao ar por três dias. Soubemos, por esta occasião, dos estragos que a febre faz nos portos do Brasil”. P. 1

“O conselho de saúde, por via do fiscal dr. Matheus Cezario Rodrigues Moacho, expedio uma circular a todos os chefes das estações de saúde dos portos do Reino do theor seguinte: “Illm. Senhor, para que a fiscalização seja tão efficaz como cumpre na actualidade, em que uma terrível epidemia grassa no Brazil, fazendo

horrorosos estragos, o conselho de saúde deliberou na sua sessão de hoje que nenhum navio procedente do Brazil seja admittido a fazer quarentena em outro porto de Portugal que não seja o de Lisboa, ficando assim em pleno vigor as disposições do § 2º do art. 3º da portaria regulamentar de 1848, o que de ordem do mesmo conselho communico a V.S. para sua intelligencia e rigorosa execução. – Lisboa, 20 de abril de 1850.”

“O navio *Experiência* acha-se em Cascaescondemnado a quarenta dias de incommunicabilidade com a terra, e o mesmo acontecerá ás embarcações que chegarem de portos do Brazil.”

“Parte da tripolação do brigue *Falcão*, um dia antes de sua sahida para o Rio, fugio de bordo declarando que não ia para o Brazil com medo das febres. O consignatário do navio anda em diligência para achar maruja, e difficilmente o poderá conseguir.”

21 de junho

Dentista francês Henrique Lemale, da faculdade de Medicina de Paris, cirurgião dentista da casa-imperial, oferece serviços, rua Direita, 27, entre Ouvidor e Rosário.

Café francês, rua da assembléia n. 81.

24 de junho

exterior

“A escravidão nos Estados Unidos

Londres, 27 de abril de 1850.

As histórias interessantes principião sempre “Era uma vez” e este modo de principiar é tão velho como o theatro grego. Ora, a história que vamos contar é seguramente das melhores que se têm escripto, mas nem por isso collocaremos a scena em época tão remota. O que passamos a referir occorreu agora mesmo, tem

ocorrido já muitas vezes, e provavelmente tornará a ocorrer; e comtudo temos certeza de que noventa e nove em cada cem dos nossos leitores partilhará a admiração que nos causou a insólita e estupenda extravagância que apresentam estes factos. Vamos ao caso.

Ante-hontem compareceu perante o tribunal de polícia do Tâmisia o capitão de um navio mercante para responder á reclamação de soldadas exigidas pelo seu dispenseiro. A razão que dava o capitão para não pagar era que o dispenseiro não tinha feito serviço por espaço de dousmezes, bem que durante todo esse tempo fosse mantido á custa do navio, de maneira que o queixoso devia realmente dousmezes de trabalho e o sustento desses dousmezes.

O pobre dispenseiro confessava a vedade dos factos allegados pelo capitão, e por outro lado reconhecia este que o dispenseiro tinha tido sempre um procedimento irreprehensível, que tinha feito duas viagens no navio, era intelligente e cumpria á risca suas obrigações.

Tudo isto parecia singularmente mysterioso, e o magistrado que presido ao tribunal mostrava-se grandemente perplexo, quando para o tirar de embaraços deu o capitão a seguinte explicaçãozinha do negócio:

O dispenseiro em questão, por nome Isaac Bowres, é homem de côr, natural da Antigua, e o porto para onde fizera viagem pertencia aos Estados Unidos da América. Ora, as leias da Carolina do Sul estatuem que apenas uma embarcação mercante tocar no território daquelle pequeno estado, irá a bordo um empregado público passar revista á guarnição, e no caso de encontrar alguém cuja pelle dê indícios de parentesco negro, levará o dono da dita pelle para a cadêa, onde será conservado emquanto o navio estiver no porto, ficando sujeito o navio e sua carga ás despesas do sustento do preso.

Quando o navio Mary Ann chegou a Charleston, veio a bordo o official de polícia, e lobrigando o dito Isaac Bowers, conduziu-o sem mais cerimonia para a cadêa. (...)

Estamos vendo daqui um côro geral de leitores echoando as expressões do digno magistrado de polícia do Tâmisia:” Como! Bradou elle, dizeis que em Charleston vão a bordo dos navios, e levão para a cadêa os homens de côr! Que um subditoinglez é arrancado de bordo e encarcerado por espaço de dousmezes só por ser homem de côr!” Sim, senhor, respondeu o capitão com a maior ingenuidade, e

sem que ninguém o contradissesse. (...)”

1860

1 de janeiro de 1860.

“(...) A questão do oriente havia apenas adiado uma outra questão muito mais grave: quando rebentáa aquella formidável guerra, homens de estado de uma profunda experiência declararão com admirável sabedoria que elles não acreditavão em uma crise oriental; mas que vião imminente uma explosão geral na Itália acompanhada das mais sérias complicações européias.

E foi essa mesma guerra do oriente que veio abrir o campo às lutas da Itália.

A parte que a Sardenha toma no cerco de Sebastopol dá entrada aos seus diplomatas no congresso de Pariz, e ahi, elles fazem ouvir a voz pungente da Itália apresentando à Europa o manifesto de seus dolorosos soffrimentos. (ver resto no caderno vermelho)

(...)

A Áustria retirára-se do congresso de Pariz ressentida do Piemonte, desconfiada da França e da Inglaterra, cõscia da má vontade da Rússia, e sempre ciumenta da Prússia; mas a força da Áustria é principalmente negativa: raramente ou nunca ella triumphava por si, quasi sempre são os interesses das outras potências que a salvão.

(...)

O casamento do príncipe Jeronymo Napoleão, primo do imperador, com a princesa Clotilde, filha do rei Victor Manoel, foi considerado com razão um acontecimento político; e este último monarcha, fallando ao presidente do senado, disse que esperava *que essa alliança fosse uma fonte de notáveis vantagens para as eventualidades futuras.*

No entanto recrudescia a agitação e a effervescência na Itália: das possessões austríacas, dos ducados, dos Estados da Igreja, de Napoles emfim, corrião ás

centenas velhos e jovens guerreiros a alistar-se como voluntários nas bandeiras de Victor Manoel; parece que uma rêdeimmensa e mysteriosa se estendeu por toda essa bella região, que aspirava reconquistar sua nacionalidade e sua regeneração política; um grande estadista, o conde de Cavour, primeiro ministro da Sardenha, tinha em suas mãos os fios dessa rêde poderosa, domára com seu gênio as phalanges revolucionárias, e as transformára em batalhões patrióticos e disciplinados.

Também a Áustria não dormia: concentrando nas margens do Tessino um exército numeroso, dispunha-se a impôr sua vontade ao Piemonte ou a invadi-lo e [linha ilegível] da batalha.

(...)

Por que parou de súbito Luiz napoleão no meio de sua carreira de triumphos?...Por que ficou incompleta a obra da regeneração da Itália, e veneza ainda sob o jugo despótico da Áustria?

5 de janeiro de 1860

- Notícia da “sociedade progresso carnavalesco”, R. Da Assembléia, 47.

12 de janeiro de 1860

p. 2: Associação Central de Colonização

(segue texto em alemão, com diversas assinaturas)

tradução:

“Illmo e Exm sr. Presidente - Sahindo da Hospedaria da Ilha de Bom Jesus não pude deixar de agradecer de íntimo coração o acolhimento affavel e benigno e o bom tratamento do sr. Administrador Victor da Rocha, e do sr. (ileg) assistente. Deos guarde a V. Ex. muitos annos no seu cargo para o bem dos emigrantes. Pedimos a

V. Ex. de nos recomendar ao sr. Presidente da província, na qual nos darão as nossas terras. Demos três vivas a S.M. o Imperador, ao nobre ministério e ao respeitável presidente, a cuja protecção nos recomendamos. Assignamo-nos com a maior veneração

Hospedaria da Ilha de Bom Jesus, no dia 3 de Janeiro de 1860.”

- motivos de prisões:

- Escravos encontrados “fora de horas”;
- “desobediência à sua senhora”,
- “embriaguez e desordem”;
- “embriaguez e offensas à moral publica”;
- “embriaguez e insultos”;
- “tentativa de roubo”;
- “Abel, por querer affogar-se no caes da Imperatriz”.

16 de janeiro de 1860

“(...) E nota-se, para vergonha nossa, que nesse processo em que o sr. Sturtz se apresenta tão manifestamente inimigo da sua pátria adoptiva, a sentença falla do *Sr. Sturtz consul geral do Brazil* !... e é pois uma sentença que condemna ao mesmo tempo o sr. Sturtz pelas suas injúrias e diffamações, e ao nosso governo pela sua *meia medida*.

Deixando ao sr. Sturtz o seu título de consul geral, facilitou-lhe a entrada em todas as repartições, conservou-o e uma posição social que lhe empresta considerações officiaes que não merece; e repetimi-lo ainda uma vez, continuando a pagar-lhe os honorários de consul geral, arma-o com recursos para atacar-nos, como d’antes, na imprensa, e cada vez com mais furor e requintadas calumnias.

E não é isto uma simples supposição: os factos já o estão demonstrando.

Sabe-se que o partido liberal que triumphára por algum tempo na Prússia em 1848 está hoje no poder. O sr. Sturtz, *cidadão brasileiro*, distinguio-se na Prússia em 1848 pelos seus discursos ferventes em prol das mais exaltadas idéas, e ligou-se então com alguns dos homens do partido liberal. Que não fará? Que não terá feito contra nós o sr. Sturtz por meio de falsas e calumniosas informações dadas a alguns ministros da Prussia?...

Já temos com data de 3 de novembro de 1859 uma prova das disposições do gabinete de berlim para com o Brazil relativamente á colonisação.

Mr. Van der Heidt, ministro do commercio, publicou datada desse dia uma circular retirando aos agentes de emigração para o Brazil as concessões que lhes havião sido feitas para expedirem colonos para o Império, fundando-se nas seguintes razões: 1^a terem augmentado muito nos dousultimos anos as queixas sobre a sorte dos colonos ; 2^a, o estado de miséria em que estes cahem no Brazil; 3^a, finalmente, os abusos commettidos pelos expedidores e engajadores.

Esta circular, que importa uma grave censura dirigida contra o governo do Brazil, dá testemunho, pleno das ás disposições do gabinete de berlim a nosso respeito, e tanto mais que manifesta contradicção flagrante nas palavras e asserções dos ministros prussianos.

O nosso governo por meio da legação em Berlim procurou constantemente saber se existião queixas sobre a sorte dos colonos que vinhão para o Brazil, e em geral a respeito da colonisação, e todos os ministros prussianos, desde o conde Mantuffel até o actualsub-secretário de estado o sr. De Druner, que ainda há poucos mezes foi ouvido, responderão *que não*; como é, pois, que diz agora o ministro do commercio que *os relatórios e as queixas tem augmentado nestes dous últimos annos?...*

Haverá duas palavras para os ministros da Prússia?... Não o acreditamos; há porem na Prussia um inimigo jurado da colonisação para o Brasil, inimigo que é cidadão brasileiro, que o governo brasileiro conservou até bem pouco exercendo o cargo de seu cônsul geral, e que pondo-o e disponibilidade, continuou a dar-lhe dinheiro, de que elle se serve para nos fazer mal; e esse inimigo, esse homem é o sr. João Diogo Sturtz.

Não nos queixamos delle; queixamo-nos do nosso governo, que primeiramente com uma tolerância indesculpável e depois com uma *meia medida*,

que não se póde bem explicar, creou, sustentou e animou um inimigo que hostilizou-nos constante e indignamente na imprensa, e que agora provavelmente dá a algum ou a alguns dos ministros de Berlim informações calumniosas contra o Brazil.

(...) não é possível que por mais tempo se tolere o nome do sr. João Diogo Sturtz no quadro consular do Império. A demissão deste empregado público é uma necessidade indeclinável. O ministro que a referendar será digno de todos os louvores.

(...) trata-se da honra do paiz, e também do seu interesse; dos insultos que soffremos no estrangeiro, e da causa da colonisação para o Brazil: a pessoa do sr. Sturtzdesapparece como um átomo ante a grandeza destas idéas.”

17 de janeiro de 1860

algumas mortes de crianças:

enterrados dia 14/01/60, todos livres:

Maria, filha de Joaquim, 3 anos, diarréia.

Hermogênio, filho de Maria Rosa Romo, 1 ano, gastroenterite.

Cândido, filho de Fco Augusto dos Santos, 2 anos e meio, idem.

Antônio, filho de João Ignacio Godinho, 4 anos, coqueluche.

Polydoro, filho de henrique do Amaral e Souza, 1 ano, congestão cerebral.

David, filho do Dr. David de Canavarro, 4 dias, peritonite.

25 de fevereiro de 1860

“Società di Beneficenza Italiana

D'ordine del signori (sic) presidente, i signori soci sono pregati a riunirsi nuovamente domenica 26 corrente alle ore 11 antimeridiane, nella cancellaria (sic) sarda per udire i pareri della commissioni (sic) 1° sal (sic) rendicento (sic); 2° di riforma degli statuti della società; 3° per assistere alla consegno (sic) dell'amministrazione al nuovo

comitato. – P. Orlandini, secretario.

3 de março de 1860

“Aos italianos espalhados pelo Brasil.

A Itália quer a sua nacionalidade e a sua independência, e portanto a sua unidade. Quer também campar na Europa o posto que lhe compete entre as nações.

Esta vontade é o *direito soberano* de um povo, direito tão indispensável como o direito de viver sem ignomínia.

A Itália não pertence, nem a soberanos, nem à potência alguma. Pertence ao povo italiano, e ninguém tem o direito de dispor de seus destinos senão elle mesmo.

Os vencedores de Waterloo, aos quais a victória entregou os destinos da Europa, traçarão com a ponta da espada sobre o mappageographico a seu bel-talante a divisão dos Estados.

Nesta partilha a Itália foi retalhada, e distribuída entre pequenos pretendentes italianos, e o estrangeiro tedesco que precisava dos Barões da Lombardia e da Venécia o resto de sua corôa imperial.

Assim a Itália foi distribuída como um grande rebanho de carneiros entre diversos pastores.

Os serviços prestados à escravidão da Itália, a ambição dos pretendentes e o poder de seus altos-padrinhos, fôrão os títulos com que os favorecidos do congresso de 1815 se apresentárão á partilha.

Se a vontade, a glória e o interesse dos povos forão lembrados, o forão só para ser escarnecidos.

A este abuso da victória e da força, a este desdém pelo direito dos povos, deu-se o nome de *Direito Público europeu* para que como direito regulasse e garantisse a propriedade dos soberanos; para que como direito legitimasse o funcionamento de uma grande nação; para que como direito autorizasse a opressão dos soberanos sobre seus povos descontentes, para que como direito, emfim, suffocasse o próprio remorso dos oppressores.

Mas na consciência pública as cousas não mudão de essência por mudar de nome. O *Direito Público europeu* foi sempre havido entre os povos como uma

grande iniquidade derivada do abuso da força, e entre os soberanos como uma moeda-papel de convenção e de valor tão fictício que cada um rasgava quando lhe convinha.

Não era pois este direito o mais próprio para legitimar na consciência pública a opressão de soberanos detestados sobre povos em contínua revolta, em contínua tentativa de reivindicação de seus direitos.

Era preciso legitimar a violência com outro pretexto.

Negou-se aos Italianos a faculdade de governar-se por si. Negou-se-lhe o gráo de civilização que não se nega aos povos bárbaros do Sondan!

E aos escolhidos do congresso de Vienna entregou-se a tutoria deste povo, que corria perigo de perecer à falta de governo, mas cujo fraccionamento produzia umas pencas de corôas de duques e de reis com que satisfazia seus tutores.

Para desencargo de consciência do seu desmembramento se disse que a Itália não era mais do que a *expressão geográfica de uma nação*.

Esquecêrão-se que com este epigrammacondemnarão o fraccionamento da Allemanha, que não era nenhuma expressão geográfica.

Mas a invenção não tinha nem sequer o mérito da novidade. Já 20 annos antes a Rússia, a Áustria e a Prússia, sob os mesmos pretextos, acabávão de se repartir com a Polônia. Justamente com o pretexto com que o leão devorava o carneiro.

A diplomacia tinha pois pejo de dizer que os interesses e a glória de uma grande nação éráosacrificadas á ambição de meia dúzia de famílias reinantes pretendentes, tanto na Itália como na Allemanha.

E agora que os Italianos da Itália central, livres de mordças e de verdugos, proclamão alto e bom som a unidade italiana, e governão-se regularmente, a diplomacia desmentida faz viso de maravilhar-se!

Italianos, não é à diplomacia, não é às potências da Europa, não é aos seus oppressores que a família italiana deve satisfação de seus feitos domésticos. Estranha aos applausos e às censuras que se agitação ao redor della, deve satisfação unicamente à sua própria consciência e á sua dignidade como grande nação collocada na altura da civilização do século.

Se os applausosda consciência úblicaapprovarem seus feitos, melhor para a honra da humanidade, porque ficará provado que a razão humana não está falseada

ou corrompida pela diplomacia. Quanto à Itália, nada ganhará sem elles.

A Itália escolheu o seu governo, a monarchia constitucional, porque é aquella que mais garantias dá de liberdade, de ordem e de duração.

Escolheu para seu rei Victorio Emanuel, porque é a encarnação do pensamento e da vontade do povo da Itália, porque, como seu povo, reconhece que não pode haver governo honroso para uma nação a não ser um governo nacional, nem governo próspero, glorioso e grande sem abranger a nação inteira.

Escolheu Victorio Emanuel porque expôz a Vida pela liberdade do povo de Itália no campo de batalha, porque é valoroso, nobre e grande, digno rei de uma grande nação.

Sob seu reinado cessarão as commoções periódicas dos valores revolucionários, cessará a necessidade dos exércitos permanentes, cessará a necessidade da tyrannia para conter povos escravos, cessará o pretexto da intervenção estrangeira nos negócios internos do povo italiano, porque será o rei da escolha do seu povo, reinando segundo a vontade do seu povo.

Quando a nação franceza proclamou imperador o illustre prisioneiro de Hamburgo, as potências signatárias do tratado de 1815, que havião decretado a exclusão do throno de todo o soberano Bonaparte por ser de origem democrática, vírão-se forçadas a abjurar este princípio de exclusão, porque a França tinha o poder de fazer respeitar o seu escolhido.

Tenha a Itália a força de fazer respeitar o seu, e as potências da Europa não terão a insolência de discutir n'um congresso a vontade do povo italiano, os seus destinos e os destinos do seu rei.

Estamos em tempos em que só se respeita o direito quando apoiado na força.

Tenha a Itália 500,000 soldados promptos a marchar e outros 500,000 em reserva, e ninguém lhe tomará contas.

Garibaldi comprehendeu a situação da Itália e adivinhou as lutas futuras quando abriu uma subscripção para compra de um milhão de espingardas.

Seja qual fôr o resultado do congresso europeu, o povo italiano não deve importar-se nem com o congresso nem com os seus decretos. Se esses decretos forem uma grande prepotência, deve a Itália repelli-los á baioneta. Se elles forem uma grande treta diplomática, deve despreza-los como indignos da honra de uma nação.

É pois preciso que a Itália se prepare a uma guerra a todo o transe, que se disponha a renovar em batalhas, como as de Melegnano, Magenta e CastelSofferino.

Entretanto, milhares de jovens vão oferecer sua vida e seu sangue nas legiões da pátria, e todos os cidadãos oferecem a ella tudo aquillo de que podem privar-se.

E nós que estamos a duas mil léguas dos pátrios lares ficaremos apenas espectadores do sacrificio commum?

Italianos de coração e de honra espalhados na superficie deste vasto, rico e livre paiz, haverá um só d'entre vós que queira ser menos digno de seus irmãos da Itália?

Se nada mais podemos oferecer, ofereçamos o pezar de não poder combater ao seu lado, e o nosso óbolo para as despezas da guerra.

Italianos! Victorio Emanuel representa a nação italiana livre e independente; Garibaldi representa a revelação que há de colocá-lo no throno.

Acudamos ao convite do illustre general, ajudemo-lo na gloriosa empreza com o nosso óbolo, que o seu plano é também a nossa vontade.

Convidamos, pois, todos os nossos patrícios a se reunir em juntas, nas cidades capitais do Império, nas cabeças de comarcas, e até nas villas, afim de recolher, por subscrição, as patrióticas ofertas que, advindas ao consulado sardo no Rio de Janeiro, as fará chegar aos encarregados da subscrição aberta por Garibaldi para a compra de armamento para a guerra de independência italiana.

Brazileiros! A causa da liberdade de um povo é a causa de todos os povos livres. Vós sois livres e generosos como mais povo algum o é. Garibaldi, que viveu entre vós, que entre vós começou as primícias da sua vida militar, que de vós e desta terra tem tanta saudade, agradecerá aos seus velhos amigos em seu nome, e em nome da Itália, a vossa generosidade.

Aceitão-se pois as vossas assignaturas nessa subscrição, assim como o de todos os que quizerem subscrever, seja qual fôr a nação a que pertenção.

A lista dos subscriptos será publicada pelos jornaes.

18 de março de 1860

- Sociedade C. U. Veneziana (?)
- Sociedade Hespanhola de Beneficência, anúncio em português, convocando para reunião. 27 janeiro, em uma sala do clube Fluminense.

19 de março de 1860

- Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives, r. Dos ourives 126.
- Prisão de Thomaz Roberto Jãns e José Antônio de Paiva “por capoeiras”.

23 de março de 1860

- Presos Jerônimo e Ambrósio, “por suspeita de capoeiras”
- Antônio Simplício Vasconcellos vende caldo de cana na rua da Harmonia, 63.

1 de agosto de 1860

“Aos amigos da Monarchia do Brazil

Vende-se na rua do Ouvidor n. 87, e na typographia do *Correio da Tarde* o libreto “A Monarchia Constitucional e os Libellos”, pelo Dr. David de Canavarro.”

“O drBompani médico operador dá consultas todos os dias da 1 ás 3 horas da tarde, e além destas horas, das 6 às 9 da manhã nas terças-feiras, quintas e sabbados, dias especialmente designados para as operações. O Dr. C.C. Alves, seu ajudante, achar-se-há constantemente no escriptório. Os indigentes serão tratados e operados gratuitamente. Rua do Parto, n. 121.”

3 de agosto de 1860

- Charutos da Bahia na rua de s. Pedro 41.
- “Moço francez” na assembléia 105 busca casa particular para servir de cocheiro, ou em qualquer serviço doméstico”.
- Caixinhas de brinquedos para crianças s. Pedro 226.
- “Vende-se quatro negrinhas, duas de 13 a 14 annos, uma de 11 a 12 e a outra de 8 a 9, muito bonitas peças, não são do norte, na rua dos Ourives, n. 12.”
- Venda de pretos, negrinhos, pardinhas, “bonitos moleques e molecotes” etc. junto a guarda-louça, piano francês, carroça com burro, máquina de costura, etc.
- “Vende-se um lote de escravos, tendo elegantes negrinhas de 14 a 20 annos, muito bonitas, um moleque de 12 a 19 annos, e uma elegante mucama prendada. Rua de D. Manoel, 58.”

4 de agosto de 1860

“A professora de canto e piano sra. Condessa Maffei mudou-se para a rua de Santo Amaro, n. 73, dirijão-se também á loja de música da rua da Ajuda n. 16”.

ANEXO 10:

**L'IRIDE ITALIANA – GIORNALE SETTIMANALE
DEL PROF. A. GALLEANO-RAVARA**

02/07/1854 – (NÚMERO 1)

Propósito do jornal, segundo o redator Alessandro Galleano-Ravara:

“(...) almenosentire come un Italiano, parlare come un italiano, capire come gl’Italiani.

Conchiudo: Un giornale italiano mi parve una grande mancanza in un paese dove si canta in Italiano”.

A maior parte do jornal vem escrita em italiano e português.

“Está no prelo nesta cidade do Rio de Janeiro e a expensas do próprio autor, o benemérito sr. Antonio Bordo, um *Dicionário italiano-portuguez e vice-versa*”.

“A giudicarnedal primo volume (italiano-portoguese) chegjà si trova in vendita da parecchimesi, sarà una bell’opera (...) Il merito principale di questo libro, e che rende degno di alta lode il suo autore, è quello di essere il primo dizionario completo che si stampi di lingua italiana e portoghese, offrendo con ciò per la prima volta un mezzo d’intelligenza tra Brasile, Portogallo e Italia”.

09/07/1854

“a propagação do idioma italiano, é assas util neste paiz, onde o vivo desejo de possuir nossas harmonias, ha derramado nos animos o conhecimento do verdadeiro bello, a utilidade do progresso, a necessidade de continuar a sentir doces impressões e fervidas aspirações (...)”

sobre a importância da música:

“um inglez seja legislador ou negociante, o allemão beba, e fume seu cachimbo, o francez recite a commedia, e o *italiano cante!* É pena que esta única glória que nos resta não val os trophéos de Camillo e de Augusto – Com tudo, esta propriedade é nossa! ... única, porém grande! ... encantadora! ... inalienável! ...

O italiano cante, e quem o ouve o entenda.”

06/08/1854

“Popularisar entre nós o conhecimento de uma tão elegante, tão rica em litteratura, tão apreciada geralmente em todo o mundo culto, qual é a língua italiana, é de certo um empenho em que devem trabalhar todos os que presão o maior desenvolvimento da civilização da pátria” (J.M. Latino Coelho)

10/09/1854

“Il Dizionario Italiano Portoghese e vice-versa, compilato dal Signor Antonio Bordo da Genova, è finalmente uscito in luce (...) –vendidona Rua d’Ourives, 127.

Metodo pratico per imparare la lingua italiana (do editor do jornal)

14/01/1855

Aparecehoje o sub-título: Sotto l'immediato patrocinio di S.M. L'Imperatore.

21/01/1855

Stimatissimo e carissimoamico

Rio de Janeiro, 10/12/1854

Voi vi siete degnato diverse volte richiedermi un qualche articolo sugli Istituti di Beneficenza per il vostro giornale Iride, che ha per fine di promuovere in questo Impero lo studio della lingua italiana, ed in Italia quello della Portoghese. Quale idea

a vero dire è degna di somma lode e per l'Augusto Regnante che ha preso la speciale protezione del vostro giornale, e per voi che ogni fatica ed ogni studio adoperate per il suo felice andamento, ed io vi prometto che, fino al punto che le mie deboli cognizioni lo consentiranno, farò ogni possibile per soddisfare questa vostra domanda (...)"

Dr. G. Galli

04/02/1855

Conto de Cesare Cantù.

Surge a seção "L'ItalianelBrasile", assinada por J. J. da Rocha:

"A vinda de uma princeza italiana para esposa do nosso monarcha brasileiro, sentar-se neste throno que tem affiançado e promovido o progresso de nossa pátria, se nos deu um anjo de bondade, de munificência, de virtudes, que logo conquistou todas as devoções dos seus subditos, trouxe-nos um germen fecundo de civilização, que vae já desabrochando, e que em breve, desenvolver-se-á poderoso.

Nação essencialmente agrícola e commercial, o Brasil achou-se desde antes de sua independência, em relações quase exclusivas com a Europa Ocidental: Portugal de que fôra colônia, e que lhe implantou suas leis, e seus costumes, Inglaterra e França, constituíram unicamente a nossa Europa. A Inglaterra a riqueza industrial, e a ambição mercantil, a França com o domínio litterário e científico, a preponderância em tudo quanto é ameno e elegante; á Portugal tudo o que é sólido; eis como repartimos os quinhões de nossa estima. Sabíamos que havia uma Allemanha, terra de sonhadores argueirosos e soporíferos, capazes de escrever vinte *in folios* acerca do valor euphônico do *h*; sabíamos que havia uma Itália, terra da música, e das festas religiosas com a barbaria dos seus *monstruosos* tipes [na versão italiana, *monstruosisoprani* .] Tudo mais era para nós terra de *Carcamanos*.*

{*Palavra inteiramente brasileira hoje em dia, cuja etymologia é a muitos desconhecida.

*Voce oggidì tutta Brasiliana, che si suppone prenda la sua etimologia dal

calcar a mano sulla bilancia, che soleano praticare i primi venditori italiani.}

Não podendo por motivos que aqui não desenvolverei, fazer-se inglesa, a nossa educação foi franceza. A França ao passo que nos impunha as suas modas, impunha-nos a sua língua, a sua litteratura, a sua superficialidade e as suas novellas.

Não averiguarei quanto em mal, quanto em bem, nos foi essa preponderância intellectual da França: o que porém devem reconhecer é que no movimento intellectual europeu, em que muito poderíamos lucrar, entravam outras nações de cuja influência não éramos todavia participantes. Essa Germânia, a douta, essa Itália, que no mundo moderno nos dá a razão do seu prodigioso domínio no mundo antigo, eram para nós como se não existissem.

Vá pelo que é da Allemanha! A sua língua tão diversa da nossa, tão terrível para ouvidos e gargantas brasileiros, a sua origem, o seu sangue, se nos é lícita a expressão, tão diverso do nosso, pois somos da raça latina, explicam e justificam essa exclusão. E todavia já em 1837 um ministro previdente, ansioso pelos progressos reaes do paiz, quiz levantar essa interdição que nos excluía do mundo intellectualallemão e decretou elle que nos estudos clássicos do Collégio-modelo que havia fundado, fosse incluído o da língua allemã.

Mas para a Itália! Sua língua tão prima-irmã da nossa, tão suave aos lábios que a fallam como aos ouvidos que a percebem, deveria ter-se opposto e esse interdicto, quando não a houvessem repellido a commum origem de ambos os povos, e a identidade da religião. O commercio porém fallou: só o commercio foi attendido! E infelizmente á época do domínio mercantil da Itália, tão brilhante nos dias de Gênova e de Veneza, está passada. A América, descoberta por um genovêz, baptisada com o nome de um Florentino, a América esqueceu-se da Itália, e o Brasil foi anglo-francez!

Assim porém não há-de sempre acontecer! Ainda bem! Hoje a língua italiana vae-sevulgarizando; muitos a fallam; muitíssimos a entendem, se ainda poucos ou nenhuns livros italianos se acham á venda em nossas livrarias entre os *Sues*, os *Dumas* e os *P[aul] de Kock*, que pelos menos nos derrancam o gosto, já se vae conversando sobre as cousas da Itália, já esse paiz se nos revela qual é: Há nisso o germen de um immenso progresso, pois se politicamente a Itália é pouca, se commercialmente não nos pode ser de grande vantagem, no mundo litterario, no

mundo científico, no mundo artístico a Itália ainda avulta: ainda é a terra onde existe a *Urbs eterna* e o Capitólio.

Legamos essa feliz aurora de um dia que tão bello prevemos a fortuna brasileira, que nos trouxe já objecto da affettuosa veneração de todos nós: uma imperatriz italiana, e de que nos não enganamos, dão-nos testemunho, não simplesmente a coincidência material dos factos, e o verso nunca desmentido:

“Regis ad exemplar totuscomponiturorbis”.

Como igualmente o aparecimento de uma *Íris* italiana no nosso jornalismo tão essencialmente francez.

Eis, pois, Sr. Redator da *Íris*, como Colombo, seu compatriota, revelou ao mundo europeu o mundo americano, revele a sua hábil penna e o seu indefesso gênio ao Brasil, parte desse mundo, a Itália, outr’ora dominadora daquelle outro. Ampla ceifa aguarda o lavrador e se é affanosa a tarefa, sobram-lhe forças, sobre-lhe dedicação para conquistar louvor e agradecimento. (...)”

J.J. da Rocha

18/02/1855

“Il distinto Giannini fu eletto professore dell’imperial conservatorio di musica in Rio de Janeiro”.

“Il signorFerrantièstatoricontrattato per il teatro lirico fluminense di Rio”.

“Il tenoreGentilièstatoriconfermato per unanno ancora nell’Imperial teatro di Rio”.

“La signoraCanaloni fu pureconfirmata, convantaggiosecondizioni”.

25/02/1855

p. 39: “(...) se a favor do ferro e do carvão a raça anglo-saxônica tem de avassalar o mundo, ah! conserva a Itália para a raça latina o domínio do bello, o

sceptro das bellas letras, o sceptro de todas essas sciências, que não são meramente utilitárias e materializadoras, esse sceptro que ennobresce a humanidade, não serão de certo os homens do carvão e do ferro que lh'o hão de arrancar!

E pois felicitemo-nos, quando vemos vincular-se a nossa pátria à Itália não pelas relações de compras e de vendas, não pelo mercantilismo materialista, porém pelo nexo das intelligências, pelo commercio das letras, pela disseminação do gosto artístico.

Fallando no nosso primeiro artigo acerca da introdução da língua allemã entre os estudos clássicos do Collégio Pedro II, agradecemos ao ministro que assim havia procurado levantar o interdicto, que da Allemanhaintellectual nos segregava. Ao terminar essas observações, felicitamo-nos por ver que igual concessão havia feito à língua italiana. Ainda bem: com a língua italiana venha o gosto de livros italianos, da litteratura italiana; e o progresso estará realizado.”

J.J. Rocha.

- Estatutos da Sociedade de Beneficência Italiana.

Presidente: Cesare Persiani

Secretário: Luigi de Simoni

Assinam: Galleano-Ravara, Dr. De Simoni, Agelo Marini, redator Giuseppe Galli.

Estatuto aprovado em reunião de 24 de dezembro de 1854.

A partir desse dia, passa a ser publicada uma seção de anúncios gratuitos. A maioria dos anúncios é de italianos que oferecem serviços:

- Collegio Tintori, em Niterói.
- Farmácia italiana de Giuseppe Canori, à rua da Quitanda, 52.
- DavideAmico: fazendas de seda e algodão, à rua Direita, 35, Niterói.
- Orlandini: professor de italiano, rua do Regente, 55
- Balbi, professor de italiano, recados na livraria do Mr. Garnier, rua do Ouvidor, 69.
- Irmãos Micheli: “incisori in legno ed in metalli orefici e argentieri”. No Largo de São Francisco.
- Sr. Bevilacqua: depósito de pianos, rua dos Ourives, 53.
- Varrone, professor de italiano.

- Domenico Farani e irmão: ourives fabricante da casa Imperial e Capela. Rua dos Ourives, 58. Comércio de pedras preciosas, ouro, prata etc.
- NicolòFacchinetti: professor de italiano e desenho, rua do Catete, 186.
- Giuseppe Gori: fabricante de figuras de barro, rua do Espírito Santo.
- AngeloFiorito: “fábrica de massas a uso de Itália com privilégio”, rua de São Christóvão, 53. [Na edição de 11/03/1855, ele modifica o anúncio, incluindo que faz massa de tapioca, “próprias ara este paiz”, e que é fornecedor da Casa Imperial.

11/03/1855

- Theodoro Bormioli – loja de louças na Rua do Capim, 79.
- FioritaCanessa e Companhia: fazendas na rua da Quitanda, 16.

18/03/1855

- François Paquet: armazém de *nouveautés*, rua do Ouvidor, 64.

25/03/1855

- Raffaello de Agostini : pintor, decorador. Oferece pinturas a fresco, a têmpera, cola, óleo etc. Rua de São Carlos em Mattaporcos

Ravara é lente de língua italiana no Colégio Pedro II.

Antonio Bordo anuncia-se como guarda-livros no Consulado Geral da Sardenha.

01/04/1855

Faleceu na Bahia o maestro G. Antongini, ensaiador da Companhia Lírica, em 22/03. “Il Dottore Bompani è sopure Italiano, e *Italianissimo* di cuore e d’amore, è uomo che conosce altamente l’arte sua, e questa non è certo una delle prove le più comuni che abbia data a questo paese. E già la reputazione che egli gode vale più di qualunque nostro elogio”. p. 80.

Comunica-se a enfermidade de Ravara:

“Il Redattore dell’Iride alquanto indisposto si ritira alla campagna per trattare della sua salute, già da non breve tempo ragionevole. Nella sua assenza il giornale resterà sotto la gerenza di due signori Italiani e di due signori Brasiliani (...)”. p. 80.

15/04/1855

“Un altro tenore francese succede al Labocetta, ed oggimai l’opera italiana è invasa dalle Gallie... *Prosit!* addio Canto Italiano! (...)”

“Il baritono brillante Ferranti è vero che non fu riscritturato? Come ciò può essere? *Nihil sub solemnovum?* Chi si può aspettare cose degne di lode dal capriccio della vendetta? Intendami chi può.

Ci annunziano che il maestro Barbieri darà quanto prima la sua opera nuova. Dio lo voglia! Sappia però guardarsi dai pipistrelli e dalle vespe. In quel teatro v’è il mal seme, e *Cerberò il gran vermo* ha da essere ingozzato, e non si vuole che latri”.
Fra Morsego.

25/05/1855

Pietro Bosisio dedica a edição ao redator falecido:

“(...) Julgo que será lisongeiro aos meus caros compatriotas reviver a lembrança do illustre vate italiano, que neste paiz soube grangear um ilimitado número de

admiradores illustres, e merecer a alta estima e proteção de S.M.I. o Sr. D. Pedro II, que tão desvelada e sabiamente dirige os destinos deste paiz de tantas esperanças.” – 24 de maio de 1855. Pedro Bosisio (p.1).

Às 19h do dia 11 de maio de 1855, Ravara foi enterado no cemitério São Francisco de Assis, fossa número 1117.

“Prematuro decesso del professore A[lessandro] Galleano-Ravara:

Di chi?! Di Alessandro Galleano-Ravara. Di quel giovane di alta statura, spaziosa fronte, pallido in viso, e di portamento grave e quasi rilasso, che poc’anzi giunse in queste (sic) paese?! Sì, di quel desso. E chi era, e a che venne costui? Era un misero mortale come siamo tutti, e desiderio di veder nuove cose, di apprendere e di insegnare qui lo condusse. Nella città di Genova nacque e studiò. (...)”

p. 102: Foi poeta, autor dramático, estudioso de Filosofia. Percorreu toda a Itália, em seguida o Egito, França, Inglaterra, Portugal e Espanha. Queriaraos E.U.A., à Rússia e sobretudo à Alemana:

“per avernuoveimpressioni, da cui germinasseronuoveidee, e affinedicompiere, cidiceva, la sua educazioneletteraria. Se non chemossodalgridodelleeccelsequalitàdell’ottimo monarca a cui la Provvidenza affidò i destini di questo grande Impero, qui venne prima, per offrire al medesimo un poema in ottava rima intitolato *Colombo* di cui ne avea (sic) già scritto i primi canti. Né s’ingannò che dall’Augusto Mecenate ebbe benevola accoglienza e dichiarata protezione; a segno che, da questa incoraggiato, s’accese con sempre crescente fervore all’insegnamento di lingue, e più specialmente di quella della patria. Fondò, dalla stessa magnanima mano sorretto, il foglio settimanale *L’Iride Italiana* destinato ad essere il riflesso nel Brasile della filosofia italiana e dei suoi progressi e aveva ora provveduto acciò non gli mancasse materia da arricchirne (sic) le pagine. Reggeva la cattedra di lingua italiana nel Liceo Fluminense o Collegio *D. Pedro Segundo*. E vacava indefesso alle molte e varie lezioni e studi particolari.

E tutto questo non faceva che fomentare la sua immaginazione (sic) a nuovi progressi, ad altre imprese, talmente che l’eccessiva azione della mente preponderò

sulle forze fisiche, e sbilanciando l'armonia del corpo collo spirito, mise in lotta queste due potenze. Il corpo dimagriva e alcuna volta sconsolava lo spirito. Più volte con noi in familiare colloquio, in momenti di espansione di cuore, col più malinconico accento, ci diceva invidiare la nostra pace domestica, dolendosi di mai ritrovar la sua che sempre gli sfuggiva dall'orizzonte. E ci raccontava allora colla franchezza pari all'ingenuità d'un fanciullo i fatti più reconditi di sua vita.

Ma il corpo divenuto affatto passivo non poté lungamente sostenere la lotta contro lo spirito. I consigli degli amici che raccomandavano il riposo non poterono prevalere, e dopo 20 giorni di meno dubbio contrasto, la materia cedé, e ricevuti l'amico, con la più esemplare rassegnazione i soccorsi religiosi, manifestate le sue ultime volontà, e confortato lo spirito colla contemplazione del crocifisso, rese l'anima a Dio tra amiche braccia.

E qui non altrove finì la sua terrena peregrinazione non avendo ancora compiuti 35 anni di vita (...). Antonio Bordo, p. 102.

Ravara nasce em 1820, em San Pier d'Arena, província do Reino Sardo.

Chegou ao Rio de Janeiro em janeiro de 1854.

Estudou na Universidade de Gênova.

O dr. Giuseppe Galli foi o orador na Igreja paroquial do Engenho Velho:

Sobre sua doença, não è mencionado o cólera, apesar de haver na cidade uma epidemia. O dr. Galli diz: "Una grave malattia lo sorprese nel giorno 20 del caduto mese di aprile, e qui oggi lo trae", p. 103.

Sobre sua "italianidade": "Fu un vero Italiano, ed amò la libertà garantita dalle leggi: odiò l'anarchia, e la demagogia. (...)".

No cemitério, quem discursa è um seu aluno do Colégio Pedro II, do sétimo ano, Luiz José de Carvalho e Mello Mattos:

"O sr. Galleano Ravara depois de freqüentar com honra as aulas da Universidade de Gênova onde nascera, teve de reconhecer com dôr que não podia viver na pátria com os poucos recursos. Elle tomou então o bordão do peregrino, e como outr'ora os bardos dos povos da Scandinávia e da Germânia, ou os trovadores de épocas posteriores, elle se foi percorrendo o littoral do Mediterrâneo, repetindo

os versos de Dante de quem era ardente admirador, de todos os poetas aquelle com quem mais sympathisava, talvez pela semelhança de seus fados – porém, poeta também, elle não se contentava em redizer as estâncias do Gibellino desterrado de Florença, e de envolta com ellas fez por vezes ouvir os harmoniosos accordes de sua harpa. Depois deter assim percorrido a maior parte da Europa, elle se voltou para o Novo Mundo, esperando encontrar á sombra de suas árvores seculares, sob o tecto de sua hospitalidade, uma felicidade que lhe não podia dar a velha terra de seu nascimento: e suas esperanças não se acharam frustradas no Império de Santa Cruz.

Entretanto, aqui mesmo no seio da paz e de uma ventura comparativa, elle chorava a pátria ausente, e cada um de seus gemidos era uma poesia como esta que ides ouvir:

Lungi da te mia patria, la pietade
 Invoco del Signor che il piè mi guidi,
 perché dallo stranier la caritade
 piova su me, e all'amor suo mi fidi.
 Lungi da te mia patria in tarda etade
Col perdono benigna a me sorridi:
 se manca a me questa sublime speme,
 'Parlar e lagrimar vedraimi insieme'.

Luiz José de Carvalho e Mello Mattos

Versos de Pietro Bosisio:

(...)

“Mia dolcepatria minha doce pátria
 mio solo natio meu solo natio
 Bell'ondeliguri belas ondas lígures
 Per sempre addio para sempre adeus

Ramingo ed esule errante e emigrado

Da voi lontano devós distante
 L'estremo anelito a estrema ânsia
 Rattengo invano retenhoenvão

La vita sfuggemi avida se me esvai
 Sto innanzi a Dio estoudiante de deus
 Mia bella Italia minha bela Itália
 Per sempre addio.” Para sempre adeus

04/10/1855.

Apósalguns meses, o jornal volta a ser publicado, em 4 de outubro de 1855.

É a 16ª edição, e traz ilustrações e novo título: “L'Iride Italiana – giornaleebdomadarioredito in due lingue, italiano e portoghese. Teatri, Belle-Arti, Letteratura, Industria, e Notizie, con illustrazioni, e caricature, disegnat e litografate dal Sig^r. A. Sisson”.

Proprietário e redator responsável: Pietro Bosisio.

Passa a funcionar na R. Da Assembléia, 52.

O jornal deixa um pouco de publicar elogios à língua e literatura italianas, e passa a dedicar-se mais à crítica e divulgação da ópera italiana no Rio de Janeiro, mas também em outros estados do Brasil.

“A importância que diariamente adquire nesta capital o Theatro Italiano, o amor à nossa língua que graças ao fecundo germen lançado pelo nosso predecessor e o zelo do augusto monarcha, sempre e progressivamente se desenvolve nos nobres sentimentos dos generosos Brasileiros, e emfim a publicação de um jornal Italiano anonymo, que se acreditava ser por nós redigido; tudo isto foi para nós mais que sufficiente para que, posta de parte toda hesitação, nos determinássemos a fazer continuar a publicação do presente jornal (...)” p. 2

Várias notícias sobre o TheatroLyrico e Dramático.

“un’Augustafiglia d’Italia D. Teresa Cristina Maria”, “que com toda razão podemos chamar não só de protectora, mas também de mãe amorosíssima de todos os italianos, atrahidos pela sorte para este bello solo” (p.3)

“(...) nobres Brasileiros, que tão generosa hospitalidade concedeis a quem se vos apresenta com boas intenções (...)” p. 3 – P. Bosisio

Felicio Tati, italiano de apenas 12 anos, filho de Filippo Tati, se apresentará para SS MM II, em 22/09: *Attila – Allorche i forticorrano*. O menino “completa sua educação litteraria no collegio de Pedro II, no qual também brilha entre os mais distinctosallumnos; d’aqui a poucos annos, este jovem refulgerá nos principais theatros do mundo, para glória da Itália e do Brasil: do primeiro, por ser seu paiz natal, do segundo por nelle ter-se educado”.

Há um artigo sobre a importância das caricaturas na imprensa, e uma lista de vários jornais da época que publicam caricaturas.

“Companhia de Mucury

“T.B. Ottoni e Colônia italiana de Nova-Milão

“Depois de tudo quanto tem sido publicado pela imprensa periódica nacional sobre a companhia de Mucury, cujo santo fim – a colonização – é fora de toda a dúvida o mais profícuo a esta terra, tão favorecida pela natureza, seria inútil fallar d’ella, se este humilde periódico não fosse italiano, e não fosse igualmente destinado a correr pelas principais cidades d’aquella cara península e por toda a Europa. Sim, escrevemos com o o espírito cheio de orgulho, ao promotor, ao incansável director desta companhia, que se impoz promover a necessidade a mais urgente, defeito vital do Brasil (queremos dizer a falta de homens) ao Sr. TheophiloBenedicto Ottoni, á este homem de tanta perseverança, de tanta coragem, á esta alta intelligência, a esta enérgica vontade, a esta glória Brasileira, em cujas veias corre o sangue italiano. É elle descendente da nobre e distincta família Lombarda, residente na cidade de Como, cujo ramo se transplantou para aqui. As subseqüentes gerações não poderão enfraquecer na alma do Sr. Ottoni a faísca italiana, antes, qual

germenprecioso lançado em terra fecunda, produzio abundantemente fructos de sabedoria e virtude civis. Collocado á frente da companhia de colonisação, venceu animoso as muitas e não pequenas difficuldades, que se lhe apresentarão para combater, e chegou ao fim a que se tinha proposto. Possa o appello, que elle faz aos laboriosos Europeus, chamar a este paiz homens de sua têmpera. Foi a esta companhia e em concurso do DirectorTheophiloBenedicto Ottoni, que o lombardo Sr. AntonioMonteggia se apoiou para effectuarseoprojecto de uma colônia italiana. Os terrenos escolhidos e situados na província de Minas, e que tomarão o nome de Nova Milão, forão antes bem explorados pelo mesmo colonizador, que achou-os fertilíssimos. O clima da Nova Milão é salubérrimo e perfeitamente igual ao da Itália. O contracto desta colônia foi já celebrado, e em um dos próximos números publicaremos as condições que o Sr. Monteggio propõe àquelles que quizerem engajar-se como colonos. O Imperial Governo Brasileiro mostrou-se disposto a favorecer a projectada Colônia, e ajudar o jovem empreendedor com soccorros proporcionais ao número de individuos que engajar. Desejoso de effectuar tão lisongioprojecto, firme na sua vontade, e persuadido que nas emprezas o ganhar tempo é um dos primeiros elementos, só espera o decreto do governo em resposta à sua petição, afim de ir ao seu bellopaiz natal trazer-nos homens, moraesintelligentes e laboriosos, que abençoarão em dia o nome de TheophiloBenedicto Ottoni, e que, sem desconhecer sua pátria, amarão o Brasil como se ama uma mãe adoptiva.” P. Bosisio

11/10/1855

Teatro Lírico Fluminense sob nova direção e nova gerência. P. 1. Reeleito João Maria do Valle. João Manoel Pereira da Silva e o com. Manoel Pinto Torres Neves. Diretor Antonio Porto, em 4/10.

Há notícia sobre uma epidemia de cólera-morbus, há três meses no Rio de Janeiro, para que “os nossos irmãos da Europa não se assustem com as notícias exageradas que por certo lhes chegarão” (p. 11)

Espectáculos da semana:

- Otelo, com a sra. La Grua.
- D. Pascoal, de Pietro Ferranti, com a sra. Charton.
- Sr. Castagneri faz concerto em favor da Sociedade de Beneficência Allemã, com Thalberg.
- Stella di Napoli, de Pacini, com a sra. Casoloni.
- Colombo, de Barbieri. Com a sra. La Grua.

Prima-donna Mariangeli e primeiro-tenor Mariangeli (casal).

Baixo-cômico: Luigi Maggiorotti, em turnê por Santos, São Paulo, Santa Catarina e cidades do sul.

Necrológio de Lorenzo Micheli, morto aos 27 anos em 14/09, era artista (gravador) e professor de esgrima e desenho no liceu Tintori em Niterói. Vivia no Rio de Janeiro há 4 anos com o irmão. O pai estava “lontano”, provavelmente na Itália.

Anúncios, p. 16:

Doutores Mariani (“médico em chefe dos hospitais da província do Levante, no Piemonte, condecorado pelos serviços que prestou na epidemia do cholera em 1854 (...)” e Penna, Rua da Ajuda, 179.

Domenico Farani e irmão: “ourives fabricantes da Casa Imperial e Capella. Rua dos Ourives, 85; magníficos objectos de brilhantes e pedras preciosas, obras de ouro, de prata, de gosto o mais moderno, comprão toda a qualidade de pedras e metaes”.

Raffaello de Agostini: pintor de decoração, “bem conhecido nesta côrte, que decorou a casa do Illmo Sr. Commendador José Antônio Bastos, nas Laranjeiras, e o palacete da Exma Sra. D. Carolina Costa Ferreira Soler, se offerece para qualquer pintura de casa, seja á fresco, á têmpera, á colla, ou á óleo; e também se encarrega de pintura liza e forração de papel. Rua do Ouvidor, 101 (loja de música) ou na sua casa R. De S. Carlos em Mattaporcos, chácara que tem a bica d’água.”

19/10/1855

Quem quiser publicar anúncios na Europa e Itália, através da *Iride*, comunicar ao redator.

Vida do músico Labocchetta.

Oferecem-se como professores:

- Giuseppe Varoni, ex-professor do Liceu Tintori, ensina italiano, francês, latim, aritmética, caligrafia e escrituração mercantil, em colégios ou para particulares.
- Giuseppe Besozzi, chegado da Itália há poucos dias, dá aulas de latim, italiano, francês, espanhol e geografia.

Hotel na Rua da Quitanda, 43, “montado inteiramente ao costume da Itália”.

Noticia-se que o conde Alessandro Fè d’Ostiani, encarregado de negócios de S.M. El-Rei da Sardenha, “salvo da febre amarela, que não o dispensou faz quatro annos, em um dos dias passados foi acomettido pelo cholera. Graças aos diligentes cuidados dos exímios srs. Drs. Persiani, Marini e Bonjean, adquiriu outra vez a sua saúde tão preciosa a todos os italianos que aqui residem”, p. 41.

O comendador F[rancisco?] J[osé?] Soler está prganizando uma companhia de *dilettanti* “d’entre a classe mais elevada desta cidade”, para apresentar *O Corsário* de Verdi, em benefício do Hospício de Santa Theresa.

“O Rio de Janeiro d’aqui a alguns annos há de tornar-se o centro artístico do novo mundo, assim como Pariz é o do velho. (...) Nesta cidade, os artistas são estimados (bella poesia!) e bem pagos (boa prosa!)”, p. 41.

Chegaram este mês:

- professor e concertista de trompa, Ferranti, irmão do primeiro-baixo cômico;
- a bordo do navio francez *Ville de Rio*, de Havre, veio de passagem o pianista

Annibale Elena, irmão do concertista de rebeca (violino) Luigi Elena. Deu concerto ao Barão de Nova Friburgo.

- de Havre, no *Nouvelle Pauline*, o maestro G. Arnaud, irmão do barítono e do pianista.

A ópera *Giulietta e Romeo*, de Bellini, foi escolhida para festejar o 2 de dezembro.

O *Scintille* de Turim, de 30/09, publico o regresso do Rio de Janeiro de Gioseppina Zecchini, prima-donna soprano, “carregada de louros” (“carica d’allori”).

Espectáculos:

- *Il Barbiere di Siviglia*, em 3/11, com Mazzoleni, em presença das LL MM II. Mazzoleni teve de voltar à Europa, no *Tamer*, por problemas de saúde.

- *Safo*.

- *Nabuco* de Pacini.

Bolsa:

358 réis = 1 franco

Edições de 2/12/55 (nº 22) e 08/01/56 (nº 24). Não há mais exemplares na BNRJ.

ANEXO 11:

MONITORE ITALIANO: PERIODICO SETTIMANALE DI POLITICA, SCIENZE, LETTERE, ARTI, COMMERCIO, INDUSTRIE E TEATRI. RIO DE JANEIRO, 16 FEV E 27 MAR 1860.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

PR-SOR 03188-03202

16/02/1860

proprietário e redator-chefe: J.B. Ballariny, engenheiro e arquiteto, com estúdio na sede do jornal, atendendo de 9 às 16h.

Sede: Rua Senhor dos Passos, 11.

Preços:

Número avulso: 500 réis

Assinaturas:

| | 3 meses | 6 meses | 1 ano |
|---------------------------|---------|---------|---------|
| Rio e Europa | 3\$000 | 6\$000 | 12\$000 |
| Províncias e Rio da Prata | 4\$000 | 7\$000 | 14\$000 |

O perfil do jornal é bastante diverso do seu antecessor. É abertamente um jornal de cunho político, apoiando as tropas de Garibaldi e a unificação da Itália. O engenheiro Pietro Bosisio passa a colaborar a partir do segundo número. Não parece haver mais necessidade de exibir as qualidades “italianas” dos grandes músicos, ou as qualidades da literatura e artes italianas. É totalmente escrito em língua italiana, em tom mais jornalístico e menos literário.

Artigo sobre a história do papado:

“Nelle presentie circostanze politiche in cui versa l'Italia, crediamo far cosa grata ai nostri lettori, pubblicando articoli che valgano a dare una idea esatta del Papato.

Nell'articolo sulla *Confederazione Italiana* noi abbiamo detto che: *Non può esservi una Italia, finché vi sarà una Roma papale*; e persistiamo in tale opinione non solo, ma bramiamo anche che ogni nostro concittadino si persuada della verità, che tale proposizione racchiude. Che se conoscere la verità è l'istinto di ogni uomo; è poi sacro dovere di ogni cittadino, che ama sinceramente la patria, conoscere quelle verità, che direttamente influiscono sul destino della nazione cui si appartiene. – Gli Italiani si persuadano, che mai la grandezza e la libertà dei popoli nacque dalle discussioni accademiche, e dalle varie declamazioni, ma sibbene (sic) l'una e l'altra furono sempre la conseguenza del compimento di un gran fatto politico, che cangiò nel popolo, che lo compiva, usi ed abitudini. Ora questo gran fatto politico, essenziale, forse unico veramente vitale per gli italiani, sta nel *Papato*, il quale, come diceva Gabriele Rossetti, è per l'Italia una vera cancrena, che continuamente ne rode la

viscere (sic).

Ed è per questo, che noi ci siamo proposto di pubblicare interpolatamente in questo periodico tali articoli sul Papato, incominciando dal dare un sunto storico sull'origine ed incremento di tale potere, per scendere quindi ad una analisi rigorosa dei dritti, che esso vanta sopra gli Stati Romani non solo, ma anche su tutta la Cristianità (...)" (pp. 1-2)

Notificação da colaboração de Pietro Bosisio:

“Ci gode l'animo di poter annunziare che il *Monitore Italiano* ha fatto testè il prezioso acquisto d'un altro distinto collaboratore che onora veramente la redazione del nostro periodico; pubblichiamo di esso la seguente lettera a noi indirizzata:

‘Egregio Signor Redatore,

Desideroso sempre di contribuire colla meschina mia cooperazione a che prosperi, e sia tenuto nella maggior stima tutto ciò che è Italiano, e trovandomi collocato dalle circostanze fra il ceto commerciale di questa Capitale, le offro la mia collaborazione per la parte commerciale del nuovo periodico che la S.V. imprese a redigere con tanto coraggio. – Riviste settimanali e mensali della nostra borsa, e qualche articolo di fondo sul commercio e sulle questioni economiche di pratica applicazione a questo paese, ecco la piccola parte che potrei assumere nella Redazione del suo periodico, quanto la S.V. creda a accettare questa mia proposta.

Aggredisca le poteste della mia stima e considerazione. Della S.V. ubb.^{mo} servitore,
Pietro Bosisio.” (p. 3)

página 4: notizie estere

Italia

“Il Generale Garibaldi trovavasi ultimamente a Milano per ristabilirsi da diverse contusioni riportate per una caduta da cavallo; e nello stesso tempo per assistere al matrimonio di suo figlio con una giovane milanese ricchissima ereditaria d'una delle famiglie più aristocratiche di quella capitale.

Avendo la guardia nazionale inviata una deputazione per complimentare il Generale, questo rispose nei seguenti termini:

‘Nutro confidenza nel patriottismo, nella buona volontà e nell’energia della guardia nazionale di Milano, che nel dì della lotta deve mostrarsi degna di se stessa. Raccomandale l’istruzione, l’esercizio nelle armi, come l’organizzazione di corpi mobili di volontarj, per il che son certo non durerà fatica ottenere l’autorizzazione del nostro magnanimo monarca.

‘Raccomando a tutti i miei amici di cooperare per lo sviluppo della libera istituzione della guardia nazionale, salvaguardia della legge e dei diritti dei popoli; e spero di vederli tutti listati come vonontarj, se i destini della patria esigeranno la vostra presenza sul campo di battaglia, ove mi troverete sempre nelle prime file. La pace di Villafranca lasciò un vasto stadio alla bravura italiana.

‘La Francia che a noi diede il suo appoggio per riscattare una parte d’Italia, volle riservato per noi soli l’onore di liberare i nostri fratelli che ancora gemono nell’oppressione, e salvare il resto d’Italia colla forza delle armi italiane. Per questo bisogna armarsi prontamente, e che nessuno tralasci di concorrere.’”

Sobre a suposta “traição” do general toscano Stefanelli, o mesmo diz:

“Qualche giornale di Europa, fondandosi nel mio ordine del giorno del 23 passato inserito nel *Monitore Toscano*, pretende calunniarci in faccia al nostro paese e all’Italia.

“Desiderando allontanare da me e dai miei soldati l’ombra abbenché di sospetto che si tenta far pesare sopra noi, dichiaro che giammai seguirò altra bandiera che non sia la tricolore italiana, si nobilmente sostenuta dal nostro glorioso acclamato re Vittorio Emanuele, al quale prestei pieno giuramento; che mai combatterei se non contro l’inimico nostro e dell’Italia; che non torneremo a passar gli Apennini se non per riposare delle nostre fatiche, dopo aver soddisfatto il nostro dovere colla patria, e non per richiamare colui che pugnò contro di noi in Solforino.

“Soldati! Abbiate confidenza nel nostro governo e nel vostro Generale, e sia sempre il nostro grido: - Viva il re Vittorio Emanuele, viva l’Italia –G. Stefanelli”.

As publicações referiam-se a Stefanelli atravessando os Apeninos para restituir o trono a Ferdinando de Lorena.

Câmbio:

397:500 aproximadamente 1.000.000 liras

Anúncios:

- “Hotel del Commercio

Rua do Carmo, 71

Martino Urio, cuoco italiano, abbastanza conosciuto pel buon disimpegno della sua arte, apri un’*Hotel* dove trovansi stanze, sale, gabinetti, etc. S’incarica di apparecchiare pranzi, cene, etc., e riceve pensionisti a prezzi discretissimi.”

- Anúncio de assinatura do *Monitore Torinese, rivista politica, teatrale, commerciale* eccccc. Toda terça-feira e sábado, publicado em Turim. Assinatura de 1 ano, 12\$000; 6 meses, 7\$000. Tratar no escritório do *Monitore Italiano*.

- “Scultore in marmo e stuccatore

Recchia Giuseppe, Italiano, scultore in marmo e stuccatore riceve ordinazioni per qualunque lavoro della sua arte, garantindo (sic) perfezione, sollecitudine e prezzo discreto. Abita rua dos Arcos, n. 34.”

27/03/1860

- Há uma carta, talvez de Davide Amigo, endereçada ao cônsul da Sardenha no Rio de Janeiro, a respeito das subscrições em favor do exército de Garibaldi. O jornal afirma que sobre esse assunto, “diamo pubblicità con tutto piacere” e que “il sigr. Davide Amigo nostro buon’ italiano ha promosso a San Paolo la

sottoscrizione Garibaldi, per la quale egli aveva raccolto 300\$000 che rimetterebbe al console sardo con una sua lettera inserita nel *CorreioPaulistano*".
(J.B.B.)

· Carta:

“Al sig. console sardo – Rio de Janeiro

Noi non possiamo immaginare la ragione che ha potuto consigliare al console sardo di Rio de Janeiro la pubblicazione della sua protesta nel *Jornal do Commercio* del 3 del meses corrente contro *l'appello agli italiani*, inserito nei fogli; e come noi s'interessiamo grandemente per la buona riuscita di questa sottoscrizione, così osiamo dirigere al signore console sardo le seguenti proposizioni:

- 1 – è questa sottoscrizione qualche mistero d'altar diplomazia? ... Non lo crediamo.
- 2 – L'appello agli italiani contiene forse idee sovversive e antisociali? – No.”
- 3 – Il contenuto di quest'appello è contrario alla politica italiana del governo, del quale il Sig. console ne è il rappresentante? – No.
- 4 – La stessa sottoscrizione non é forse in vigore con l'appoggio ufficiale del governo in Piemonte, a Milano, a Genova e in tutte le altre città d'Italia come all'estero? – Sì.
- 5 – Se ciò è vero, per quale motivo gli italiani al Brasile non avranno il diritto di fare altrettanto coll'intervento del Sig console sardo, o senza di lui?
- 6 – Gli italiani per loro propria spontaneità e con mezzi legali, possono essi manifestare la loro simpatia per la causa della libertà della patria, e cooperare per la sua grandezza e prosperità?
- 7 – Pel semplice annunzio del Sig. console sardo saranno obbligati gli italiani a desistere dalla loro patriotica intrapresa?

Ecco sig. console le questioni che vi proponiamo con tutta moderazione e possibile sangue freddo.

Noi abbiamo per la S.V. la più alta considerazione, e siamo persuasi che nulla farete, senza saper rendervene conto, ed è per ciò che vi preghiamo a voler rispondere alle questioni che vi abbiamo avanzate. (sic)

È unicamente di tal maniera che noi possiamo convincerci se la vostra condotta è stata in questa circostanza prudente come uomo pubblico, e se voi avete saputo interpretare il programma politico del governo di cui avete l'onore d'essere il rappresentante.

23 Marzo 1860.

A subscrição pretende arrecadar fundos para a compra de um milhão de fuzis para as tropas de Giuseppe Garibaldi.

“Sottoscrizione Garibaldi in Rio de Janeiro.

Lista degli Italiani che sottoscrissero a tutto il 25 Marzo 1860:

| | |
|-----------------------------------|----------|
| 1. Dr. Giuseppe Penna | 200\$000 |
| 2. P. Bosisio | 30\$000 |
| 3. F. Tribbiani | 30\$000 |
| 4. A. Banchiero | 30\$000 |
| 5. F. Ladovici | 30\$000 |
| 6. A. Sanmichelli | 40\$000 |
| 7. P. Berrini | 50\$000 |
| 8. A. Canale | 10\$000 |
| 9. Luca Novela | 10\$000 |
| 10. Bartolomeo e Giacomo Queirolo | 10\$000 |
| 11. F. Orlandini | 10\$000 |
| 12. M. Carcano | 10\$000 |
| 13. F. Contardo | 10\$000 |
| 14. A. B. Larco | 10\$000 |
| 15. G. Visconti | 10\$000 |
| 16. F. Tortaroli | 5\$000 |
| 17. L. Brondi | 3\$000 |
| 18. F. Gumirato | 2\$000 |
| 19. A. Bruno | 30\$000 |
| 20. P. Coda | 10\$000 |
| 21. P. Orlandini | 10\$000 |
| 22. G. Vinelli | 10\$000 |
| 23. Comm ^r M. Cerruti | 32\$000 |
| 24. Cav. E. Truqui | 32\$000 |

| | |
|-------------------------|----------|
| 25.A. Raffo | 32\$000 |
| 26.A.C. Robecchi | 20\$000 |
| 27.A. Guidobono | 10\$000 |
| 28.P. Bouquet | 10\$000 |
| 29.Dr. L. Bompani | 100\$000 |
| 30.Cav. Dr. C. Persiani | 20\$000 |
| 31.L. Mangini | 30\$000 |
| 32.Dr. O. Monteggia | 20\$000 |
| 33.A. Faccioli | 5\$000 |
| 34.A. Castagnoli | 10\$000 |
| 35.A. Carbone | 50\$000 |
| 36.D. Costa | 10\$000 |
| 37.G.B. Bruno | 5\$000 |
| 38.G.B. Copello | 5\$000 |
| 39.B. Battaglini | 5\$000 |
| 40.D. Bruno | 5\$000 |
| 41.E. Bruno | 5\$000 |
| 42.B. Banchieri | 5\$000 |
| 43.G. Banchieri | 5\$000 |
| 44.J.B. Torre | 5\$000 |
| 45.G.B. Palmieri | 5\$000 |
| 46.L. Costa | 5\$000 |
| 47.G. Tavolara | 15\$000 |
| 48.P. Curletto | 15\$000 |
| 49.F. Valle | 10\$000 |
| 50.F. Farani | 50\$000 |
| 51.Fiorita e Tavolara | 50\$000 |
| 52.G. De Paolini | 10\$000 |
| 53.N.N. | 5\$000 |
| 54.L. Lodi Battaglia | 10\$000 |
| 55.F. Console | 30\$000 |
| 56.L Damiani | 5\$000 |
| 57.G. Savelli | 20\$000 |

| | |
|--|-------------------|
| 58. N.N. | 100\$000 |
| 59. G. Delpino | 30\$000 |
| 60. Antonio Marques Rodrigues (brasiliano) | 5\$000 |
| 61. G. Torteroli | 10\$000 |
| 62. M. Bragaldi | 30\$000 |
| 63. J.B. Ballariny, Ingegnere | 25\$000 |
| 64. G. Costa | 5\$000 |
| 65. A. Bussolini | 5\$000 |
| 66. F. Dall'Orto | 10\$000 |
| 67. D. Cricca | 5\$000 |
| 68. D. Tronconi | 10\$000 |
| 69. F. Pivatelli | 15\$000 |
| 70. Dr. Bonjean | 5\$000 |
| 71. G. Bacciagaluppi | 5\$000 |
| 72. Amato Cataneo | 5\$000 |
| 73. Dr. Evangelista Saturnino | 20\$000 |
| 74. G. Latstreto | 15\$000 |
| 75. Ercole Toglia | 40\$000 |
| 76. L. Ciurlo | 2\$000 |
| 77. L. Gnecco | 5\$000 |
| 78. G. Costa | 5\$000 |
| 79. E. Natini | 10\$000 |
| 80. A. Roncagliolo | 5\$000 |
| 81. Cav. A. Bordo | 10\$000 |
| 82. G. Leviero | 10\$000 |
| 83. P. Giorgi | 5\$000 |
| 84. L. Buzzone | 5\$000 |
| 85. G. Giacomini | 5\$000 |
| 86. Dr. G. Bruschetti | 30\$000 |
| 87. Cap. F. Casavecchia | 50\$000 |
| 88. C. Gatti | 15\$000 |
| TOTALE | 1:708\$000 |

Le sottoscrizioni continuano ad essere ricevute dai membri del Comitato, e nel R. Consolato di Sardegna.

Col prossimo vapore inglese d'Aprile sarà fatta la prima rimessa, e sarà pubblicato il resto dei sottoscrittori, e la somma spedita.

P. Bosisio, segretario.”

“Sottoscrizione Garibaldi per la compera d'un milione di fucili

A provare l'entusiasmo che produsse in Italia l'appello dell'Eroico nostro Generale anche fra le classi meno istruite, riproduciamo le seguenti notizie date dal *Monitore Toscano* il 26 Gennajo p. p.

“Pistola, 16 Gennajo 1860.

(...) Dal 4 dicembre 1859 al 22 gennaio 1860, di questa offerta popolare si hanno i seguenti risultati (sic): offerenti n. 6026 – Lire toscane 8174.7.2 pari a Lire nuove 6876.45.”

Il nobile esempio serva di stimolo a tutti gl'Italiani di Rio Janeiro (sic) e che nessuno tralasci d'inscrivere il suo nome sulla lista della sottoscrizione aperta in questa capitale.

Sia questa una semplice ma eloquente risposta di fatto ai nemici dell'Italiana Indipendenza che a snaturare il movimento popolare si studiano di seminare l'orribile menzogna che il nuovo ordine di cose è opra d'una piccola frazione d'uomini ambiziosi di potere.

L'espressione del voto della Nazione Italiana giammai fu tanto unanime ed universale.”

P.B.

“Società di Beneficenza italiana

Promossa dal generoso concorso di alcuni buoni Italiani, largamente

coadiuvata dall'alta munificenza di S.M. l'Imperatrice veniva installata addì 24 Décembre (sic) 1854, la *Società di Beneficenza Italiana*.

Rigogliosa al suo nascere, speranzosa nel suo avvenire, lodevole nello scopo, pareva destinata o dar vita ad una di quelle istituzioni che raccomandano alla venerazione dei posterì la memoria di coloro che le diedero esistenza, eccitano l'emulazione e l'attività di coloro che vicendevolmente si succedono nella gestione de' suoi interessi, e chiamano su di se i benefici effetti.

Tale venne creduta di fatto, dalla maggior parte degli Italiani residenti in questo Impero, ed al generoso appello dei primi Fondatori, corrispose il concorso quasi unanime dei figli d'Italia.

Il Ricco ravvisava in essa l'arca della beneficenza destinata a raccogliere l'obolo della carità, che oggi o domani avrebbe mitigato una pena, asciugato una lagrima, lenito un dolore; il meno agiato la considerava un monte pio in cui depositando il piccolo risparmio sottratto da' suoi bisogni, lo troverebbe accumulato ed accresciuto nel giorno dell'infortunio; il patriota in fine vedeva simbolizzato in esso l'elemento nazionale, soddisfatto di partecipare in una istituzione a cui funzionasse l'idioma della terra natale.

Sotto auspici cotanto lusinghieri appariva la Società di beneficenza Italiana all'epoca della sua fondazione.

Cinque anni di esistenza però bastarono per ismentire (sic) le più belle illusioni: e quantunque la Società, durante questo periodo di tempo abbia economicamente progredito, e ciò per la sovrabbondanza delle risorse a cui attingeva le sue entrate, nulladimeno l'appoggio morale della maggioranza dei Socii (sic) venne talmente rarefacendosi, che la sua esistenza, attualmente, non è che nominale, e la sua importanza ridotta ad una ragione aritmetica.

Prova ne sia l'indifferenza a cui, la quasi totalità dei Socii, condanna gli inviti del Comitato di amministrazione per la riunione delle assemblee annuali.

Quest'indifferenza è ormai giunta a tale eccesso che, da qualche anno, il Comitato di Amministrazione funzionante, onde disonorarsi dal gravoso incarico che pesa sulla sua responsabilità, colla elezione di un nuovo Comitato, è costretto, a mendicare il misero numero di *vert'un (sic) socio, estremo* minimo concesso dagli Statuti alle assemblee generali per funzionare regolarmente.

Altri, più severo di noi, penserebbe (sic) che un tale fatto prova evidentemente

che la elezione del Comitato di amministrazione divenne un monopolio di pochi che se ne dividono a vicenda le cariche; noi però non possiamo accomodarci ad una tale idea, considerando che se la Carica di membro del Comitato (che non passa d'onorifica) può soddisfare all'amor proprio, e ridondare pur anco ad onore di chi la eserca (sic), quand'ella sia feconda di risultati corrispondenti all'aspettazione dei mandanti; quando però, ella non sia sconvenevolmente disimpegnata, rimpicciolisce i mandatarii in modo da degradarne per sino la loro posizione particolare.

Nel fatto dell'astensione dei socii dalle assemblee generali noi non intravediamo altro che la totale demoralizzazione del corpo sociale.

Ad accrescere viemaggiormente simile demoralizzazione mancava lo scandalo della duplice riunione dell'assemblea di quest'anno, nell'ultima delle quali, prima di procedere all'elezione del comitato, si dovette annullare l'elezione della riunione antecedente, annullazione dovuta alla lodevole iniziativa di un socio benemerito, zelantissimo del benessere sociale, e motivata dall'essersi conferita una carica importante a persona, le cui antecedenze escludevano dall'ammissione alla società.

Che l'esistenza della Società di Beneficenza Italiana sia moralmente compromessa è un fatto che non necessita (sic) di prove: sarebbe nostro dovere adesso addurre le cause che produssero un simile effetto, ed accennare ai rimedii necessari alla sua rigenerazione.

Noi retrocediamo però davanti ad un tale impegno, superiore di molto alle nostre forze; e perciò, frenati pur anco dalla tema di andare ad urtare contro a suscettibilità personali, e di sfidare troppo apertamente la mal intesa opinione che s'è incarnata nella nostra società di credere nemico degli Italiani chi si accinge alla censura delle azioni di un italiano, malgrado una tal censura ridondi a pubblico vantaggio; frenati come dicemmo, da tal timore ci asterremo dall'analizzare minutamente la storia della società, e ci limiteremo ad alcune osservazioni generali; materia questa di cui ci occuperemo nei prossimi numeri.”

P.R.

Letteratura:

· L'addio all'Italia all'epoca del 1851

Sonetto

“Già dell'immenso mar varco il profondo
 Terribil flutto, e le Canarie miro,
 L'arsa Zona trapasso, e al nuovo mondo
 Reco d'Italia il pianto, ed il sospiro.

Già col pensier pe'clivii aurei m'aggio,
 E dico al Fato: mi sarai secondo?
 E là fia tinta di più bel zaffiro
 L'Etra, e di prodi più il terren fecondo?

Ah no, che ancora nel funereo manto,
 e maggior d'ogni terra il suolo mio,
 se con l'armi, da' Re conteso è tanto!

Onde Italia, diro, l'ardir natio
 Ripiglia, e cada ogni tuo ceppo infranto,
 o fia quel che ti do l'ultimo aggio.”
 F.G.

· Un quadro dell'Italia presente

Sonetto

“Francia, a cui sempre esser fedel ripugna,
 giura l'Italia salvar, ma frange il patto,
 se d'Insubria parzial reso il riscatto,
 vuol Sabaudia in ricambio, o il brando impugna.

E a solferin se vinta ancor la pugna,

sdegnà l'oste inseguir sperso, disfatto,
e il ferreo scettro, d'alleanza in atto,
al bicipite augel ferma nell'ugna.

S'arma la Dora ad ultima crociata,
echeggia l'Adria sol di pianti e lai,
l'Istro, l'Arno e il Panàro invido guata.

Roma alla fede abbacinati ha i rai,
Napoli è contro i liberali armata....
Oh Italia, Italia, in chi fidasti mai!!"
F.G.

- Notícias diversas: novo jornal em breve: Diário Fluminense.
- Menção ao jornal "Aurora Campineira"

Anúncios:

- Nicolao Bernardino, fabrica figuras de gesso, vasos , candelabros, etc. R dos arcos 24.
- Hotel dell'universo, rua da Assembléia, 94, cozinha italiana e francesa.
- "Si cerca un giovane servitore italiano o francese che sappia leggere scrivere e sia di buona condotta. Rua Sr. dosPassos n. 11."

ANEXO 12:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA TOMANA DE 1849

COSTITUZIONE DELLA REPUBBLICA ROMANA, 1849

PRINCIPII FONDAMENTALI

I. La sovranitàè per diritto eterno nel popolo. Il popolodelloStato Romano è costituito in repubblicademocratica.

II. Il regime democratico ha per regolal'eguaglianza, lalibertà, lafraternità. Non

riconosce titoli di nobiltà, né privilegia di nascita o casta.

III. La Repubblica colleghi e collezioni promuove il miglioramento delle condizioni morali e materiali di tutti i cittadini.

IV. La Repubblica riguarda tutti i popoli come fratelli: rispetta ogni nazionalità: propugna l'italiana.

V. I Municipi hanno tutti eguali diritti: la loro indipendenza non è limitata che dalle leggi di utilità generale dello Stato.

VI. La più equa distribuzione possibile degli interessi locali, in armonia coll'interesse politico dello Stato è la norma del riparto territoriale della Repubblica.

VII. Dalla credenza religiosa non dipende l'esercizio dei diritti civili e politici.

VIII. Il Capo della Chiesa Cattolica avrà dalla Repubblica tutte le guarentigie necessarie per l'esercizio indipendente del potere spirituale.

TITOLO I

DEI DIRITTI E DEI DOVERI DEI CITTADINI

ART. 1. - Sono cittadini della Repubblica:

Gli originari della Repubblica;

Coloro che hanno acquistato la cittadinanza per effetto delle leggi precedenti;

Gli italiani col domicilio di sei mesi;

Gli stranieri col domicilio di dieci anni;

I naturalizzati con decreto del potere legislativo.

ART. 2. - Si perde la cittadinanza:

Per naturalizzazione, o per dimora in paese straniero con animo di non più tornare;

Per l'abbandono della patria in caso di guerra, o quando è dichiarata in pericolo;

Per accettazione di titoli conferiti dallo straniero;

Per accettazione di gradi e cariche, e per servizi militari presso lo straniero, senza autorizzazione del governo della Repubblica; l'autorizzazione è sempre presunta quando si combatte per la libertà d'un popolo;

Per condannaggio giudiziale.

ART. 3. - Le persone e le proprietà sono inviolabili.

ART. 4. - Nessun uomo può essere arrestato che in flagrante delitto, o per mandato di giudice, né essere distolto dai suoi giudici naturali. Nessuna Corte o

Commissione eccezionale può istituirsi sotto qualsiasi titolo o nome.

Nessuno può essere carcerato per debiti.

ART. 5. - Le pene di morte e di confisca sono proibite.

ART. 6. - Il domicilio è sacro: non è permesso penetrarvi senza permesso e nei modi determinati dalla legge.

ART. 7. - La manifestazione del pensiero è libera; la legge ne punisce l'abuso senza alcuna censura preventiva.

ART. 8. - L'insegnamento è libero. Le condizioni di moralità e capacità, per chi intende professarlo, sono determinate dalla legge.

ART. 9. - Il segreto delle lettere è inviolabile.

ART. 10. - Il diritto di petizione può esercitarsi individualmente e collettivamente.

ART. 11. - L'associazione senza armi e senza scopo delittuoso, è libera.

ART. 12. - Tutti i cittadini appartengono alla guardia nazionale nei modi e nelle eccezioni fissate dalla legge.

ART. 13. - Nessuno può essere costretto a perdere la proprietà delle cose, se non in causa pubblica, e previa giusta indennità.

ART. 14. - La legge determina le spese della Repubblica, e il modo di contribuirvi. Nessuna tassa può essere imposta se non per legge, né per certo tempo maggiore di quello dalla legge determinato.

TITOLO II

DELL'ORDINAMENTO POLITICO

ART. 15. - Ogni potere viene dal popolo. Si esercita dall'Assemblea, dal Consolato, dall'Ordine giudiziario.

TITOLO III

DELL'ASSEMBLEA

ART. 16. - L'Assemblea è costituita da Rappresentanti del popolo.

ART. 17. - Ogni cittadino che gode i diritti civili e politici a 21 anni è elettore, a 25 è eleggibile.

ART. 18. - Non possono essere rappresentanti del popolo un pubblico funzionario nominato dai consoli o dai ministri.

ART. 19. - Il numero dei rappresentanti è determinato in proporzione di uno ogni ventimila abitanti.

ART. 20. - I Comizi generali si radunano ogni tre anni il 21 aprile. Il popolo vi elegge i

suoirappresentanticon voto universale, diretto e pubblico.

ART. 21. - L'Assemblea si riunisceil 15 maggio successivamenteall'elezione. Si rinnovaognitreanni.

ART. 22. - L'Assemblea si riunisce in Roma, ove non determinialtrimenti, e disponedellaforzaarmatadicuicrederàaverbisogno.

ART. 23. - L'Assembleaèindissolubile e permanente, salvo ildirittodiaggiornarsi per quel tempo checrederà. Nell'intervallopuòessereconvocata ad urgenzasull'invitodel presidente co' segretari, ditrentamembri, o delConsolato.

ART. 24. - Non èlegale se non riuniscelametà, piú uno dei suoirappresentanti. Il numero qualunque de' presenti decreta i provvedimenti per richiamaregli assenti.

ART. 25. - Le sedutedell'Assemblea sono pubbliche. Puòcostituirsi in comitatosegreto.

ART. 26. - I rappresentantidelpopolo sono inviolabili per leopinioniemesse nell'Assemblea, restando inerdettaqualunqueinquisizione.

ART. 27. - Ogni arresto o inquisizionecontrounrappresentanteèvietatosenzapermessodell'Assemblea, salvo il caso didelitto flagrante. Nel caso di arresto in flagranzadidelitto, l'Assembleache ne saràimmediatamente informata, determina lacontinuazione o cessazionedel processo. Questadisposizione si applica al caso in cuiuncittadinocarcerato fosse elettorappresentante.

ART. 28. - Ciascunrappresentantedelpopoloriceveunindennizzocui non puòrinunziare.

ART. 29. - L'Assemblea ha ilpotere legislativo: decide dellapace, della guerra, e dei trattati.

ART. 30. - La proposta delleleggiappartiene ai rappresentanti e al Consolato.

ART. 31. - Nessuna proposta ha forzadilegge, se non dopo adottataconduedeliberazioni prese all'intervallo non minore diottogiorni, salvo all'Assembleadiabbreviarlo in caso d'urgenza.

ART. 32. - Le leggiadottatedall'AssembleavengonosenzaritaradopromulgatedalConsolato in nome di Dio e delpopolo. Se ilConsolatoindugia, il presidente dell'Assembleafalapromulgazione.

TITOLO IV

DEL CONSOLATO E DEL MINISTERO

ART. 33. - Tre sono i consoli. Vengono nominati dall'Assemblea a maggioranza di due terzi di suffragi. Debbono essere cittadini della Repubblica, e dell'età di 30 anni compiuti.

ART. 34. - L'ufficio dei consoli dura tre anni. Ogni anno uno dei consoli esce d'ufficio. Le due prime volte decide la sorte fra i tre primieletti. Niun console può essere rieletto se non dopo trascorsi tre anni da che uscì di carica.

ART. 35. - Vi sono sette ministri di nomina del Consolato:

1. Degli affari interni;
2. Degli affari esteri;
3. Di guerra e marina;
4. Di finanze;
5. Di grazia e giustizia;
6. Di agricoltura, commercio, industria e lavori pubblici;
7. Del culto, istruzione pubblica, belle arti e beneficenza.

ART. 36. - Ai consoli sono commesse l'esecuzione delle leggi, e le relazioni internazionali.

ART. 37. - Ai consoli spetta la nomina e revocazione di quegli impiegati che la legge non riserva ad altra autorità; ma ogni nomina e revocazione deve essere fatta in consiglio dei ministri.

ART. 38. - Gli atti dei consoli, finché non sieno contrassegnati dal ministro incaricato dell'esecuzione, restano senza effetto. Basta la sola firma dei consoli per la nomina e revocazione dei ministri.

ART. 39. - Ogni anno, ed a qualunque richiesta dell'Assemblea, i consoli espongono lo stato degli affari della Repubblica.

ART. 40. - I ministri hanno il diritto di parlare all'Assemblea sugli affari che li riguardano.

ART. 41. - I consoli risiedono non nel luogo ove si convoca l'Assemblea, né possono escire dal territorio della Repubblica senza una risoluzione dell'Assemblea sotto pena di decadenza.

ART. 42. - Sono alloggiati a spese della Repubblica, e ciascun riceve un appuntamento di discudire mila e seicento.

ART. 43. - I consoli e i ministri sono responsabili.

ART. 44. - I consoli e i ministri possono essere posti in stato d'accusa dall'Assemblea sulla proposta di dieci rappresentanti. La domanda deve

esserediscussa come una legge.

ART. 45. - Ammessal'accusa, il console è sospeso dalle sue funzioni. Se assoluto, ritorna all'esercizio della sua carica, se condannato, passa a nuova elezione.

TITOLO V

DEL CONSIGLIO DI STATO

ART. 46. - Vi è un consiglio di stato, composto da quindici consiglieri nominati dall'Assemblea.

ART. 47. - Esso deve essere consultato dai Consoli, e dai ministri sulle leggi da proporsi, sui regolamenti e sulle ordinanze esecutive; può esser consultato sulle realzioni politiche.

ART. 48. - Esso emana que' regolamenti pei quali l'Assemblea gli ha dato una speciale delegazione. Le altre funzioni sono determinate da una legge particolare.

TITOLO VI

DEL POTERE GIUDIZIARIO

ART. 49. - I giudici nell'esercizio delle loro funzioni non dipendono da altro potere dello Stato.

ART. 50. - Nominati dai consoli e in consiglio de' ministri sono inamovibili, non possono essere promossi, né traslocati che con proprio consenso, né sospesi, degradati, o destituiti se non dopo regolare procedura e sentenza.

ART. 51. - Per le contese civili vi è una magistratura di pace.

ART. 52. - La giustizia è amministrata in nome del popolo pubblicamente; ma il tribunale, a causa di moralità, può ordinare che la discussione sia fatta a porte chiuse.

ART. 53. - Nelle cause criminali al popolo appartiene il giudizio del fatto, ai tribunali l'applicazione della legge. La istituzione dei giudici del fatto è determinata da legge relativa.

ART. 54. - Vi è un pubblico ministero presso i tribunali della Repubblica.

ART. 55. - Un tribunale supremo di giustizia giudica, senza che siavi luogo a gravame, i consoli e i ministri messi in istato di accusa. Il tribunale supremo si compone del presidente, di quattro giudici più anziani della cassazione, e di giudici del fatto, tratti a sorte dalle liste annuali, tre per ciascuna provincia. L'Assemblea designa il magistrato che deve esercitare le funzioni di pubblico ministero presso il tribunale supremo. È d'uopo della maggioranza di due terzi di suffragi per la condanna.

TITOLO VII

DELLA FORZA PUBBLICA

ART. 56. - L'ammontare della forza stipendiata di terra e di mare è determinato da una legge, e solo per una legge può essere aumentato o diminuito.

ART. 57. - L'esercito si forma per arruolamento volontario, o nel modo che la legge determina.

ART. 58. - Nessuna truppa straniera può essere assoldata, né introdotta nel territorio della Repubblica, senza decreto dell'Assemblea.

ART. 59. - I generali sono nominati dall'Assemblea sopra proposta del Consolato.

ART. 60. - La distribuzione dei corpi di linea e la forza delle interne guarnigioni sono determinate dall'Assemblea, né possono subire variazioni, o traslocamento anche momentaneo, senza il loro consenso.

ART. 61. - Nella guardia nazionale ogni grado è conferito per elezione.

ART. 62. - Alla guardia nazionale è affidato principalmente il mantenimento dell'ordine interno e della costituzione.

TITOLO VIII

DELLA REVISIONE DELLA COSTITUZIONE

ART. 63. - Qualunque riforma di costituzione può essere solo domandata nell'ultimo anno della legislatura da un terzo almeno dei rappresentanti.

ART. 64. - L'Assemblea delibera per due volte sulla domanda all'intervallo di due mesi. Opinando l'Assemblea per la riforma alla maggioranza di due terzi, vengono convocati i comizi generali, onde eleggere i rappresentanti per la costituente, in ragione di uno ogni 15 mila abitanti.

ART. 65. - L'Assemblea di revisione è ancora assemblea legislativa per tutto il tempo in cui siede, da non eccedere tre mesi.

DISPOSIZIONI TRANSITORIE

ART. 66. - Le operazioni della costituente attuale saranno specialmente dirette alla formazione della legge elettorale, e delle altre leggi organiche necessarie all'attuazione della costituzione.

ART. 67. - Coll'apertura dell'Assemblea legislativa cessa il mandato della costituente.

ART. 68. - Le leggi e i regolamenti esistenti restano in vigore in quanto non si oppongono alla costituzione, e finché non sieno abrogati.

ART. 69. - Tutti gli attuali impiegati hanno bisogno di conferma.

Il Presidente

G. GALLETTI

I Vice-Presidenti

A. SALICETI - E. ALLOCCATELLI

I Segretari

G. PENNACCHI - G. COCCHI

A. FABRETTI - A. ZAMBIANCHI